

DECISÕES DO GOVERNO

DA

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

DZ

1899



DOS ESTADOS

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL

1903

INDICE DAS DECISÕES

DO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

	Page.
N. 1 — Em 4 de janeiro de 1899 — Sobre designação pelo juiz de corretores para proceder á venda de títulos	1
N. 2 — Em 10 de janeiro de 1899 — Sobre assignatura de diplomas electoraes	1
N. 3 — Em 13 de janeiro de 1899 — Sobre o prazo para pagamento do sello das patentes dos officiaes da Guarda Nacional nos Estados.	2
N. 4 — Em 14 de janeiro de 1899 — Sobre casamentos de brasileiros com mulheres de outras nacionalidades	2
N. 5 — Em 17 de janeiro de 1899 — Sobre inscripção de immovel no registro de hypothecas	3
N. 6 — Em 17 de janeiro de 1899 — Sobre os prazos para pagamento de sello das patentes e para a posse dos officiaes da Guarda Nacional da Capital Federal e a respeito das formalidades para nomeação dos mesmos officiaes . . .	3
N. 7 — Em 19 de janeiro de 1899 — Completa as providencias constantes da circular de 13 de janeiro corrente, sobre pagamento do sello das patentes dos officiaes da Guarda Nacional nos Estados.	4
N. 8 — Em 11 de fevereiro de 1899 — Sobre o prazo para pagamento, nos Estados, do sello das patentes de officiaes da Guarda Nacional nomeados anteriormente a 1 de janeiro do corrente anno	5
N. 9 — Em 15 de fevereiro de 1899 — Sobre o uso dos botões insignias na Guarda Nacional.	5
N. 10 — Em 3 de março de 1899 — Sobre os prazos para o pagamento do sello das patentes e apostillas para a posse dos officiaes da Guarda Nacional nos diversos Estados. .	6
N. 11 — Em 6 de março de 1899 — Sobre o prazo para a apostilla das patentes dos officiaes da Guarda Nacional	6
N. 12 — Em 7 de março de 1899 — Autoriza o uso da tunica de flanela para os officiaes da Guarda Nacional e manda abolir o das polainas.	7

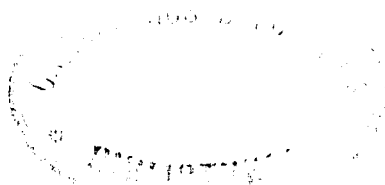
INDICE DAS DECISÕES

	Pags.
13 — Em 11 de março de 1899 — Sobre a presidencia do acto da celebração do casamento civil	8
14 — Em 29 de março de 1899 — Declara que só os officiaes da Brigada Policial pertencentes á activa teem direito aos fornecimentos feitos pela pharmacia dessa corporação	8
15 — Em 29 de março de 1899 — Sobre officiaes da Guarda Nacional nomeados anteriormente á reorganisação da respectiva milicia	9
16 — Em 29 de março de 1899 — Sobre officiaes da Guarda Nacional nomeados anteriormente á reorganisação da respectiva milicia e outros nomeados antes de 1 de janeiro do corrente anno	10
17 — Em 10 de abril de 1899 — Sobre formalidades de que devem ser revestidas as guias de pagamento do sello das patentes dos officiaes da Guarda Nacional	10
18 — Em 11 de abril de 1899 — Sobre a não competencia para o reconhecimento de signaes e firmas	11
19 — Em 15 de abril de 1899 — Sobre nomeação dos conselhos de alistamento e revisão de guardas nacionaes no Estado da Bahia	11
20 — Em 18 de abril de 1899 — Modifica o aviso-circular de 18 de janeiro do corrente anno sobre pagamento do sello das patentes de officiaes da Guarda Nacional	12
21 — Em 19 de abril de 1899 — Sobre isenção de sello nas portarias de licença concedida a official da Guarda Nacional, mediante inspecção de saude	13
22 — Em 22 de abril de 1899 — Explica o art. 289 doCodigo do Ensino Superior, no sentido de abonarem-se, independentemente de justificação, as faltas dos professores, para o fim de receberem o seu ordenado sem desconto, mas não as gratificações correspondentes	13
23 — Em 22 de abril de 1899 — Declara que ás subvenções annuaes estabelecidas para os alumnos nacionaes do Instituto Nacional de Musica podem concorrer não só os brasileiros natos, mas todos os cidadãos brasileiros, nos termos do art. 69 da Constituição da Republica	14
24 — Em 24 de abril de 1899 — Decide sobre o desconto dos vencimentos dos professores por faltas dadas seguidamente e sobre a substituição dos lentes que faltarem sem licença	15
25 — Em 27 de abril de 1899 — Sobre reconhecimento de officiaes da Guarda Nacional	16
26 — Em 27 de abril de 1899 — Sobre a substituição dos commandantes de brigada na Guarda Nacional	16
27 — Em 27 de abril de 1899 — Sobre custas ao procurador da Republica nas justificações de qualquer especie . . .	17
28 — Em 1 de maio de 1899 — Sobre a época em que deve ser feita a divisão dos districtos eleitoraes	18
29 — Em 8 de maio de 1899 — Sobre conselhos de qualificação de guardas nacionaes	18

N. 30 — Em 16 de maio de 1899 — Sobre a posse de officiaes da Guarda Nacional e lançamento de notas e averbações em suas patentes	19
N. 31 — Em 25 de maio de 1899 — Declara que os quarenta dias uteis concedidos pelo art. 190 do Código de Ensino Superior para a matricula fora do prazo normal, devem ser contados por dias de lição	19
N. 32 — Em 3 de junho de 1899 — Sobre percepção de custas em arrecadação de bens	20
N. 33 — Em 27 de junho de 1899 — Recommenda que para a regencia interiorina de cadeiras ou aulas do Gymnasio Nacional, e que se referem os arts. 78 e 79 do respectivo regulamento, sejam preferidos os bachareis formados pelo mesmo Gymnasio	21
N. 34 — Em 4 de julho de 1899 — Declara que para applicação do art. 39, § 1º, do regulamento de 24 de julho de 1893 com referencia aos assistentes de clinicas é necessaria a allegação pelo lente da cadeira de factos positivos sobre faltas commettidas pelo assistente no desempenho de seu cargo	21
N. 35 — Em 6 de julho de 1899 — Declara quem deve assumir o commando da Brigada na Guarda Nacional	22
N. 36 — Em 11 de julho de 1899 — Declara quem deve assumir o commando da Brigada na Guarda Nacional	23
N. 37 — Em 13 de julho de 1899 — Sobre o exercicio simultaneo na mesma junta eleitoral do substituto do juiz federal e do procurador da Republica quando este for sobrinho daquelle	24
N. 38 — Em 17 de julho de 1899 — Sobre a precedencia do casamento civil á cerimonia religiosa	24
N. 39 — Em 17 de julho de 1899 — Sobre preenchimento de formalidades nas patentes dos commandantes de brigada quando não houver commandante superior effectivo	25
N. 40 — Em 20 de julho de 1899 — Declara suspenso do exercicio do posto o official da Guarda Nacional que tem de responder a conselho de disciplina	26
N. 41 — Em 24 de julho de 1899 — Sobre o exercicio das funcções de auditor de marinha e do da advocacia	26
N. 42 — Em 26 de julho de 1899 — Sobre exercicio de supplentes dos substitutos do juizo federal que aceitam cargos estaduais	27
N. 43 — Em 1 de agosto de 1899 — Sobre pagamento do imposto de transmissão, causa mortis, por fallecimento em Portugal	28
N. 44 — Em 7 de agosto de 1899 — Sobre dispensa do serviço da Guarda Nacional para funcionarios publicos municipaes	28
N. 45 — Em 16 de agosto de 1899 — Sobre prorrogação de prazo para o pagamento do sello de patentes de officiaes da Guarda Nacional	29

N. 46 — Em 18 de agosto de 1899 — Sobre aceitação de guias de pagamento do sello das patentes de officiaes da Guarda Nacional	30
N. 47 — Em 24 de agosto de 1899 — Sobre dispensa do serviço da Guarda Nacional para official que exerce o emprego de guarda da Alfandega.	30
N. 48 — Em 28 de agosto de 1899 — Sobre interrupção de prazo para a posse de officiaes da Guarda Nacional.	31
N. 49 — Em 30 de agosto de 1899 — Declara que não sendo applicavel aos candidatos á profissão de agrimensor, dentista, etc., o disposto na lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, podem os mesmos prestar exames parcellados de preparatorios, fazendo-se nos attestados de approvação a declaração necessaria.	31
N. 50 — Em 1 de setembro de 1899 — Sobre conselhos de qualificação e revista na Guarda Nacional.	32
N. 51 — Em 4 de setembro de 1899 — Sobre dispensa da sessão do Jury de um funcionario do Ministerio da Marinha.	32
N. 52 — Em 5 de setembro de 1899 — Sobre regalias de que devem gosar os officiaes da Guarda Nacional, embora sem patente	33
N. 53 — Em 12 de setembro de 1899 — Sobre officiaes da Guarda Nacional empossados sem patente.	33
N. 54 — Em 18 de setembro de 1899 — Sobre dispensa do serviço para officiaes da Guarda Nacional.	34
N. 55 — Em 27 de setembro de 1899 — Sobre mudança de nome de um official da Brigada Policial.	34
N. 56 — Em 27 de setembro de 1899 — Sobre curatela de individuos de nacionalidade estrangeira.	35
N. 57 — Em 28 de setembro de 1899 — Sobre pagamento de sello das patentes de officiaes da Guarda Nacional.	35
N. 58 — Em 4 de outubro de 1899 — Sobre posse de officiaes da Guarda Nacional sem patente.	36
N. 59 — Em 4 de outubro de 1899 — Sobre o pagamento do sello das patentes de officiaes da Guarda Nacional.	37
N. 60 — Em 7 de outubro de 1899 — Sobre custas dos presidentes da Camara Civil e Criminal da Côte de Appellação.	38
N. 61 — Em 9 de outubro de 1899 — Sobre custas pela celebração do casamento civil.	38
N. 62 — Em 9 de outubro de 1899 — Sobre registro de firmas e razões commerciaes	39
N. 63 — Em 24 de outubro de 1899 — Declara que os candidatos á matricula na Escola Naval, que concorrerem aos exames geraes de preparatorios, estão sujeitos á condição estabelecida pela lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, para os candidatos á matricula nos cursos superiores	39
N. 64 — Em 26 de outubro de 1899 — Sobre posse de officiaes da Guarda Nacional.	40

N. 65 — Em 30 de outubro de 1899 — Declara que o exame prévio a que se refere o art. 165 do Regulamento do Gymnasio Nacional não é exigível dos candidatos aos cursos especiaes de agrimensura, odontologia, etc., para prestação de exames nas bancas geraes de preparatorios, mas sómente quando, cessando estas, tiverem os mesmos candidatos de habilitar-se perante o Gymnasio Nacional ou institutos a elle equiparados.	41
N. 66 — Em 8 de novembro de 1899 — Sobre a situação judiciaria do Supremo Tribunal Militar em face da Constituição	41
N. 67 — Em 20 de novembro de 1899 — Sobre posse dos officiaes da Guarda Nacional	43
N. 68 — Em 23 de novembro de 1899 — Sobre a expedição de guias de mudança a officiaes da Guarda Nacional	44
N. 69 — Em 7 de dezembro de 1899 — Sobre emolumentos devidos por traducções, quando ordenadas por via judiciaria.	44
N. 70 — Em 7 de dezembro de 1899 — Declara que os examinadores em concurso no Gymnasio Nacional, sendo pessoas extranhas ao respectivo corpo docente, não podem votar no julgamento definitivo dos candidatos.	45
N. 71 — Em 12 de dezembro de 1899 — Sobre o pagamento de despezas com o serviço eleitoral	45



A BUS DEL

MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

RECEBIDO

N. 1 — EM 4 DE JANEIRO DE 1899

Sobre designação pelo juiz de corretores para proceder à venda de títulos.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 4 de janeiro de 1899.

Sr. Ministro de Estado da Guerra — Em resposta ao aviso n. 134, de 23 do mez findo, em que consultaes si ha alguma disposição em virtude da qual possam os juizes designar os corretores que devam proceder à venda de títulos, cabe-me declarar-vos que a mesma consulta resolve-se pelo dispositivo dos arts. 45, 52 e 56 do Código do Commercio, combinado com os preceitos dos arts. 70, do citado Código, e 18 do regulamento n. 858, de 10 de novembro de 1851, explicados pelo aviso n. 568, de 7 de dezembro de 1875.

Saudo e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.*

N. 2 — EM 10 DE JANEIRO DE 1899

Sobre assignatura de diplomas eleitoraes.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 1ª Secção — Capital Federal, 10 de janeiro de 1899.

Sr. Prefeito do Districto Federal — Em officio de 7 de janeiro corrente, transmittido em cópia pelo que hontem me enviastes, consulta o director da Secretaria do Conselho Municipal sobre o modo por que se deva proceder com relação aos diplomas eleitoraes que fossem reclamados em segundas vias para a proxima eleição municipal.

Tratando-se apenas de assignatura de segundas vias de títulos, e porque os dos cidadãos qualificados na ultima revisão já,

se acham assignados e até entregues aos presidentes das respectivas comissões seccionaes, para a distribuição determinada no § 3º do art. 28 da lei n. 35, de 26 de janeiro de 1892, é meu parecer que pôde a alludida assignatura ser confiada ao presidente do Conselho Municipal, que subscreveu os referidos titulos.

Saude e fraternidade.—*Eptacio Pessoa.*

N. 3 — EM 13 DE JANEIRO DE 1899

Sobre o prazo para pagamento do sello das patentes dos officiaes da Guarda Nacional nos Estados.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Circular — Capital Federal, 13 de janeiro de 1899.

Recommendo-vos a publicação, em editaes manuscritos affixados nos logares mais publicos da capital e comarcas desse Estado, de todas as promoções, nomeações e mais actos referentes aos officiaes da Guarda Nacional sob vosso commando e que constarem do *Diario Official* da Capital Federal, afim de que possam os interessados cumprir o disposto na lei de orçamento em vigor, com relação ao pagamento do sello das patentes, observada a redução dos prazos para aquelle pagamento, feita pela alludida disposição, os quaes devem ser contados da data dos referidos editaes, cumprindo que scientifiqueis a este Ministerio qual o dia em que for feita tal publicação em cada comarca.

Saude e fraternidade.—*Eptacio Pessoa.*

Sr. Commandante Superior da Guarda Nacional no Estado de....

N. 4 — EM 14 DE JANEIRO DE 1899

Sobre casamentos de brasileiros com mulheres de outras nacionalidades.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — Capital Federal, 14 de janeiro de 1899.

Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores — Em resposta ao aviso n. 2 de 3 do corrente mex em que consultaes si, a vista do que prescreve o § 2º do art. 47 da lei n. 181, de 24 de janeiro de 1890, são validos dous casamentos de brasileiros

com mulheres de outras nacionalidades, realizados na Chancelleria do Consulado do Brazil em Londres, cabe-me declarar-vos que, pelo disposto no § 1º do citado artigo, os casamentos de que se trata podem ser feitos ou segundo a forma usada no paiz onde se acham os nubentes, ou conforme a nossa lei, salvo, neste ultimo caso, o estatuto pessoal da mulher quanto á sua capacidade e impedimentos.

A vista do exposto e do que se contém no relatório desse Ministerio do anno de 1895, são validos em qualquer das hypothesees taes actos, ficando subordinados no segundo caso ás formalidades descriptas no dito art. 47, além do registro preceituado no § 4º.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.*

N. 5 — EM 17 DE JANEIRO DE 1899

Sobre inscrição de immovel no registro de hypothecas.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 17 de janeiro de 1899.

Sr. Presidente do Estado de S. Paulo — Em solução da consulta constante do officio do Secretario da Justiça desse Estado n. 19, de 9 do corrente mez, cabe-me declarar-vos que não procede a duvida suscitada pelo official do registro de hypothecas da comarca de Santa Rita do Paraíso, e já resolvida pelo respectivo juiz de direito; porquanto, pertencendo a situação do immovel, em um districto de paz ou de policia, a determinada freguezia, é esta que deve figurar na inscrição, como preceituam os arts. 196 e 245 do decreto n. 370 de 2 de maio de 1890, e não o districto, cujo nome apenas pôde ser accrescentado á denominação da freguezia, como esclarecimento futuro para as partes interessadas.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.*

N. 6 — EM 17 DE JANEIRO DE 1899

Sobre os prazos para pagamento de sello das patentes e para a posse dos officiaes da Guarda Nacional da Capital Federal e a respeito das formalidades para nomeação dos mesmos officiaes.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 17 de janeiro de 1899.

Na conformidade do disposto no art. 9º da lei n. 560 de 31 de dezembro ultimo, nenhuma patente da Guarda Nacional desta Capital será expedida sem que o nomeado tenha pago os direitos em qualquer repartição arrecadadora, no prazo de um mez, findo o qual não poderá mais obter aquelle titulo.

Recommendo-vos, pois, que em ordem do dia faças constar esse preceito legislativo, afim de que seja facultado aos officiaes dessa milicia solicitar em tempo as suas patentes.

O dito prazo para os officiaes nomeados antes de 1 de janeiro corrente deverá terminar a 31 do mesmo mez; e com relação aos nomeados posteriormente áquella data e aos que o forem de ora em diante, começará o mesmo periodo na data da publicação do respectivo decreto no *Diario Official*.

Quanto ao prazo dentro do qual teem os officiaes de apresentar-se fardados e promptos para o serviço, continuará a ser observado tambem o de um mez computado, como até agora, do dia do registro da patente na Secretaria de Estado; podendo, porém, o Governo prorogar só este ultimo prazo, nos termos do art. 20 do decreto n. 1354, de 6 de abril de 1854.

Aproveito o ensejo para declarar-vos que, quando houverdes de enviar a este Ministerio propostas para promoção de officiaes, cumpre verifiqueis sempre si os indicados legalisaram em devido tempo as nomeações dos postos anteriores; procedendo de igual modo relativamente aos officiaes já nomeados, quando houverem de apresentar suas patentes ao commando superior.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*.

Sr. Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional da Capital Federal.

N. 7 — EM 19 DE JANEIRO DE 1899

Completa as providencias constantes da circular de 13 de janeiro corrente sobre pagamento do sello das patentes dos officiaes da Guarda Nacional nos Estados.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 19 de janeiro de 1899.

Sr. Ministro de Estado da Fazenda — Por aviso circular de 13 do corrente mez, recommendei aos commandos superiores da Guarda Nacional dos diversos Estados que, em editaes manuscritos, affixados nos logares mais publicos das respectivas capitães e comarcas, façam publicar todas as promoções, nomeações e mais actos referentes aos officiaes dessa milicia e constantes do *Diario Official*, afim de que possam os interessados observar o disposto na lei de orçamento em vigor com relação ao pagamento do sello das patentes, guardada a redução dos prazos para aquelle pagamento, estabelecida na alludida disposição, os quaes devem ser contados da data dos referidos editaes, cumprindo que os commandos superiores scientifiquem ao Ministerio a meu cargo qual o dia em que fôr feita tal publicação.

Nesta conformidade solicito-vos que, em additamento á vossa circular n. 2, de 16 do corrente mez, publicada no *Diário Official* de hoje, expeçaes as necessarias ordens não só á Delegacia Fiscal do Thesouro Federal em Minas Geraes, a qual consultoti-me a este respeito em officio n. 21 do dito dia 16, mas tambem as demais repartições arrecadadoras da Republica nos Estados.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.

N. 8 — EM 11 DE FEVEREIRO DE 1899

Sobre o prazo para pagamento, nos Estados, do sello das patentes de officiaes da Guarda Nacional nomeados anteriormente a 1 de janeiro do corrente anno.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Circular — Capital Federal, 11 de fevereiro de 1899.

Em additamento ao aviso circular de 13 de janeiro ultimo declaro-vos que os officiaes da Guarda Nacional desse Estado cujas nomeações foram feitas anteriormente ao dia 1 do dito mez de janeiro poderão solicitar desta Secretaria as respectivas patentes, á vista da guia de pagamento do sello em qualquer das repartições arrecadadoras da Republica, dentro do prazo de que trata o art. 9º da lei n. 560, de 31 de dezembro do anno findo, o qual deverá ser contado do referido dia 1 de janeiro.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.

Sr. Commandante Superior da Guarda Nacional no Estado de...

N. 9 — EM 15 DE FEVEREIRO DE 1899

Sobre o uso dos botões insignias na Guarda Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 15 de fevereiro de 1899.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que resolvi permittir aos officiaes dessa milicia, quando á paizana, o uso facultativo dos botões insignias de que obtiveram privilegio Santiago Faz e José Francisco de Oliveira Moraes, feitas no desenho apresentado pelos ditos requerentes as alterações que propuzestes, em officio de 8 do corrente mez, quanto aos distinctivos das armas de cavallaria e artilharia, de accordo com o actual plano de uniformes.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.

Sr. Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional da Capital Federal.

N. 10. — EM 3 DE MARÇO DE 1899

Sobre os prazos para o pagamento do sello das patentes e apostillas para a posse dos officiaes da Guarda Nacional nos diversos Estados.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Circular — Capital Federal, 3 de março de 1899.

Em additamento aos avisos-circulares de 13 de janeiro e 11 de fevereiro do corrente anno, declaro-vos, para os devidos effeitos, que, quanto aos prazos dentro dos quaes deverão os officiaes da Guarda Nacional apresentar-se fardados e promptos para o serviço, continuam a ser observados os de que trata o art. 20 do decreto n. 1354, de 6 de abril de 1854, contados da data do registro da patente ou apostilla na Secretaria de Estado, podendo o Governo prorogar os ditos prazos, nos termos da ultima parte do citado artigo.

Outrosim, declaro-vos que, para as patentes serem dadas á apostilla, deverão observar-se igualmente os alludidos prazos, contados, porém, da data da publicação, no *Diario Official*, do acto que exigir aquella formalidade ; podendo tambem ter logar identica prorrogação á concedida para a apresentação dos officiaes, excepto quando houver a transferencia do serviço activo para o da reserva ou vice-versa, caso em que se acham as apostillas sujeitas ao pagamento prévio do respectivo sello, dentro dos prazos de que trata o art. 9º da lei n. 500, de 31 de dezembro do anno proximo findo.

Saude e fraternidade.— *Eptacio Pessoa*.

Sr. Commandante Superior da Guarda Nacional do Estado de...

N. 11 — EM 6 DE MARÇO DE 1899

Sobre o prazo para a apostilla das patentes dos officiaes da Guarda Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 6 de março de 1899.

Em additamento ao aviso de 17 de janeiro ultimo, declaro-vos que, para as patentes dos officiaes dessa milicia serem apostilladas na Secretaria de Estado, deverá observar-se o prazo de que trata o art. 20 do decreto n. 1354, de 6 de abril de 1854, contado da data da publicação, no *Diario Official*, do acto que exigir aquella formalidade ; podendo o Governo prorogar o

dito prazo, nos termos da ultima parte do citado artigo, excepto quando houver transferencia do serviço activo para a reserva ou vice-versa, caso em que se acham as apostillas sujeitas ao pagamento previo do respectivo sello, dentro do periodo de que trata o art. 9º da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*.

Sr. Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional da Capital Federal.

N. 12 — EM 7 DE MARÇO DE 1899

Autoriza o uso da tunica de flanela para os officiaes da Guarda Nacional e manda abolir o das polainas.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 7 de março de 1899.

Attendendo ao que propuzestes em os officios ns. 86 e 89, de 4 e 6 do corrente mez, declaro-vos que fica permittido aos officiaes dessa milicia o uso, quando em serviço interno dos quartéis, da tunica de flanela azul ferrete, cuja descripção acompanhou o primeiro dos ditos officios e dispensado inteiramente o das polainas em todos os uniformes da mesma milicia.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*.

Sr. Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional da Capital Federal.

TUNICA

De flanela azul ferrete, abotoada ao centro por uma ordem de oito botões e golla em p. Trapezio e carcellas das côres adoptadas para as differentes armas, sendo para os estados-maiores de belbutina azul ferrete. Distinctivos de metal dourado nos trapezios.

PLATINAS

De flanela encarnada, carmezim, côr de pinhão e belbutina azul ferrete, conforme as armas.

Circuladas parallelamente por duas ordens de tranças de galão dourado de 0^m,003 de largura, abotoada na parte superior. Na parte inferior, ao centro das tranças, o distinctivo da arma, de metal dourado.

Os emblemas dos commandantes, em geral, nos braços, serão também de metal dourado.

N. 13 — EM 11 DE MARÇO DE 1899

Sobre a presidencia do acto da celebração do casamento civil.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — Capital Federal, 11 de março de 1899.

Sr. Presidente do Estado do Minas Geraes — Solicito-vos que fiquem constar ao juiz de paz de Uberaba, em solução de uma consulta de 19 do mez findo, dirigida a este Ministerio, a qual devia ter sido encaminhada por vosso intermedio, que, nos termos do art. 101 do decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1890, e de accordo com o que decidiram os avisos de 17 de julho e 7 de outubro do mesmo anno, foi regular o procedimento daquelle funcionario, visto que a presidencia do acto de celebração do casamento civil cabe ao 1º juiz de paz e na sua falta ao 2º, o só no impellimento deste é o 3º chamado a exercer a referida função.

Sau le e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.*

N. 14 — EM 29 DE MARÇO DE 1899

Declara que só os officiaes da Brigada Policial pertencentes á activa tem direito aos fornecimentos feitos pela pharmacia dessa corporação.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Contabilidade — 2ª Secção — Capital Federal, 29 de março de 1899.

Em referencia ao officio n. 149, de 28 de fevereiro ultimo, com o qual remettestes o requerimento do alferes reformado João Pinto Cavalcanti, pedindo que lhe sejam fornecidos pela pharmacia da Brigada Policial, para si e sua familia, os medicamentos de que necessitar em caso de molestia, declaro-vos que não pôde ser attendida semelhante pretensão, visto terem direito a esse favor unicamente os officiaes effectivos, conforme dispõe o art. 3º 2 de regulamento da mesma Brigada, approvado pelo decreto n. 1263 A, de 10 de fevereiro de 1893.

E porque, segundo informastes no mesmo officio, existem precedentes de outros officiaes reformados no gozo daquella vantagem, parecendo-vos que essa medida pôde ser extensiva a todos os officiaes em identicas condições, desde que as receitas sejam passadas por medicos da Brigada, visto não acarretar augmento de despeza, por ser sufficiente a verba votada para tal fim, recomendo-vos façaes cessar os referidos precedentes,

reduzindo a respectiva consignação na proposta do orçamento para o proximo exercicio de 1900, de modo a dotar a Secção a quantia estritamente necessaria a prover de taes medicamentos somente aos officiaes da activa.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*.

Sr. Coronel Commandante da Brigada Policial da Capital Federal.

N. 15 — EM 29 DE MARÇO DE 1899

Sobre officiaes da Guarda Nacional nomeados anteriormente á reorganisação da respectiva milicia.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 29 de março de 1899.

Devolvendo as guias juntas do major José Bezerra de Cerqueira, dos capitães Apparicio da Cunha Menezes, Antonio Fernandes de Oliveira e Marcolino Bacellar, do tenente Izidoro José de Queiroz e dos alferes José Felix de Aquino, Deraldo Pereira Lopes e José Perliz Amoedo, as quaes, com outras relativas a patentes que opportunamente vos serão remettidas, acompanharam vossos officios de 6, 11, 16 e 18 de março corrente, declaro-vos que não podem ser expedidas as respectivas patentes, porque as nomeações a que se referem essas guias foram feitas anteriormente ao decreto n. 2790, de 10 de janeiro de 1898, que deu nova organização á Guarda Nacional desse Estado, e, por conseguinte, para corpos e commandos superiores hoje extinctos, em virtude do disposto no dito decreto.

Si os officiaes de quem se trata tivessem pago os sellos das patentes o se empossado antes da publicação do decreto n. 2790, seriam mantidas as nomeações, ficando considerados avulsos ou aggregados aquelles que em taes condições deixassem de ser aproveitados na reorganisação dessa milicia, nas comarcas a que pertencem.

Cumpre, portanto, que mandeis entregar aos interessados as inclusas guias, afim de que possam elles obter, pelos meios regulares, a restituição do sello que lhes foi cobrado.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*.

Sr. Commandante Superior interino da Guarda Nacional no Estado da Bahia.

N. 16 — EM 29 DE MARÇO DE 1899

Sobre officiaes da Guarda Nacional nomeados anteriormente á reorganisação da respectiva milicia e outros nomeados antes de 1 de janeiro do corrente anno.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 29 de março de 1899.

Em solução á consulta constante de vosso officio de 7 do corrente mez, declaro-vos que os officiaes nomeados para a Guarda Nacional de um Estado e que, ao tempo em que for dada nova organisacão á respectiva milicia, em observancia ao decreto legislativo n. 431, de 14 de dezembro de 1896, ainda não estejam de posse de suas patentes, não poderão mais solicitar-as, visto como serão considerados extinctos os corpos nos quaes haviam sido contemplados, e, portanto, annulladas as suas nomeações.

Relativamente, porém, aos que, não se achando em taes condições, tenham, contudo, deixado que se esgotassem em 31 de dezembro de 1898 os prazos legais para a satisfação do sello de suas patentes, começaram a correr de 1 de janeiro do corrente anno os novos prazos marcados no art. 9º da lei n. 560, de 31 de dezembro do anno passado, findos os quaes não terão mais direito a ellas, conforme estatue o citado artigo e foi explicado no aviso circular de 11 de fevereiro ultimo.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa.*

Sr. Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional no Estado de Santa Catharina.

N. 17 — EM 10 DE ABRIL DE 1899

Sobre formalidades de que devem ser revestidas as guias de pagamento do sello das patentes dos officiaes da Guarda Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 10 de abril de 1899.

Sr. Ministro de Estado da Fazenda — Convinho que tenham toda a authenticidade possível as guias com que os officiaes da Guarda Nacional recolhem as diversas Repartições Fiscaes a importancia dos direitos das respectivas patentes, rogo vos digneis providenciar affim de que taes documentos tragam sempre o sello ou carimbo daquellas Repartições, quando não forem escriptos em papel timbrado.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa.*

N. 18 — EM 11 DE ABRIL DE 1899

Sobre a não competência para o reconhecimento de signaes e firmas.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria Geral da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 11 de abril de 1899.

Em solução á consulta de 24 do mez findo, declaro-vos que, cabendo exclusivamente aos tabelliães de notas o reconhecimento de signaes e firmas, não pôde o escrivão desse Juizo praticar taes actos.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*.

Sr. Procurador da Republica na Secção das Alagoas.

N. 19 — EM 15 DE ABRIL DE 1899

Sobre nomeação dos conselhos de alistamento e revisão de guarda nacionaes no Estado da Bahia.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 15 de abril de 1899.

Respondendo á consulta constante do vosso officio n. 128, de 21 de março ultimo, relativamente ao modo por que deveis proceder na nomeação dos conselhos de alistamento e revisão de guardas nacionaes desse Estado, attento o periodo de reorganisação por que está passando a mesma milicia, declaro-vos, para os fins convenientes :

1.º Que só podeis determinar a reunião dos ditos conselhos nas comarcas onde, de conformidade com o decreto legislativo n. 431, de 14 de dezembro de 1896, já tenham sido creadas as respectivas brigadas e se ache nomeada e empossada a maioria da sua officialidade, como estatue o art. 8º do decreto n. 1130, de 12 de março de 1853 ;

2.º Que deveis fazer unicamente as nomeações para os conselhos que teem de funcionar nos districtos da sede desse commando superior, si a Guarda Nacional desta capital já estiver nas condições acima determinadas, cabendo aos commandantes das brigadas das outras comarcas essa attribuição, que será exercida pelo mais antigo, quando houver mais de um na mesma comarca ;

3.º Que de igual maneira se procederá quanto á organização dos conselhos de revista, que deverão funcionar : o dessa capital sob vossa presidencia, e os das demais comarcas sob a do commandante da respectiva brigada que houver feito as nomeações para os conselhos de qualificação, sendo este o sentido com que convem se entenda o disposto nos arts. 1º, 43 e 44 do de-

creto n. 722, de 25 de outubro de 1850, em face da nova organização dada á Guarda Nacional da União, a qual substituiu os antigos commandos superiores das comarcas por commandos de brigadas, sujeitando estes á direcção suprema de um só commando superior em cada Estado, com séde na capital ;

4.º Que os conselhos de qualificação se constituirão com os officiaes indicados nos arts. 2º do citado decreto n. 722, de 1850 e 3º, 4º e 6º do de n. 1130, de 12 de março de 1853, e com o juiz de paz ou a autoridade judiciaria de 1ª instancia que estiver em exercicio ou seu substituto legal ; outrossim, que os conselhos de revista deverão ser organizados com o presidente da Intendencia ou Camara Municipal o o juiz de direito da respectiva comarca, e, quando houver mais de um, com o que for designado pelo governador, á requisição do dito commandante da brigada, que tiver de presidir a esse conselho, como foi explicado no aviso de 22 de julho de 1893 ; convido ponderar que ás alludidas autoridades estaduais não é licito recusarem-se a auxiliar com os seus serviços os trabalhos dos referidos conselhos, por se tratar de execução de lei federal, desde que sejam solicitadas a fazel-o, nos termos do art. 7º, § 3º, da Constituição ;

5.º Finalmente, que convem que aos commandantes das brigadas, principalmente do interior, deleguem os commandantes superiores e os chefes do estado-maior, dentre as attribuições que lhes são peculiares, em virtude dos arts. 1º e 6º e paragrapho do decreto n. 1354, de 6 de abril de 1854, aquellas que, pelo excesso de serviço e impossibilidade absoluta de as exercerem, possam commetter-se áquelles, sem prejuizo da respectiva autoridade e com vantagem para o serviço publico.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.

Sr. Commandante Superior interino da Guarda Nacional no Estado da Bahia.

N. 20 — EM 18 DE ABRIL DE 1899

Modifica o aviso-circular de 18 de janeiro do corrente anno sobre pagamento do sello das patentes de officinaes da Guarda Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Circular — Capital Federal, 18 de abril de 1899.

Attendendo á conveniencia do serviço, resolvi que os prazos marcados no art. 9º da lei n. 560, de 31 de dezembro ultimo, para pagamento dos sellos das patentes de officiaes da Guarda Nacional, sejam contados da data em que for publicado o acto no *Diario Official*, ficando assim modificado o aviso-circular de 13 de janeiro do corrente anno.

E para que possa esse commando superior dar prompta execução aos diversos actos referentes à milicia civil, na presente data providencio afim de que vos seja enviado, regularmente, um exemplar do *Diario Official*.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*.

Sr. Commandante Superior da Guarda Nacional no Estado de.....

N. 21 — EM 19 DE ABRIL DE 1899

Sobre isenção do sello nas portarias de licença concedida a official da Guarda Nacional, mediante inspecção de saude.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 19 de abril de 1899.

Em referencia ao officio n. 17, de 13 de março ultimo, com que transmittistes o requerimento do major fiscal do batalhão de artilharia de posição da Guarda Nacional da capital desse Estado, Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, pedindo uma licença de seis mezes para tratar da saude, communico-vos que na presente data resolvi concedel-a e mandar remetter o competente titulo á Delegacia Fiscal do Thesouro Federal nesse Estado.

Outrosim, declaro-vos, para os fins convenientes, que são isentas do pagamento do sello, a exemplo do que se pratica com os officiaes do Exercito e da Armada, as portarias de licença concedidas aos officiaes e praças da Guarda Nacional para tratamento de saude, uma vez que estas o sejam de conformidade com o parecer da respectiva junta medica que tenha procedido á inspecção.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*.

Sr. Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional no Estado do Amazonas.

N. 22 — EM 22 DE ABRIL DE 1899

Explica o art. 289 do Codigo do ensino superior no sentido de abo-narem-se, independentemente de justificação, as faltas dos professores, para o fim de receberem o seu ordenado sem desconto, mas não as gratificações correspondentes.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 22 de abril de 1899.

Em solução ás consultas constantes do vosso officio n. 53 de 1 do mez corrente e relativas á intelligencia e applicação do art. 289 do Codigo do ensino superior, declaro-vos que, tendo as suas disposições reproduzido, em substancia, as do art. 130 do

decreto n. 1387 de 28 de abril de 1854, explicadas pelo aviso de 22 de outubro do mesmo anno e posteriormente mantidas na quasi totalidade dos estatutos e regulamentos dados, em diferentes épocas, aos institutos de ensino superior dependentes deste Ministerio, deve ser o mencionado artigo entendido e applicado de accordo com a doutrina do citado aviso, segundo a qual as duas faltas não justificadas que os professores derem no decurso de um mez, devem ser abonadas para o fim de receberem o seu ordenado sem desconto, mas não as gratificações correspondentes.

E constituindo o abono do ordenado, independentemente de justificação das faltas, um favor concedido pela lei aos professores, não pôde ficar subordinado ao criterio dos directores, a quem compete, entretanto, resolver quanto ás faltas que julgar ou não justificadas na fórma do disposto no art. 286 do referido Código.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.

Sr. Director interino da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro,

N. 23 — EM 22 DE ABRIL DE 1899

Declara que ás subvenções annuaes estabelecidas para os alumnos nacionaes do Instituto Nacional de Musica podem concorrer não só os brasileiros natos mas todos os cidadãos brasileiros, nos termos do art. 69 da Constituição da Republica.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 22 de abril de 1899.

Em solução á consulta constante do vosso officio de 21 de março ultimo, declaro-vos que o alumno Angelo Rosa, de origem italiana, naturalizado brasileiro em virtude do decreto n. 58 A, de 14 de dezembro de 1897, pôde concorrer á subvenção annual da classe de contra-baixo, visto que a expressão « nacionaes » do art. 1º das instrucções que regulam taes subvenções não comprehende sómente os brasileiros natos, mas todos os cidadãos brasileiros, segundo os termos do art. 69 da Constituição da Republica.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.

Sr. Director do Instituto Nacional de Musica.

N. 24 — EM 24 DE ABRIL DE 1899

Decide sobre o desconto dos vencimentos dos professores por faltas dadas seguidamente e sobre a substituição dos lentes que faltarem sem licença.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 24 de abril de 1899.

Em solução ás consultas constantes do vosso officio de 3 de março ultimo, declaro-vos que o abono dos vencimentos integraes aos lentes, nos dias em que não funcionam as suas cadeiras, é feito no presupposto de acharem-se os mesmos lentes promptos, já para as lições subseqüentes, já para os trabalhos de Congregação, exames, concursos e outros que, além do serviço lectivo, lhes possam ser commettidos.

As faltas dadas seguidamente pelos professores, demonstram a não existencia dessa condição; e só justificadas podem assegurar-lhes a percepção do respectivo ordenado, a exemplo do que acontece nas licenças concedidas pela autoridade competente.

No caso contrario, nenhum direito lhes assiste á percepção de vencimentos, quer nos dias determinados para as lições, quer nos intercalares.

Aos proprios funcionarios que faltam com participação de molestia não podem ser as faltas justificadas pelos respectivos directores, para o abono do ordenado, por mais de oito dias em um mez, além dos quaes terão direito ao mesmo ordenado sómente os que obtiverem licença, segundo a doutrina do aviso n. 36, de 5 de novembro de 1891.

Com relação á vossa consulta sobre a intelligencia que deve ser dada ao art. 289 do Codigo do ensino superior, communico-vos que ella já foi declarada, de accordo com a doutrina estabelecida na legislação anterior ao mesmo Codigo, em aviso deste Ministerio de 22 de abril corrente para o qual chamo a vossa attenção.

Quanto ás medidas que deve adoptar essa Directoria, relativamente á substituição dos lentes que faltarem sem licença, declaro-vos que sendo este caso equiparavel ao de impedimento por aquelle motivo, cabe-vos providenciar na forma do disposto no art. 283 do referido Codigo.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*.

Sr. Director da Escola de Minas.

N. 25 — EM 27 DE ABRIL DE 1899

Sobre reconhecimento de officiaes da Guarda Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 27 de abril de 1899.

Em solução á consulta que fizestes em officio n. 16, de 11 de março ultimo, declaro-vos, para os fins convenientes, que nenhum official da Guarda Nacional poderá ser reconhecido sem que tenha pago o sello da respectiva patente e prestado o compromisso legal, como terminantemente exigem os arts. 57 da lei n. 602, de 19 de setembro de 1850, 81 e 82 do decreto n. 722, de 25 de outubro do mesmo anno, e 9ª da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.

Assim, pois, com relação aos officiaes da antiga Guarda Nacional desse Estado, que fazem o objecto da vossa consulta e que foram empossados provisoriamente em 1894, por ordem do Governo, attenta a época anormal que então atravessava o paiz, devoriam elles, uma vez cessados os motivos que determinaram aquella medida, toda de character transitorio, solicitar, em tempo opportuno, as suas patentes e completar, pelos meios legaes, a sua investidura nos postos para que foram anteriormente nomeados.

Os que o não fizeram até á data em que teve nova organização a milicia civica nesse Estado, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, perderam o direito ás patentes, cabendo aos que foram novamente aproveitados, embora nos mesmos postos, de que haviam sido investidos sem a observancia das formalidades legaes, apresentar as necessarias guias comprobativas do pagamento do sello das respectivas patentes, dentro do prazo marcado no art. 9ª da citada lei n. 560, de 1898, afim de que estas possam ser expedidas e não incorram elles na penalidade estatuida no art. 65, § 1º, da lei n. 602 de 1850.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.

Sr. Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional no Estado do Amazonas.

N. 26 — EM 27 DE ABRIL DE 1899

Sobre a substituição dos commandantes de brigada na Guarda Nacional

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 27 de abril de 1899.

Attendendo ao que solicitastes em officio n. 197, de 12 do corrente mez, declaro-vos que ficas autorizado a designar, dentre os coroneis e tenentes-coroneis aggregados a esse commando superior, os que devam substituir interinamente os com-

mandantes das brigadas nas suas faltas ou impedimentos temporarios, sempre que para a boa marcha do serviço não convier afastar do commando do seu corpo o tenente-coronel a quem competiria a mesma substituição, nos termos do art. 3º do decreto n. 1354, de 6 de abril de 1854, combinado com o aviso de 16 de março de 1898, ficando entendido que, quando a designação recahir em algum official de patente igual á dos commandantes dos corpos da respectiva brigada, seja aquelle mais antigo do que este, em obediencia ao disposto no decreto n. 2404, de 18 de abril de 1859, que regula a precedencia entre os officiaes das diferentes corporações militares.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.*

Sr. Coronel Commandante Superior interior da Guarda Nacional da Capital Federal.

N. 27 — EM 27 DE ABRIL DE 1899

Sobre custas ao procurador da Republica nas justificações de qualquer especie.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 27 de abril de 1899.

Em telegramma de 13 do corrente, consultaes si em simples justificação produzida para documento e em que figura a Fazenda Nacional como justificada, tem o procurador seccional direito ás custas, e quaes sejam ellas.

Declaro-vos, em resposta, que, sendo as justificações de qualquer especie um acto que tende sempre a definir e firmar direito, não podem imprimir ao processo character contencioso, que por sua natureza não teem, e assim não ficam sujeitas á hypothese que subordina a mesma Fazenda ao pagamento das custas em todas as demandas de que decahir.

A vista do exposto, cabe ao procurador, pelos actos que praticar nas alludidas justificações, a percepção das custas dos arts. 77, n. 2 e 82, n. 2, do regimento de 1874, pagas pela parte adversa.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.*

Sr. Juiz Federal na secção de Santa Catharina.

N. 28 — EM 1 DE MAIO DE 1899

Sobre a época em que deve ser feita a divisão dos districtos eleitoraes.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 1.ª Secção — Capital Federal, 1 de maio de 1899.

Sr. Governador do Estado de Santa Catharina — Em telegramma de 25 de abril ultimo, Abilio de Oliveira, communicando haver sido installada a 4.ª commissão de alistamento, e nunca ter sido dividido em secções, como preceitua o art. 3.º da lei n. 35, de 26 de janeiro de 1892, o districto que constitue a sede do Governo Municipal da Capital desse Estado, consultou si, de common accordo, podem os presidentes das commissões fazer divisões provisórias para o fim de serem observadas as disposições dos arts. 10, 11 e 12 da citada lei.

Ao Poder Executivo fallece competencia para resolver sobre o assumpto eleitoral.

Todavia declaro, como informação, que não se tendo realizado no dia determinado no art. 3.º a divisão do municipio em secções, e não havendo disposição legal que autorize a divisão provisoria, cumpre aguardar a nova época no anno proximo vindouro. O que rogo vos dignéis fazer chegar ao conhecimento do cidadão que assignou o telegramma.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*.

N. 29 — EM 8 DE MAIO DE 1899

Sobre conselhos de qualificação de guardas nacionaes.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2.ª Secção — Capital Federal, 8 de maio de 1899.

Em solução á consulta que novamente me dirigistes em officio n. 143, de 22 de abril ultimo, e segundo o que já expendi em aviso de 15 do mesmo mez, declaro-vos que não podeis ordenar a reunião dos conselhos de qualificação de guardas nacionaes nessa capital na 3.ª dominga do corrente mez, como estatue o art. 9.º, ultima parte, do decreto n. 1130, de 12 de março de 1853, uma vez que a maioria da respectiva officialidade ainda não foi nomeada e empossada; convindo, pois, que nestas condições promovaes pelos meios regulares a nomeação dos officiaes para os corpos reorganizados e creados pelo decreto n. 2790, de 10 de janeiro de 1898, afim de que, constituido por esse modo o quadro dos referidos officiaes, possa o Governo Federal marcar época em que devem reunir-se os ditos conselhos, como faculta

o art. 8º do citado decreto n. 1130, de 1853, visto que a 3ª domingo de maio só é taxativamente fixada para o início dos trabalhos de alistamento nas comarcas onde a officinalidade tenha sido opportunamente nomeada e se ache em exercício de seus postos.

Saude e fraternidade.—*Epitacio Pessoa.*

Sr. Tenente-Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional no Estado da Bahia.

N. 30 — EM 16 DE MAIO DE 1899

Sobre a posse de officiaes da Guarda Nacional e lançamento de notas e averbações em suas patentes.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Circular — Capital Federal, 16 de maio de 1899.

No intuito de obviar os inconvenientes e irregularidades que se notam em algumas patentes de officiaes dessa milicia, recomendo-vos que providencieis afim de serem observados, com toda a exactidão, não só o implemento dos prazos marcados para a posse dos alludidos officiaes, em conformidade do art. 20 do decreto n. 1354, de 6 de abril de 1854, mas também os lançamentos, notas e averbações, que devam ser feitos nas patentes, quer perante esse commando, quer nos das brigadas do interior, mencionando-se o nome por extenso e o posto do official que tiver deferido a posse, ordenado o registro ou escripto os demais dizeres que figuram nos mesmos titulos.

Saude e fraternidade.—*Epitacio Pessoa.*

Sr. Commandante Superior da Guarda Nacional do Estado de...

N. 31 — EM 25 DE MAIO DE 1899

Declara que os quarenta dias uteis concedidos pelo art. 180 do Código de ensino superior para a matricula fóra do prazo normal, devem ser contados por dias de lição.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 25 de maio de 1899.

Em resposta ao vosso officio de 17 deste mez informando sobre o requerimento em que Joaquim de Souza Leão Netto pede ser

admittido á matricula no 2º anno dessa Faculdade, allegando não o ter podido fazer na época propria por haverem sido adiados para o mez de abril findo os exames do 1º anno da Faculdade de Direito do Recife, onde os prestou depois de encerrada aquella época, declaro-vos que, sendo a allegação verdadeira, é attendivel o pedido do requerente, porquanto os quarenta dias uteis concedidos pelo art. 180 do Código do ensino superior para a matricula fóra do prazo normal devem ser contados por dias de lição, como pensa acertadamente essa Directoria.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.

Sr. Director da Faculdade Livre de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro.

N. 32 — EM 3 DE JUNHO DE 1899

Sobre percepção de custas em arrecadação de bens.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 3 de junho de 1899.

Com officio de 27 de maio proximo findo, transmittistes a este Ministerio uma consulta em que se pedem esclarecimentos sobre os seguintes pontos:

1.º Si a « pessoa abonada », a quem forem confiados os bens arrecadados, na conformidade do art. 3º, § 1º, do decreto n. 3271, de 2 do dito mez, tem direito a percentagem e qual seja esta;

2.º Si, dada a hypothese do citado § 1º e consequentemente a perda por parte do curador de ausentes ou de representante da Fazenda Federal, por quem será percebida a metade da percentagem marcada para os mesmos funcionarios;

Declaro-vos, em resposta, para os fins convenientes, não só que a pessoa abonada a que allude a consulta não póde ter direito a percentagem alguma, mas tambem a metade da percentagem deduzida da que couber ao funcionario publico quando este faltar no acto da arrecadação, reverterá ao monte.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.

Sr. Juiz da 6ª Pretoria.

N. 33 — EM 27 DE JUNHO DE 1899

Recommenda que para a regencia interina de cadeiras ou aulas do Gymnasio Nacional a que se referem os arts. 78 e 79 do respectivo regulamento, sejam preferidos os bachareis formados pelo mesmo Gymnasio.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 27 de junho de 1899.

Attendendo às ponderações feitas pelo Instituto dos Bachareis em Letras em representação dirigida ao Ministerio a meu cargo, recommendo-vos que havendo necessidade de chamar-se para a regencia interina de cadeiras ou aulas desse estabelecimento, na forma do disposto nos arts. 78 e 79 do regulamento em vigor, pessoa extranha ao respectivo corpo docente, sejam preferidos os bachareis formados pelo Gymnasio Nacional, aos quaes foi esta preferencia estabelecida nos tres ultimos regulamentos anteriores ao approved por decreto n. 2857 de 30 de março de 1898.

Saude e fraternidade.—*Epitacio Pessoa*.

Sr. Director do Externato do Gymnasio Nacional.

Igual ao Internato do mesmo Gymnasio.

N. 34 — EM 4 DE JULHO DE 1899

Declara que para applicação do art. 39, § 1º, do regulamento de 24 de julho de 1893 com referencia aos assistentes de clinicas é necessaria a allegação pelo lente da cadeira de factos positivos sobre faltas commettidas pelo assistente no desempenho de seu cargo.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 4 de julho de 1899.

Em officio de 5 de junho ultimo, dando conhecimento a este Ministerio da correspondencia trocada entre essa Directoria e o lente substituto Dr. Augusto de Souza Brandão, actualmente na regencia da cadeira de clinica obstetrica dessa Faculdade, relativamente á applicação do disposto no art. 39, § 1º, do regulamento em vigor, com referencia ao assistente daquella cadeira, communicastes que, não se conformando o mencionado lente com as razões pelas quaes não julgastes sufficientes, á vista do preceituado em aviso de 19 de maio ultimo, as allegações por elle apresentadas, afim de proceder-se ao inquerito e mais formalidades de que trata a citada disposição regulamentar, submetteis o vosso acto á decisão deste Ministerio.

Declaro-vos em resposta e em additamento ao determinado no referido aviso, que não pôde o inquerito alludido versar sobre objecto indeterminado. E' sobre factos positivos, sobre faltas commettidas pelo assistente no desempenho do seu cargo, e explicitamente allegadas pelo lente da cadeira, que se tem de proceder a syndicancia; doutrina esta accorde com a do Código do ensino superior que, tratando da falta de cumprimento de deveres por parte dos lentes, preceitua, no art. 53, que o director levará ao conhecimento da Congregação o facto ou factos por elles praticados, e no art. 54 que, dado este caso, a Congregação nomeará uma commissão para syndicar dos ditos factos.

Não pôde, portanto, constituir materia para o inquerito a vaga allegação de que o assistente falta aos seus deveres, nem se denunciarem as faltas por elle commettidas, nem a de haver contra elle uma circumstancia especial, sem se declarar qual ella seja.

Accresce que a allegação deve preceder ao inquerito que, sem ella, não terá razão que o determine nem objecto sobre o qual se exerça.

Não é, por conseguinte, a commissão de inquerito que só será nomeada para syndicar dos factos, depois de allegados estes, nem perante a Congregação, a qual compete unicamente, na forma do citado art. 39, § 1º, julgar da allegação após o inquerito, que tem de ser feita pelo lente da cadeira a declaração dos factos praticados pelo respectivo assistente, ou da circumstancia especial que contra o mesmo existir.

Assim, havendo o lente Dr. Augusto Brandão, no officio que vos dirigiu em 2 do mez findo e que me communicastes, declarado possuir documentos com que prova as faltas commettidas pelo assistente de clinica obstetrica no desempenho de suas funções, cumpre que lhe faças sentir a necessidade de exhibir os ditos documentos ou de formular em termos precisos os factos praticados pelo mesmo assistente afim de proceder-se ao inquerito pedido, de accordo com o determinado no regulamento vigente.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.*

Sr. Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

N. 35 — EM 6 DE JULHO DE 1899

Declara quem deve assumir o commando da Brigada na Guarda Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — Capital Federal, 6 de julho de 1899.

Em solução á consulta feita em officio de 26 de abril ultimo pelo tenente-coronel commandante do 35º batalhão de infantaria da Guarda Nacional da comarca de Bocayuva, nesse Estado,

Angelo Pereira da Cunha, declaro-vos, para que o façaes constar ao referido official, que, si, como allega, é elle o mais graduado dos que actualmente se acham em exercicio naquella comarca, compete-lhe assumir interinamente o commando da respectiva brigada e dar posse aos officiaes que se apresentarem acompanhados das suas patentes, até que o commandante effectivo assumna o exercicio de seu cargo.

Os officiaes do extincto commando superior da dita comarca que não foram contemplados nas novas nomeações serão considerados avulsos, até que o Governo Federal resolva aproveitá-los nos mesmos postos ou em outros superiores, ou mandar aggregal-os a qualquer dos corpos da alludida brigada.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa.*

Sr. Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional no Estado de Minas Geraes.

N. 36 — EM 11 DE JULHO DE 1899

Declara quem deve assumir o commando da Brigada na Guarda Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 11 de julho de 1899.

Em solução á consulta feita pelo coronel Gustavo Gomes Jardim, do extincto commando superior da antiga Guarda Nacional da comarca de S. Simão, nesse Estado, declaro-vos, para que o façaes constar ao referido official, que, dada nova organização á milicia civica de uma comarca, pela criação das respectivas brigadas e nomeação de sua officialidade, compete ao official mais graduado dentre os que primeiro receberem suas patentes, assignar o necessario termo de promessa perante o commandante superior da capital ou seu substituto legal; feito o que deverá assumir interinamente o commando da brigada e dar posse aos demais officiaes que se apresentarem para esse fim, até que outro official de graduação superior á sua ou o commandante da brigada se apresente, e ao qual deverá passar o exercicio do cargo que estiver occupando.

Essa attribuição não poderá ser desempenhada pelos officiaes que não foram aproveitados nas novas nomeações, os quaes serão considerados avulsos e sómente lhes cabe a guarda do archivo que estiver a seu cargo, emquanto não puder ser entregue a quem de direito.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa.*

Sr. Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional no Estado de S. Paulo.

N. 37 — EM 13 DE JULHO DE 1899

Sobre o exercício simultaneo na mesma junta eleitoral do substituto do juiz federal e do procurador da Republica quando este for sobrinho daquelle.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1.^a Secção — Capital Federal, 13 de julho de 1899.

Declaro-vos, em resposta ao telegramma de 28 do mez findo, que, quanto ao facto de fazerem parte da junta eleitoral que tem de ser installada na capital desse Estado o vosso substituto e o procurador seccional, este sobrinho daquelle, não ha incompatibilidade entre elles. No silencio da lei que organisou a magistratura federal, deve o caso ser resolvido de accordo com a legislação anterior, conforme preceitua o art. 387 do decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890.

Ora, na legislação anterior, o assento da materia é a Ord. liv. 1, tit. 48, § 29; deixando de parte a controversia sobre a applicabilidade desta Ord. aos procuradores publicos, o certo é que ella só cogita de procuradores e juizes que estejam entre si na relação de pae e filho, irmãos e cunhados, não figurando ali a hypothese de tio e sobrinho.

A Ord. liv. 1, tit. 79, § 45 não tem applicação ao caso; refere-se á incompatibilidade dos tabelliães do judicial, chancereis, escrevães, procuradores, meirinhos, contadores e inquisidores entre si, e não á incompatibilidade entre estes officiaes e os juizes. Não se me afigura licito, tratando-se de materia *stricti juris*, tornar essa disposição extensiva a factos de que ella não cogitou expressamente.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*.

Sr. Juiz Federal na secção de Santa Catharina.

N. 38 — EM 17 DE JULHO DE 1899

Sobre a precedencia do casamento civil á cerimonia religiosa.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1.^a Secção — Capital Federal, 17 de julho de 1899.

Sr. Presidente do Estado de Minas Geraes — Com o officio de 17 de maio ultimo, transmittistes a representação formulada pelo 3.^o juiz de paz do districto da cidade de Ubá, o qual consulta sobre diversos pontos, que julga duvidosos, dos decretos ns. 181, de 24 de janeiro de 1890, e 9886, de 7 de março de 1888.

Em resposta, cabe-me declarar-vos que, em virtude do art. 7º, § 2º, da lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, não pôde este Ministerio interpretar as disposições de lei ou regulamento cuja execução compita ao Poder Judiciario. Não obstante, ha na consulta alludida pontos que se referem ou a questões incon-troversas e já decididas ou á parte administrativa; e sobre ellas ponderarei o seguinte:

Quanto á obrigatoriedade da precedencia do casamento civil á cerimonia religiosa, o Congresso Nacional, por mais de uma vez, a tem repellido como offensiva ao art. 72, §§ 4º e 7º, da Constituição, considerando, portanto, revogado o decreto n. 521, de 26 de junho de 1890; não se pôde, por consequencia, prohibir a celebração de tal cerimonia antes de effectuado o acto civil.

Outrosim, havendo a Constituição estabelecido expres-samente a gratuidade da celebração do casamento, não cabem por este acto emolumentos, nem ao juiz, nem ao official do registro, devendo assim considerar-se revogado o art. 122 da lei n. 181.

Finalmente, no tocante ás custas da habilitação para o casamento e ás do registro de nascimentos e obitos, a materia acha-se regulada pelos arts. 123, do decreto n. 181, e 42, do de n. 9886. Contra os abusos e extorsões devem as partes re-clamar aos juizes, a quem incumbe punir os escrivães e officiaes.

Tendo, entretanto, autorização para rever o regulamento annexo ao mencionado decreto n. 9886, relativo ao registro civil, poderá o Governo opportunamente attender, no que for usto, á representação de que se trata.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.

N. 39 — EM 17 DE JULHO DE 1899

Sobre preenchimento de formalidades nas patentes dos commandantes de brigada quando não houver commandante superior effectivo.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 17 de julho de 1899.

Declaro-vos, para os fins convenientes e em resposta ao officio de 7 de maio ultimo, que deveis apresentar vossa patente ao registro e necessarias averbações no commando superior da Guarda Nacional nesse Estado, depois que tiver sido ella apos-tillada e registrada na Secretaria deste Ministerio, de accordo com o preceito do art. 1º, § 24, do decreto n. 1354, de 6 de abril de 1854.

Como, porém, não tem ainda a Guarda Nacional desse Estado commandante superior effectivo, taes formalidades deverão ser preenchidas perante o coronel chefe do estado-maior ou seu substituto legal.

O uso dos botões insignias, permittido aos officiaes da Guarda Nacional da Capital Federal, quando à paisana, é extensivo aos demais officiaes da mesma Guarda Nacional em toda a União, visto tratar-se de uma milicia federal, sujeita ás mesmas leis e á direcção suprema do Presidente da Republica por intermedio deste Ministerio.

Saude e fraternidade. — *Eptacio Pessoa.*

Sr. Coronel Commandante da 80ª brigada de infantaria da Guarda Nacional na comarca da Varginha, no Estado de Minas Geraes.

N. 40 — EM 20 DE JULHO DE 1899

Declara suspenso do exercicio do posto o official da Guarda Nacional que tem de responder a conselho de disciplina.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 20 de julho de 1899.

Em resposta ao officio n. 589, de 29 de junho findo, declaro-vos que, tendo o major Vicente Aurelio da Silva e Oliveira, em virtude dos actos que praticou, incorrido nas faltas previstas pelos §§ 1º, 2º e 4º do art. 97 da lei n. 602, de 19 de setembro de 1850, pelo que foi mandado responder a conselho de disciplina por esse commando superior, acha-se *ipso facto* suspenso do exercicio do seu posto, desde a accusação até a absolvição ou condemnação, nos termos da ultima parte do art. 111 da lei citada, independentemente de qualquer acto expresso deste Ministerio.

Saude e fraternidade. — *Eptacio Pessoa.*

Sr. Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional da Capital Federal.

N. 41 — EM 24 DE JULHO DE 1899

Sobre o exercicio das funções de auditor de marinha e do da advocacia.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 24 de julho de 1899.

Sr. Ministro de Estado dos Negocios da Marinha — Com aviso de 11 do corrente mez, transmittistes o requerimento em que o auditor de marinha consulta si lhe assiste

a faculdade de pleitear no fôro commum, no civil e no commercial, alheios direitos e interesses.

A Ord. liv. 3, tit. 28, § 2º, prohibe ao juiz advogar, a não ser em causa propria ou de pessoa em relação á qual seja suspeito. Esta disposição era applicavel aos antigos auditores, porque, apesar do character especial de suas funcções, substituiam, como juizes de direito, que eram, e nos termos da legislação em vigor, aos juizes das varas civeis, commerciaes, de orphãos e da provedoria.

O decreto n. 1065, porém, de 22 de novembro de 1890, fez cessar o exercicio dos juizes de direito nos cargos de auditor de guerra e de marinha, e transferiu as funcções inherentes a esses cargos a autoridades independentes do Ministerio da Justiça. Essas funcções veem especificadas no Regulamento Processual Militar de 16 de julho de 1895, no qual nenhuma disposição se encontra que estabeleça para aquelles funcionarios a prohibição de advogar.

Os auditores actuaes teem de uma parte attribuições que correspondem ás dos representantes do Ministerio Publico no fôro civil, aos quaes não é vedada a advocacia, e de outra só funcionam como juizes no fôro criminal militar, fôro restricto, em o qual não se debatem questões de ordem civil ou commercial.

Não repugnam, pois, entre si as funcções de advogado e auditor, e assim o entendeu o decreto n. 355, de 29 de maio de 1891, mandando que, nos logares onde não houver auditor privativo, pôde ser chamado qualquer advogado para funcionar em cada conselho, doutrina esta que foi tambem consagrada no art. 16 do citado Regulamento Processual Militar.

Assim, cabe-me declarar, em resposta ao vosso aviso, que não existe incompatibilidade entre o desempenho do referido cargo e o exercicio da profissão de advogar em fôro que não seja o criminal.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa.*

N. 42 — EM 26 DE JULHO DE 1899

Sobre exercicio de supplemtas dos substitutos do juizo federal que acceitam cargos estaduaes.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 26 de julho de 1899.

Declaro-vos, em resposta ao officio n. 66, de 5 do corrente mez, que o 1º e 2º supplemtes do vosso substituto, por terem acceitado, aquelle, o cargo de secretario da Relação, e, este, o de deputado estadual, não perdem, na conformidade do art. 3º § 5º

da lei n. 221, de 20 de novembro de 1894, os respectivos logares, visto que a lei n. 23, de 8 de janeiro de 1892, que estabelecia as incompatibilidades entre cargos federaes e estaduais, foi revogada pela lei n. 342, de 2 de dezembro de 1895.

Saude e fraternidade. — *Epitácio Pessoa*.

Sr. Juiz Federal na Secção das Alagoas.

N. 43 — EM 1 DE AGOSTO DE 1899

Sobre pagamento do imposto de transmissão, *causa mortis*, por fallecimento em Portugal.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 1 de agosto de 1899.

Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores — Com aviso de 20 de junho ultimo, ao qual acompanharam cópias das notas trocadas entre o Governo portuguez e a Legação brasileira em Lisboa, a respeito da jurisdicção do fisco daquelle paiz para a cobrança do imposto de transmissão *causa mortis* de titulos da divida publica do Brazil, solicitaes que este Ministerio vos habilite a indicar aquella Legação qual a doutrina que deva ser observada no assumpto.

Em resposta, cabe-me declarar-vos que, de accordo com o art. 2º do regulamento n. 2801, de 19 de janeiro de 1898, os titulos da divida publica estrangeira, acções, debentures, etc. estão sujeitos, no Brazil, ao imposto de transmissão *causa mortis*; e, sendo a lei portugueza, neste ponto, identica á nossa, os titulos de que se trata devem alli satisfazer o pagamento do alludido imposto.

Saude e fraternidade. — *Epitácio Pessoa*.

N. 44 — EM 7 DE AGOSTO DE 1899

Sobre dispensa do serviço da Guarda Nacional para funcionarios publicos municipaes.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — Capital Federal, 7 de agosto de 1899.

Sr. Prefeito do Districto Federal — Em solução de vossos officios ns. 606, 613 e 631, de 28 de junho, 3 e 6 de julho ultimo, em que solicitaes a dispensa do serviço activo da Guarda Nacional desta Capital, não só para os empregados do Matadouro Publico de Santa Cruz, que se acham qualificados no 17º batalhão de in

fantasia, mas também para o capitão Fernando Pinto Corrêa e tenentes Manoel de Paiva Guedes e Acylino da Costa Jacques, que igualmente são funcionarios municipaes, declaro-vos que, quanto aos primeiros, já o coronel commandante superior interino providenciou no sentido de evitar que o serviço da mesma milicia prejudique o incumbido aos alludidos empregados.

Quanto aos demais, porém, não pôde a vossa solicitação ser attendida : os officiaes, sejam empregados publicos ou não, obrigam-se, pela acceitação dos postos, a todos os encargos que a estes são inherentes ; si não podem, pela natureza de seus cargos, ou si lhes não convem desempenhar-se dessa obrigação, nada impede que solicitem a sua exoneração. O que não é equitativo é crear um privilegio em favor dos funcionarios publicos, em prejuizo das outras classes sociaes, que assim ficariam, sómente ellas, obrigadas ao serviço da Guarda Nacional.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.*

N. 45 — EM 16 DE AGOSTO DE 1899

Sobre prorrogação de prazo para o pagamento do sello de patentes de officiaes da Guarda Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 16 de agosto de 1899.

Em solução ao vosso officio n. 31, de 26 de junho ultimo, declaro-vos que, de accordo com o art. 9º da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, o prazo para o pagamento do sello das patentes dos officiaes da Guarda Nacional é improrogavel e não admitte a dispensa de lapso de tempo, só permittida quando se tratar de apostilla, que não estiver sujeita a sello.

A' vista do exposto, não pôde ser attendida a solicitação que fizestes para que seja concedida prorrogação do prazo legal aos officiaes nomeados por decreto de 31 de outubro de 1898, afim de que estes satisfaçam o sello das respectivas patentes, não procedendo a allegação de que a falta do cumprimento dessa formalidade foi devida á demora na publicação do necessario edital, porquanto não só se trata de nomeações feitas ácerca de nove mezes, como também em tempo opportuno foi expedido o aviso de 18 de abril ultimo, modificando a determinação contida no de 11 de fevereiro do corrente anno, relativamente á contagem do referido prazo.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.*

Sr. Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional no Estado do Amazonas.

N. 46 — EM 18 DE AGOSTO DE 1899

Sobre aceitação de guias de pagamento do sello das patentes de officiaes da Guarda Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 18 de agosto de 1899.

Em solução de vosso officio n. 167, de 5 de junho ultimo, em que vos referis á concessão de dispensa de lapso de tempo decorrido afim de que dous officiaes dessa milicia paguem o sello das respectivas patentes, declaro-vos que o prazo marcado no art. 9º da lei n. 560, de 31 de dezembro ultimo, para o pagamento do sello das patentes de nomeação ou das apostillas de transferencia da activa para a reserva e vice-versa, é improrogavel, e, uma vez esgotado o dito prazo, os officiaes perdem o direito aos postos que lhes foram conferidos.

Como, porém, a demora do pagamento do sello das duas patentes em questão foi motivada por falta da necessaria communicação em tempo opportuno, podeis aceitar as respectivas guias, enviando-as a este Ministerio para os fins convenientes.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.*

Sr. Commandante Superior interino da Guarda Nacional no Estado da Bahia.

N. 47 — EM 24 DE AGOSTO DE 1899

Sobre dispensa do serviço da Guarda Nacional para official que exerce o emprego de guarda da Alfandega.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 24 de agosto de 1899.

Sr. Ministro de Estado da Fazenda — Em solução de vosso aviso n. 80, de 18 de julho ultimo, em que solicita-se a dispensa do serviço da Guarda Nacional para o guarda da Alfandega do Rio de Janeiro Annibal Jardim, que é 2º tenente do 1º batalhão de artilharia de posição, declaro-vos que não pôde ser atendida vossa solicitação, visto tratar-se de um empregado publico que, tendo accettato posto na milicia civica, desistiu tacitamente da dispensa que a lei faculta.

Entretanto, si a natureza do emprego que exerce o citado official impossibilita-o de attender, sem prejuizo do serviço publico, a ambas as funções de que se acha investido, convem que o mesmo empregado opte entre o logar de guarda da Alfandega e o posto de official da Guarda Nacional; e, preferindo o primeiro, deverá requerer a este Ministerio demissão do posto que lhe foi conferido.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.*

N. 48 — EM 28 DE AGOSTO DE 1899

Sobre interrupção de prazo para a posse de officiaes da Guarda Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 28 de agosto de 1899.

Em solução do vosso officio n. 657, de 31 de julho ultimo, declaro-vos, para os fins convenientes, que, si o official da Guarda Nacional estiver licenciado ou exercendo algum cargo ou commissão do Governo, incompativel com o seu posto, ou tiver outro qualquer impedimento legal que o inhíba de tomar posse desse posto, e, nos termos das disposições regulamentares, for nomeado, promovido, transferido ou aggregado, interromper-se-ha a contagem do prazo marcado para a sua investidura em o novo posto ou cargo, até que cesse o impedimento, visto que a posse, nessas condições, importaria em desistencia do resto da licença ou em renuncia do cargo de que se achar o mesmo official investido.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa.*

Sr. Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional da Capital Federal.

N. 49 — EM 30 DE AGOSTO DE 1899

Declara que não sendo applicavel aos candidatos á profissão de agrimensor, dentista, etc., o disposto na lei n. 560 de 31 de dezembro de 1898, podem os mesmos prestar exames parcellados de preparatorios, fazendo-se nos attestados de approvação a declaração necessaria.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 30 de agosto de 1899.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que só sendo exigido o exame de madureza para a matricula nos cursos superiores não é applicavel aos candidatos á profissão de agrimensor, dentista, etc. a disposição da lei n. 560, de 31 de dezembro do anno findo, que prohibe os exames parcellados a quem não tem exame de uma materia pelo menos, cumprindo, porém, que nos attestados de approvação se declare o fim a que esses candidatos se propoem, de modo que taes attestados não possam ser utilizados contra o disposto na citada lei.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa.*

Sr. Commissario Fiscal de exames no Estado de Sergipe.
Identico aos demais commissarios fiscaes nos Estados

N. 50 — EM 1 DE SETEMBRO DE 1899

Sobre conselhos de qualificação e revista na Guarda Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 1 de setembro de 1899.

Em solução de vosso officio n. 3, de 6 de julho ultimo, declaro-vos que, para a nomeação e funcionamento dos conselhos de qualificação e de revista da Guarda Nacional sob vosso commando, deveis observar as disposições dos decretos ns. 722, de 25 de outubro de 1850 e 1130, de 12 de março de 1853, e mais as determinações contidas no aviso de 15 de abril do corrente anno, publicado no *Diario Official* de 18 do mesmo mez.

Quanto ao pedido, que fizestes, de remessa dos livros de instruções para as tres armas e de figurinos dos fardamentos adoptados para a milicia civil, não pôde ser attendido, por não os possuir este Ministerio, nem existir verba no orçamento vigente para taes despesas; sendo certo que as instruções praticas das tres armas do Exercito são igualmente adoptadas na Guarda Nacional.

A falta, porém, dos alludidos figurinos é perfeitamente supprida pelas descrições constantes dos decretos ns. 1167, de 13 de dezembro de 1890, 1187, de 18 de outubro de 1892, 1506, de 7 de agosto de 1893, e 2468, de 27 de fevereiro de 1897, os quaes approvaram o novo plano de uniformes da milicia civil e suas posteriores modificações.

A esto acompanham 50 exemplares do *Guia pratico* para o official da Guarda Nacional, onde está incluído, na integra, o theor do ultimo dos citados decretos.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.

Sr. General Commandante Superior da Guarda Nacional no Estado de Matto Grosso.

N. 51 — EM 4 DE SETEMBRO DE 1899

Sobre dispensa da sessão do Jury de um funcionario do Ministerio da M. J. ha.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 4 de setembro de 1899.

Sr. Ministro de Estado dos Negocios da Marinha — Em aviso de 29 do mez findo, solicitaes providencias afim de que pelo juiz da 5ª Pretoria seja dispensado de funcionar na Junta correccional o professor da Escola Naval, Dr. Eugenio Guimarães Rabello.

Em resposta, cabe-me declarar-vos que, sendo o conhecimento das escusas dos jurados e vogaes da exclusiva competencia dos respectivos presidentes, como preceitua oCodigo do Processo, art. 313, a lei de 3 de dezembro de 1841, art. 104, e regulamento n. 120, de 31 de janeiro de 1842, não pôde este Ministerio attender ao vosso pedido, cabendo, entretanto, ao director do mesmo estabelecimento requisitar do juiz a dispensa desse funcionario.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa.*

N. 52 — EM 5 DE SETEMBRO DE 1899

Sobre regalias de que devem gosar os officiaes da Guarda Nacional, embora sem patente.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 5 de setembro de 1899.

Sr. Presidente do Estado de S. Paulo — Com o officio n. 660, de 18 de agosto ultimo, o secretario dos Negocios da Justiça desse Estado transmittiu a consulta feita pelo juiz de direito da comarca de Santa Rita, no sentido de saber si o official da Guarda Nacional, tendo prestado compromisso, sem haver tirado a respectiva patente, na hypothese de prisão, deve ser recolhido a logar differente do commum.

Em resposta, declaro-vos que o official, embora sem patente, deve gosar das honras do posto dentro dos prazos de que tratam o art. 9º da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, quanto ao pagamento dosello, e o art. 20 do decreto n. 1354, de 6 de abril de 1854, quanto ás demais formalidades para legalisação deste titulo.

No caso a que allude a referida consulta, si o official tomou posse do posto sem apresentar a patente, é que teve, sem duvida, para isto, prévia autorização do Governo, devendo, portanto, gosar das regalias garantidas aos officiaes da milicia civil.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa.*

N. 53 — EM 12 DE SETEMBRO DE 1899

Sobre officiaes da Guarda Nacional empossados sem patente.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Circular — Capital Federal, 12 de setembro de 1899.

Recommendo-vos providencias a fim de que os officiaes da Guarda Nacional desse Estado que porventura tenham sido empossados em virtude de autorização do Governo Federal,

sem apresentarem as respectivas patentes; solicitem esses títulos dentro do prazo de que trata o art. 9º da lei n. 560, de 31 de dezembro ultimo, contando-se, porém, da presente data o mesmo prazo, attentas as condições excepcionaes dos referidos officiaes.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa.*

Sr. Commandante Superior da Guarda Nacional no Estado de...

N. 54 — EM 18 DE SETEMBRO DE 1899

Sobre dispensa do serviço para officiaes da Guarda Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 18 de setembro de 1899.

Sr. Ministro de Estado da Guerra — Em resposta ao vosso aviso de 23 de agosto ultimo, em que solicitaes a dispensa do serviço activo da Guarda Nacional desta Capital para o major fiscal do 1º regimento de cavallaria da mesma milicia Manoel Francisco da Conceição, enquanto exercer o cargo de 3º escriptuario da secretaria do Hospital Central do Exercito, declaro-vos, á vista do que informa o coronel commandante superior interino, que, achando-se actualmente o alludido serviço limitado a simples exercicios aos domingos, em que não funcionam as repartições publicas, e as reuniões de officiaes, á noite, nos quartéis, não ha razão para a dispensa pedida.

Acresce que, como já foi explicado em aviso de 7 do referido mez, dirigido ao prefeito do Districto Federal, os officiaes da Guarda Nacional, quer sejam empregados publicos ou não, obrigam-se, pela accitação dos postos, a todos os encargos que a estes são inherentes, e si, pela natureza de seus empregos, não podem ou não lhes convem desempenhar-se daquellas obrigações, nada impede que solicitem exoneração dos respectivos postos.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa.*

N. 55 — EM 27 DE SETEMBRO DE 1899

Sobre mudança de nome de um official da Brigada Policial.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 27 de setembro de 1899.

Em referencia ao officio n. 40, de 19 do corrente mez, acompanhado do requerimento em que o alferes dessa Brigada Carlos Antonio dos Santos pede permissão para passar a assignar-se Carlos Santos, declaro-vos não depender de prévia licença do

Governo a alteração de nomes de quaesquer funcionarios, que, entretanto, deverão dar conhecimento desse facto á autoridade superior, para os fins convenientes.

Nesta conformidade cumpre que mandeis proceder ás precisas annotações nos assentamentos relativos ao dito official e envieis a esta Secretaria de Estado a respectiva patente, para lavrar-se a necessaria apostilla.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.*

Sr. Coronel Commandante da Brigada Policial da Capital Federal.

N. 56 — EM 27 DE SETEMBRO DE 1899

Sobre curatela de individuos de nacionalidade estrangeira.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 27 de setembro de 1899.

Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores — Em resposta ao aviso n. 63, de 30 do mez findo, no qual, para satisfazer ao pedido da Legação da Belgica, solicitaes esclarecimentos sobre a legislação vigente no Brazil a respeito da curatela dos individuos interdictos, de nacionalidade estrangeira, cabe-me declarar-vos que a materia se rege ainda entre nós pela Ord. do liv. 4º tit. 103 e seus paragraphos, além de outros preceitos, constantes da cópia junta, extrahidos da Consolidação das Leis Civis, e que se applicam tanto a nacionaes como a estrangeiros.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.*

N. 57 — EM 28 DE SETEMBRO DE 1899

Sobre pagamento de sello das patentes de officiaes da Guarda Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 28 de setembro de 1899.

Em referencia ao officio de 13 do corrente mez, declaro-vos, para os fins convenientes, que os prazos para o pagamento do sello das patentes dos officiaes da Guarda Nacional, alterados pelo art. 9º da lei n. 560, de 31 de dezembro ultimo, são improrogaveis, não podendo ser concedida dispensa de lapso de tempo decorrido.

Assim, os officiaes nomeados para a Guarda Nacional desse Estado anteriormente á citada lei, e que não satisfizeram o sello de suas patentes até 30 de abril ultimo, perderam o direito ás nomeações e isto mesmo porque, sendo necessario marcar-lhes o

prazo dentro do qual deveriam cumprir o preceito da nova lei, este Ministerio, por equidade, determinou, em aviso circular de 11 de fevereiro do corrente anno, que o dito prazo começaria a 1 de janeiro para todos os officiaes nomeados anteriormente a esta data.

Entretanto, si os officiaes a quem vos referis continuam a merecer os postos que lhes foram conferidos, porém que já perderam pela falta de pagamento do sello das respectivas patentes dentro do prazo legal, poderão ser de novo propostos, mas em hypothese alguma ser-lhes-ha concedida prorrogação do prazo ou dispensa do lapso de tempo decorrido para o cumprimento daquella formalidade.

Quanto aos dous officiaes da Guarda Nacional do Estado da Bahia, aos quaes alludis no vosso citado officio de 13 do corrente, devo dizer-vos que não houve no caso prorrogação de prazo e sim apenas resolvi mandar aceitar as guias que haviam sido recusadas pelo respectivo commandante superior interino, pois verificou-se que o pagamento do sello se effectuara em devido tempo, isto é, quando ainda vigorava a circular de 13 de janeiro, em virtude da qual o prazo era contado da data do edital de publicação das nomeações e expedido pelos commandos superiores, circular esta alterada pela de 18 de abril proximo findo.

Saude e fraternidade.— *Eptacio Pessoa.*

Sr. Coronel Commandante Superior da Guarda Nacional da comarca do Rio Pardo, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 58 — EM 4 DE OUTUBRO DE 1899

Sobre posse de officiaes da Guarda Nacional sem patente.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 4 de outubro de 1899.

Em referencia ao officio de 27 de setembro findo, declaro-vos que não pôde ser approvado o acto pelo qual, baseado na recommendação constante do aviso deste Ministerio de 12 do dito mez, marcastes o prazo de quatro mezes para todos os officiaes da Guarda Nacional desse Estado que ainda não possuem patentes pagarem o respectivo sello mediante a necessaria guia, porque assim seria infringida a disposição clara e terminante do art. 9º da lei n. 500, de 31 de dezembro de 1898.

O citado aviso refere-se somente aos officiaes que, em 1893 e 1894, por ordem especial do Governo, tomaram posse e entraram em exercicio, independentemente de expedição do respectivo titulo, attenta a época anormal que o paiz então atravessava, provida essa posse por documento official, devidamente authenticado, porque esses estão no exercicio de seus postos ou gosam

de todas as regalias aos mesmos inherentes, sem que, entretanto, possuam a necessaria patente, o que constitue uma anomalia, que o alludido aviso procura fazer cessar. Quanto aos demais, isto é, aos officiaes que foram nomeados posteriormente a 1 de janeiro do corrente anno, o prazo para o pagamento do sello de suas patentes, e que para esse Estado é de quatro mezes, deve ser contado da data da publicação, no *Diario Officiel*, do acto que os nomeou, como claramente explica o aviso-circular de 18 de abril ultimo, findo o qual prazo não devem mais ser acceptas as guias apresentadas, visto que, nos termos do art. 9º da citada lei n. 560, é aquelle improrogavel e não permite dispensa do lapso de tempo decorrido, considerando-se sem effeito as nomeações que não tenham sido confirmadas, dentro do prazo legal, pela satisfação do sello das patentes que lhes são relativas. Nesta ultima hypothese acham-se todas as nomeações feitas anteriormente a 31 de dezembro de 1898, cujas patentes não tenham sido pagas até 30 de abril proximo findo, salvo unicamente as que se referem aos officiaes empossados por autorização especial do Governo, como acima foi dito.

Assim, pois, recommendo-vos que cancelleis a alludida ordem do dia, dando conhecimento a todos os commandantes de brigada, para os devidos effeitos, do theor deste e do aviso-circular de 18 de abril do corrente anno, que continúa em vigor em toda a sua plenitude.

Saude e fraternidade.—*Epitacio Pessoa.*

Sr. Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional no Estado de Minas Geraes.

N. 59 — EM 4 DE OUTUBRO DE 1899

Sobre o pagamento do sello das patentes de officiaes da Guarda Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 4 de outubro de 1899.

Sr. Ministro de Estado da Fazenda — Em referencia ao meu aviso de 18 de abril ultimo, solicito-vos as necessarias ordens a fim de que, por parte das diversas repartições fiscaes da Republica, se observe rigorosamente o disposto no citado aviso, com relação aos prazos marcados para o pagamento do sello das patentes dos officiaes da Guarda Nacional, não sendo acceptas as guias apresentadas nas ditas repartições fora do prazo legal, salvo as que se referirem aos officiaes de que trata o aviso-circular de 12 de setembro proximo findo, empossados, em 1893 e 1894, por ordem especial do Governo, o que deverá ser provado pelos interessados, com documento official, devidamente authenticado.

Saude e fraternidade.—*Epitacio Pessoa.*

N. 60 — EM 7 DE OUTUBRO DE 1899

Sobre custas dos presidentes da Camara Civil e Criminal da Corte de
Appellação.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da
Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 7 de outubro de 1899.

Com officio n. 441, de 30 de setembro proximo findo, transmitistes o do secretario desse Tribunal, consultando si deve incluir no rateio das custas de que trata a observação 1ª da tabella I, secção II do actual regimento approved por decreto n. 3363, de 5 de agosto ultimo, os presidentes da Camara Civil e da Camara Criminal dessa Corte.

Declaro-vos, em solução da duvida proposta, que devem os alludidos presidentes ser incluídos no rateio das custas, porquanto, embora não sejam elles julgadores effectivos dos feitos, todavia interveem em todos os julgamentos, assignando os respectivos accordãos, e nos casos de empate, com o voto de qualidade.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.*

Sr. Presidente da Corte de Appellação.

N. 61 — EM 9 DE OUTUBRO DE 1899

Sobre custas pela celebração do casamento civil.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da
Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 9 de outubro de 1899.

Sr. Governador do Estado de Pernambuco — Em solução á consulta que a Prefeitura do municipio de Palmares, nesse Estado, fez, em officio de 21 de setembro proximo passado, sobre a percepção de emolumentos ou custas por parte de juizes e escriptães, pela celebração do casamento civil de pessoas juridicamente miseraveis, cabe-me declarar-vos, para os fins convenientes, que, conforme já foi expellido em aviso de 17 de julho do corrente anno, ao qual se refere a circular de 19 do mez subsequente aos governadores dos Estados, não pôde este Ministerio, em virtude do art. 7º, § 2º, da lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, interpretar disposição de lei ou regulamento cuja execução compete ao Poder Judiciario; entretanto, no tocante ás custas para o casamento civil, a materia acha-se regulada pelos arts. 124 do decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1890, e 44 do de n. 9886, de 7 de março de 1888.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.*

N. 62 — EM 9 DE OUTUBRO DE 1899

Sobre registro de firmas e razões commerciaes.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 9 de outubro de 1899.

Sr. Presidente do Estado de S. Paulo — Com officio da Secretaria dos Negocios da Justiça desse Estado foi sujeita á decisão deste Ministerio a duvida suscitada pelos officiaes do Registro Geral de Hypothecas das comarcas de Jundiahy e Serra Negra, relativamente ao registro de firmas e razões commerciaes.

Restituindo-vos, conforme foi solicitado, os documentos que acompanharam o dito officio, cabe-me declarar, para os fins convenientes, que, segundo o art. 1º, combinado com os arts. 6º e 14 do decreto n. 916, de 24 de outubro de 1890, o alludido registro, creído por esse acto do Governo Provisorio, deve sempre ser na sede do estabelecimento principal, isto é, perante a Junta Commercial, si elle for situado na Capital, e perante o official do registro de hypothecas, si nas outras comarcas.

Entre este preceito claro e terminante e o que dispõe o art. 11 do citado decreto, quando emprega a expressão — facultativa, — origem da duvida, não ha contradicção, porquanto o ultimo artigo refere-se ao direito do commerciante, consagrado explicitamente no art. 5º, e o uso desse direito é facultativo; mas isto não significa que, uma vez em acção, tal direito possa escapar ás regras que o mesmo decreto estabeleceu.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.*

N. 63 — EM 24 DE OUTUBRO DE 1899

Declara que os candidatos á matricula na Escola Naval, que concorrerem nos exames geraes de preparatorios, estão sujeitos á condição estabelecida pela lei n. 560 de 31 de dezembro de 1898; para os candidatos á matricula nos cursos superiores.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria Geral do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 24 de outubro de 1899.

Sr. Governador do Estado de Pernambuco — Em resposta ao officio de 9 de setembro findo com o qual transmittistes o do director do Instituto Benjamin Constant, consultando si os candidatos á matricula na Escola Naval podem ser admittidos a exames parcellados de preparatorios, cabe-me declarar-vos que esses exames são autorizados para o fim de habilitar candidatos á matricula nos cursos superiores dependentes deste Ministerio;

e segundo a lei n. 560, de 31 de dezembro ultimo, sómente são facultados, dentro do prazo de dous annos, a quem já tiver exame feito anteriormente à mesma lei.

A esta condição, exceptuados os candidatos à matricula dos cursos especiaes, a que se refere o art. 183 do código approvado pelo decreto n. 230, de 7 de dezembro de 1891, e de que trata a circular de 30 de agosto do corrente anno, estão sujeitos todos quantos concorrerem a exames de preparatorios, embora se destinem a cursos dependentes de outros Ministerios, em cujos estabelecimentos toem a faculdade de se habilitarem à matricula de accordo com os regulamentos respectivos.

Saude e fraternidade.—*Epitacio Pessoa.*

Mutatis mutandis ao commissario fiscal dos exames de preparatorios no Recife.

N. 64 — EM 26 DE OUTUBRO DE 1899

Sobre posse de officios da Guarda Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 26 de outubro de 1899.

Em referencia ao vosso officio de 21 do corrente mez, declaro-vos, para os devidos effeitos, que a assignatura do termo de promessa e a posse são apenas permittidas, por procuração, aos commandantes superiores e aos de brigada, nos termos do art. 81 do decreto n. 722, de 25 de outubro de 1850, visto que os ultimos substituiram nas comarcas os antigos commandantes superiores.

Todos os outros officiaes da Guarda Nacional devem apresentar-se pessoalmente para esse fim, fardados e armados, dentro do prazo legal, como determina o art. 20 do decreto n. 1354, de 6 de abril de 1854, sob pena de serem privados dos respectivos postos, de conformidade com o disposto no art. 65, § 1º, da lei n. 602, de 19 de setembro de 1850.

Assim, pois, approvo o vosso procedimento, negando posse aos officiaes da Guarda Nacional sob vosso commando que, para esse fim, constituiram procuradores, porque deste modo seriam postergados completamente os preceitos dos citados artigos dos decretos ns. 722, de 1850, e 1354, de 6 de abril de 1854, porquanto uma vez estabelecida a faculdade de ser dada a posse por procuração, nenhum official mais se julgaria obrigado a fardar-se, visto ser nesse caso dispensavel tal formalidade.

Saude e fraternidade.—*Epitacio Pessoa.*

Sr. Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional no Estado de Minas Geraes.

N. 65 — EM 30 DE OUTUBRO DE 1899

Declara que o exame previo a que se refere o art. 165 do Regulamento do Gymnasio Nacional não é exigivel dos candidatos aos cursos especiaes de agrimensura, odontologia, etc., para prestação de exames nas bancas geraes de preparatorios, mas sómente quando, cessando estas, tiverem os mesmos candidatos de habilitar-se perante o Gymnasio Nacional ou institutos a elle equiparados.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 30 de outubro de 1899.

Sr. Vice-Governador do Estado de Alagoas — Em resposta ao telegramma de 20 do corrente mez em que consultaes si a prestação de exames de preparatorios para matricula nos cursos especiaes de agrimensura, odontologia, etc., depende da prova prévia de habilitação a que se refere o art. 165 do Regulamento do Gymnasio Nacional, declaro-vos que, não se effectuando taes exames sómente em Estados onde existem institutos reconhecidos, não deve ser exigida aquella prova dos mencionados candidatos; uma vez, porém, que tiver cessado o prazo de dous annos, fixado na lei n. 560 de 31 de dezembro ultimo para os exames parcellados de preparatorios para os cursos superiores, e consequentemente a organização de bancas geraes para esses exames, terão os candidatos ás profissões de dentista, agrimensor, parteiro e pharmaceutico de prestar os respectivos exames de preparatorios no Gymnasio Nacional e nos institutos a elle equiparados, fazendo ali, previamente, como titulo de admissão áquelles exames, a prova de que trata o art. 32 do citado regulamento.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.*

N. 66 — EM 8 DE NOVEMBRO DE 1899

Sobre a situação judiciaria do Supremo Tribunal Militar em face da Constituição.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 8 de novembro de 1899.

Sr. Ministro de Estado dos Negocios da Guerra — Em resposta ao vosso aviso n. 68, de 21 do mez findo, cabe-me declarar-vos que o requerimento do bacharel Antonio Augusto Cardoso de Castro, reclamando contra o imposto que diminue seus vencimentos, foi remettido ao Ministerio da Fazenda, por ser este o competente para resolver sobre o assumpto.

Como, porém, solicitaes o parecer deste Ministerio a respeito da materia do referido requerimento, devo declarar-vos que em minha opinião não se applica aos membros do Supremo Tribunal Militar o disposto do art. 57, § 1º, da Constituição, visto não poder esse Tribunal ser considerado como parte integrante do Poder Judiciario da União, no seu caracter especial de órgão da soberania nacional.

Proclamando a existencia de tres poderes em nossa organização politica, o Legislativo, o Executivo e o Judiciario, a Constituição tratou, methodicamente, em secções e capitulos de atacados, de tudo quanto é pertinente a cada um delles. Depois de haver, nas secções I e II, esgotado a materia referente aos poderes Legislativo e Executivo, occupou-se na secção III do titulo I, do Poder Judiciario, enumerando os seus órgãos, indicando o modo de composição dos seus tribunaes e as suas importantissimas attribuições em primeira como em segunda instancia, sem fazer sequer allusão ao Supremo Tribunal Militar, do qual só veio a tratar na declaração de direitos, objecto da secção II do titulo IV.

E' verdade que a Constituição declara no art. 55 que o Poder Judiciario terá por órgãos um Supremo Tribunal Federal e tantos juizes e tribunaes federaes quantos o Congresso crear. Mas não foi, de certo, intenção do legislador comprehender entre esses tribunaes federaes o Supremo Tribunal Militar, aliás creado pela propria Assembléa Constituinte, porquanto, mais adiante, no art. 60, definindo as attribuições dos citados tribunaes, não inclue uma só das que competem ou possam competir aos juizes militares e, pelo contrario, no art. 77, § 2º, dispõe que as attribuições do Supremo Tribunal Militar serão reguladas por lei.

Não se pretenda tambem que entré os juizes federaes de que trata o art. 57, e em favor dos quaes se estabeleceu a irreductibilidade dos vencimentos, estão comprehendidos os membros do Tribunal Militar.

Tanto não entrou essa generalisação nas intenções do legislador, que, havendo elle assegurado no citado art. 57 a vitaliciedade daquelles juizes, sentiu-se não obstante, quando tratou dos juizes militares (art. 77, § 1º), na necessidade de declaral-os tambem vitalicios, o que não faria de certo, sem redundancia inadmissivel na lei, si entre os primeiros considerasse incluídos os segundos.

No regimen actual, uma das mais eminentes prerogativas do Poder Judiciario é a de decretar *in specie* a inconstitucionalidade dos actos dos outros dous poderes, sendo esta, sem duvida, uma das principaes razões que justificam a irreductibilidade dos seus vencimentos; dessa prerogativa não goza o Supremo Tribunal Militar e isto ainda concorre para mostrar que elle não póde ser considerado como órgão daquelle poder.

Si, pelo simples facto de serem nomeados pelo Governo Federal, devessem os juizes desse Tribunal gozar da garantia concedida aos membros do Poder Judiciario da União, não ha-

veria razão para que se deixasse de tornar extensiva essa vantagem aos juizes do Districto Federal, tambem nomeados pelo Presidente da Republica, aos quaes, entretanto, a Constituição não se refere em nenhum de seus artigos.

Por outro lado, si os membros do Supremo Tribunal Militar devem participar daquella concessão, porque são juizes, e a intangibilidade dos vencimentos é uma garantia á independência do juiz, nenhum motivo justifica que ella seja recusada á quem quer que exerça funções de julgar, mesmo como eventualmente, como os conselhos de guerra, consequencia a que certamente não se teve em vista chegar.

Das considerações expostas parece-me poder se concluir, como acima disse, que o Supremo Tribunal Militar não faz parte integrante do Poder Judiciario; constitue uma justiça especial, que se rege por leis especiaes e incide sobre casos especiaes, não podendo por isso pretender razoavelmente a vantagem do art. 57, § 1º, creada pelo legislador constituinte como uma garantia á independencia daquelle órgão de soberania nacional.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.*

N. 67 — EM 20 DE NOVEMBRO DE 1899

Sobre posse dos officiaes da Guarda Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Circular — Capital Federal, 20 de novembro de 1899.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que a assignatura do termo de promessa e a posse dos officiaes da Guarda Nacional são apenas permittidas por procuração, aos commandantes superiores e aos de brigada, nos termos do art. 81 do decreto n. 722, de 25 de outubro de 1850, devendo todos os outros officiaes da mesma milicia apresentar-se pessoalmente para o alludido fim, fardados e armados, dentro do prazo legal, como determina o art. 20 do decreto n. 1354, de 6 de abril de 1854, sob pena de serem privados dos respectivos postos, de conformidade com o disposto no art. 65, § 1º, da lei n. 602, de 19 de setembro de 1850.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.*

Sr. Commandante Superior da Guarda Nacional no Estado de...

Identica ao Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional na Capital Federal.

N. 68 — EM 23 DE NOVEMBRO DE 1899

Sobre a expedição de guias de mudança a officiaes da Guarda Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 23 de novembro de 1899.

Em solução ao officio n. 950, de 28 de outubro ultimo, no qual representaes contra o facto de diversos officiaes da milicia civil desta Capital não haverem até á presente data procurado as guias de mudança, que esse commando superior foi autorizado a conceder-lhes, nos termos do art. 45 do decreto n. 1130, de 12 de março de 1853, declaro-vos, para os fins convenientes, que, considerada sem effeito a concessão dessas guias, uma vez que não foram procuradas dentro do prazo maximo de seis mezes, a contar da data da expedição do respectivo aviso, deveis annullal-as em ordem do dia e chamar, por editaes, os officiaes a que ellas se referem a comparecer nesse Quartel General, no prazo de 30 dias, fardados e promptos para o serviço, propondo, caso se apresentem, a sua aggregação, si porventura não poderem ser incluídos como effectivos nos corpos a que pertenciam ou em outros em que haja vagas; e, na hypothese contraria, procedendo contra elles de accordo com as disposições do decreto n. 3535, de 25 de novembro de 1865, porquanto a ausencia em taes condições é considerada abandono do posto ou deserção, como explica o aviso de 5 de fevereiro de 1862.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*.

Sr. Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional da Capital Federal.

N. 69 — EM 7 DE DEZEMBRO DE 1899

Sobre emolumentos devidos por traducções, quando ordenadas por via judiciaria.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Capital Federal, 7 de dezembro de 1899.

Sr. Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda — Rogo vos dignéis fazer constar á Junta Commercial desta Capital, em solução á consulta constante do seu officio n. 69, de 28 do mez findo, que os emolumentos marcados na tabella 3, secção 10, do Regimento de custas, approvado pelo decreto n. 3363 de 5 de agosto de 1899, só são devidos quando as traducções forem ordenadas por via judiciaria, prevalecendo para os demais casos o que se acha estabelecido no decreto n. 1531, de 31 de agosto de 1893.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*.

N. 70 — EM 7 DE DEZEMBRO DE 1899

Declara que os examinadores em concurso no Gymnasio Nacional, sendo pessoas extranhas ao respectivo corpo docente, não podem votar no julgamento definitivo dos candidatos.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 7 de dezembro de 1899.

Em officio n. 437, datado de hoje, consultaes, visto serem omissoes no assumpto o Regimento dos concursos do Gymnasio Nacional e o Codigo de ensino superior, si os membros da commissão examinadora, sendo pessoas extranhas ao corpo docente, na hypothese, verificada no actual concurso de francez, do art. 116, paragrapho unico, do regulamento em vigor, fazem virtualmente parte da Congregação e podem votar no julgamento definitivo dos candidatos.

Declaro-vos, em resposta, que, á vista dos termos da 2ª parte do art. 132 do regulamento desse Gymnasio, que attribue exclusivamente á Congregação a competencia desse julgamento e preceituando o art. 94 que as pessoas extranhas ao corpo docente em regencia de cadeiras, terão assento na Congregação, mas não poderão tomar parte nas sessões em que se tratar de materias concernentes a concurso, não o podem com maioria de razão as que tiverem apenas desempenhado as funcções de examinador.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*.

Sr. Director do Externato do Gymnasio Nacional.

N. 71 — EM 12 DE DEZEMBRO DE 1899

Sobre o pagamento de despesas com o serviço eleitoral.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 1ª Secção — Circular — Capital Federal, 12 de dezembro de 1899.

Sr. Presidente do Estado do Rio Grande do Sul — Affim de evitar que sejam enviadas a esta Secretaria de Estado contas excessivas e não legalizadas concernentes ao alistamento e eleições federaes, rogo-vos providencieis no sentido de terem as Intendencias Municipaes conhecimento de que só serão indemnizadas pelo Governo da União as despesas, daquella natureza, que a lei n. 35, de 26 de janeiro de 1892, expressamente autoriza

e cujas contas vierem acompanhadas de documentos comprobativos, e convenientemente processadas.

Rogo-vos, outrosim, providencieis para que opportunamente sejam prevenidas as commissões eleitoraes de que as publicações que a referida lei manda fazer pela imprensa devem limitar-se ao numero de vezes estrictamente necessario.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*.

Dirigiram-se identicas aos Governos dos demais Estados da União.

INDICE DAS DECISÕES

DO

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

	Págs.
N. 1 — Em 7 de janeiro de 1899 — Sobre a redução de taxa de emolumentos consulares para navios . . .	1
N. 2 — Em 9 de janeiro de 1899 — Chama a atenção para a lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.	1
N. 3 — Em 8 de março de 1899 — Sobre as chancellarias consulares.	2
N. 4 — 14 de março de 1899 — Sobre a cobrança e escripturação de emolumentos.	2
N. 5 — Em 31 de maio de 1899 — Declara que os manifestos de mercadorias em transitio devem pagar os respectivos emolumentos.	3
N. 6 — Em 24 de junho de 1899 — Circular ás Legações estrangeiras sobre cartas rogatorias civeis e commerciaes.	3
N. 7 — Em 28 de junho de 1899 — Declara que o titulo do encarregado de negocios só pôde competir ao secretario que estiver em exercicio na Legação	4
N. 8 — Em 1 de agosto de 1899 — Circular aos Governadores e Presidentes dos Estados sobre a applicação do regulamento de 8 de novembro de 1851 ás successões allemãs.	4
N. 9 — Em 5 de agosto de 1899 — Uso do escudo na frente da residencia do consul	5
N. 10 — Em 5 de agosto de 1899 — Declara que só os funcionarios nomeados por portaria do Ministro das Relações Exteriores podem corresponder-se directamente com a respectiva Repartição e a Delegacia do Thesouro em Londres	5
N. 11 — Em 18 de novembro de 1899 — Circular aos Governadores e Presidentes dos Estados sobre a applicação definitiva do regulamento de 8 de novembro de 1851 ás successões portuguezas	6
N. 12 — Em 30 de novembro de 1899 — Declara quaes os documentos que devem levar as embarcações com destino ao Apa e Porto Murtinho	6
N. 13 — Em 7 de dezembro de 1899 — Resolve sobre conhecimentos de carga.	7

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

N. 1 — EM 7 DE JANEIRO DE 1899

Sobre a redução de taxa de emolumentos consulares para navios

Ministerio das Relações Exteriores — 4^a Secção — N. 1 — Circular — Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1899.

Communico-vos que pela lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898, foram reduzidas de 50 % as taxas dos emolumentos consulares para os vapores das companhias nacionaes de navegação subvencionadas pela União.

Caso já tenhaes effectuado alguma cobrança em contrario a essa disposição, a datar do 1º do corrente, deveis restituir a diferença.

Saude e fraternidade. — *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr. Consul... em...

N. 2 — EM 9 DE JANEIRO DE 1899

Chama a attenção para a lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898

Ministerio das Relações Exteriores — 4^a Secção — N. 2 — Circular — Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1899.

Para evitar duvidas nos saques, chamo a vossa attenção para a lei n. 560, de 31 de dezembro proximo findo, publicada no *Diario Official* do 1º do corrente, na parte relativa a este Ministerio (art. 12).

Saude e fraternidade. — *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr...

N. 3 — EM 8 DE MARÇO DE 1899

Sobre as Chancellarias consulares

Ministerio das Relações Exteriores — 4ª Secção — N. 3 — Circular—Rio de Janeiro, 8 de março de 1899.

Não convindo que as Chancellarias consulares cujos alugueis forem pagos pelo Governo Federal funcionem nas casas de residencia dos consules, o Sr. Presidente da Republica resolveu que sejam mudadas aquellas que se acharem nessas circumstancias, o que vos communico para vosso conhecimento e devida execução.

Por casa de residencia para o fim de ser arvorada a bandeira nacional e de serem collocadas as armas da Republica, de accordo com os arts. 50 e 51 do regulamento consular, deve entender-se aquella onde o funcionario consular tem permanencia official, isto é, a da Chancellaria.

Saude e fraternidade. — *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr. Consul... em...

N. 4 — EM 14 DE MARÇO DE 1899

Sobre a cobrança e escripturação de emolumentos

Ministerio das Relações Exteriores — 4ª Secção — N. 4 — Circular — Rio de Janeiro, 14 de março de 1899.

Nada tendo disposto as instrucções para a execução da tabella de emolumentos sobre a cobrança dos mesmos para os manifestos supplementares, declaro-vos que pela legalisação destes não se deve cobrar de novo integralmente os emolumentos, mas apenas metade.

Quanto aos certificados de que trata o art. 7º das referidas instrucções, devem pagar sempre 4\$ cada um em todos os portos.

A redução de 50 % estabelecida pelo art. 1º n. 24 da lei n. 559, de 31 de dezembro ultimo, é applicavel sómente ás taxas dos emolumentos que devam ser pagas pelas companhias nacionaes de navegação subvencionadas pela União por quaesquer actos ou documentos consulares relativos aos seus vapores.

Para facilitar á Secretaria de Estado o exame dos mappas dos emolumentos, convem que as relações dos navios despachados, além da declaração das respectivas tonelagens e do primeiro porto de partida, determinada pelo art. 19 do regulamento de 21 de março de 1898, contenham tambem o numero de manifestos

apresentados por cada um e a especificação dos portos do seu destino, bem como as quantias cobradas. Recommendo-vos pois que assim as organiseis d'ora em diante.

Saude e fraternidade. — *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr. Consul... em...

N. 5 — EM 31 DE MAIO DE 1899

Declara que os manifestos de mercadorias em transitto devem pagar os respectivos emolumentos.

Ministerio das Relações Exteriores — 4ª Secção — N. 6 — Rio de Janeiro, 31 de maio de 1899.

Em solução á consulta que me fizestes, pelo officio n. 40 de 20 de setembro do anno findo, da 3ª secção, declaro-vos que os manifestos de mercadorias em transitto devem pagar os respectivos emolumentos e que bem procedestes effectuando a sua cobrança.

Relativamente á exigencia de taes manifestos, o Ministerio da Fazenda acaba de informar-me ter sido ella motivada no intuito de acautelar os interesses das rendas publicas e para facilidade da fiscalização sobre as supra-mencionadas mercadorias.

A circular n. 1 de 8 de fevereiro de 1898, da 3ª secção, cuja existencia mostraes ignorar, recommenda aos funcionarios consulares no caso citado que levantem manifestos separados.

Saude e fraternidade. — *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr. Arthur Teixeira de Macedo, consul geral em Hamburgo.

N. 6 — EM 24 DE JUNHO DE 1899

Circular ás Legações estrangeiras sobre cartas rogatorias civeis e commerciaes.

Ministerio das Relações Exteriores — 2ª Secção — Circular — Rio de Janeiro, 24 de junho de 1899.

Tenho a honra de communicar ao Sr... para seu esclarecimento, que as cartas rogatorias civeis e commerciaes, recebidas das justicas estrangeiras por via diplomatica, só teem andamento depois que as partes interessadas, ou seus procuradores, pagam o selo da portaria do *exequatur* a que estão sujeitas, cumprindo-lhes procural-as para esse fim na Secretaria

de Estado da Justiça e Negocios Interiores quando ellas forem dirigidas ás justicas da Capital Federal, e no Juizo Seccional competente, para onde são logo remettidas, quando tiverem de ser executadas nos Estados as diligencias deprecadas.

Aproveito a occasião para reiterar ao Sr. ... as seguranças, etc. — *Olyntho de Magalhães*.

A's Legações da Allemanha, da Austria, da Belgica, da Bolivia, do Chile, da França, da Gran-Bretanha, da Hespanha, da Italia, do Japão, do Paraguay, do Perú, de Portugal, da Republica Argentina, da Republica dos Estados Unidos da America, da Republica Oriental, da Russia.

N. 7 — EM 28 DE JUNHO DE 1899

Declara que o titulo do encarregado de negocios só pôde competir ao secretario que estiver em exercicio na Legação.

Ministerio das Relações Exteriores — 4ª Secção — N. 7 — Rio de Janeiro, 28 de junho de 1899.

Em solução á consulta exposta no vosso officio n. 15 de 18 de abril ultimo, declaro-vos que o titulo de encarregado de negocios só pôde competir ao secretario que estiver em exercicio na Legação e que, portanto, o Sr. Dr. Costa Motta, desde que deixou o exercicio deste segundo cargo, não podia conservar o do primeiro.

Nesta data transmitto esta decisão ao referido Sr. Dr. Motta e ao delegado do Thesouro Federal em Londres, que tambem me officiou sobre este assumpto.

Saude e fraternidade. — *Olyntho de Magalhães*.

Ao Sr. Julio Henrique de Mello e Alvim, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Lisboa.

N. 8 — EM 1 DE AGOSTO DE 1899

Circular aos Governadores e Presidentes dos Estados sobre a applicação do regulamento de 8 de novembro de 1851 ás successões allemãs.

Ministerio das Relações Exteriores — 3ª Secção — N. 5 — Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1899.

Sr... — Em consequencia dea ccordo com a Allemanha o Governo Federal expediu o decreto n. 3358, de 29 de julho, applicando o

regulamento de 8 de novembro de 1851 ás successões allemãs desde o 1º de outubro proximo futuro. Esse decreto foi publicado no *Diario Official* de hoje.

Saude e fraternidade. — *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr....

N. 9 — EM 5 DE AGOSTO DE 1899

Uso do escudo na frente da residencia do consul

Ministerio das Relações Exteriores — 3ª Secção — N. 3 — Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1899.

Referindo-vos á circular n. 3, de 8 de março ultimo, expedida pela 4ª Secção desta Secretaria, me consultaes si podeis ter em vossa residencia particular a bandeira nacional e o escudo com as armas da Republica.

Em resposta vos declaro que, segundo o Regulamento, só vos é permittido usar desses distinctivos na Chancellaria para indicar aos marinheiros e a outros compatriotas a repartição consular.

Saude e fraternidade. — *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr. José Calmon N. Valle da Gama, consul geral no Porto.

N. 10 — EM 5 DE AGOSTO DE 1899

Declara que só os funcionarios nomeados por portaria do Ministro das Relações Exteriores podem corresponder-se directamente com a respectiva Repartição e a Delegacia do Thesouro em Londres.

Ministerio das Relações Exteriores — 4ª Secção — N. 12 — Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1899.

Sr. Delegado — Em solução ao exposto no vosso officio de 19 de maio ultimo, declaro-vos que, em virtude do art. 3º do decreto n. 3202 de 26 de janeiro do corrente anno, só os funcionarios nomeados por portaria do Ministro desta Repartição podem corresponder-se directamente com ella e com a que está a vosso cargo; e que portanto bem procedeu o consul em Londres exigindo que lhe prestasse contas o ex-vice-consul em Southampton J. F. Obree. O facto de ter sido regulada naquella segunda data a parte do art. 12 do actual orçamento referente a Vice-Consulados remunerados bem mostra que ella não devia ter tido execução a contar do 1º do mesmo mez.

Esta decisão não importa doutrina nova. Na mesmo conformidade se procedeu em 1895 relativamente ao Vice-Consulado em Francfort S/M, quando para alli foi nomeado vice-consul o Sr. Francisco Alves Vieira, actual consul nessa capital.

Saude e fraternidade. — *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr. Delegado do Thesouro Federal em Londres.

N. 11 — EM 18 DE NOVEMBRO DE 1899

Circular aos Governadores e Presidentes dos Estados sobre a applicação definitiva do regulamento de 8 de novembro de 1851 ás successões portuguezas.

Ministerio das Relações Exteriores — 3ª Secção — N. 7 — Circular — Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1899.

Sr.... — Tenho a honra de levar ao vosso conhecimento que no *Diario Official* de 15 do corrente está publicado o decreto n. 3492, de 13 desse mez, applicando definitivamente ás successões portuguezas as disposições do art. 24 do regulamento mandado executar pelo decreto n. 855, de 8 de novembro de 1851.

Saude e fraternidade. — *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr...

N. 12 — EM 30 DE NOVEMBRO DE 1899

Declara quaes os documentos que devem levar as embarcações com destino ao Apa e Porto Murtinho.

Ministerio das Relações Exteriores — 4ª Secção — N. 8 — Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1899.

O Ministerio da Fazenda, a quem submetti o assumpto de que trata o vosso officio n. 10, de 7 de junho ultimo, acaba de declarar-me que, na fórma dos arts. 344 e 346 da Consolidação das Leis das Alfandegas, os commandantes dos vapores que se destinem a portos do Brazil, quer sem carga, quer em lastro, são obrigados a apresentar no porto de entrada os certificados de que trata o primeiro dos referidos artigos, sob pena de ficarem sujeitos á multa comminada no art. 340, conforme dispõe o art. 376 da mesma Consolidação; convindo que, n.º

hypothese de se reproduzirem os factos por vós apontados, sejam elles levados ao conhecimento do administrador da Mesa de Rendas de Porto Murtinho e a quaesquer autoridades fiscaes a quem caiba reprimil-os.

Saude e fraternidade. — *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr. Eduardo Drolhe Fasciotti, consul geral encarregado do Vice-Consulado em Assumpção.

N. 13 — EM 7 DE DEZEMBRO DE 1899

Resolve sobre conhecimentos de carga

Ministerio das Relações Exteriores — 3ª Secção — N. 8 — Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1899.

De accordo com o pedido feito pelo Ministerio dos Negocios da Fazenda, recommendo-vos que observeis as seguintes disposições de lei :

Art. 5º n. 6, V, da lei n. 640, de 14 de novembro proximo passado : — « A cada um dos conhecimentos de carga que devem ser appensos aos manifestos de que trata o Cap. 6º do titulo 7º da Consolidação acompanhará, do 1º de janeiro de 1900 em diante, declaração assignada pelo carregador, que a escreverá ou fará escrever, das mercadorias do volume ou volumes de cada um dos referidos conhecimentos, devendo a mesma ser authenticada na fórma do art. 345 da Consolidação.

Os capitães ou mestres de embarcações não se prestarão á legalisação dos conhecimentos de carga sem que o carregador exhiba uma tal declaração.

A falta dessa declaração ou divergencia da mesma com o conteúdo do volume ou volumes, no porto do destino, considera-se infracção da legislação fiscal, sendo punido com multa igual aos direitos, em ambos os casos, o importador do genero ; os capitães ou mestres, porém, serão punidos com multa igual á do art. 333 da Consolidação, sómente pela falta ou não entrega de um tal documento.»

Art. 1º da lei n. 651, de 22 do referido mez : — « Para a exportação de mercadorias para qualquer dos portos do Brazil serão os exportadores ou carregadores, do 1º de janeiro de 1900 em diante, obrigados a apresentar no Consulado brasileiro, de onde procederem as mercadorias, duas facturas que serão authenticadas pelos respectivos consules, sendo uma entregue, ao expeditor para acompanhar o destino da carga e outra, que está sujeita ao emolumento da tabella consular,

ficará no Consulado, que, por sua vez, a remetterá á autoridade que na Capital Federal estiver encarregada pelo Governo da organização da estatística geral.»

Esta autoridade é o inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.

Saude e fraternidade. — *Olyntho de Magalhães*.

Ao Sr. Consul...

INDICE DAS DECISÕES

DO

MINISTERIO DA MARINHA

Pags.

- | | |
|---|---|
| N. 1— Aviso de 5 de janeiro de 1899 — Recommenda as mais rigorosas providencias, afim de que as despezas de cada mez não excedam á 12ª parte das quantias consignadas para todo o exercicio. | 1 |
| N. 2 — Aviso de 9 de janeiro de 1899 — Dá instrucções para a execução do decreto n. 3188, de 5 de janeiro de 1899, que extinguiu os Arsenaes de Marinha da Bahia e Pernambuco | 1 |
| N. 3 — Aviso de 10 de janeiro de 1899 — Recommenda que sejam observadas litteralmente as disposições do decreto n. 890, de 18 de outubro de 1890, na parte em que manda adiantar um mez de vencimentos aos officiaes que, embora em debito para com o Estado, forem nomeados para commissões fóra desta Capital, que não lhes deam direito á ajuda de custo, estendendo as mesmas disposições aos inferiores, na conformidade da 22ª observação do decreto n. 389, de 13 de junho de 1891 | 2 |
| N. 4 — Aviso de 10 de janeiro de 1899 — Recommenda a fiel execução das instrucções constantes da circular n. 385, de 17 de fevereiro de 1897 | 2 |
| N. 5 — Aviso de 14 de janeiro de 1899 — Determina a abertura de concurrencia publica para o fornecimento de artigos para os quaes não se haja celebrado contracto | 3 |
| N. 6 — Aviso de 24 de janeiro de 1899 — Nega o direito á percepção de todos os vencimentos a um official que, antes do decreto de 2 de dezembro de 1898, não obteve absolvição unanime no conselho de guerra a que respondeu. | 4 |
| N. 7 — Aviso de 25 de janeiro de 1899 — Manda abonar aos aspirantes á guardas-marinha embarcados a diaria de 2\$000. | 5 |
| N. 8 — Aviso de 30 de janeiro de 1899 — Manda executar, com referencia aos officiaes da Armada e classes annexas, a resolução do Sr. Presidente da Republica, pela qual os mffitares eleitos deputados ou senadores não devem exercer cargos nos Ministerios da Guerra e da Marinha, | |

	Pags.
convido que nos intervallos das sessões se conservem em disponibilidade.	6
N. 9 — Aviso de 30 de janeiro de 1899 — Determina que, a título de ensaio, os navios e corpos de marinha recebam directamente dos fornecedores os artigos que constituem as munições de bocca.	6
N. 10 — Aviso de 31 de janeiro de 1899 — Manda abonar uma etapa aos aspirantes a guardas-marinha embarcados .	7
N. 11 — Aviso de 2 de fevereiro de 1899 — Nomeia uma comissão para reorganisar o regulamento das Capitánias de portos.	7
N. 12 — Aviso de 4 de fevereiro de 1899 — Indica a providencia a adoptar quando a despeza com a aquisição de um artigo exceder á 12ª parte da quota distribuida para as despesas do exercicio.	8
N. 13 — Aviso de 4 de fevereiro de 1899 — Manda abonar quantitativo para aluguel de casa ao medico e ao ajudante da Inspectoria do Arsenal de Marinha desta Capital, que servem na Armação	8
N. 14 — Aviso de 9 de fevereiro de 1899 — Declara que a joia e as quotas mensaes, para o montepio correspondente á graduacão, permittido ao official da Armada reformado antes de instituido o meio soldo para suas familias, pela lei n. 523, de 25 de novembro de 1898, devem ser calculadas sobre o soldo da reforma	9
N. 15 — Aviso de 10 de fevereiro de 1899 — Recommenda a observancia do aviso de 27 de dezembro de 1887, que indicou os casos em que as repartições de marinha nos Estados, dispondo de verba, podem, entretanto, recorrer ao Commissariado.	10
N. 16 — Aviso de 11 de fevereiro de 1899 — Declara que, independentemente da circular n. 15, de 5 de janeiro do corrente anno, podem ser fornecidos os artigos de illuminacão, limpeza e conservacão de machinas, de que os navios precisarem.	10
N. 17 — Aviso de 15 de fevereiro de 1899 — Declara quaes os vencimentos que devem ser abonados a um dentista contractado	11
N. 18 — Aviso de 17 de fevereiro de 1899 — Determina que tenha inteira execucao na Praticagem de S. Paulo o decreto n. 2661, de 1 de novembro de 1897, que mandou adoptar, em todos os portos e barras da Republica, o respectivo Codigo de signaes	11
N. 19 — Aviso de 17 de fevereiro de 1899 — Declara que, independentemente das ordens em vigor, podem ser fornecidos pelo Commissariado não só os artigos que se destinem á pintura e conservacão dos navios, mas ainda os de expediente	12
N. 20 — Aviso de 18 de fevereiro de 1899 — Determina que sejam considerados dependencias da Escola de aprendizes marinheiros de Pernambuco os predios pertencentes ao	

	Paga.
extincto Arsenal de Marinha desse Estado, que se acham occupados pelo commandante, commissario, medico, mestre e enfermaria da mesma Escola.	12
N. 21 — Aviso de 20 de fevereiro de 1899 — Determina que ao pessoal das barcas pharões de Bragança e Taipú, no Estado do Pará, e ao das Roccas, em Pernambuco, seja feito o abono das rações em generos, continuando o dos outros pharões a recebê-las em dinheiro	13
N. 22 — Aviso de 27 de fevereiro de 1899 — Autoriza o director geral a fazer a distribuição de todos os impressos que forem recebidos na Secretaria de Estado, remettendo os mesmos por meio unicamente de protocollo.	13
N. 23 — Aviso de 23 de fevereiro de 1899 — Declara que devem ser designadas tres épocas de exames annuaes para promoção das praças do Corpo de Marinheiros Nacionais.	14
N. 24 — Aviso de 28 de fevereiro de 1899 — Não teem direito ao quantitativo para funeral os inferiores que obtiverem graduação de officiaes	14
N. 25 — Aviso de 3 de março de 1899 — Torna extensivo ao Arsenal desta Capital o aviso de 31 de janeiro ultimo, determinando que as munições de bocca para os navios e corpos de marinha sejam recebidas directamente dos fornecedores.	15
N. 26 — Aviso de 13 de março de 1899 — Declara que não póde ser contado como de embarque, para os effeitos da promoção, o tempo de serviço prestado por officiaes da Armada em navios na reserva e que não podem navegar.	15
N. 27 — Aviso de 15 de março de 1899 — Indica o caso em que as repartições de Marinha nos Estados, dispondo de creditos, podem pedir fornecimentos ao Commissariado Geral da Armada.	16
N. 28 — Aviso de 16 de março de 1899 — Manda contar como de embarque a guardas-marinha desligados do Corpo de Engenheiros Navaes o tempo em que servirão nas officinas do Arsenal de Marinha	16
N. 29 — Aviso de 18 de março de 1899 — Manda revesarem-se os brigues e patachos no serviço da Escola Naval, para bordejos e exercicios	17
N. 30 — Aviso de 22 de março de 1899 — Manda que a ração de bacalhau, dada aos alumnos da Escola Naval, seja substituida pela de carne verde	17
N. 31 — Aviso de 23 de março de 1899 — Declara que o estado civil dos habilitados ao montepio dos funcionarios publicos deve ser provado por justificação perante o juiz seccional e não por attestado, que é documento gracioso.	18
N. 32 — Aviso de 24 de março de 1899 — Não se contam como dias de mar aquelles em que um rebocador sahe barra fóra em serviço da Praticagem do Rio Grande do Sul.	18
N. 33 — Aviso de 25 de março de 1899 — Manda abonar em dinheiro, a razão de 1\$400 diarios, as rações dos patrões	

	Paga.
e marinheiros do serviço geral do Arsenal de Marinha de Matto Grosso	19
N. 34 — Aviso de 29 de março de 1899 — Manda que a comissão nomeada para proceder a inquerito sobre as fraudes ocorridas na Contadoria da Marinha sejam franqueados os documentos necessários e apresentado todo o pessoal	19
N. 35 — Aviso de 3 de abril de 1899 — Manda que os machinistas ao serviço da Escola Naval sejam do respectivo corpo e não contractados	20
N. 36 — Aviso de 4 de abril de 1899 — Declara como se deve proceder com relação á renda e ás despesas provenientes dos serviços prestados a particulares pelas cabreas fluctuantes	20
N. 37 — Aviso de 8 de abril de 1899 — Manda que o rol de equipagem seja renovado em cada viagem que o navio tiver de fazer	21
N. 38 — Aviso de 8 de abril de 1899 — Determina que, quando o serviço da praticagem do rio Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, for feito pelo pessoal da respectiva Associação, o consequente pagamento entrará para os cofres da mesma, cobrando-se as taxas marcadas na tabella que a este acompanha	21
N. 39 — Aviso de 12 de abril de 1899 — E' nomeado o capitão de mar e guerra Henrique Pinheiro Guedes para substituir o official de igual patente Joaquim Thomaz da Silva Coelho, na comissão de inquerito sobre fraudes havidas na Contadoria da Marinha	22
N. 40 — Aviso de 13 de abril de 1899 — Declara como deve ser escripto o nome do cruzador-torpedeiro <i>Tymbira</i>	23
N. 41 — Aviso de 15 de abril de 1899 — Declara improcedentes as razões apresentadas pelo 1º escriptuario da Contadoria da Marinha, Ricardo Barradas Muniz, para justificar a suspeição do 1º official João Lopes Ferreira Pinto, na comissão de inquerito sobre fraudes alli havidas	23
N. 42 — Aviso de 15 de abril de 1899 — Recommenda que todos os volumes destinados ás dependencias da Marinha, que hajam de transitar por Montevidéo, sejam consignados ao Consulado Brasileiro, na mesma cidade.	24
N. 43 — Aviso de 17 de abril de 1899 — Fixa em 200\$ a quota destinada ao concerto de instrumentos de mu sica da Escola de Aprendizes Marinheiros da Capital Federal	24
N. 44 — Aviso de 27 de abril de 1899 — Resolve duvidas suscitadas pela Capitania do porto do Estado de S. Paulo, sobre a pesca nos mares territoriaes, portos, rios e lagos da Republica, e a concessão de licenças para a construção de cercadas ou curraes de apanhar peixes.	25
N. 45 — Aviso de 27 de abril de 1899 — Manda contar a um machinista o tempo de foguista contractado do extinto Corpo de Imperiaes Marinheiros e deixa de mandar	

	Paga.
contar o do machinista contractado pelo Arsenal de Marinha	26
N. 46 — Aviso de 28 de abril de 1899 — Declara que a limitação das despesas mensaes das Repartições de Marinha á duodecima parte das consignações distribuidas para o exercicio, não veda a aquisição em uns mezes, de artigos cujo preço exceda a mesma, desde que o excesso de um mez seja compensado com redução nos subseqüentes.	27
N. 47 — Aviso de 28 de abril de 1899 — Resolve a duvida sobre o abono de gratificação de paiz estrangeiro a inferiores da Armada	27
N. 48 — Aviso de 29 de abril de 1899 — Declara só dependerem de autorização especial os fornecimentos de medicamentos e artigos para a enfermaria cuja despesa exceda á duodecima parte da verba a elles destinada ou não possa ser compensada com a redução das despesas dos mezes seguintes	28
N. 49 — Aviso de 5 de maio de 1899 — Manda que as folhas de pagamento do pessoal da enfermaria de Pernambuco sejam organisadas pela Escola de Aprendizizes-Marinheiros	29
N. 50 — Aviso de 12 de maio de 1899 — Providencia sobre o modo por que devem ser feitos os pedidos de dinheiro para despesas urgentes e inadiaveis da Enfermaria de Beribericos de Copacabana.	29
N. 51 — Aviso de 15 de maio de 1899 — Arbitra a ajuda de custo de 500\$ a um sub-engenheiro naval, nomeado para servir no Estabelecimento Naval de Itaqui.	29
N. 52 — Aviso de 17 de maio de 1899 — Estabelece doutrina sobre a restituição de vantagens pecuniarias de official submettido a conselho de guerra, quando as mesmas vantagens são referentes a exercicio financeiro já encerrado	30
N. 53 — Aviso de 18 de maio de 1899 — Declara que aos equiparados aos inferiores do Corpo de Officiaes Inferiores da Armada é applicavel o art. 72 do decreto n. 3234, de 17 de março de 1899, quando addidos ao Quartel-General	30
N. 54 — Aviso de 20 de maio de 1899 — Nomeia uma commissão para procurar dentro da bahia do Rio de Janeiro a mais appropriada localidade para o estabelecimento do Arsenal de Marinha.	30
N. 55 — Aviso de 22 de maio de 1899 — Manda executar as leis orçamentarias quanto ao prazo de duração dos contractos	31
N. 56 — Aviso de 22 de maio de 1899 — Approva a tabella, fixando os dias do pagamento dos vencimentos do pessoal da Marinha nesta Capital	32
N. 57 — Aviso de 23 de maio de 1899 — Recommenda que, uma vez despachados os pedidos dos navios, corpos e estabe-	

	Paga.
lecimentos de Marinha, sejam remettidos independentemente de aviso ás autoridades competentes para a prompta satisfação e que sejam submettidos á assignatura, sem despacho previo, os avisos providenciando sobre as despezas previstas em lei e outras que especifica	33
N. 58 — Aviso de 25 de maio de 1899 — Indica os lubrificantes que devem ser adoptados no serviço da Armada	34
N. 59 — Aviso de 29 de maio de 1899 — Declara que da combinação dos arts. 3º e 13º, paragrafo unico, do decreto n. 793, de 30 de agosto de 1890, resulta que, nas nomeações dos commissarios da 4ª classe (hoje 5ª) os candidatos sahidos da classe dos aspirantes a commissarios serão sempre considerados mais antigos para a collocação na escala, embora tenham com os demais se apresentado na mesma data ao Quartel-General. . . .	34
N. 60 — Aviso de 29 de maio de 1899 — Restringe as licenças a invalidos para residirem fóra do Asylo nos casos de tratamento de saude, quando a junta medica o julgue necessario	35
N. 61 — Aviso de 30 de maio de 1899 — Firma o direito ao abono de ordenados aos funcionarios vitalicios de repartições extinctas.	35
N. 62 — Aviso de 30 de maio de 1899 — Manda abonar um terço dos vencimentos a um professor da Escola de aprendizes marinheiros desta Capital, que se acha substituindo outro em goso de licença.	35
N. 63 — Aviso de 31 de maio de 1899 — Manda que a moinha de carvão de pedra, existente nos navios da Armada e estabelecimentos de Marinha, seja entregue á fortaleza de Willegaignon para confecção de briquettes . .	36
N. 64 — Aviso de 31 de maio de 1899 — Providencia sobre o modo de realizarem-se as despezas quarentenarias na ilha das Flores, em Montevideo, dos officiaes e praças de marinha quando em viagem nos paquetes do Lloyd Brasileiro	37
N. 65 — Aviso de 31 de maio de 1899 — Declara que as dividas provenientes das pensões do montepio operario dos Arsenaes de Marinha não cahem em exercicios findos e, portanto, o seu pagamento não póde ser sujeito ao respectivo processo; ficando, entretanto, dependente dos recursos do cofre do mesmo montepio	37
N. 66 — Aviso de 31 de maio de 1899 — Declara que não devem ser desligadas do Asylo de Invalidos da Patria as praças e inferiores da Armada que forem licenciados. Deverão s-o, porém, os que desertarem e os julgados incorrigiveis, podendo estes ultimos ser readmittidos si derem prova de regeneração	38
N. 67 — Aviso de 1 de junho de 1899 — Não póde ser contado aos machinistas navaes, como de viagem e navegação a vapor, o periodo em que os navios conservam os fogos abafados	39

- N. 68 — Aviso de 3 de junho de 1899 — Approva o mappa da classificação dos navios da Armada com o numero que devem usar como distinctivo 40
- N. 69 — Aviso de 2 de junho de 1899 — Manda continuar a abonar a um commissario os vencimentos que percebia antes da sentença condemnatoria proferida pelo Supremo Tribunal Militar, visto ter o mesmo tomado conhecimento dos embargos a ella oppostos pelos ditos commissarios 42
- N. 70 — Aviso de 9 de junho de 1899 — Manda que depois de finda a suspensão imposta, como medida disciplinar, ao 1º escriptuario Ricardo Barradas Muniz, continue o mesmo suspenso como medida preventiva, na forma do regulamento, conjuntamente com o 3º, Arthur Americo Belém. 42
- N. 71 — Aviso de 12 de junho de 1899 — Nega a um official da Armada a contagem do tempo de legislatura como de embarque 43
- N. 72 — Aviso de 13 de junho de 1899 — Manda substituir as folhas avulsas actualmente em uso para pagamento por talões de bilhetes numerados e rubricados e da providencia acerca do exame das assignaturas 44
- N. 73 — Aviso de 19 de junho de 1899 — Altera o regulamento da Praticagem do porto do Recife, barras e costas do Estado de Pernambuco, approvado pelo aviso de 13 de julho de 1898. 44
- N. 74 — Aviso de 21 de junho de 1899 — Declara que sempre que o Ministerio da Marinha solicita credito para suas despezas nos Estados, já tem a Contadoria procedido ás annullações competentes, attendendo aos saldos existentes no Districto Federal em cada uma das respectivas consignações. 45
- N. 75 — Aviso de 23 de junho de 1899 — Declara qual o processo, perante o Ministerio da Marinha, para o levantamento dos cauções dos fies da Armada 45
- N. 76 — Aviso de 26 de junho de 1899 — Manda nomear uma comissão de medicos e pharmaceuticos do Corpo de Saude da Armada para rever os grupos 16, 17 e 18 da nomenclatura approvada pelo aviso de 9 de agosto de 1899 e propor alterações ás que convenha adoptar 46
- N. 77 — Aviso de 30 de junho de 1899 — Manda abonar em dinheiro, á razão de \$400 diarios, as rações a que tem direito o patrão e remadores do serviço da Capitania do porto do Estado do Espirito Santo 46
- N. 78 — Aviso de 1 de julho de 1899 — Declara não haver obrigatoriedade de despender-se toda a somma marcada para enterramento, desde que seja feito de modo congnio 47
- N. 79 — Aviso de 4 de julho de 1899 — Indeferê o requerimento de um official da Armada pedindo suspensão de consignação á Cooperativa Militar do Brazil sob o fundamento de haver sua importancia comprehendido

	Pags.
uma parte das etapas, visto ter o aviso de 6 de fevereiro de 1897 mandado considerá-las como parte integrante dos vencimentos.	48
N. 80 — Aviso de 5 de julho de 1899 — Approva novos modelos e instruções para os pagamentos a cargo da Contadoria da Marinha.	48
N. 81 — Aviso de 8 de julho de 1899 — Nomeia uma comissão para consolidação de todas as leis, decretos e decisões do Governo, actualmente em vigor no Ministerio da Marinha.	54
N. 82 — Aviso de 11 de julho de 1899 — A um official reformado, em serviço activo, quando com licença para se tratar, competem a differença do soldo e etapas.	54
N. 83 — Aviso de 13 de julho de 1899 — Manda imprimir e adoptar o Guia Prático do Pharoleiro, organizado pelo capitão-tenente Raymundo Frederico Klappe da Costa Rubim, que é elogiado.	55
N. 84 — Aviso de 15 de julho de 1899 — Declara qual o vencimento devido a um empregado vitalicio do extinto Arsenal da Bahia, desde a data da extincção até a sua transferencia para o da Capital Federal.	55
N. 85 — Aviso de 15 de julho de 1899 — Manda adoptar e distribuir officialmente o mappa que a este acompanha, explicativo dos signaes e abreviações usadas nos trabalhos hydrographicos da Repartição da Carta Maritima	56
N. 86 — Aviso de 28 de julho de 1899 — Autoriza a adopção na Armada do aparelho <i>Cons</i> para a transmissão de signaes à noite.	56
N. 87 — Aviso de 29 de julho de 1899 — Declara como deve proceder a Directoria de Praticagem do Rio Grande do Norte para com os proprietarios de embarcações que, para eximirem-se de tomar praticos e pagar as taxas prescriptas no respectivo regulamento, mandam construir-as com menos de cincoenta toneladas, calando dous e tres metros	57
N. 88 — Aviso de 31 de julho de 1899 — Manda computar para a reforma dos officiaes da Armada, como um anno completo, as fracções de anno excedentes de seis mezes.	58
N. 89 — Aviso de 4 de agosto de 1899 — Manda que aos guardas-marinha alumnos seja paga a gratificação de embarque, desde a data em que deixaram de recebel-a.	58
N. 90 — Aviso de 5 de agosto de 1899 — Declara quaes as condições em que as Capitánias de Portos podem acceitar menores para serem alistados.	58
N. 91 — Aviso de 9 de agosto de 1899 — Manda contar para os effeitos da reforma o tempo de estudo com aproveitamento na Escola de Marinha, como alumno paisano	59
N. 92 — Aviso de 10 de agosto de 1899 — Declara que só se conta, como de campanha, o tempo de serviço prestado em Santa Catharina, Paraná e S. Paulo, de 6 de setembro de 1893 a 16 de abril de 1894.	59

	Paga.
N. 93—Aviso de 10 de agosto de 1899—Declara que os invalidos da Armada, com licença para residirem nos Estados, tem direito a ser tratados nos hospitaes, e a enterro por conta da União, quando fallecerem fóra delles.	60
N. 94—Aviso de 12 de agosto de 1899—Cede ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas os predios em que funcionaram os extinctos Arsenaes de Marinha dos Estados de Pernambuco e Bahia.	60
N. 95—Aviso de 12 de agosto de 1899—Declara que não é aproveitavel para aposentadoria o tempo de serviço prestado por marinheiros de Capitancias e Arsenaes, funcionarios civis, que não vencem ordenado, e apenas diarias ou gratificação.	61
N. 96—Aviso de 12 de agosto de 1899—Augmenta com um guardião a lotação dos avisos fluviales da flotilha do Amazonas.	61
N. 97—Aviso de 14 de agosto de 1899—Declara que as multas arrecadadas pelas Capitancias, pertencendo á receita geral da União, não podem ser empregadas na aquisição de móveis para as mesmas repartições.	62
N. 98—Aviso de 22 de agosto de 1899—Dá providencias para a execução do art. 45 do regulamento anexo ao decreto n. 3320, de 7 de março de 1899.	62
N. 99—Aviso de 22 de agosto de 1899—Declara que, em vista da lei n. 2792, de 20 de outubro de 1877, não pôde ser acceto o alvitre de aproveitarem-se as sobras de uma verba em despesas de verba diversa.	63
N. 100—Aviso de 22 de agosto de 1899—Autoriza o emprego do oleo de linhaça na conservação dos tubos, espelhos, caldeiras e demais peças das machinas dos navios da Armada.	63
N. 101—Aviso de 26 de agosto de 1899—Altera a tabella mandada observar pelo aviso de 23 de maio de 1898, no sentido de ser feito no 3º dia util de cada mez o pagamento da mesrança e guardas de policia do Arsenal de Marinha da Capital Federal.	64
N. 102—Aviso de 30 de agosto de 1899—Declara que os adiantamentos aos officiaes, inferiores e praças devem ser indemnizados á Fazenda Federal na especie em que forem feitos, e que os commissarios não podem deixar de fazer no devido tempo os descontos a que estão sujeitos os vencimentos.	64
N. 103—Aviso de 30 de agosto de 1899—Manda abonar a gratificação de medico da Escola de aprendizes marinhheiros de Alagôas ao medico do Exercito que alli serviu, por não estar esse logar preenchido.	65
N. 104—Aviso de 31 de agosto de 1899—Manda suspender a execução do regulamento das Capitancias de Portos approved pelo decreto n. 3334, de 5 de julho de 1899.	65
N. 105—Aviso de 2 de setembro de 1899—Declara que não devem ser considerados addidos ao Quartel-General os	

	Pag.
officiaes da Armada com licença para nos Estados aguar- darem commissões, cabendo-lhes sómente soldo e etapas.	65
N. 106 — Aviso de 2 de setembro de 1899 — Declara que só devem ter andamento os requerimentos dos machinistas navaes, para a contagem de tempo de viagem e nave- gação a vapor, quando se referirem ao funcionamento das machinas motoras.	66
N. 107 — Aviso de 4 de setembro de 1899 — Declara que o chefe do Corpo de Engenheiros Navaes não póde ter, na activi- dade, graduação alguma, cabendo-lhe, entretanto, o acesso no posto de vice-almirante si reformar-se com 35 annos de serviço e a graduação de almirante si com mais de 40.	66
N. 108 — Aviso de 4 de setembro de 1899 — Declara subsistente a obrigatoriedade de terem sempre a bordo dos navios da esquadra em viagem generos para dous dias, e determina a publicação dos contractos para seu forneci- mento em ordem do dia do Quartel-General.	67
N. 109 — Aviso de 4 de setembro de 1899 — Manda abonar a um mestre do extinto Arsenal de Marinha da Bahia, considerado como vitalicio, o ordenado respectivo desde o dia em que foi dispensado do serviço até o dia em que foi aposentado.	68
N. 110 — Aviso de 6 de setembro de 1899 — Declara que os offi- ciaes das classes annexas da Armada tem direito á reforma em posto superior ao marcado, como limite dos respectivos quadros.	68
N. 111 — Aviso de 9 de setembro de 1899 — Manda providen- ciar sobre a remessa, para o Corpo de Marinheiros Nacionais, de menores das Escolas de Aprendizizes, cujos commandantes podem aceitar os que tiverem de 16 a 19 annos, para serem alistados naquelle corpo.	69
N. 112 — Aviso de 11 de setembro de 1899 — Permite que os officiaes da Armada, das classes annexas e os enge- nheiros navaes adiantem por um anno as contribuições para o montepio, que não serão restituídas no caso de demissão ou fallecimento, nem levadas em conta no caso de promoção ou reforma no posto immediato. Si o soldo for em ouro, o adiantamento será na mesma especie ou em seu equivalente, como a restituição do soldo adiantado	69
N. 113 — Aviso de 11 de setembro de 1899 — Declara que os me- nores devem ser recebidos para se alistarem nas Es- colas de Aprendizizes Marinheiros.	70
N. 114 — Aviso de 12 de setembro de 1899 — Recommenda que os ajustes de contas dos officiaes da Armada e classes annexas, inferiores e outros, sejam feitos, de ora em diante, na Contadoria da Marinha.	71
N. 115 — Aviso de 14 de setembro de 1899 — Declara que a disposição constante do aviso de 13 de março de 1889, que manda não se conte como de embarque para pro- moção o tempo de serviço prestado em navios da reserva	

	Pags.
e que não possam navegar, só deve ter vigor da data do mesmo aviso.	71
N. 116 — Aviso de 15 de setembro de 1899 — Manda contar, como de magisterio, para acrescimo periodico de vencimento, a um professor do curso de marinha da Escola Naval, o tempo em que exerce o cargo de instructor de aspirantes em viagem e na mesma Escola.	72
N. 117 — Aviso de 15 de setembro de 1899 — Manda que o numero de remadores da Praticagem da barra da Victoria, no Estado do Espirito Santo, seja reduzido a seis com o salario mensal de 100\$900	72
N. 118 — Aviso de 16 de setembro de 1899 — Declara que nenhum cirurgião pôde ser promovido sem ter satisfeito a condição de embarque.	73
N. 119 — Aviso de 20 de setembro de 1899 — Indefere um requerimento em que uma praça do Corpo de Infantaria de Marinha, embarcada em navio de guerra, pede abono de gratificação.	73
N. 120 — Aviso de 20 de setembro de 1899 — Declara que, independentemente do Codigo do ensino superior, deve ser observado o art. 104 do regulamento da Escola Naval, relativamente aos vencimentos que competem ao substituto da mesma Escola, exercendo cumulativamente outras funções lectivas.	74
N. 121 — Aviso de 27 de setembro de 1899 — Determina que não seja permitido o estabelecimento de cercadas aquem de uma linha que, partindo da Ponta do Cajú, vá terminar na ilha do Engenho, bem assim que taes concessões, relativas a essa zona, não sejam reformadas.	74
N. 122 — Aviso de 30 de setembro de 1899 — Manda que, aos alumnos da Escola de Machinistas Navaes da Capital Federal, sejam restituídas as quantias correspondentes ao desconto de um dia e meio de vencimentos que, a titulo de monte-pio, soffreram em seus salarios, na qualidade de aprendizes do Arsenal de Marinha desta Capital.	75
N. 123 — Aviso de 30 de setembro de 1899 — Declara que aos cirurgiões de 1ª classe não deve ser exigida a condição de embarque para a promoção a inspector de saude naval.	75
N. 124 — Aviso de 4 de outubro de 1899 — Declara que é sufficiente um numero de notas boas igual aos dous terços dos juizes presentes para classificação dos candidatos ao magisterio, nos concursos effectuados na Escola Naval.	76
N. 125 — Aviso de 5 de outubro de 1899 — Cede ao Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas o terreno dos fundos do extinto Arsenal de Marinha do Estado de Pernambuco, com o respectivo guindaste, bem assim os moveis e appparelhos de iluminação do mesmo estabelecimento.	76

	Pags.
N. 126 — Aviso de 6 de outubro de 1899 — Declara que, aos operarios contractados para servirem no estabelecimento naval de Itaqui, só será abonada a respectiva ajuda de custo, mediante fiador idoneo.	77
N. 127 — Aviso de 6 de outubro de 1899 — Declara que deve ser concedida aos contribuintes do fundo de soccorros da Praticagem de Pernambuco a retirada da parte proporcional aos seus vencimentos fixos, com que entraram para o mesmo fundo, de 1 de setembro de 1898 a 30 de junho de 1899, reservando-se os beneficios deste sómente para os que voluntariamente quizerem continuar	77
N. 128 — Aviso de 7 de outubro de 1899 — Determina que tenha rigorosa execução o art. 611 da ordenança geral para o serviço da Armada	78
N. 129 — Aviso de 11 de outubro de 1899 — Manda que não sejam registradas, nas Capitánias de Portos, cartas de machinistas da marinha mercante, que não sejam passadas pela autoridade competente	78
N. 130 — Aviso de 11 de outubro de 1899 — Estabelece o modo por que devem ser cobradas as taxas dos navios que demandam o Porto a reboque de outras embarcações, ou que se tenham de fazer ao mar em taes condições	79
N. 131 — Aviso de 16 de outubro de 1899 — Manda que o estacionario do posto meteorologico da barra do Rio Grande do Sul seja incluído no livro de soccorros do pessoal da mesma barra.	79
N. 132 — Aviso de 17 de outubro de 1899 — Recommenda a fiel observância do art. 76, § 2º, do decreto n. 4542 A, de 30 de junho de 1870, devendo-se mencionar sempre nas cargas dos responsaveis os preços dos artigos fornecidos.	80
N. 133 — Aviso de 19 de outubro de 1899 — Manda contar a um official, para a reforma, o periodo em que estudou com aproveitamento, na Escola Naval, o 1º anno, como ouvinte	80
N. 134 — Aviso de 23 de outubro de 1899 — O cirurgião do Corpo de Saude da Armada, designado para servir em Escola de Aprendizizes Marinheiros, não pôde acceitar emprego estadual ou municipal, sendo-lhe, porém, licito exercer a clinica civil ou desempenhar funções de ordem scientifica ou profissional em estabelecimentos particulares.	81
N. 135 — Aviso de 24 de outubro de 1899 — Declara que os vapores da Companhia Lloyd Brasileiro não podem tomar outro pratico que não seja o da Associação para a navegação de Paranaguá a Antonina e, assim fazendo, ficam sujeitos ao pagamento da respectiva taxa	81
N. 136 — Aviso de 24 de outubro de 1899 — Providencia sobre o caso da falta de official immediato nas Escolas de Aprendizizes Marinheiros para a composição dos conselhos de compras.	82

	Pags.
N. 137 — Aviso de 25 de outubro de 1899 — Cede ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o predio que servia de residencia aos ajudantes do extinto Arsenal de Marinha do Estado da Bahia	83
N. 138 — Aviso de 28 de outubro de 1899 — Manda excluir oito patrões e 54 remadores do pessoal da praticagem do Estado de Pernambuco, e declara que ao capitão do porto assiste o direito da disciplina, policiamento e fiscalização da Associação, deixando, entretanto, de ser o director, cargo que deverá recahir no pratico-mór	83
N. 139 — Aviso de 31 de outubro de 1899 — Estabelece regra para os fornecimentos de louça e mais objectos pertencentes aos differentes ranchos e camarotes dos navios da Armada e dá providencias sobre sua guarda e conservação	84
N. 140 — Aviso de 31 de outubro de 1899 — Nomeia uma comissão para verificar o estado da escripturação do almoxarifado do Arsenal de Marinha da Capital Federal e indicar medidas para simplificar a escripturação	85
N. 141 — Aviso de 10 de novembro de 1899 — Manda contar a um machinista para melhoramento de reforma o tempo de carvoeiro e foguista contractado	85
N. 142 — Aviso de 10 de novembro de 1899 — Declara que os marinheiros nacionaes, que passarem para o Corpo de Inferiores, não podem ter baixa deste, salvo incapacidade physica, sem completarem o tempo a que eram obrigados no corpo de sua procedencia	86
N. 143 — Aviso de 11 de novembro de 1899 — Deroga os arts. 58 a 63 do regulamento da Praticagem da barra e da bahia de S. Marcos, no Estado do Maranhão, approved pelo aviso n. 2935, de 21 de outubro de 1891.	86
N. 144 — Aviso de 14 de novembro de 1899 — Declara á Capitania do porto de Santa Catharina como deve proceder em relação ao serviço da Praticagem da barra da Laguna, por haver a superintendencia da Municipalidade daquella cidade se apossado do mesmo serviço	87
N. 145 — Aviso de 14 de novembro de 1899 — Releva o excesso do prazo de que trata o art. 50 do regulamento anexo ao decreto n. 2819, de 23 de fevereiro de 1898.	88
N. 146 — Aviso de 16 de novembro de 1899 — Manda abonar em dinheiro, á razão de 1\$400 diários, as rações que competem ao patrão-mór, patrão de escaleres e remadores da Capitania do Porto da Bahia, cessando o municiamento feito pela Escola de Aprendizizes Marinheiros	88
N. 147 — Aviso de 18 de novembro de 1899 — Altera e manda que o art. 33 do regulamento da Praticagem das barras do Estado de Sergipe approved pelo aviso n. 687, de 6 de abril de 1893, seja observado de conformidade com o presente	89
N. 148 — Aviso de 20 de novembro de 1899 — Manda contar pelo dobro para o montepio o tempo de serviço de campanha prestado pelos officiaes da Armada e classes annexas	89

	Pags.
N. 149 — Aviso de 20 de novembro de 1899 — Recommenda ás Capitánias dos Portos que sempre que tiverem de lavar termos de declaração de nacionalidades, para os effeitos do art. 5º do Regulamento da Cabotagem, façam os interessados provar que residiam no Brazil a 15 de novembro de 1889 e não manifestaram o animo de conservar a nacionalidade de origem, além de serem comprehendidos no dispositivo do art. 69, n. 4, da Constituição Federal	90
N. 150 — Aviso de 20 de novembro de 1899 — Declara que, de conformidade como parographo unico do art. 3º do decreto n. 478, de 9 de dezembro de 1897, cabe ao Ministerio da Marinha a regulamentação da pesca	90
N. 151 — Aviso de 21 de novembro de 1899 — Autorisa o embarque de praças do Corpo de Marinheiros Nacionais para adquirirem os conhecimentos precisos para exercerem as funções de praticos	91
N. 152 — Aviso de 21 de novembro de 1899 — Os aspirantes a guarda-marinha podem ser tratados em quartos reservados a officiaes, quando baixam ao hospital e, no caso de fallecimento, deve o enterro ser correspondente ao de official, não se apresentando pessoa competente para delle incumbir-se	91
N. 153 — Aviso de 30 de novembro de 1899 — Declara que não ha inconveniente em acceitarem officiaes da Armada, ao serviço da flotilha do Amazonas, nomeações de inspectores e fiscaes de linhas de navegação subvencionadas pelo Governo, desde que isso não prejudique o mesmo serviço e preceda licença do Governo Federal	92
N. 154 — Aviso de 30 de novembro de 1899 — Declara qual o serviço de escripturação que podem desempenhar os aspirantes a commissarios	92
N. 155 — Aviso de 30 de novembro de 1899 — Permite o pagamento da differença entre a contribuição feita adiantadamente para o montepio do posto immediatamente superior, quando vigorava a tabella de 2 de janeiro de 1890 e a correspondente ao soldo da tabella de 15 de dezembro de 1894.	92
N. 156 — Aviso de 30 de novembro de 1899 — Declara que os guardiães extranumerarios, que estiverem respondendo a conselho, não podem concorrer com os demais para a passagem para o quadro	94
N. 157 — Aviso de 6 de dezembro de 1899 — Manda pagar vencimentos de addido ao Quartel-General a um 1º tenente, enquanto respondeu a conselho de guerra, em que foi absolvido, e recommenda que não se pague a mesma gratificação aos officiaes superiores e subalternos que não tenham nas cadernetas as notas relativas á essa situação.	94
N. 158 — Aviso de 6 de dezembro de 1899 — Altera os prazos para apresentação das portarias de licença para tratamento de saúde	95
N. 159 — Aviso de 12 de dezembro de 1899 — Declara que compete ao Ministerio da Marinha a regulamentação da industria da pesca	95

N. 160 — Aviso de 12 de dezembro de 1899 — Declara que os direitos á reforma ou jubilação dos officiaes da Armada, que servem de lentes ou substitutos na Escola Naval, são regulados pela legislação em vigor ao tempo em que esse acto se pratica	96
N. 161 — Aviso de 14 de dezembro de 1899 — Declara que o official da Armada, enquanto estiver respondendo a conselho de guerra, deve ser considerado em inactividade, não podendo esse tempo ser contado como de embarque.	97
N. 162 — Aviso de 14 de dezembro de 1899 — Dispõe sobre a admissão no Asylo de Invalidos	97
N. 163 — Aviso de 16 de dezembro de 1899 — Resolve sobre a concessão de certidões de avisos reservados	98
N. 164 — Aviso de 20 de dezembro de 1899 — Recommenda ao Arsenal da Capital que nenhum supprimento se faça sem que constem os preços dos objectos suppridos, afim de figurarem nas cargas dos responsaveis	99
N. 165 — Aviso de 21 de dezembro de 1899 — Permite que a <i>The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, Limited</i> , occupe na parte sul da ilha das Cobras, a titulo de empréstimo, o terreno de marinha que for indispensavel para as construcções ligeiras, necessarias ao inicio de seus trabalhos.	99
N. 166 — Aviso de 30 de dezembro de 1899 — Providencia ácerca da aquisição de artigos não comprehendidos nos contractos para fornecimentos ao Commissariado Geral da Armada e que pertencerem aos do Arsenal de Marinha.	100

MINISTERIO DA MARINHA

N. 1 — AVISO DE 5 DE JANEIRO DE 1899

Recommenda as mais rigorosas providencias, afim de que as despesas de cada mez não excedam a 12ª parte das quantias consignadas para todo o exercicio.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 15 — Capital Federal, 5 de janeiro de 1899.

Sr... — Sendo de toda conveniencia que as despesas deste Ministerio não ultrapassem as consignações votadas na lei n. 500, de 31 de dezembro ultimo, recommendo-vos as mais rigorosas providencias afim de que, sob pena de effectiva responsabilidade dessa Repartição, as despesas de cada mez não excedam a 12ª parte das quantias consignadas para todo o exercicio pela respectiva tabella de distribuição de credito, observando-se fielmente a circular n. 681 A, de 29 de março de 1895.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 2 — AVISO DE 9 DE JANEIRO DE 1899

Dá instrucções para a execução do decreto n. 3188, de 5 de janeiro de 1899, que extinguiu os Arsenaes de Marinha da Bahia e Pernambuco.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 41 — Capital Federal, 9 de janeiro de 1899.

Sr. Inspector do Arsenal de Marinha do Estado da Bahia — Tendo sido suppressos os Arsenaes de Marinha desse Estado e do de Pernambuco, por decreto n. 3188, de 5 do corrente, publicado no *Diario Official* de 6 do mesmo mez, recommendo-vos que observeis as instrucções que em seguida vos dou, para que tenha execução o referido decreto:

1.ª Designareis o almoxarife desse Arsenal e os empregados que julgardes necessarios para, com o que for mandado pelo Ministerio da Fazenda, como ora se solicita, procederem, sob vossa

presidencia, ao inventario dos predios, machinismos, ferramentas e todos os objectos que ahi existam pertencentes á Fazenda Nacional.

2.^a Todos os generos de facil deterioração deveis vender por concorrência publica a quem mais vantagens offerecer.

3.^a Todas as reclamações, que pelos empregados da administração e pessoal artistico vos forem apresentadas, deveis dirigir a este Ministerio com as devidas informações.

4.^a Quaesquer propostas que vos forem feitas para compra de terrenos, predios, machinismos e mais objectos, sem tomardes deliberação alguma, trareis ao meu conhecimento competente-mente informadas.

5.^a Tudo quanto pertencer exclusivamente ao archivo e secretaria da Capitania do porto passará para a Escola de Aprendiziz Marinheiros, cujo commandante fica exercendo o cargo de capitão do porto.

6.^a Com a maxima urgencia deveis tomar todas as providencias que aqui vos são recommendadas e mais as que julgardes convenientes, dando sciencia ao Governador desse Estado das medidas que o Governo da União resolver adoptar, como tambem do que occorrer com relação ao assumpto.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balhazar da Silveira.*

Identico, *mutatis mutandis*, sob n. 42, ao Inspector do Arsenal de Marinha do Estado de Pernambuco.

N. 3 — AVISO DE 10 DE JANEIRO DE 1899

Recommenda que sejam observadas litteralmente as disposições do decreto n. 890, de 18 de outubro de 1890, na parte em que manda adiantar um mez de vencimentos aos officiaes que, embora em debito para com o Estado, forem nomeados para commissões fóra desta Capital, que não lhes deem direito a ajuda de custo, estendendo as mesmas disposições aos inferiores, na conformidade da 22.^a observação do decreto n. 389, de 13 de junho de 1891.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3.^a Secção — N. 54 — Capital Federal, 10 de janeiro de 1899.

Sr. Contador da Marinha — No officio n. 720, do mez proximo preterito, consultaes como deveis proceder com referencia ao adiantamento de um mez de vencimentos aos officiaes que, não tendo ajudas de custo, são nomeados para commissões fóra desta Capital, visto o decreto n. 890, de 18 de outubro de 1890, o permittir ainda no caso de acharem-se os officiaes em debito para com o Estado, mas, só permittil-o, estando quite, a 4.^a observação do decreto posterior n. 389, de 13 de junho de 1891, que entre-nto, diz, na 10.^a observação, que as ajudas de custo, pas-agens

e gratificações de exercicio de commissões especiaes continuarão a ser abonadas nos casos previstos no decreto de 18 de outubro de 1890.

Consultaes, tambem, no mesmo officio si as vantagens e concessões das alludidas tabellas devem se estender aos inferiores, em face da 22ª observação que diz abrangerem ellas todas as classes que constituem a corporação da Armada.

E em solução vos declaro que, referindo-se a 10ª observação do decreto n. 389, de 13 de junho de 1891, ao decreto n. 890, de 18 de outubro de 1890, devem ser observadas litteralmente as disposições deste ultimo decreto, estendendo-se aos inferiores na conformidade da 22ª observação do referido decreto de 13 de junho de 1891.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 4 — AVISO DE 10 DE JANEIRO DE 1899

Recommenda a fiel execução das instrucções constantes da circular n. 385, de 17 de fevereiro de 1897.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 56 — Capital Federal, 10 de janeiro de 1899.

Aos Inspectores dos Arsenaes de Marinha e Capitães de portos dos Estados — Não tendo havido a precisa regularidade na remessa á Contadoria de Marinha das notas dos descontos feitos nos vencimentos dos officiaes da Armada e classes annexas, inferiores embarcados e empregados em terra, operarios e outros; recommendo-vos providenciais para a fiel execução das instrucções constantes da circular n. 385, de 17 de fevereiro de 1897.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 5 — AVISO DE 14 DE JANEIRO DE 1899

Determina a abertura de concorrência publica para o fornecimento de artigos para os quaes não se haja celebrado contracto.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 100 — Capital Federal, 14 de janeiro de 1899.

Sr. Inspector do Arsenal de Marinha desta Capital — Sempre que se tratar da aquisição de objectos para cujo fornecimento, durante o exercicio, não se haja celebrado contracto, determino-vos a abertura de concorrência publica, devendo os respectivos papeis, convenientemente informados, ser submittidos á resolução desta Secretaria de Estado.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 6 — AVISO DE 24 DE JANEIRO DE 1899

Nega o direito á percepção de todos os vencimentos a um official que, antes do decreto de 2 de dezembro de 1898, não obtiver absolvição unanime no conselho de guerra a que respondeu.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 142 — Capital Federal, 24 de janeiro de 1899.

Sr. Contador da Marinha — Tenho presente vosso officio n. 3, 2ª Secção, de 3 de janeiro corrente, em que consultaes si, contra as disposições do aviso de 5 de outubro de 1861 e da Constituição Federal, pôde o decreto n. 529, de 2 de dezembro de 1898, ter força retroactiva para pagar-se ao capitão-tenente Rodolpho Lopes da Cruz todos os vencimentos que lhe foram suspensos durante o tempo em que esteve submettido a conselho de guerra e no qual foi absolvido sem unanimidade de votos e por sentença anterior á data do referido decreto; ou si a perda de vencimentos deve ser considerada como pena para os effeitos do art. 2º do decreto n. 18, de 7 de março de 1891, que manda fazer applicação da lei nova aos já condemnados, quando está minore a pena.

Em resposta, tenho a declarar-vos que o decreto n. 529, de 2 de dezembro de 1898, que manda abonar a todo o militar que for absolvido em conselho de guerra as vantagens pecuniarias, que, *ex-vi* do processo, houver perdido, não tem effeito retroactivo e a propria redacção do art. 1º deixa claro que o favor da lei só pôde aproveitar aos que forem julgados depois da data de sua expedição.

Nem está no espirito da lei essa retroactividade, pois, si o intento do legislador fosse estender o beneficio aos processos anteriores, seria essa intenção mencionada na lei, como verificou-se no decreto n. 216, de 31 de outubro de 1894 e no de n. 523, de 25 de novembro de 1898, manifestamente retroactivos sem serem, entretanto, inconstitucionaes, visto que a retroactividade não feriu nenhum direito adquirido.

O decreto n. 529, de 2 de dezembro de 1898, não tem portanto effeito retroactivo, nem pela forma nem pela essencia.

E a perda de vencimentos que se operava no regimen anterior ao dito decreto não constituia uma pena:

1º, porque não figura entre as mencionadas no art. 39 do Codigo Penal da Armada;

2º, porque toda a pena só é imposta por sentença e depois de preenchida a formalidade de que trata o art. 237 do Codigo Processual Criminal Militar, o que não se verificou na hypothese que deu lugar á consulta;

3º, porque antes do decreto n. 49, de 11 de junho de 1892, todos os militares submettidos a conselho de guerra perdiam indistinctamente os vencimentos, não havendo lei alguma de excepção contra os absolvidos sem unanimidade;

4º, porque o decreto citado, n. 49, de 11 de junho de 1892, extensivo à Marinha pelo de n. 898, de 29 de junho do mesmo anno, mandando que aos militares absolvidos unanimemente se abonassem os vencimentos que houvessem perdido em virtude do processo, e nada dispondo quanto aos absolvidos por pluralidade de votos, teve apenas o intuito de favorecer os primeiros, sem cogitar de prejudicar os segundos, que continuarão assim na mesma situação em que se achavam todos indistinctamente, antes do supracitado decreto de 11 de junho de 1892;

5º, finalmente, porque mesmo na hypothese de constituir uma pena, não pôde ser invocado em favor do pagamento o art. 2º do Código Penal da Armada, visto ter sido imposta e cumprida antes da lei nova.

Por todas estas razões, e mais porque os processos, pelo art. 292 do respectivo Código, só teem seu termo final no Supremo Tribunal Militar, onde o capitão-tenente Rodolpho Lopes da Cruz foi absolvido sem unanimidade, declaro-vos, para vosso conhecimento e os devidos effeitos, que não pôde ser paga a folha que veio annexa ao officio da consulta a que ora respondo.

Saude e fraternidade.— *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 7 — AVISO DE 25 DE JANEIRO DE 1899

Manda abonar aos aspirantes a guardas-marinha embarcados a diaria de 2\$000.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 164—
Capital Federal, 25 de janeiro de 1899.

Sr. Contador da Marinha — Autorizo-vos a mandar abonar aos aspirantes a guardas-marinha embarcados nos navios das divisões navaes a diaria de 2\$, afim de poderem os mesmos arrancar com os officiaes das guarnições dos referidos navios.

Saude e fraternidade.— *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 8 — AVISO DE 30 DE JANEIRO DE 1899

Manda executar, com referencia aos officiaes da Armada e classes annexas, a resolução do Sr. Presidente da Republica, pela qual os militares eleitos deputados ou senadores não devem exercer cargos nos Ministerios da Guerra e da Marinha, convindo que nos intervallos das sessões se conservem em disponibilidade.

Ministerio dos Negocios da Marinha — Capital Federal, 30 de janeiro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — O Sr. Presidente da Republica, tendo ouvido o Supremo Tribunal Militar e conformando-se com o seu parecer em consulta de 31 de outubro do anno passado, publicada no *Diario Official* de 13 do corrente, resolveu que os militares arregimentados ou pertencentes aos corpos especiaes, que forem deputados ou senadores federaes ou estaduais, por isso que ficam no gozo de immuniidades desde que recebem diplomas até nova eleição, não devem por conveniencia da disciplina e da marcha regular do serviço exercer cargos nos Ministerios da Guerra e da Marinha enquanto estiverem investidos de seu mandato legislativo, salvo no caso de guerra ou naquelles em que a honra e a integridade da União se achem empenhadas, convindo que nos intervallos das sessões se conservem em disponibilidade, como preceitua a lei de 30 de dezembro de 1891.

Dando-vos conhecimento dessa resolução, declaro que deve ella ter inteira execução com referencia aos officiaes da Armada e classes annexas.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 9 — AVISO DE 31 DE JANEIRO DE 1899

Determina que, a titulo de ensaio, os navios e corpos de marinha recebam directamente dos fornecedores os artigos que constituem as munições de bocca.

Ministerio dos Negocios da Marinha — Capital Federal, 31 de janeiro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Estando o Governo autorizado, pela lei do orçamento em vigor, a reorganisar o Commissariado Geral da Armada, determino-vos a expedição de ordens para que, a titulo de ensaio, mandem os navios e corpos de marinha receber directamente dos fornecedores os artigos que constituem as munições de bocca.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 10 — AVISO DE 31 DE JANEIRO DE 1899

Manda abonar uma etapa aos aspirantes a guardas-marinha embarcados.

Ministerio dos Negocios da Marinha — Capital Federal, 31 de janeiro de 1899.

Sr. Contador da Marinha — Recommendo-vos que aos aspirantes a guardas-marinha, embarcados, mandeis abonar uma etapa, cuja importancia será entregue aos commissarios dos respectivos navios, ficando assim de nenhum effeito o aviso que sob n. 164 vos dirige a 25 do corrente.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 11 — AVISO DE 2 DE FEVEREIRO DE 1899

Nomeia uma commissão para reorganisar o regulamento das Capitánias de portos.

Ministerio dos Negocios da Marinha — Capital Federal, 2 de fevereiro de 1899.

Sr. Vice-Almirante graduado reformado José Luiz Teixeira — Tendo em vista as muitas alterações por que tem passado os diversos artigos do regulamento annexo ao decreto n. 247, de 19 de maio de 1846, quer por decretos e avisos deste Ministerio, quer pela passagem de serviços para o antigo Ministerio da Agricultura, hoje da Industria, Viação e Obras Publicas e bem assim pelos regulamentos das Alfandegas, resolvi reorganisar as Capitánias de portos, nomeando-vos, em commissão composta dos vice-almirantes graduados reformados Manoel de Moura Cirne e Antonio Pompêo de Albuquerque Cavalcante, para, tendo por base o supradito regulamento, modificá-lo de accordo com a legislação actual.

No desempenho dessa commissão, vos serão abonados, além do soldo e mais vantagens da reforma, etapa e um terço da respectiva gratificação.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 12 — AVISO DE 4 DE FEVEREIRO DE 1899

Indica a providencia a adoptar quando a despesa com a aquisição de um artigo exceder a 12ª parte da quota distribuida para as despesas do exercicio.

Ministerio dos Negocios da Marinha — Capital Federal, 4 de fevereiro de 1899.

Sr. Chefe do Commissariado Geral da Armada — Em referencia a vosso officio n. 21, de 24 de janeiro ultimo, relativo á determinação constante da circular n. 15, de 5 do supradito mez, para que a despesa mensal dessa Repartição não exceda a 12ª parte das quotas que lhe forem distribuidas no exercicio vigente; declaro-vos, para os devidos effeitos, que, quando o valor do artigo a adquirir exceder a quota correspondente, poderá ser autorizada a despesa, tendo-se, porém, em vista a redução da dos mezes posteriores, de modo a se estabelecer compensação e não apparecer *deficit* no encerramento do exercicio.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 13 — AVISO DE 4 DE FEVEREIRO DE 1899

Manda abonar quantitativo para aluguel de casa ao medico e ao ajudante da Inspectoria do Arsenal de Marinha desta Capital, que servem na Armação.

Ministerio dos Negocios da Marinha — Capital Federal, 4 de fevereiro de 1899.

Sr. Contador da Marinha — Autorizo-vos a mandar abonar mensalmente ao medico e ao ajudante da Inspectoria do Arsenal de Marinha desta Capital, que servem na Armação, a importancia necessaria para pagamento de aluguel de casa.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 14 — AVISO DE 9 DE FEVEREIRO DE 1899

Declara que a joia e as quotas mensaes, para o montepio correspondente á graduação, permittido ao official da Armada reformado antes de instituido o meio soldo para suas familias, pela lei n. 523, de 25 de novembro de 1898, devem ser calculadas sobre o soldo da reforma.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 176 — Capital Federal, 9 de fevereiro de 1899.

Sr. Contador da Marinha — Em officio n. 659, de 28 de novembro do anno passado, tendo em vista a novissima lei n. 523, de 25 do mesmo mez, consultastes:

1.º Si a joia e quota para instituição do montepio do official reformado da Armada, antes de estabelecida a percepção do meio soldo, como permite aquella lei, deve ser calculada pelo soldo da tabella vigente na época da reforma ou pelo soldo da actual tabella?

2.º Si a joia deve abranger tambem o soldo que effectivamente receber o official pela reforma?

Em solução declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, em consulta de 30 do mez passado, resolveu o seguinte:

1.º Os officiaes da Armada reformados antes ou depois de 1890 podem instituir para suas familias montepio correspondente á graduação alcançada pela reforma.

2.º Tanto a joia como a contribuição mensal serão sempre calculadas sobre o soldo percebido por esses officiaes e que deve ser o que vigorava ao tempo da reforma.

3.º Não podem gosar do beneficio da citada lei aquelles officiaes que, reformados depois de instituido o meio soldo renunciarem o direito ao montepio militar, como permittia o art. 7º, paragrapho unico, do decreto n. 475, de 11 de junho de 1890, pois não mais podem adquirir este direito.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balhazar da Silveira.*

N. 15 — AVISO DE 10 DE FEVEREIRO DE 1899

Recommenda a observancia do aviso de 27 de dezembro de 1887, que indicou os casos em que as repartições de marinha nos Estados, dispondo de verba, podem, entretanto, recorrer ao Commissariado.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 284 — Capital Federal, 10 de fevereiro de 1899.

Sr. Inspector do Arsenal de Marinha do Estado de Matto Grosso — Em resposta ao officio n. 59, de 4 do mez proximo preterito, com o qual transmittistes um pedido de louça, trem de cozinha e outros objectos para o serviço diario da companhia de marinheiros nacionaes e enfermarias d'sse Arsenal, afim de serem fornecidos pelo Commissariado Geral da Armada; declaro-vos que, contemplando as tabellas de distribuição de creditos a esse Estado, fundos para semelhantes despezas, convem observar o aviso de 27 de dezembro de 1887, que manda que só se recorra ao Commissariado para supprimento de artigos, cujas despezas encontram recursos nas alludidas tabellas, quando nos mesmos artigos não existam no mercado ou sejam de preços muito elevados, caso em que ao pedido deve acompanhar uma nota desses preços.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 16 — AVISO DE 11 DE FEVEREIRO DE 1899

Declara que, independentemente da circular n. 15, de 5 de janeiro do corrente anno, podem ser fornecidos os artigos de illuminação, limpeza e conservação de machinas, de que os navios precisarem.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 256 — Capital Federal, 11 de fevereiro de 1899.

Sr. Chefe do Commissariado Geral da Armada — Em solução á consulta feita em officio n. 33, de 8 do corrente, declaro-vos que, independentemente da circular n. 15, de 5 do mez passado, podeis continuar a fornecer os artigos de illuminação, limpeza e conservação de machinas, de que precisarem os navios da Armada e cuja despeza orçaes em 18:000\$000, mensalmente.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 17 — AVISO DE 15 DE FEVEREIRO DE 1899

Declara quaes os vencimentos que devem ser abonados a um dentista contractado.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 4.^a Secção — N. 367 — Capital Federal, 15 de fevereiro de 1899.

Sr. Contador da Marinha. — Declaro-vos, para os devidos effeitos e em solução á consulta dessa Contadoria, em officio n. 50, de 7 do corrente, que, de accordo com o que informastes, o cirurgião dentista Francisco Bello de Andrade, que serve no Hospital de Marinha, deve perceber o soldo e a etapa inherente ao posto de guarda-marinha, conforme o estabelecido no respectivo contracto e a gratificação de cirurgião de 4.^a classe, de accordo com o aviso de 14 de junho do anno passado.

Saud e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 18 — AVISO DE 17 DE FEVEREIRO DE 1899

Determina que tenha inteira execução na Praticagem de S. Paulo o decreto n. 2661, de 1 de novembro de 1897, que mandou adoptar, em todos os portos e barras da Republica, o respectivo Codigo de signaes.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 5.^a Secção — N. 267 — Capital Federal, 17 de fevereiro de 1899.

Sr. Capitão do porto do Estado de S. Paulo — Respondendo ao vosso officio n. 5, de 16 de janeiro ultimo, declaro-vos que, não obstante ser livre a praticagem desse Estado, não pôde deixar de cumprir o decreto n. 2661, de 1 de novembro de 1897, que mandou adoptar em todos os portos e barras da Republica o Codigo de signaes que o acompanha, afim de uniformisar, a bem da navegação, os signaes que devem ser empregados pelas Praticagens dos portos; cabendo-vos providenciar para que tenha elle inteira execução nessa Praticagem, cujo serviço se acha sob a vossa immediata inspecção e fiscalização, conforme o art. 2.^o do regulamento approved pelo aviso deste Ministerio, n. 2169, de 21 de agosto de 1891.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 19 — AVISO DE 17 DE FEVEREIRO DE 1899

Declara que, independentemente das ordens em vigor, podem ser fornecidos pelo Commissariado não só os artigos que se destinem á pintura e conservação dos navios, mas ainda os de expediente.

Ministerio dos Negocios da Marinha — Capital Federal, 17 de fevereiro de 1899.

Sr. Chefe do Commissariado Geral da Armada — Declaro-vos, para os devidos effeitos, que independentemente das ordens em vigor, podem ser fornecidos por esse Commissariado não só os artigos que se destinarem á pintura e conservação dos navios, mas ainda os artigos de expediente.

Saude e fraternidade.— *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 20 — AVISO DE 18 DE FEVEREIRO DE 1899

Determina que sejam considerados dependencias da Escola de aprendizes marinheiros de Pernambuco os predios pertencentes ao extinto Arsenal de Marinha desse Estado, que se acham occupados pelo commandante, commissario, medico, mestre e Enfermaria da mesma Escola.

Ministerio dos Negocios da Marinha — Capital Federal, 18 de fevereiro de 1899.

Sr. Inspector do extinto Arsenal de Marinha de Pernambuco — Recommendo-vos que, dentre os predios mandados alienar por decreto n. 3188, de 5 de janeiro ultimo, pertencentes a esse Arsenal, sejam exceptuados os da rua de S. Jorge, que se acham occupados pelo commandante da Escola de aprendizes marinheiros, commissario, medico, mestre e Enfermaria, e considerados dependencias da referida Escola, conforme propoz a Capitania do porto desse Estado, em officio n. 4, de 21 do mez findo.

Saude e fraternidade.— *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 21 — AVISO DE 20 DE FEVEREIRO DE 1899

Determina que ao pessoal das barcas pharões de Bragança e Taipú, no Estado do Pará, e ao das Roccas, em Pernambuco, seja feito o abono das rações em generos, continuando o dos outros pharões a recebel-as em dinheiro.

Ministerio dos Negocios da Marinha — Capital Federal, 20 de fevereiro de 1899.

Sr. Contador da Marinha — De accordo com a informação que prestastes em officio n. 13, de 14 do mez findo, declaro-vos, para os devidos effeitos, que, desta data em diante, fica definitivamente estabelecido que ao pessoal das barcas pharões de Bragança e Taipú, no Estado do Pará, e ao das Roccas, em Pernambuco, o abono de rações deve ser feito em generos, continuando o pessoal dos outros pharões a receber em dinheiro as respectivas rações pelo valor estipulado no orçamento.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 22 — AVISO DE 20 DE FEVEREIRO DE 1899

Autoriza o director geral a fazer a distribuição de todos os impressos que forem recebidos na Secretaria de Estado, remetendo os mesmos por meio unicamente de protocollo.

Ministerio dos Negocios da Marinha — Capital Federal, 20 de fevereiro de 1899.

Sr. Director Geral — Tendo presente o officio que vos foi dirigido pela Secretaria de Estado do Ministerio das Relações Exteriores, remetendo diversos impressos constantes de cartas de serviço hydrographico, memorias de artilharia, etc., autorizo-vos a fazer a competente distribuição não só desses impressos, como de todos os que, d'ora em diante, forem nesta Secretaria recebidos, effectuando-se a remessa por meio unicamente de protocollo.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 23 — AVISO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1899

Declara que devem ser designadas tres épocas de exames annuaes para promoção das praças do Corpo de Marinheiros Nacionaes.

Ministerio dos Negocios da Marinha — Capital Federal, 27 de fevereiro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Declaro-vos, para os devidos effeitos, que, de accordo com o que informastes, em officio n. 126, de 15 do corrente, devem ser designadas tres épocas annuaes para as promoções das praças do Corpo de Marinheiros Nacionaes, que satisfacam os exames a que estão sujeitas pelo regulamento annexo ao decreto n. 673, de 21 de agosto de 1890.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 24 — AVISO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1899

Não tem direito ao quantitativo para funeral os inferiores que obtiverem graduação de officiaes.

Ministerio dos Negocios da Marinha — Capital Federal, 28 de fevereiro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Em resposta ao officio n. 26, de 9 do mez passado, declaro-vos, para os devidos effeitos, que a viuva do mestre reformado do Corpo de Officiaes Marinheiros, 2º tenente graduado, Antonio Thomaz dos Santos, não tem direito ao quantitativo de 300\$000 para funeral, porquanto o aviso de 3 de abril de 1893 só concedeu tal auxilio aos officiaes da Armada e classes annexas, não podendo ser nelle comprehendidos os inferiores que, em virtude de reforma, como o de que se trata, ou por outro qualquer motivo, obtenham a graduação de officiaes.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 25 — AVISO DE 3 DE MARÇO DE 1899

Torna extensivo ao Arsenal desta Capital o aviso de 31 de janeiro ultimo, determinando que as munições de bocca para os navios e corpos de marinha sejam recebidas directamente dos fornecedores.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 431 — Capital Federal, 3 de março de 1899.

Sr. Inspector do Arsenal de Marinha da Capital Federal — Havendo o aviso de 31 de janeiro ultimo determinado que, a titulo de ensaio, sejam as munições de bocca mandadas receber directamente dos respectivos fornecedores pelos navios e corpos de marinha, resolvo tornar essa ordem extensiva ao Estabelecimento a vosso cargo; o que vos communico para os devidos effeitos.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 26 — AVISO DE 13 DE MARÇO DE 1899

Declara que não pôde ser contado como de embarque, para os effeitos da promoção, o tempo de serviço prestado por officiaes da Armada em navios na reserva e que não podem navegar.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 287 — Capital Federal, 13 de março de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Tendo ouvido o Conselho Naval ácerca do objecto da consulta do commandante do aviso *Lamego*, que enviastes com o officio n. 112 de 8 do mez passado e conformando-me com o seu parecer, em consulta n. 8088 de 1 do corrente, declaro-vos, para os devidos effeitos, que, em face das disposições legais, não pôde ser contado como de embarque, para os effeitos dos arts. 4º paragrapho unico e 5º do regulamento annexo ao decreto n. 5461 de 12 de novembro de 1873, o tempo de serviço prestado por officiaes da Armada em navios considerados na reserva e em estado de não poderem navegar.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 27 — AVISO DE 15 DE MARÇO DE 1899

Indica o caso em que as repartições de Marinha nos Estados, dispondo de creditos, podem pedir fornecimentos ao Commissariado Geral da Armada.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1.^a Secção — N. 496 — Capital Federal, 15 de março de 1899.

Sr. Capitão do porto do Estado d... — Não convinho que continue a pratica, ultimamente seguida por algumas repartições de Marinha nos Estados, de pedirem que se satisfaçam pelo Commissariado Geral da Armada fornecimentos de artigos para cuja aquisição as tabellas de distribuição de creditos contemplam os necessarios fundos, porquanto resulta disso, além do augmento de expediente, o desfalque das consignações destinadas a iguaes despesas no Districto Federal; declaro-vos, para os devidos effeitos, que semelhante procedimento só pôde ser observado, no caso de não existirem no respectivo mercado os artigos a adquirir ou quando os seus preços forem muito elevados, o que deverá constar de nota que fareis annexar aos competentes pedidos.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 28 — AVISO DE 16 DE MARÇO DE 1899

Manda contar e mo de embarque a guardas-marinha desligados do Corpo de Engenheiros Navaes o tempo em que serviram nas officinas do Arsenal de Marinha.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2.^a Secção — N. 297 — Capital Federal, 16 de março de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Em resposta à vossa consulta sobre a contagem de tempo de embarque dos guardas-marinha que foram desligados do Corpo de Engenheiros Navaes, em virtude do decreto n. 3197, de 19 de janeiro do corrente anno, declaro-vos que deveis considerar como de embarque o tempo em que serviram nas officinas do Arsenal, para os effeitos do disposto no art. 49 do regulamento que baixou com esse decreto.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 29 — AVISO DE 18 DE MARÇO DE 1899

Manda revesarem-se os brigues e patachos no serviço da Escola Naval, para bordejos e exercicios.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 304 — Capital Federal, 18 de março de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Tomando em consideração a proposta do contra-almirante director da Escola Naval, para que um dos pequenos navios a vela, completamente armado em guerra, seja destacado para a referida Escola, afim de que os aspirantes e guardas-marinha alumnos façam os bordejos e exercicios marcados no regulamento em vigor; determino que recommendeis ao contra-almirante commandante da 3ª divisão naval as necessarias providencias no sentido de revesarem-se os brigues e patachos pertencentes á mesma divisão, não excedendo de tres mezes a permanencia de cada um nesse serviço, ficando entendido que sempre que um de taes navios for destacado para semelhante commissão ficará em tudo sujeito á autoridade do supradito director. Outrosim recommendo-vos que mandeis armar em guerra e incorporar á divisão de instrucção o brigue *Recife*, que deixa de pertencer á Escola Naval.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 30 — AVISO DE 22 DE MARÇO DE 1899

Manda que a ração de bacalhau, dada aos alumnos da Escola Naval, seja substituida pela de carne verde.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 466 — Capital Federal, 22 de março de 1899.

Sr. Director da Escola Naval — De accordo com as ponderações que fizestes em officio n. 49, de 15 de fevereiro ultimo, autorizo-vos a mandar substituir, na tabella de 18 de março do anno proximo passado, a ração de bacalhau, que é dada aos alumnos dessa Escola, pela de carne verde.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 31 — AVISO DE 23 DE MARÇO DE 1899

Declara que o estado civil dos habilitados ao montepio dos funcionarios publicos deve ser provado por justificação perante o juiz seccional e não por attestado, que é documento gracioso.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 552 — Capital Federal, 23 de março de 1899.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro Federal no Pará — Tenho presente vosso officio n. 20, de 9 de dezembro proximo passado, relativo ao montepio requerido por D. Candida Joaquina de Abreu, e em resposta vos declaro para os devidos effeitos que, de accordo com o aviso da Fazenda n. 22 de 9 do corrente, não pôde ser aceito o attestado que transmittistes com o citado officio por ser documento gracioso, tornando-se, portanto, necessario que prove seu estado civil por meio de justificação produzida perante o juiz seccional.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 32 — AVISO DE 24 DE MARÇO DE 1899

Não se contam como dias de mar aquelles em que um rebocador sahe barra fóra em serviço da Praticagem do Rio Grande do Sul.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 320 — Capital Federal, 24 de março de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Em resposta ao officio n. 172, de 3 do corrente, com o qual enviastes o requerimento em que o 1º tenente Pedro Vieira de Mello Pinna, embarcado no rebocador *Jaguarão*, ao serviço da Praticagem, da barra do Rio Grande do Sul, pede que se lhe mande contar como dias de mar todos aquelles em que o referido rebocador tem sahido barra fóra em serviço da mesma praticagem sendo as respectivas notas mencionadas em seus assentamentos; declaro-vos, para os devidos effeitos, que não pôde o peticionario ser attendido, visto que, como bem informastes, o embarque no navio de que se trata sempre foi considerado como o de qualquer outro navio de guerra para os effeitos de promoção e não constituem viagens essas pequenas excursões até fóra da barra, através do banco, no serviço, embora algumas vezes penoso, da Praticagem.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 33 — AVISO DE 25 DE MARÇO DE 1899

Manda abonar em dinheiro, á razão de 1\$400 diários, as rações dos patrões e marinheiros do serviço geral do Arsenal de Marinha de Matto Grosso.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 598 — Capital Federal, 25 de março de 1899.

Sr. Inspector do Arsenal de Marinha de Matto Grosso — Tendo em vista o que expuzestes no officio n. 91, de 13 de fevereiro proximo passado, autorizo-vos a mandar abonar em dinheiro, na razão de 1\$400 diários, as rações dos patrões e marinheiros do serviço geral desse Arsenal.

Saude e fraternidade.— *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 34 — AVISO DE 29 DE MARÇO DE 1899

Manda que á commissão nomeada para proceder a inquerito sobre as fraudes occorridas na Contadoria da Marinha sejam franqueados os documentos necessarios e apresentado todo o pessoal.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 644 — Capital Federal, 29 de março de 1899.

Sr. Contador da Marinha — Tendo resolvido nomear o contra-almirante João Gonçalves Duarte, o capitão de mar e guerra Joaquim Thomaz da Silva Coelho e o 1º official desta Secretaria de Estado, 1º Tenente honorario, João Lopes Ferreira Pinto para procederem a inquerito nessa Repartição, sobre a fraude ali descoberta, que trouxestes ao meu conhecimento pelo officio n. 147, de 24 do corrente ; assim vos declaro para os devidos effeitos, recommendando-vos que franqueeis áquelle contra-almirante todos os documentos de que necessitar e que ao mesmo faças apresentar-se todo o pessoal que vos é subordinado e tiver de ser ouvido no mencionado inquerito.

Saude e fraternidade.— *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 35 — AVISO DE 3 DE ABRIL DE 1899

Manda que os machinistas ao serviço da Escola Naval sejam do respectivo corpo e não contractados.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 526 — Capital Federal, 3 de abril de 1899.

Sr. Director da Escola Naval — Em resposta a vosso officio n. 100, de hoje datado, declaro-vos que os machinistas que teem de ser nomeados para servir nessa Escola, em virtude do novo regulamento, devem ser do quadro effectivo da Armada, e não contractados.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 36 — AVISO DE 4 DE ABRIL DE 1899

Declara como se deve proceder com relação á renda e as despesas provenientes dos serviços prestados a particulares pelas cabreas fluctuantes.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 656 — Capital Federal, 4 de abril de 1899.

Sr. Inspector do Arsenal de Marinha da Capital Federal — Em resposta a vosso officio n. 139, de 20 de março proximo preterito, declaro-vos para os devidos effeitos, que os serviços prestados aos particulares pelas cabreas fluctuantes só podem ser cobrados pelas competentes estações de arrecadação, e que as despesas de combustivel e munições navaes, realizadas em taes serviços, são pagas pelos ditos particulares, e, annulladas nas verbas proprias, revertem em favor dos creditos das mesmas verbas.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 37 — AVISO DE 8 DE ABRIL DE 1899

Manda que o rol de equipagem seja renovado em cada viagem que o navio tiver de fazer.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 559 — Capital Federal, 8 de abril de 1899.

Sr. Capitão do porto do Estado do Maranhão — Resolvendo a consulta que fizestes em officio n. 4, de 25 de janeiro proximo passado, com referencia ao rol de equipagem de que trata o decreto n. 1630, de 16 de agosto de 1855, declaro-vos para os devidos effeitos, que, em vista do modelo n. 3 que acompanha o regulamento annexo ao decreto n. 2304, de 2 de julho de 1899, deve o mesmo ser renovado em cada viagem que o navio tiver de fazer.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 38 — AVISO DE 8 DE ABRIL DE 1899

Determina que, quando o serviço da praticagem do rio Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, for feito pelo pessoal da respectiva Associação, o consequente pagamento entrará para os cofres da mesma, cobrando-se as taxas marcadas na tabella que a este acompanha.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 551 — Capital Federal, 8 de abril de 1899.

Sr. Director da Praticagem do Estado do Rio Grande do Norte — Resolvendo o assumpto de vosso officio n. 29, de 11 de fevereiro ultimo, relativamente ao facto de achar-se o pessoal da 3ª secção dessa Praticagem prestando os seus serviços ás embarcações que navegam no rio Mossoró, desde o porto de *Areia Branca* até o logar denominado *Jurema*, sem que a taxa cobrada figure na renda da Associação, declaro-vos, de accordo com o parecer do Conselho Naval, emitido em consulta n. 8101, de 24 de março proximo passado, que, quando o serviço da praticagem daquelle rio for desempenhado pelo pessoal da Associação, o consequente pagamento deve reverter para os cofres da mesma e que, por esse serviço, sejam cobradas as taxas constantes da tabella que a este acompanha.

Saude e fraternidade — *Carlos Balthazar da Silveira.*

Tabella das taxas da praticagem do Rio Mossoró, até Jurema, comprehendendo ida e volta, a que se refere o aviso desta data

TONELAGENS	DO PORTO DE AREIA BRANCA ATÉ SERRA VERMELHA	DA SERRA VERMELHA AO REMANSO	DO REMANSO A RONCADEIRA	DA RONCADEIRA A JUREMA
10 a 100	25\$000	30\$000	40\$000	45\$000
100 a 300	35\$000	40\$000	50\$000	60\$000
300 a 500	45\$000	50\$000	60\$000	70\$000
500 a 700	55\$000	60\$000	70\$000	80\$000
700 a 900	65\$000	70\$000	80\$000	100\$000

Tendo nestes intervallos os pontos indicados para a carga de qualquer navio, Rio João da Rocha, Morro Branco, Serra Vermelha, Rio Carmo, Remanso Furado, Volta Grande, Canhões, Roncadeira e Jurema.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 8 de abril de 1899. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 39 — AVISO DE 12 DE ABRIL DE 1899

E' nomeado o capitão de mar e guerra Henrique Pinheiro Guedes para substituir o official de igual patente Joaquim Thomaz da Silva Coelho na commissão de inquerito sobre fraudes havidas na Contadoria da Marinha.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1.ª Secção — N. 703 — Capital Federal, 12 de abril de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Tendo nomeado pelo incluso aviso o capitão de mar e guerra Henrique Pinheiro Guedes para substituir o official de igual patente Joaquim Thomaz da Silva Coelho na commissão de inquerito a que se referiu o aviso de 29 de março ultimo e da qual pediu dispensa o segundo dos ditos officiaes, assim vos declaro para os devidos effeitos.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 40 — AVISO DE 13 DE ABRIL DE 1899

Declara como deve ser escripto o nome do cruzador-torpedeiro *Tymbira*.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 719 — Capital Federal, 13 de abril de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada. — De accordo com o que propuzestes no officio n. 208, 1ª Secção, de 18 de março ultimo, declaro-vos que o nome do cruzador-torpedeiro *Tymbira* deve ser escripto com *y* na primeira syllaba e com *i* na segunda.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira*.

N. 41 — AVISO DE 15 DE ABRIL DE 1899

Declara improcedentes as razões apresentadas pelo 1º escripturario da Contadoria da Marinha, Ricardo Barradas Muniz, para justificar a suspeição do 1º official João Lopes Ferreira Pinto, na commissão de inquerito sobre fraudes alli havidas.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 732 — Capital Federal, 15 de abril de 1899.

Sr. Contador da Marinha. — De posse do officio n. 163, de 3 do corrente, com que transmittistes o do 1º escripturario dessa Contadoria, Ricardo Barradas Muniz, averbando de suspeito o 1º official João Lopes Ferreira Pinto, para fazer parte da commissão nomeada em 29 de março ultimo, afim de proceder a inquerito na Repartição a vosso cargo, sobre a fraude de que tratastes no officio de 24 do dito mez de março; declaro-vos, para os devidos effeitos, que não são procedentes as razões apresentadas por aquelle escripturario para justificar a suspeição do 1º official Ferreira Pinto, porque o fim da commissão de inquerito é somente verificar o que occorre sobre a fraude alludida, para que o Governo possa agir de accordo com a lei. Entretanto, mesmo que assim não fosse, desapareceriam as referidas razões:

1º, porque o facto de haver o 1º official Ferreira Pinto, quando 4º escripturario dessa Contadoria, exercido o logar de escrivão do almoxarifado da extincta Intendencia da Marinha, não o torna, como pensa o escripturario Barradas, co-responsavel do então almoxarife, Joaquim Ferreira Goulart, do actual pagador deste Ministerio, pois os escrivães tinham attribuições privativas e especiaes, e nos termos dos decretos ns. 4364 e 4214, de 15 de maio de 1869 e 20 de junho de 1868, eram naquelle almoxarifado delegados fiscaes da repartição que ora dirigis;

2º, porque os laços de *sympathia* ou amizade que, no dizer do escriptuario Barradas, prendem o official Ferreira Pinto ao pagador da Marinha pela natural convivencia de companheiros que foram no supradito almoxarifado, não constituem suspeição; só a amizade íntima, devidamente comprovada na forma da lei, pôde produzir tal effeito, e isto mesmo quando se trata de julgamento;

3º, e finalmente, porque, além da improcedencia daquellas razões, o mesmo escriptuario Barradas, sendo, como diz, parte interessada na descoberta do criminoso, espontaneamente declara em seu officio que reconhece a inteireza de caracter do official Ferreira Pinto e o tem na melhor conta.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 42 — AVISO DE 15 DE ABRIL DE 1899

Recommenda que todos os volumes destinados ás dependencias da Marinha, que hajam de transitar por Montevideó, sejam consignados ao Consulado brasileiro, na mesma cidade.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 738 — Capital Federal, 15 de abril de 1899.

Sr. Chefe do Commissariado Geral da Armada — Tendo fallecido o encarregado do movimento do material da Armada em Montevideó, recommendo-vos que consigneis ao nosso Consulado naquella Capital todos os volumes que por alli houverem de transitar com destino ás dependencias deste Ministerio.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 43 — AVISO DE 17 DE ABRIL DE 1899

Fixa em 200\$ a quota destinada ao concerto de instrumentos de musica da Escola de aprendizes marinheiros da Capital Federal.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 744 — Capital Federal, 17 de abril de 1899.

Sr. Contador da Marinha — De accordo com o que informou o Quartel General, em officio n. 228, 1ª Secção, de 24 de março proximo passado, declaro-vos, para os devidos effeitos e em referencia a vosso officio n. 61, de 20 de fevereiro ultimo, que,

embora não haja disposição alguma legal creando a banda de musica da Escola de aprendizes marinheiros desta Capital, desde que o orçamento em vigor consignou verba para instrumentos de musica de tal Escola e concerto dos mesmos, conjuntamente com os do Corpo de Marinheiros Nacionais, deve ser deduzida do total dessa verba uma quota, que fixo em 200\$, para os concertos dos instrumentos de musica do referido estabelecimento.

Saude e fraternidade.— *Carlos Ballhazar da Silveira.*

N. 44 — AVISO DE 27 DE ABRIL DE 1899

Resolve duvidas suscitadas pela Capitania do porto do Estado de S. Paulo, sobre a pesca nos mares territoriaes, portos, rios e lagos da Republica, e a concessão de licenças para a construção de cercadas ou curraes de apanhar peixes.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 688 — Capital Federal, 27 de abril de 1899.

Sr. Capitão do porto do Estado de S. Paulo — Tenho presente vosso officio n. 4, de 11 de janeiro ultimo, e, em solução á vossa consulta, motivada pelas constantes reclamações que vos são feitas contra despachos denegativos da Camara Municipal de S. Vicente, nesse Estado, si ás Municipalidades cabe o direito de alterar as leis geraes da União quanto á pesca nos mares territoriaes; si podem indeferir, sem audiencia da Capitania, petição de pescadores para renovar as licenças de cercadas e negar tal licença quando a Capitania informa favoravelmente pela concessão; declaro-vos, para os devidos effeitos e de accordo com o parecer do Conselho Naval, emitido em consulta n. 8116, de 1 do corrente:

1.º Que a pesca individual nos mares territoriaes, portos, rios e lagos da Republica é um direito livre a todos os seus habitantes, desde que não sejam empregados meios prohibidos pelas posturas, resoluções municipaes ou disposições geraes;

2.º Que a pesca, porém, por meio de curraes, cercadas ou páos fixos, depende de licença das Municipalidades, que a poderão recusar *in limine* ou mesmo depois da informação favoravel do capitão do porto, ficando salvo ás partes interpor contra a decisão negatoria os recursos legais;

3.º Que tal licença deve ser recusada sempre que o capitão do porto declarar que a obra projectada prejudica a navegação ou conservação do porto, podendo essa autoridade, si, não obstante, for autorizada a obra, mandar demolil-a, de accordo com o

art. 13 do decreto de 19 de maio de 1846, caso não seja atendida a sua representação para ser cassada tal licença e si o proprietario não o fizer dentro do prazo fixado no acto da intimação;

4.º Que estando a pesca incluída entre os serviços da competência exclusiva municipal, só prevalece a legislação geral da União, quando se trata de concessão, com favores, a companhias anonymas incorporadas nos termos do decreto n. 8338, de 17 de dezembro de 1881, comparado com o decreto n. 434, de 4 de julho de 1891, art. 46 § 4º;

5.º Que, finalmente, ao capitão do porto fallece competencia para conceder licença para cercadas, curraes de peixe ou para forçar a Municipalidade a fazel-o.

Saude e fraternidade.— *Carlos Bulthazar da Silveira.*

N. 45 — AVISO DE 27 DE ABRIL DE 1899

Manda contar a um machinista o tempo de foguista contractado do extinto Corpo de Imperiaes Marinheiros e deixa de mandar contar o de machinista contractado pelo Arsenal de Marinha.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 428 — Capital Federal, 27 de abril de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior da Armada — Em resposta ao officio n. 119, de 9 do mez passado, com o qual enviastes o requerimento em que o sub-ajudante de machinista Flavino Pereira de Souza pedia que se lhe mandasse contar para os devidos effeitos os periodos em que serviu no extinto Corpo de Imperiaes Marinheiros como foguista contractado e como machinista contractado pela Inspeção do Arsenal de Marinha desta Capital; declaro-vos, para os devidos effeitos, que, conformando-me com o parecer do Conselho Naval em consulta n. 8106, de 11 do corrente, resolvi deferir o mesmo requerimento, sómente quanto ao periodo de sete annos, um mez e vinte e sete dias, indeferindo-o quanto á contagem do ultimo dos alludidos periodos.

Saude e fraternidade.— *Carlos Bulthazar da Silveira.*

N. 46 — AVISO DE 28 DE ABRIL DE 1899

Declara que a limitação das despesas mensaes das Repartições de Marinha á duodecima parte das consignações distribuidas para o exercicio não veda a aquisição em uns mezes, de artigos cujo preço exceda a mesma, desde que o excesso de um mez seja compensado com redução nos subseqüentes.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 835 — Capital Federal, 28 de abril de 1899.

Sr. Capitão do porto do Estado de S. Paulo — De posse de vosso officio n. 12, de 25 de março ultimo, declaro-vos que a limitação da despesa mensal á duodecima parte das consignações distribuidas pelas differentes verbas do orçamento para as despesas das Repartições de Marinha, não veda que se adquiram em uns mezes artigos cujo preço exceda a respectiva quota mensal, desde que a maior despesa seja compensada com a dos mezes subseqüentes, de modo a não resultar deficit no fim do exercicio, como exige a circular n. 15, de 5 de janeiro ultimo.

Nesta conformidade, e sob vossa responsabilidade, podeis assim proceder com referencia ás verbas de que tratastes no supradito officio.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 47 — AVISO DE 28 DE ABRIL DE 1899

Resolve a duvida sobre o abono de gratificação de paiz estrangeiro a inferiores da Armada.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 837 — Capital Federal, 28 de abril de 1899.

Sr. Contador da Marinha — Tenho presente o officio n. 101, de 7 do mez proximo preterito, com o qual submettestes á consideração desta Secretaria de Estado o officio do commandante da Flotilha do Alto Uruguay consultando si a gratificação de paiz estrangeiro de que trata o decreto n. 478, de 9 de dezembro de 1897, competia a todos os inferiores em geral, visto nas cadernetas do enfermeiro naval Manoel Gomes da Paixão e do espingardeiro Jeronymo Marcujo estar lançada por essa Contadoria a nota mandando abonar-lhes, além dos vencimentos da tabella annexa ao decreto n. 2215, de 13 de janeiro de 1896, a gratificação acima, o que ia de encontro ao § 3º do aviso n. 832, de 30 de maio de 1898.

Em resposta vos declaro que tendo o mencionado decreto de 9 de dezembro de 1897, no § 10 do art. 1º, autorizado o Governo a rever os regulamentos do Corpo de Officiaes Marinheiros e das brigadas harmonisando-os com as prescripções que regulam a especie e sem augmento de despesa, claro fica que não devia ser posta em execução a parte relativa á gratificação de paiz estrangeiro, a que se refere o mesmo decreto, antes da expedição do respectivo regulamento.

Assim, bem avisada andou essa Contadoria quando para confectionar o orçamento do corrente exercicio pediu, em officio n. 117, de 12 de maio de 1898, esclarecimentos a semelhante respeito, tendo o aviso de 30 do dito mez declarando que devia vigorar sobre taes vencimentos o decreto n. 2215, de 13 de janeiro de 1896, emquanto não fosse expedido o novo regulamento.

Si duvida, pois, pudesse haver até então sobre abono de semelhante gratificação, teria ella desapparecido desde que foi expedido o aviso de 30 de maio, sendo, portanto, irregular a nota lançada pelo 1º escriptuario Ricardo Barradas Muniz nas alludidas cadernetas e improcedente a justificação pelo mesmo apresentada.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 48 — AVISO DE 29 DE ABRIL DE 1899

Declara só dependerem de autorização especial os fornecimentos de medicamentos e artigos para a enfermaria cuja despesa exceda a duodecima parte da verba a elles destinada ou não possa ser compensada com a redução das despesas dos mezes seguintes.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 48 — Capital Federal, 29 de abril de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Restituindo-vos o incluso pedido de medicamentos e outros artigos para a enfermaria da Escola de aprendizes-marinheiros das Alagoas, declaro-vos que, em vista do que dispõem os arts. 26 § 7º e 16 § 5º do regulamento annexo ao decreto n. 429 de 29 de maio de 1890, não se faz necessaria autorização especial para semelhantes fornecimentos, sinão quando a despesa exceder a 12ª parte da respectiva consignação mensal, ou não possa ser compensada com a dos mezes seguintes, para não resultar deficit no fim do exercicio, como recommendou a circular n. 15, de 5 de janeiro ultimo.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 49 — AVISO DE 5 DE MAIO DE 1899.

Manda que as folhas de pagamento do pessoal da enfermaria de Pernambuco sejam organizadas pela Escola de aprendizes-marinheiros.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 49 — Capital Federal, 5 de maio de 1899.

Sr. Capitão do porto do Estado de Pernambuco — Em solução ao vosso officio n. 8, de 17 de fevereiro ultimo, declaro-vos, para os devidos effeitos, que as folhas de pagamento do pessoal da Enfermaira de Marinha desse Estado devem ser organizadas pela Escola de aprendizes-marinheiros.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 50 — AVISO DE 12 DE MAIO DE 1899

Providencia sobre o modo por que devem ser feitos os pedidos de dinheiro para despesas urgentes e inadiaveis da Enfermaria de Beribericos de Copacabana.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 50 — Capital Federal, 12 de maio de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Em resposta ao vosso officio n. 35, 2ª Secção, de 5 de abril ultimo, declaro-vos, para os devidos effeitos, que os pedidos de dinheiro para despesas urgentes e inadiaveis da Enfermaria de Beribericos de Copacabana, devem ser feitos mediante requisições extrahidas do livro proprio, com discriminação de despesa respectiva, de que o competente responsavel prestará contas na Contadoria de Marinha.

N. 51 — AVISO DE 15 DE MAIO DE 1899

Arbitra a ajuda de custo de 500\$ a um sub-engenheiro naval nomeado para servir no Estabelecimento Naval de Itaquí.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 944 — Capital Federal, 15 de maio de 1899.

Sr. Contador da Marinha — Attendendo ao que propoz o Quartel-General, em officio de 10 do corrente, autorizo-vos a mandar abonar ao sub-engenheiro naval de 1ª classe, 1º tenente Eduardo Gomes Ferraz, nomeado para servir no Estabelecimento Naval de Itaquí, a quantia de quinhentos mil réis, como ajuda de custo.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 52 — AVISO DE 17 DE MAIO DE 1899

Estabelece doutrina sobre a restituição de vantagens pecuniárias de official submettido a conselho de guerra, quando as mesmas vantagens são referentes a exercicio financeiro já encerrado.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 957 — Capital Federal, 17 de maio de 1899.

Sr. Contador da Marinha — De accordo com o que informastes no officio n. 203, de 8 do corrente, sobre o requerimento em que o commissario geral da armada, capitão de mar e guerra José Francisco da Conceição, reclamou as vantagens pecuniarias de que ficou privado durante o periodo em que esteve sujeito a conselho de guerra e a que tem direito, por haver sido unanimemente absolvido; declaro-vos que, embora o periodo alludido pertença a exercicios financeiros já encerrados, o pagamento ora reclamado, como todos aquelles que estiverem em identicas condições, deve effectuar-se como indemnização immediata, independentemente do processo prescripto pelo decreto n. 10.145, de 5 de janeiro de 1889, cujas disposições não se conciliam com o espirito liberal do decreto n. 49, de 11 de junho de 1892.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balhazar da Silveira.*

N. 53 — AVISO DE 18 DE MAIO DE 1899

Declara que aos equiparados aos inferiores do Corpo de Officiaes Inferiores da Armada é applicavel o art. 72 do decreto n. 3234 de 17 de março de 1899, quando addidos ao Quartel-General.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 969 — Capital Federal, 18 de maio de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Ten^{do} em vista o que informou a Contadoria da Marinha em officio n. 184, de 27 do mez proximo preterito, resolvi indeferir o requerimento em que o sub-ajudante de machinista José Gomes do Couto reclamou a differença de gratificação correspondente ao periodo de 3 a 23 de janeiro ultimo em que esteve addido a esse Quartel-General, por considerar-se com direito a $\frac{2}{3}$, em vez de $\frac{1}{2}$, que lhe foi abonado, e declaro-vos que aos equiparados aos inferiores do Corpo de Officiaes Inferiores da Armada é applicavel o art. 72 do decreto n. 3234, de 17 de março findo, que estabeleceu o terço de gratificação para o caso de que se trata.

Fica assim respondido vosso officio n. 164, de 6 do mez pasado.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balhazar da Silveira.*

N. 54 — AVISO DE 20 DE MAIO DE 1899

Nomeia uma comissão para procurar dentro da bahia do Rio de Janeiro a mais apropriada localidade para o estabelecimento do Arsenal de Marinha.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 833 — Capital Federal, 20 de maio de 1899.

Sr. Vice-Almirante Joaquim Cordovil Maury — Para vosso conhecimento e os devidos effeitos, declaro-vos que nesta data resolvi nomear-vos presidente da comissão incumbida de procurar na bahia do Rio de Janeiro a melhor e a mais apropriada localidade para o estabelecimento do Arsenal de Marinha, devendo a mesma comissão ser composta do inspector de saude naval, do capitão de mar e guerra Henrique Pinheiro Guedes, do engenheiro naval de 1ª classe Frederico Corrêa da Camara, dos capitães de fragata Raymundo de Mello e Furtado de Mendonça, do Dr. Adolpho José Del-Vecchio, lente da Escola Naval, dos capitães-tenentes Raymundo Frederico Kiappe da Costa Rubim e Augusto da Cunha Gomes e do 1º tenente José Nunes Belfort Guimarães, que servirá como secretario.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 55 — AVISO DE 22 DE MAIO DE 1899

Manda executar as leis orçamentarias quanto ao prazo de duração dos contractos.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1012 — Capital Federal, 22 de maio de 1899.

Sr. Contador da Marinha — Não podendo ser registrados pelo Tribunal de Contas, conforme o mesmo declarou em officio n. 29, de 30 de março ultimo, os contractos cujos prazos excedam o limite fixado no art. 19 da lei n. 3018, de 5 de novembro de 1880, ou que contenham a clausula de prorogação além do anno financeiro, como foi estabelecido pela lei n. 3313 de 16 de outubro de 1886, isto é, contado de 1 de janeiro a 31 de dezembro; recomendo-vos, de accordo com o que informastes no officio n. 202, de 8 do corrente, que, ouvindo previamente os signatarios dos contractos a que se referem os papeis inclusos e de que tratou o supradito Tribunal nos officios annexos, n. 29, já citado, e n. 36 de 11 de abril proximo passado, providencieis no sentido de serem lavrados termos addicionaes a esses contractos em que se declare que os mesmos só vigorarão até 31 de dezembro do presente anno, cessando a faculdade, conferida ao Governo, de prorogal-os por 60 dias além dessa data.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 56 — AVISO DE 23 DE MAIO DE 1899

Approva a tabella, fixando os dias do pagamento dos vencimentos do pessoal da Marinha nesta Capital.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1017 — Capital Federal, 23 de maio de 1899.

Sr. Contador da Marinha — Declaro-vos para os devidos effeitos que resolvi approvar a tabella que me enviastes com vosso officio n. 220, de 22 do corrente, fixando os dias de pagamento dos vencimentos do pessoal da Marinha nesta Capital.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

Tabella dos dias do pagamento do pessoal da Marinha, nesta Capital, a cargo da Contadoria da Marinha.

1º dia util

Nas proprias repartições :

Secretaria de Estado — Quartel-General — Conselho Naval — Carta Maritima.

Na Contadoria da Marinha :

Supremo Tribunal Militar — Auditoria — Escola Naval — Bibliotheca — Reformados (officiaes generaes, superiores e subalternos) — Officiaes do Corpo da Armada e classes annexas addidos ao Quartel-General ou em commissões especiaes, consignações a pessoas de familia.

2º dia util

Nas proprias repartições :

Inspectoria do Arsenal e respectivo pessoal das Directorias, secretaria, das officinas, mestranga e guardas de policia.

Na Contadoria :

Capitania, Commissariado e Hospital de Marinha (somente o pessoal pago por bilhetes), inferiores addidos ao Quartel-General e praças reformadas.

3º dia util

Nas proprias repartições :

Pessoal ao serviço da Capitania do porto, Commissariao e Hospital de Marinha.

Os procuradores só serão pagos depois do decimo dia util de cada mez.

O pagamento de operarios ficará dependendo do dia em que forem enviadas á Contadoria as folhas para a conferencia e processo, não excedendo do decimo dia util de cada mez.

O pagamento dos pensionistas será feito no quinto dia util de cada mez.

Contadoria da Marinha, 22 de maio de 1899.

N. 57 — AVISO DE 23 DE MAIO DE 1899

Recommenda que, uma vez despachados os pedidos dos navios, corpos e estabelecimentos de Marinha, sejam remettidos independentemente de aviso ás autoridades competentes para a prompta satisfação e que sejam submittidos a assignatura, sem despacho previo, os avisos providenciando sobre as despesas previstas em lei e outras que especifica.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1019 — Capital Federal, 23 de maio de 1899.

Sr. Director Geral — No intuito de evitar a demora na satisfação dos pedidos dos navios, corpos e estabelecimentos de Marinha, quando dependentes da resolução desta Secretaria de Estado, por não estarem contemplados em tabellas, nem em contractos, ou porque os seus preços excedem a respectiva quota mensal do orçamento; declaro-vos que, uma vez despachados esses papeis, deverão ser remettidos, independentemente de aviso, ás competentes autoridades para a prompta execução.

Para obviar o mesmo inconveniente com referencia aos pagamentos, quer de contas que provenham de fornecimentos em virtude de contracto ou de autorização anteriormente dada por esta Secretaria de Estado, quer de vencimentos ou outros abonos previstos em lei, deverão também, independentemente de despacho previo, ser submittidos á minha assignatura os avisos providenciando sobre os mesmos pagamentos, desde que pela Contadoria se tenha observado o necessario processo, exame e fiscalização de accordo com o seu regulamento.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

Marinha — Decisões 1899

N. 58 — AVISO DE 25 DE MAIO DE 1899

Indica os lubrificantes que devem ser adoptados no serviço da Armada

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1033 — Capital Federal, 25 de maio de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Approvando a proposta constante de vosso officio n. 444, 1ª Secção, de 25 do corrente, autorizo-vos a providenciar para que os lubrificantes adoptados no serviço da Armada, sejam os seguintes:

Para machinas electricas — Oleo velocifero n. 1;

Para lubrificação geral — Azeite doce commum;

Para cylindros — Oleo Rangoon;

Para machinas motoras — Oleo Engelbett.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 59 — AVISO DE 29 DE MAIO DE 1899

Declara que da combinação dos arts. 3 e 13, paragrapho unico, do decreto n. 703, de 30 de agosto de 1890, resulta que, nas nomeações dos commissarios da 4ª classe (hoje 5ª) os candidatos sahidos da classe dos aspirantes a commissarios serão sempre considerados mais antigos para a collocação na escala, embora tenham com os demais se apresentado na mesma data ao Quartel-General.

Minist'rio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 570 — Capital Federal, 29 de maio de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Em solução ao officio n. 211 de 2 do corrente, com o qual enviastes o requerimento em que o commissario de 5ª classe, Octavio Brasileiro Cadaval, reclama contra a sua collocação na escala, declaro-vos que, conformando-me com o parecer do Conselho Naval em consulta n. 8153, de 12 do mesmo mez, e attendendo a que da combinação dos arts. 3º e 13, paragrapho unico, do decreto n. 703, de 30 de agosto de 1897, resulta claramente que, no tocante a antiguidade do posto do peticionario, a exigencia do primeiro dos citados artigos pelo qual os commissarios contam antiguidade, tempo de serviço o vencem soldo da data em que se apresentam ao chefe do Estado-Maior General, que lhes dá posse fazendo do acto lavrar, em livro proprio, termo, que assignará como emposados, está alterada pela excepção do segundo no paragrapho unico, que determina nas nomeações para commissarios de 4ª

classe (hoje 5ª) os candidatos sahidos da classe dos aspirantes commissarios serão sempre considerados mais antigos para a sua collocação na escala, resolvi mandar collocar o peticionario no n. 6 da respectiva escala acima dos seus collegas nomeados na mesma data.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 60 — AVISO DE 29 DE MAIO DE 1899

Restringe as licenças a invalidos para residirem fóra do Asylo nos casos de tratamento de saude, quando a Junta medica o julgue necessario.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 573 — Capital Federal, 29 de maio de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — De accordo com o que propuzestes em officio n. 394, de 9 do corrente, autorizo-vos a mandar casar a portaria de 29 do mez passado, que concedeu ao escrevente invalido Alfredo Antonio das Candeias licença para residir fóra do Asylo nesta Capital. E tendo em vista as ponderações que fizestes no alludido officio, declaro-vos, para os devidos effeitos, que resolvi restringir as licenças a invalidos para residirem fóra do estabelecimento, devendo ellas, de ora em diante, ser concedidas sómente para tratamento de saude e isso no caso em que a Junta medica o julgue necessario.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 61 — AVISO DE 30 DE MAIO DE 1899

Firma o direito ao abono de ordenados aos funcionarios vitalicios de repartições extintas.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1059 — Capital Federal, 30 de maio de 1899.

Sr. Capitão do porto do Estado de Pernambuco — Havendo o mestre da officina de ferreiro do extinto Arsenal de Marinha desse Estado, José Luiz Netto de Mendonça, requerido o pagamento de seus vencimentos, a contar de 7 de janeiro ultimo em diante, data em que cessam suas funcções em consequencia da extinção daquelle estabelecimento, declaro-vos, para os devidos effeitos, que, de conformidade com o parecer do Conselho Naval,

emitido em consulta n. 8140, de 1 do corrente, só compete ao peticionario, desde o mencionado dia 7 de janeiro até 11 de abril proximo preterito, data em que foi aposentado, a percepção do respectivo ordenado.

Saude e fraternidade.— *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 62 — AVISO DE 30 DE MAIO DE 1899

Manda abonar um terço dos vencimentos a um professor da Escola de aprendizes marinheiros desta Capital, que se acha substituindo o outro em goso de licença.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1065 — Capital Federal, 30 de maio de 1899.

Sr. Contador da Marinha — De accordo com o vosso officio n. 200, 2ª Secção, de 29 de abril ultimo, autorizo-vos a providenciar para que ao professor de primeiras letras da Escola de aprendizes marinheiros desta Capital, Pedro Borges de Lemos, que se acha substituindo o professor Mario Guedes de Carvalho, actualmente em goso de licença, seja abonado um terço dos vencimentos que este deixa de receber.

Saude e fraternidade.— *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 63 — AVISO DE 31 DE MAIO DE 1899

Manda que a moinha de carvão de pedra, existente nos navios da Armada e estabelecimentos de Marinha, seja entregue á fortaleza de Willegaignon para confecção de briquettes.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1068 — Capital Federal, 31 de maio de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Tendo em vista o que informastes em officio n. 430, 1ª Secção, de 20 do corrente, relativamente á declaração do commandante da fortaleza de Willegaignon, de poder ser alli aproveitada a moinha de carvão de pedra na confecção de briquettes, autorizo-vos a providenciar, afim de que toda a moinha existente nos navios da Armada e estabelecimentos de Marinha sob vossas ordens, seja entregue áquella fortaleza para a referida applicação.

Ao Arsenal de Marinha expeço tambem aviso neste sentido.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 64 — AVISO DE 31 DE MAIO DE 1899

Providencia sobre o modo de realizarem-se as despesas quarentenarias na ilha das Flores, em Montevideo, dos officiaes e praças de marinha quando em viagem nos paquetes do Lloyd Brazileiro.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1075 — Capital Federal, 31 de maio de 1899.

Sr. Contador da Marinha — De accordo com o que informastes em officio n. 212, de 16 do corrente e á vista da carta que vos foi dirigida pela Companhia Lloyd Brazileiro, autorizo-vos a fazer sciente á mesma companhia de que o Governo lhe commette o encargo de fazer as despesas de quarentena na ilha das Flores, em Montevideo, impostas aos officiaes e praças da Armada, passageiros dos paquetes da referida companhia, bem como as de estadia e hotel, quando não houver paquete que siga para Matto Grosso ou navio de guerra em que fiquem depositados, procedendo-se opportunamente á competente indemnização.

Nas alludidas despesas não devem, porém, ser comprehendidas as extraordinarias que porventura façam os quarentenarios, nem as quantias a indemnizar ficarão sujeitas ao desconto de 25 %, que soffrem as passagens.

Saude e fraternidade.— *Carlos Balhazar da Silveira.*

N. 65 — AVISO DE 31 DE MAIO DE 1899

Declara que as dividas provenientes das pensões do montepio operario dos Arsenaes de Marinha não cahem em exercicios findos e, portanto, o seu pagamento não pôde ser sujeito ao respectivo processo; ficando, entretanto, dependente dos recursos do cofre do mesmo montepio.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1093 — Capital Federal, 31 de maio de 1899.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro Federal no Estado da Bahia — De posse do officio n. 5, de 22 de abril proximo preterito, com que transmittistes, de conformidade com o art. 14 do decreto n. 10.145, de 5 de janeiro de 1889, a petição de D. Rosentina Fontes da Silva Lima, relativa ao pagamento de 840\$150, proveniente da pensão instituida por seu fallecido marido, na qualidade de operario do Arsenal de Marinha desse Estado, declaro-vos que semelhante divida não pôde ser considerada como de exercicios findos, sujeita ao processo estabelecido pelo supracitado decreto; porquanto, embora creado por lei, com a direcção e fis-

calização do Governo, é o montepio dos operarios dos Arsenaes de Marinha uma instituição de character particular, com fundos constituídos pelos proprios interessados e escripturados como depósito.

Nessas condições, não cahem as dividas em exercicios findos, podendo ser immediatamente pagas como correntes, desde que os recursos do mesmo montepio o permittam.

Não se dando, no presente caso, essa circumstancia, nem sendo licito ao Governo pedir ou conceder creditos especiaes para semelhantes pagamentos, pelo facto da organização particular e autonoma que os decretos ns. 2819, de 23 de fevereiro de 1893, 2091, de 13 de setembro de 1895, e lei n. 127, de 29 de novembro de 1892, deram á mencionada instituição, deve a peticionaria aguardar que o cofre do alludido montepio disponha de meios affim de se fazer effectivo o pagamento reclamado.

Saudé e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 66 — AVISO DE 31 DE MAIO DE 1899

Declara que não devem ser desligados do Asylo de Invalidos da Patria as praças e inferiores da Armada que forem licenciados. Deverão sê-lo, porém, os que desertarem e os julgados incorrigiveis, podendo estes ultimos ser readmittidos si derem prova de regeneração.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 592 — Capital Federal, 31 de maio de 1899.

Sr. Ministro da Guerra — Em solução a vosso aviso n. 6, de 14 de janeiro do corrente anno, com o qual me transmittistes o officio n. 837, de 26 de dezembro do anno passado, do commandante do Asylo de Invalidos da Patria solicitando esclarecimentos ácerca do modo de proceder-se com os asylados da Armada que desertarem ou forem licenciados; declaro-vos que não devem ser desligados daquelle asylo as praças e inferiores aos quaes tiver sido concedida licença, com prazo ou sem elle, para residirem fóra do esta elecimento, devendo-se-lhes abonar, além do soldo, a ração diaria de 400 réis como já foi resolvido por aviso deste Ministerio n. 1972, de 18 de dezembro de 1885. Não devem igualmente ser desligados os addidos áquelle estabelecimento, aos quaes se fará o mesmo abono. Os asylados, porém, que hajam desertado ou abandonado o referido Asylo, devem ser desligados com o prejuizo de todos os vencimentos, salvo o soldo da reforma, si a houver e sem possibilidade de readmissão. Assim o declararam os avisos desse Ministerio, de 15 de agosto de 1895 e de 7 de agosto de 1897, sob resoluções do Sr. Presidente da Republica, de accordo com os pareceres do Supremo Tribunal Militar, exarados em consultas de 3 de junho e 26 de abril dos referidos

annos de 1895 e 1897. Devem tambem ser eliminados, com perda de todos os vencimentos, salvo o soldo da reforma, os asylados julgados incorrigiveis pelo conselho de disciplina (aviso deste Ministerio n. 711, de 9 de maio de 1898). Esses, porém, podem ser readmittidos si derem prova conveniente de completa regeneração. São estas, Sr. Ministro, as instrucções que devem ser observadas pelo commandante do Asylo de Invalidos da Patria, quanto ao pessoal da Armada nas condições referidas, ficando deste modo revogados o aviso deste Ministerio n. 4148, de 16 de dezembro de 1892 e o officio do Quartel-General da Marinha n. 177, de 30 de agosto de 1893, dirigido ao commandante do referido Asylo. Encontrareis, inclusa, a cópia da consulta do Conselho Naval sob n. 8128, de 25 do mez passado, com cujo parecer me conformo.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 67 — AVISO DE 1 DE JUNHO DE 1899

Não pôde ser contado aos machinistas navaes, como de viagem e navegação a vapor, o periodo em que os navios conservam os fogos abafados.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 598 — Capital Federal, 1 de junho de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Tenho presente o officio n. 240, de 23 do corrente, com o qual enviastes o requerimento em que o sub-ajudante de machinista, Alfredo Pinto Salgueiro, pede que lhe mande contar, como de viagem e navegação a vapor, o periodo decorrido de agosto do anno passado a 25 de abril ultimo, em que o aviso *Trindade*, de cuja guarnição faz parte, esteve com os fogos abafados e machina prompta a funcionar, na recente commissão que desempenhou. Em resposta declaro-vos, para os devidos effeitos e de accordo com a vossa informação, que estando prevista no regulamento anexo ao decreto n. 875, de 13 de outubro de 1890, a contagem dos dias de viagem e navegação a vapor aos machinistas navaes e não podendo ser assim considerados os periodos em que os navios conservam os fogos abafados e consequentemente sem funcíonarem as machinas e apparelhos, não pôde o requerente ser attendido.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 68 — AVISO DE 3 DE JUNHO DE 1899

Approva o mappa da classificação dos navios da Armada com o numero que devem usar como distinctivo.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 602 — Capital Federal, 3 de junho de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Em solução ao officio n. 461, de 29 do mez passado, declaro-vos, para os devidos effeitos, que approvo o mappa, que enviastes, da classificação dos navios da Armada com o numero que devem usar como distinctivo e as observações annexas ao mesmo mappa.

Saude e fraternidade.— *Carlos Balthazar da Silveira.*

Mappa a que se refere o aviso n. 602, de 3 de junho de 1899

DISTINCTIVOS	NOMES DOS NAVIOS	CLASSIFICAÇÃO	
1	<i>Riachuelo</i>	Encouraçado . . .	1ª classe.
2	<i>Aquidaban</i>	»	» »
3	<i>Marechal Deodoro</i>	»	» »
4	» <i>Floriano</i>	»	» »
5	<i>Almirante Tamandaré</i>	Cruzador	» »
6	» <i>Barroso</i>	»	» »
7	<i>Benjamin Constant</i>	»	» »
12	<i>Bahia</i>	Encouraçado . . .	2ª classe.
13	<i>Trajano</i>	Cruzador	» »
14	<i>Primeiro de Março</i>	»	» »
15	<i>Quinze de Novembro</i>	»	» »
16	<i>Parnahyba</i>	»	» »
17	<i>Tamoyo</i>	» torpedeiro . . .	» »
18	<i>Tymbira</i>	»	» »
19	<i>Tupy</i>	»	» »
20	<i>Silva Jardim</i>	Hiate	» »
30	<i>Rio Grande</i>	Encouraçado . . .	3ª classe.
31	<i>Tiradentes</i>	Cruzador	» »
32	<i>Gustavo Sampaio</i>	Caça-torpedeiro . .	» »
33	<i>Guarani</i>	Canhoneira	» »
34	<i>Fernandes Vieira</i>	Aviso	» »
35	<i>Vidal de Negueiros</i>	»	» »
36	<i>Caricca</i>	Canhoneira	» »
37	<i>Camocim</i>	»	» »

DISTINCTIVOS	NOMES DOS NAVIOS	CLASSIFICAÇÃO	
38	Cananã	Canhoneira	3ª classe.
39	Trindade	Aviso	» »
47	Silvado	Torpadeira	4ª classe.
48	Pedro Affonso	»	» »
49	» Ico	»	» »
50	Bento Gonçalves	»	» »
51	Araguary	»	» »
52	Iguatemy	»	» »
53	Timborim	»	» »
54	Sabino Vieira	»	» »
55	Beta	»	» »
56	Centauro	Aviso	» »
57	Lamego	»	» »
58	Teffé	»	» »
59	Juruema	»	» »
60	Tocantins	»	» »
61	Jutahy	»	» »
62	Recife	Brigue	» »
63	Pirajá	»	» »
64	Paquequer	Patacho	» »
65	Caravellas	»	» »
66	Guararapes	»	» »
70	Andrada	Vapor de guerra	» »
71	Carlos Gomes	» »	» »
72	Commandante Freitas	» »	» »
73	Puris	» »	» »
74	Jaguarão	Rebocador	» »
75	Lima Duarte	»	» »
76	Voluntario	Vapor auxiliar	» »
77	Antonio João	» »	» »

OBSERVAÇÕES — Os navios de 1ª classe serão commandados por capitão de mar e guerra, e, na falta deste, por capitão de fragata.

Os de 2ª e 3ª, por capitães de fragata ou capitães-tenentes conforme as exigencias do serviço.

Os de 3ª e 4ª, por capitães-tenentes ou 1ª tenentes, segundo as necessidades do serviço.

Os officiaes que commandarem navios de classe superior á que lhes competir, perceberão a gratificação de commandante daquella classe, bem assim os que, de patente superior, commandarem navios de classe inferior á de sua patente.

Quartel-General da Marinha, 27 de maio de 1899.— *Dionisio Manhães Barreto*, chefe do Estado-Maior General.

N. 69 — AVISO DE 3 DE JUNHO DE 1899

Manda continuar a abonar a um commissario os vencimentos que percebia antes da sentença condemnatoria proferida pelo Supremo Tribunal Militar, visto ter o mesmo tomado conhecimento dos embargos a ella oppostos pelos ditos commissarios.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1111 — Capital Federal, 3 de junho de 1899.

Sr. Contador da Marinha — Em referencia a vosso officio n. 234, de 29 de maio ultimo, declaro-vos, para os devidos effeitos, que havendo o Supremo Tribunal Militar tomado conhecimento dos embargos oppostos á sentença que proferiu contra o commissario de 4ª classe Juvenio Affonso de Oliveira, condemnando-o a 28 mezes de prisão, devem continuar a ser abonados ao mesmo commissario, até final resolução daquelle Tribunal, os vencimentos que percebia antes da alludida sentença.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 70 — AVISO DE 9 DE JUNHO DE 1899

Manda que depois de finda a suspensão imposta, como medida disciplinar, ao 1º escripturario Ricardo Barradas Muniz, continue o mesmo suspenso como medida preventiva, na forma do regulamento, conjuntamente com o 3º, Arthur Americo Belem.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1122 — Capital Federal, 9 de junho de 1899.

Sr. Contador da Marinha — Tendo em vista o resultado do inquerito mandado proceder nessa Repartição sobre fraudes ahi occorridas, declaro-vos, para os devidos effeitos, que depois de finda a suspensão imposta como medida disciplinar ao 1º escripturario Ricardo Barradas Muniz, em virtude do aviso n. 1078, de 31 de maio ultimo, deve o mesmo continuar suspenso, como medida preventiva, nos termos do art. 53 do regulamento anexo ao decreto n. 2776, de 22 de março de 1899.

Tambem, como medida preventiva, na forma do citado artigo, determino que seja desde já suspenso o 3º escripturario Arthur Americo Belem.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 71 — AVISO DE 12 DE JUNHO DE 1899

Nega a um official da Armada a contagem do tempo de legislatura como de embarque.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 622 — Capital Federal, 12 de junho de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Tenho presente o officio n. 275, de 13 do mez de abril ultimo, encaminhando o requerimento em que o 1º tenente Durval Melchhiades de Souza pede que, para todos os effeitos, lhe sejam contados, como de embarque, os periodos de 2 de agosto de 1892, em que tomou assento na Assembléa Legislativa do Estado de Santa Catharina, a 28 de setembro do mesmo anno, em que apresentou-se a esse Quartel-General e de 28 de abril de 1893, em que novamente nella tomou assento, a 25 de novembro de 1894, em que, por ter-se precedido a nova eleição, cessou o mandato de que se achava investido. Em resposta declaro-vos, para os devidos effeitos, que conformando-me com o voto em separado á consulta do Conselho Naval n. 8150, de 15 do mez proximo findo, resolvi indeferir o referido requerimento pelos seguintes fundamentos: O decreto n. 1388, de 21 de fevereiro de 1891, feito extensivo á Armada pela lei n. 34, de 12 de janeiro de 1892, manda contar aos officiaes do Exercito, para todos os effeitos, o tempo de legislatura; esses effeitos, porém, eram sómente tempo para reforma, percepção de soldo e ordem de Aviz, pois que pela legislação anterior o mandato não dava direito a nenhuma dessas vantagens, não podendo ser comprehendido no numero delles o requisito de embarque, porque deste não podia cogitar o citado decreto n. 1388, que referia-se á officialidade do Exercito. Além disso, o aviso n. 900, de 9 de julho de 1893, indeferiu pretensão identica do peticionario. No Exercito o desempenho do mandato legislativo não dispensa o official, para poder ser promovido, da prova dos exames praticos, que na Armada equivalem ao embarque. Finalmente, dar ás funcções legislativas o mesmo valor da condição de embarque pôde dar lugar ao absurdo de um official de Marinha, sempre eleito ao Congresso Federal ou Estadual, chegar ao posto de contra-almirante sem ter realmente um só dia de embarque.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 72 — AVISO DE 13 DE JUNHO DE 1899

Manda substituir as folhas avulsas actualmente em uso para pagamento por talões de bilhetes numerados e rubricados e dá providencia ácerca do exame das assignaturas.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1137 — Capital Federal, 13 de junho de 1899.

Sr. Contador da Marinha — Para melhor salvaguardar os dinheiros publicos, nos pagamentos que correm por essa Repartição, determino que as folhas avulsas, actualmente em uso, sejam substituidas por talões de bilhetes numerados e competentemente rubricados, conferindo-se diariamente os bilhetes pagos com as averbações nas respectivas cadernetas.

Afim de serem applicadas no exame das assignaturas dos documentos como é de praxe nos estabelecimentos bancarios, autorizo-vos a fazer aquisição de duas lentes fortes.

Podeis, além disso, adoptar, a bem do serviço, quaesquer outras medidas que a pratica vos tenha suggerido.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar de Silveira.*

N. 73 — AVISO DE 19 DE JUNHO DE 1899

Altera o regulamento da Praticagem do porto do Recife, barras e costas do Estado de Pernambuco, approvado pelo aviso de 13 de julho de 1898.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1025 — Capital Federal, 19 de junho de 1899.

Sr. Capitão do porto do Estado de Pernambuco — Em cumprimento do disposto no art. 16 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, resolvo que seja observado o regulamento da Praticagem do porto do Recife, barras e costas desse Estado, approvado pelo aviso n. 1058, 3ª Secção, de 13 de julho do mesmo anno, com as seguintes alterações:

1.ª A Associação da Praticagem, a que se refere o art. 1º do regulamento citado, ficará subordinada a essa Capitania conforme determina o art. 1º do regulamento de 28 de fevereiro de 1854.

2.ª O pessoal dos associados compor-se-ha de um pratico-mór, dos primeiros praticos, inclusive o ajudante daquelle e o thesoureiro, seis segundos praticos, seis praticantes, um escrivão

e um escrevente, como marcava o art. 1º do regulamento de 8 de novembro de 1890.

3.ª Serão voluntarias as contribuições dos associados para o fundo de soccorros de que trata a ultima parte do art. 45 do actual regulamento de 13 de julho do anno findo.

Saude e fraternidade.— *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 74 — AVISO DE 21 DE JUNHO DE 1899

Declara que sempre que o Ministerio da Marinha solicita credito para suas despesas nos Estados já tem a Contadoria procedido ás annullações competentes, attendendo aos saldos existentes no Districto Federal em cada uma das respectivas consignações.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1180 — Capital Federal, 21 de junho de 1899.

Sr. Presidente do Tribunal de Contas — Respondendo ao officio que sob n. 40 me dirigistes a 11 do mez proximo preterito, declaro-vos que o credito de 119\$500 a conceder á Delegacia Fiscal no Estado da Parahyba, pela verba *Material de construcção naval*, para os concertos de um escaler da Capitania do porto, foi annullado da respectiva consignação distribuid a á Pagadoria da Marinha.

E para evitar que por falta de semelhantes esclarecimentos que este Ministerio os solicita seja demorada a concessão de creditos que muitas vezes destinam-se a despesas urgentes, podeis considerar como regra, já tem a Contadoria da Marinha feito as competentes annullações, attendendo aos saldos existentes em cada uma das respectivas consignações.

Saude e fraternidade.— *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 75 — AVISO DE 23 DE JUNHO DE 1899

Declara qual o processo, perante o Ministerio da Marinha, para o levantamento das cauções dos fideis da Armada.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — Capital Federal, 23 de junho de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior da Armada — Tendo nesta data solicitado providencias do Ministerio da Fazenda para a liquidação das contas do commissario de 4ª classe Manoel Soares da Cunha, relativas ao periodo em que serviu na Escola de apren-

dizes marinheiros do Pará, do que depende a restituição da caução do ex-fiel da Armada Joaquim Pinheiro da Silva, declaro-vos, para conhecimento dos interessados, que, nos termos do officio do Tribunal de Contas n. 38, de 14 de abril ultimo, dependendo a caução dos fleis, como a dos commissarios quando demittidos ou reformados, para ser levantada, de deliberação do mesmo Tribunal, mediante processo de tomada de contas na conformidade do art. 236 do regulamento annexo ao decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, e só podendo ser restituída a caução dos primeiros dos responsaveis após o julgamento das contas dos commissarios com que serviram, nos termos do art. 77 do regulamento expedido com o decreto n. 703, de 30 de agosto de 1890, o levantamento de cauções dos referidos fleis deve ser promovido á vista de processo de onde conste:

- a) a data da sua nomeação, demissão ou reforma;
- b) quaes os commissarios com quem serviram e si as contas delles, com especificação do tempo a que dizem respeito, foram tomadas e julgadas;
- c) si os fleis substituíram os commissarios nos casos do art. 93 do regulamento de 30 de agosto, porque então a restituição da caução prestada por aquelles fica dependente da tomada de contas a que estão obrigados.

Semelhante processo, depois de ser sobre elle ouvida a Contadoria da Marinha, será remettido ao Tribunal de Contas para deliberar pela fórma acima indicada.

Saude e fraternidade.— *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 76 — AVISO DE 26 DE JUNHO DE 1899

Mandar nomear uma comissão de medicos e pharmaceuticos do Corpo de Saude da Armada para rever os grupos 16, 17 e 18 da nomenclatura approvada pelo aviso de 9 de agosto de 1899 e propor alterações ás que convenha adoptar.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — Capital Federal, 26 de junho de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Não attens dendo ás actuaes necessidades e conveniencias do serviço o grupos ns. 16 (drogaria e vasilhame), 17 (drogaria) e 18 (medicamentos e drogas), que fazem parte da nomenclatura approvada por aviso de 9 de agosto de 1899, dos objectos necessarios ao consumo da Armada, e que servem de base ás concorrências, recomendo-vos que nomeeis uma comissão de medicos e pharmaceuticos do Corpo de Saude, presidida pelo inspector de saude naval, afim de, com urgencia, rever os ditos grupos, propondo as alterações que convenha adoptar, a bem da harmonia e regularidade do mesmo serviço.

Saude e fraternidade.— *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 77 — AVISO DE 30 DE JUNHO DE 1899

Manda abonar em dinheiro, á razão de 1\$400 diários, as rações a que teem direito o patrão e remadores do serviço da Capitania do porto do Estado do Espirito Santo.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — Capital Federal, 30 de junho de 1899.

Sr. Capitão do porto do Estado do Espirito Santo — Attendendo ao que propuzestes em officio n. 119, de 30 do mez proximo preterito, autorizo-vos a mandar, que de ora em diante sejam abonadas em dinheiro, na razão de 1\$400 diários, as rações a que teem direito o patrão e remadores do serviço dessa Capitania.

Saude e fraternidade.— *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 78 — AVISO DE 1 DE JULHO DE 1899

Declara não haver obrigatoriedade de despende-se toda a somma marcada para enterramento, desde que seja feito de modo condigno.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — Capital Federal, 1 de julho de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Em solução ao officio n. 256, de 2 do mez proximo preterito, com o qual transmittistes o requerimento de D. Amelia Maria da Silva, viuva do ajudante machinista Luiz Francisco da Silva, pedindo a differença entre a quantia despendida pelo Hospital de Marinha com o enterramento do referido machinista e a marcada pelo aviso de 3 de abril de 1893 para semelhantes despezas com os officiaes que fallecem sem recursos, declaro-vos que não havendo obrigatoriedade de despende-se toda a somma marcada naquella aviso, desde que o funeral se faça de modo condigno, como requer o mencionado aviso, resolvi indeferir a referida petição.

Saude e fraternidade.— *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 79 — AVISO DE 4 DE JULHO DE 1899

Indefere o requerimento de um official da Armada pedindo suspensão de consignação á Cooperativa Militar do Brazil sob o fundamento de haver sua importancia comprehendido uma parte das etapas, visto ter o aviso de 6 de fevereiro de 1897 mandado considerá-las como parte integrante dos vencimentos.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — Capital Federal, 4 de julho de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Tenho presente vosso officio n. 494, 1ª Secção, de 10 de junho ultimo, relativo ao requerimento em que o 1º tenente José Antonio Coutinho pediu ao contador da marinha, em 27 de maio do corrente anno, para mandar suspender a consignação de 330\$ que fizera em 15 do mesmo mez á Cooperativa Militar do Brazil e em resposta vos declaro, para os devidos effeitos, que a 4ª observação, lettra A, das tabellas annexas ao decreto n. 389, de 13 de junho de 1891, não cogita de etapas quando trata de consignação, porque até então ellas não tinham sido instituidas e que havendo o aviso n. 248, de 6 de fevereiro de 1897, mandado considerá-las como parte integrante dos vencimentos, a consignação do requerente só poderá ser suspensa nos termos do aviso de 6 de março de 1897, que corroborou o de 30 de março de 1891, transmittindo-vos, por isso, a inclusa guia, n. 131, em que estão fixados os vencimentos que competem ao dito official.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 80 — AVISO DE 5 DE JULHO DE 1899

Approva novos modelos e instrucções para os pagamentos a cargo da Contadoria da Marinha.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1296 — Capital Federal, 5 de julho de 1899.

Sr. Contador da Marinha — Approvando os modelos e instrucções que organisastes para o serviço de pagamento a cargo dessa Repartição, os quaes vieram annexos a vosso officio n. 263, 2ª Secção, de 26 de junho proximo preterito, assim vos declaro para os devidos effeitos e vos autorizo a providenciar sobre a respectiva impressão.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

Instruções approvadas por aviso n. 1296, de 5 de julho de 1899, e que serão observadas nos processos para pagamentos, não só pela Pagadoria da Marinha como também nos que forem remetidos ao Thesouro Federal.

PRIMEIRA

As folhas relativas, quer á Pagadoria da Marinha quer ao Thesouro Federal, bem assim os bilhetes de vencimentos e consignações mensaes, serão extrahidos de livros de talão, organisados de accordo com os modelos que junto acompanhám.

SEGUNDA

Os referidos livros de talão só poderão produzir effeito depois de rubricados em todas as suas folhas pelo empregado que o contador para este fim commissionar, devendo a rubrica ser dada de fórma a comprehender não só a folha como o talão correspondente e constar na capa do respectivo livro, pelo lado interno, a declaração feita pelo mesmo empregado, da quantidade de folhas que rubricou e dos numeros inicial e final impressos.

TERCEIRA

Os livros de talão relativos a bilhetes de vencimentos ou consignações mensaes, depois de satisfeito o determinado no artigo antecedente, serão distribuidos pelo chefe da secção respectiva aos escripturarios incumbidos das cadernetas de pagamento, fazendo nesta occasião notar na capa do livro, pelo lado interno, o nome do escriptuario a que foi distribuido, sendo essa nota datada e por ambos rubricada.

QUARTA

As folhas ou bilhetes, á medida que forem sendo organisados, deverão logo conter a assignatura do respectivo escriptuario e só poderão ser deslocados do livro de talão depois de feito o registro no talão correspondente e quando, por qualquer circumstancia, não produzirem effeito serão collados ao mesmo talão, cujo livro, depois de esgotado, deverá ser restituído ao chefe da secção, para o respectivo exame, sómente quanto ao determinado no presente artigo, e consequente entrega de outro e remessa daquelle para o archivo.

QUINTA

Qualquer dos escripturarios que tiver cadernetas a seu cargo póde funcionar em outras que não lhe sejam privativas, sendo, porém, expressamente vedado extrahirem bilhetes de outro livro de talão que não seja o que lhes foi distribuido,

salvo o caso dos bilhetes relativos a essa caderneta já se acharem feitos e assignalos pelo respectivo escriptuario, em cujas condições produzirão effeitos, funcionando nellas outro escriptuario, simplesmente como escrivão de pagamento, de accordo com o estabelecido na decima instrução.

SEXTA

Quando algum dos escriptuarios incumbidos de cadernetas for substituido, o substituto fica obrigado a verificar si estão completas e de modo claro as notas do historico da caderneta que passa a seu cargo, que deverão ser dadas e rubricadas, dando conhecimento ao chefe da secção sobre qualquer duvida que encontre a esse respeito e no respectivo livro de talão, que lhe é transferido, fará a nota, na capa do mesmo, pelo lado interno, da data que recebeu, assignando juntamente com o substituido.

SETIMA

" Todos os processos para pagamentos, que não puderem ser feitos nos livros de talão, como sejam: relações de consignações, de pensionistas, de fornecedores e outros de igual natureza, ficam obrigados aos respectivos modelos, e serão registrados em livros proprios, datando e assignando os escriptuarios que os organisarem.

OITAVA

As folhas que se referirem a abonos de adiantamentos de vencimentos, embora extrahidas, como devem ser, dos livros de talão, serão registradas em livros proprios com indice alfabético nominal, afim de facilitar a procura de esclarecimentos a este respeito e servirem de borrador para o livro geral de contas correntes dos devedores deste Ministerio.

NONA

As procurações relativas a consignações mensaes deverão ser apresentadas aos escriptuarios que tiverem de fazer os bilhetes de pagamento, afim de serem notadas na respectiva caderneta, mencionando-se o nome do procurador, a natureza da consignação, sua importancia e o prazo, si for nella estabelecido, cujas declarações, menos a que se refere ao prazo, constarão do bilhete de pagamento que tiver de ser mensalmente extrahido, feito o que os mesmos escriptuarios as remetterão em protocollo á Pagadoria da Marinha, á qual caberá, de ora em diante, a incumbencia de reconhecer a identidade dos procuradores o

consequentemente aos mesmos, nenhuma folha, bilhete ou relação será pago fóra da Pagadoria, e ficarão sujeitos á prévia nota de *confere* do respectivo escrivão ou seu ajudante, que, para este fim, terão sob sua guarda as procurações colladas em cartanagem, com indice nominal alphabetico, para facilitar a conferencia.

DECIMA

Nos dias designados para os pagamentos serão as cadernetas remetidas para a Pagadoria da Marinha, acompanhadas dos respectivos talões, a fim do escrivão, seu ajudante ou os escripturarios que forem designados para servirem de escrivães, realizar não só os pagamentos externos como tambem os que terão de ser feitos na propria Pagadoria, a qual, salvo motivo de força maior, suspenderá os seus pagamentos ás 2 horas da tarde, a fim de proceder diariamente á conferencia do numero e importancia de cada um dos bilhetes pagos com as respectivas averbações das cadernetas.

UNDECIMA

Quando na conferencia de que trata o artigo anterior verificar-se alguma differença no numero e importancia dos bilhetes pagos ou qualquer outra irregularidade, o escrivão ou seu ajudante dará immediatamente parte por escripto, a fim de proceder-se a um exame completo na respectiva caderneta, a que deão de ora em diante todas ellas sujeitas em épocas determinadas pelo contador.

DUODECIMA

A circumstancia do não cumprimento das presentes instrucções, de que resulte o extravio de folhas ou bilhetes, ainda mesmo dos que não tiverem produzido effeito, falta de registro, ou qualquer outra irregularidade, importará em responsabilidade immediata, de accordo com o § 1º do art. 15 do regulamento que baixou com o decreto n. 277 C, de 22 de março de 1890, e das penas impostas no art. 57 do mesmo regulamento.

Contadoria da Marinha, 25 de julho de 1899.

O Contador,

Antonio Babo Ribeiro de Souza Junior.

MINISTERIO DA MARINHA

EXERCICIO DE 1..... N. **SERIE 1ª**

Folha do.....
 Certificado que o ticket correspondente a este ticket refere-se ao Sr.....

 no qua foi feita a nota a importância aqui a de Rs....\$.....relativa aos
 vencimentos do mez de.....
 2ª Seção da Contadoria da Marinha, em.....de.....de 1.....
 O escrivão do pagamento. O escripturario.



MINISTERIO DA MARINHA

EXERCICIO DE 1..... N. **SERIE 1ª**

Folha do.....
 O Sr.....

 tem direito aos seguintes vencimentos do mez de.....

A saber:

Soldo.....\$.....
Diferença do soldo.....\$.....
Ordenado.....\$.....
Gratificação.....\$.....
Dita especial.....\$.....
Etapas.....\$.....
Criado.....\$.....
.....\$.....

Total dos vencimentos.....\$.....
 Monte-pio militar ou civil.....\$.....

DESCONTOS	Imposto de 2 %.....\$.....
	» » 4 %.....\$.....
	» » 7 %.....\$.....
	» » 10 %.....\$.....
	Consignação.....\$.....
	Divida.....\$.....
	Caucão.....\$.....
	Hospitales.....\$.....
	Diário Oficial.....\$.....
	Sello.....\$.....

Rs... ..

Importa em.....

2ª Seção da Contadoria da Marinha, em.....de.....de 1.....
 O.....escripturario

Certifico que recebeu e commigo assignou, deu assim a fs.....do dezo proprio
 em.....de.....de 1.....
 O recebedor, O escrivão do pagamento,

Serie 1ª

N.

N.

EXERCICIO DE 1.....

MINISTERIO DA MARINHA

*Certifico que a folha correspondente a esta folha foi organizada
em virtude.....
e refere-se à importância líquida no total de Rs. \$..... anexa a
ao Sr.*

2ª Seção da Contadoria da Marinha, em de 1...

O escripturario

Serie 1ª

N.

O contador, N.

EXERCICIO DE 1.....

MINISTERIO DA MARINHA

Folha de a fazer-se.....

MINISTERIO DA MARINHA

N. 81 — AVISO DE 8 DE JULHO DE 1899

Nomeia uma comissão para consolidação de todas as leis, decretos e decisões do Governo, actualmente em vigor no Ministerio da Marinha.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1304 — Capital Federal, 8 de julho de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Tendo resolvido nomear os vice-almirantes graduados e reformados José Luiz Teixeira e Antonio Pompeu de Albuquerque Cavalcante e o 1º official archivista desta Secretaria de Estado Augusto de Souza Lobo para organisarem a consolidação de todas as leis, decretos e decisões do Governo, actualmente em vigor neste Ministerio, percebendo os vice-almirantes, durante o desempenho desse trabalho, as mesmas vantagens que lhes foram concedidas durante a comissão organisadora do novo Regulamento das Capitancias de portos, assim vos declaro para os devidos effeitos.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar de Silveira.*

N. 82 — AVISO DE 11 DE JULHO DE 1899

A um official reformado, em serviço activo, quando com licença para se tratar, competem a differença do soldo e etapas.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 723 — Capital Federal, 11 de julho de 1899.

Sr. Contador da Marinha — Em solução á consulta dessa Contadoria em officio n. 274, de 29 do mez passado, declaro-vos, para os devidos effeitos, que ao secretario do Corpo de Infantaria de Marinha, 1º tenente reformado Miguel José da Motta Leite de Araujo, no gozo de tres mezes de licença para tratamento de saude, devem ser abonadas a differença de soldo e etapas, visto que, tendo obtido licença na qualidade de secretario do referido corpo, ella não muda a condição do dito official, que continúa provido naquelle cargo.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar de Silveira.*

N. 83 — AVISO DE 13 DE JULHO DE 1899

Manda imprimir e adoptar o Guia Pratico do Pharoleiro, organizado pelo capitão-tenente Raymundo Frederico Kiappe da Costa Rubim, que é elogiado.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3.^a Secção — N. 1144 — Capital Federal, 13 de julho de 1899.

Sr. Chefe da Repartição da Carta Maritima — Tendo submettido á apreciação do Conselho Naval o incluso trabalho, intitulado *Guia Pratico do Pharoleiro*, que acompanhou vosso officio n. 342 de 19 de maio ultimo, organizado por vossa determinação pelo capitão-tenente Raymundo Frederico Kiappe da Costa Rubim, ajudante da Directoria de Pharóes dessa Repartição, para obviar á falta de pessoal habilitado de que se resente o serviço dos pharóes; resolvo, de accordo com o parecer do mesmo Conselho, emittido em consulta n. 8179, de 20 do mez findo, que esse trabalho seja adoptado e publicado para o fim a que se destina, visto ter sido julgado de utilidade e, bem assim que mandeis imprimil-o e elogiar o referido official pelo zelo, dedicação e interesse que mostra pelo serviço.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 84 — AVISO DE 15 DE JULHO DE 1899

Declara qual o vencimento devido a um empregado vitalicio do extincto Arsenal da Bahia, desde a data da extincção até sua transferencia para o da Capital Federal.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1.^a Secção — N. 1327 — Capital Federal, 15 de julho de 1899.

Sr. Contador da Marinha — Tendo em vista o parecer do Conselho Naval, emittido na consulta n. 8140, de 1 de maio ultimo, relativamente ao direito que aos funcionarios publicos vitalicios assiste á percepção dos respectivos ordenados, durante o tempo em que, havendo sido extinctas as repartições a que pertenciam, não forem aproveitados em outras, nem aposentados, na fórmula da lei; declaro-vos, para os devidos effeitos e em solução ao vosso officio n. 259, — 2.^a Secção — de 16 de junho proximo passado, que o aviso de 30 do supradito mez de maio, a que vos referistes, dirigido á Capitania do porto de Pernambuco e baseado naquella consulta, é applicavel ao amanuense

Antonio Lemos Vieira, do extinto Arsenal de Marinha da Bahia, transferido para o desta Capital, competindo-lhe, portanto, desde que cessaram suas funções no primeiro dos mencionados estabelecimentos, consequentemente à sua extinção, até o dia em que começou a servir no segundo, o ordenado que alli percebia.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 85 — AVISO DE 15 DE JULHO DE 1899

Manda adoptar e distribuir oficialmente o mappa que a este accompanha, explicativo dos signaes e abreviações usados nos trabalhos hydrographicos da Repartição da Carta Maritima.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1148 — Capital Federal, 15 de julho de 1899.

Sr. Chefe da Repartição da Carta Maritima — Tendo resolvido approvar o mappa que me remettestes em officio n. 434, de 30 do mez findo, referente ao quadro explicativo dos signaes e abreviações usados nos trabalhos hydrographicos dessa Repartição, como possuem todos os estabelecimentos congeneres da Europa e America, assim vos declaro, para ser o mesmo adoptado e distribuido oficialmente.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 86 — AVISO DE 28 DE JULHO DE 1899

Autoriza a adopção na Armada do apparelho *Conz* para a transmissão de signaes á noite.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 796 — Capital Federal, 28 de julho de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Declaro-vos, para os devidos effeitos, que, de accordo com o que informou o commandante da 2ª Divisão Naval, em officio n. 226, de 10 do corrente, que enviastes com o de n. 570, de 11 do mesmo mez, autorizo a adopção nos navios da Armada do apparelho allemão *Conz*, para a transmissão de signaes á noite, por meio de lanternas de luz electrica, devendo as respectivas instrucções ser publicadas em ordem do dia desse Quartel-General.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 87 — AVISO DE 29 DE JULHO DE 1899

Declara como deve proceder a Directoria da Praticagem do Rio Grande do Norte para com os proprietarios de embarcações que, para eximirem-se de tomar praticos e pagar as taxas prescriptas no respectivo regulamento, mandam construil-as com menos de cincoenta toneladas, calando dous e tres metros.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1216 — Capital Federal, 29 de julho de 1899.

Sr. Director da Praticagem do Estado do Rio Grande do Norte — Resolvendo sobre a representação que fizestes em officio n. 7, de 27 de agosto do anno passado, contra o expediente adoptado por alguns proprietarios de navios, que mandam construir suas embarcações com menos de cincoenta toneladas, calando muitas vezes dous e tres metros, afim de eximirem-se da obrigação de tomarem praticos e do pagamento das respectivas taxas prescriptas pelo art. 35 do regulamento da Praticagem desse Estado, approvado pelo aviso n. 170, de 16 de janeiro de 1891, declaro-vos, para os devidos fins e de accordo com o parecer do Conselho Naval, exarado em consulta n. 8184, de 7 do corrente :

1.º Que, quando concorrerem embarcações calando mais de um metro, ainda mesmo que não tenham cincoenta toneladas, sejam obrigadas a tomar pratico, conforme estatue o art. 35 do respectivo regulamento, ficando sujeitas ao pagamento da taxa estipulada na tabella competente;

2.º Que as embarcações a que vos referistes devem continuar a pagar a taxa correspondente ao calado, embora sua tonelagem seja inferior á marcada na tabella;

3.º Que, finalmente, todas as vezes que apresentarem-se navios com arqueações differentes das primitivas, os directores das Praticagens dirigir-se-hão aos capitães de portos donde procederem as embarcações, para que estes por sua vez se entendam com as autoridades aduaneiras no sentido de resolver o assumpto e evitar novas irregularidades.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 88 — AVISO DE 31 DE JULHO DE 1899

Manda computar para a reforma dos officiaes da Armada, como um anno completo, as fracções de anno excedentes de seis mezes.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 801 — Capital Federal, 31 de julho de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Para vosso conhecimento e os devidos effeitos, declaro-vos que o Sr. Presidente da Republica, não se conformando com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 14 de novembro do anno passado, que se acha publicado a pags. 7304 e 7305 do *Diario Official* de 7 do corrente, resolveu que se observe a decisão do Tribunal de Contas, mandando computar como um anno completo, para a reforma dos officiaes do Exercicio e Armada, as fracções de anno excedentes de seis mezes.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 89 — AVISO DE 4 DE AGOSTO DE 1899

Manda que aos guardas-marinha alumnos seja paga a gratificação de embarque, desde a data em que deixaram de recebê-la.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1246 — Capital Federal, 4 de agosto de 1899.

Sr. Contador da Marinha — Autorizo-vos a mandar abonar aos guardas-marinha alumnos a gratificação de embarque, desde a data em que deixaram de recebê-la.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 90 — AVISO DE 5 DE AGOSTO DE 1899

Declara quaes as condições em que as Capitancias de portos podem aceitar menores para serem alistados.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 832 — Capital Federal, 5 de agosto de 1899.

Sr. Capitão do porto do Estado de Sergipe — Em resposta ao officio n. 9, de 4 do mez passado, declaro-vos que podeis aceitar todos os menores que forem apresentados para serem alistados nas Escolas de aprendizes marinheiros, uma vez

que sejam entregues pelos respectivos paes ou tutores, mediante autorização por elles escripta e assignada, ou, no caso de serem analphabetos, a rogo, com testemunhas; bem assim os que forem enviados pelo respectivo juiz de orphãos, devendo essa Capitania remettel-os, depois de inspecionados, para a Escola da Bahia, dando logo sciencia ao Quartel-General. Quanto aos que exhibirem desenvolvimento physico, só podem ser acceitos depois de julgados aptos em inspecção de saude, feita pela Junta medica militar da localidade, sendo depois disto enviados para o respectivo Quartel Central por intermedio do capitão do porto da Bahia ou directamente em algum paquete.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 91 — AVISO DE 9 DE AGOSTO DE 1899

Manda contar para os effeitos da reforma o tempo de estudo com aproveitamento na Escola de Marinha, como alumno paisano.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 834 — Capital Federal, 9 de agosto de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Conformando-me com o parecer do Conselho Naval, exarado em consulta n. 8209, de 28 de julho proximo passado, autorizo-vos a mandar addicionar ao tempo de serviço do capitão-tenente Odorico Pinto da Silva Leal, para os effeitos da reforma, os periodos decorridos de 15 de março a 1 de dezembro de 1876 e de 21 de março de 1878 a 28 de março de 1879, em que, na qualidade de alumno paisano, estudou com aproveitamento na Escola de Marinha, ficando assim respondido o vosso officio n. 569, de 11 do referido mez de julho.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 92 — AVISO DE 10 DE AGOSTO DE 1899

Declara que só se conta como de campanha o tempo de serviço prestado em Santa Catharina, Paraná e S. Paulo, de 6 de setembro d^e 1893 a 16 de abril de 1894.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 842 — Capital Federal, 10 de agosto de 1899.

Sr. Director da Escola Naval — Em resposta ao officio n. 180, de 22 de junho do corrente anno, declaro-vos, para os devidos effeitos, que, conformando-me com o parecer do Conselho Naval, ex-

arado em consulta n. 8207, de 28 do mez passado, resolvi indeferir o requerimento em que o capitão de fragata João Antonio Soares Dutra pedia que lhe fosse contado como de campanha o periodo decorrido de 16 de abril a 13 de junho de 1894, durante o qual, na qualidade de commandante do cruzador *Parnahyba*, prestou serviço nos Estados de Santa Catharina, Paraná e S. Paulo, visto que, de conformidade com os avisos deste Ministerio, n. 1478, de 30 de julho de 1895 e do da Guerra, n. 50 e 63, de 6 de setembro e 19 de outubro do mesmo anno, os officiaes e praças do Exército e Armada, que serviram naquelles Estados, só podem contar pelo dobro, para os effeitos da reforma, o tempo decorrido de 6 de setembro de 1893 a 16 de abril de 1894, data em que foi considerada pelo Governo terminada a revolta nos tres Estados.

Saule e fraternidade.— *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 93 — AVISO DE 10 DE AGOSTO DE 1899

Declara que os invalidos da Armada, com licença para residirem nos Estados, tem direito a serem tratados nos hospitaes, e ao enterro por conta da União, quando fallecerem fóra delles.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 843 — Capital Federal, 10 de agosto de 1899.

Sr. Capitão do porto do Estado do Maranhão— Em resposta ao officio n. 23, de 30 de junho do corrente anno, declaro-vos que as praças da Armada asyladas, com licença para residirem nos Estados, quando doentes tem direito a serem tratadas nos hospitaes como as do quadro activo, bem assim ao enterro por conta do Estado, quando fallecerem fóra dos hospitaes.

Saule e fraternidade.— *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 94 — AVISO DE 12 DE AGOSTO DE 1899

Cede ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas os predios em que funcionaram os extinctos Arsenaes de Marinha dos Estados de Pernambuco e Bahia.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1262 — Capital Federal, 12 de agosto de 1899.

Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas— Atendendo á solicitação constante de vosso aviso n. 107, de 4 do corrente, resolvi ceder a esse Ministerio, não só o edificio em que

funcionou o extinto Arsenal de Marinha de Pernambuco, de que necessitaes para ser nelle estabelecida a Administração dos Correios, mas tambem o que pertenceu ao extinto Arsenal da Bahia, ora providenciando para que vos seja feita a entrega dos mesmos, mediante as formalidades legais.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 95 — AVISO DE 12 DE AGOSTO DE 1899

Declara que não é aproveitavel para aposentadoria o tempo de serviço prestado por marinheiros de Capitania e Arsenaes, funcionarios civis, que não vencem ordenado, e apenas diarias ou gratificação.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 95 — Capital Federal, 12 de agosto de 1899.

Sr. Capitão do porto do Estado de Sergipe — Accusando recebido vosso officio n. 8, de 4 do mez findo, que acompanhou o requerimento em que o secretario dessa Capitania, Tito Rodrigues Sandes, pede contagem do tempo em que ali serviu como primeiro marinheiro, de 1 de março de 1882 a 1 de outubro de 1885, declaro-vos, de accordo com o parecer do Conselho Naval emittido em consulta n. 8227, de 4 do corrente, que essa petição não está no caso de ser deferida, por isso que aos marinheiros de Capitania e de Arsenaes, funcionarios civis, que não vencem ordenado, e apenas diarias ou gratificação, não é aproveitavel o tempo de serviço prestado nessas condições, como já explicaram os avisos do Ministerio da Fazenda, ns. 42, de 28 de janeiro, 232, de 16 de maio de 1881, e 151, de 29 de novembro de 1886 e tem sido resolvidas petições semelhantes.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 96 — AVISO DE 12 DE AGOSTO DE 1899

Augmenta com um guardião a lotação dos avisos fluviaes da flotilha do Amazonas.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 96 — Capital Federal, 12 de agosto de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Attendendo ao que solicitastes, em officio n. 627, de 3 do corrente, autorizo-vos a augmentar com um guardião a lotação de cada um dos avisos fluviaes da flotilha do Amazonas.

Saude e fraternidade. — *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 97 — AVISO DE 14 DE AGOSTO DE 1899

Declara que as multas arrecadadas pelas Capitánias, pertencendo á receita geral da União, não podem ser empregadas na aquisição de moveis para as mesmas repartições.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 97 — Capital Federal, 14 de agosto de 1899.

Sr. Capitão do porto do Amazonas — Pertencendo á receita geral da União as multas arrecadadas pelas Capitánias, como determinam os avisos do Ministerio da Fazenda de 21 de junho e 22 de outubro de 1850, e devendo, portanto, ser recolhidas ás Delegacias Fiscaes do Thesouro, não póde ser concedida a autorização que solicitastes no officio n. 7, de 8 de junho ultimo, para applicar á aquisição de moveis necessarios a essa Capitania os dinheiros entrados no respectivo cofre e provenientes de multas; convindo aguardar-se oportunidade para compra dos alludidos moveis.

Saude e fraternidade. — *Carlos Baltazar da Silveira.*

N. 98 — AVISO DE 22 DE AGOSTO DE 1899

Dá providencias para a execução do art. 45 do regulamento annexo ao decreto n. 3320, de 7 de março de 1899.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 98 — Capital Federal, 22 de agosto de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — De accordo com o que informastes no officio n. 331, de 1 do corrente, autorizo-vos a providenciar para que, na confecção das folhas dos marinheiros e soldados de infantaria de marinha, asylados, seja o soldo dos mesmos tirado separadamente, tendo-se em vista as alterações que serão enviadas mensalmente pelo commandante do Asylo dos Invalidos da Patria, afim de ser por este observado o art. 45 do regulamento que baixou com o decreto n. 3320, de 7 de março ultimo.

Saude e fraternidade. — *Carlos Baltazar da Silveira.*

N. 99 — AVISO DE 22 DE AGOSTO DE 1899

Declara que, em vista da lei n. 2792, de 20 de outubro de 1877, não pôde ser acceito o alvitre de aproveitarem-se as sobras de uma verba em despesas de verba diversa.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 99 — Capital Federal, 22 de agosto de 1899.

Sr. Inspector do Arsenal de Marinha do Estado de Matto Grosso — Em solução a vosso officio n. 146, de 6 de julho proximo passado, declaro-vos que, tendo o art. 25 da lei n. 2792, de 20 de outubro de 1877, abolido a faculdade de transportar as sobras de umas para outras rubricas do orçamento, concedida ao Governo pelo art. 13 da lei n. 1177, de 9 de setembro de 1868, não pôde ser autorizada a medida que suggeristes de applicar-se aos reparos necessarios aos edificios ~~de~~ esse estabelecimento o saldo existente no credito distribuido para despesas da verba *Arsenaes* e proveniente da falta de comparecimento de operarios ao serviço das officinas.

Para resolver-se sobre semelhantes reparos, convem que indiqueis a respectiva importancia, de accordo com as ordens em vigor.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 100 — AVISO DE 22 DE AGOSTO DE 1899

Autoriza o emprego do oleo de linhaça na conservação dos tubos, espelhos, caldeiras e demais peças das machinas dos navios da Armada.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 100 — Capital Federal, 22 de agosto de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Tendo em vista o que expuzestes em officio n. 333, de 21 do mez proximo preterito, relativamente á conveniencia lembrada pelo chefe de machinas do cruzador *Almirante Tamandaré*, de empregar-se o oleo de linhaça na conservação dos tubos, espelhos, caldeiras e mais partes da machina, de preferencia á pintura adoptada para aquelle fim, declaro-vos que podeis autorizar a medida lembrada, certo de que desta resolução dou conhecimento ao Commissariado Geral da Armada.

Saudo e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 101 — AVISO DE 26 DE AGOSTO DE 1899

Altera a tabella mandada observar pelo aviso de 23 de maio de 1893 no sentido de ser feito no 3º dia util de cada mez o pagamento da mestrança e guardas de policia do Arsenal de Marinha da Capital Federal.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 101 — Capital Federal, 26 de agosto de 1899.

Sr. Contador da Marinha — Tendo em vista o exposto em vosso officio n. 352, de 17 do corrente, resolvi approvar a proposta que fizestes, para que se translira para o 3º dia util de cada mez o pagamento dos vencimentos da mestrança e guardas de policia do Arsenal de Marinha desta Capital, ficando assim alterada, nessa parte, a tabella mandada observar pelo aviso de 23 de maio do corrente anno.

O que vos declaro para os devidos effeitos.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 102 — AVISO DE 30 DE AGOSTO DE 1899

Declara que os adiantamentos aos officiaes, inferiores e praças devem ser indemnizados á Fazenda Federal na especie em que forem feitos, e que os commissarios não podem deixar de fazer no devido tempo os descontos a que estão sujeitos os vencimentos.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 102 — Capital Federal, 30 de agosto de 1899.

Sr. Contador da Marinha — Declaro-vos, para os devidos effeitos, que os officiaes, inferiores e praças que receberem dinheiro por adiantamento, o que não pôde ter logar sinão nos termos da lei, são obrigados a indemnizar á Fazenda Nacional na especie em que forem pagos os seus vencimentos mensaes, isto é, na Republica, em papel-moeda, enquanto for este o nosso meio circulante; e, no estrangeiro, em ouro, ao cambio de 27 d.

Declaro-vos, outrosim, que não é permittido aos commissarios deixarem de fazer os descontos a que estiverem sujeitos os vencimentos no tempo devido e pela forma consignada nas cadernetas subsidiarias.

Saudo e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 103 — AVISO DE 30 DE AGOSTO DE 1899

Manda abonar a gratificação de medico da Escola de aprendizes marinheiros das Alagôas ao medico do Exercito que alli serviu, por não estar esse logar preenchido.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — Capital Federal, 30 de agosto de 1899.

Sr. Contador da Marinha — De accordo com o que informistes no officio n. 344, de 12 do corrente, autorizo-vos a providenciar para que ao medico adjunto do Exercito, em serviço na guarnição de Maceió, Dr. Pedro Soares de Albuquerque, seja abonada gratificação de medico da Escola de aprendizes marinheiros das Alagôas, durante o tempo em que, por não se actuar preenchido este logar, alli prestou seus serviços profissionais, isto é, de 3 a 24 de agosto do anno passado.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 104 — AVISO DE 31 DE AGOSTO DE 1899

Manda suspender a execução do regulamento das Capitanias de portos approved pelo decreto n. 3334 de 5 de julho de 1899.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — Capital Federal, 31 de agosto de 1899 — Circular.

Sr. Capitão do Porto do Estado de ... — Declaro-vos, para os devidos fins, que fica suspensa a execução do regulamento para as Capitanias de portos, que baixou com o decreto n. 3334, de 5 de julho proximo passado, publicado no *Diario Official* de 6 do corrente, por falta das respectivas consignações no orçamento deste Ministerio do corrente exercicio, para attender ás despesas pelo mesmo creadas.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 105 — AVISO DE 2 DE SETEMBRO DE 1899

Declara que não devem ser considerados addidos ao Quartel-General os officiaes da Armada com licença para nos Estados aguardarem commissões, cabendo-lhes sómente soldo e etapas.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — Capital Federal, 2 de setembro de 1899 — Circular.

A's Capitanias e Delegacias Fiscaes nos Estados — Declaro-vos, para os devidos effeitos, que os officiaes que por excepção obti-

verem licença para aguardar nos Estados comissão que o Governo julgue conveniente dar-lhes, não devem ser considerados addidos ao Quartel-General, visto não poderem desempenhar os serviços que competem aos que se acham nesta situação; cabendo-lhes sómente o soldo da patente e as etapas.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 103 — AVISO DE 2 DE SETEMBRO DE 1899

Declara que só devem ter andamento os requerimentos dos machinistas navaes, para a contagem de tempo de viagem e navegação a vapor, quando se referirem ao funcionamento das machinas motoras.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — n. 130 — Capital Federal, 2 de setembro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Declaro-vos que só deveis dar andamento aos requerimentos de machinistas navaes para a contagem de tempo como de viagem e navegação a vapor, quando referirem-se ao funcionamento das machinas motoras do navio, não podendo nunca ser considerados em condições de deferimento aquelles que se afastarem da exigencia do § 2º do art. 41 do regulamento que baixou com o decreto n. 855, de 13 de outubro de 1890.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 107 — AVISO DE 4 DE SETEMBRO DE 1899

Declara que o chefe do Corpo de Engenheiros Navaes não pôde ter na actividade graduação alguma, cabendo-lhe entretanto o accesso no posto de vice-almirante si reformar-se com 35 annos de serviço e a graduação de almirante si com mais de 40.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — Capital Federal, 4 de setembro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Declaro-vos para os devidos effeitos e em solução á consulta que fizestes, em officio n. 433, de 22 de maio do corrente anno, que conformando-me com o parecer do Conselho Naval em consulta n. 8170, de 19 do mez passado, resolvi o seguinte:

Na actividade o chefe do Corpo de Engenheiros Navaes não pôde ter graduação alguma. Cabendo-lhe entretanto o direito ao

acesso no posto de vice-almirante si, tendo 35 annos de serviço, quizer reformar-se.

E si tiver mais de 40 annos de serviço, tem tambem direito á gradação no posto de almirante, como, pela lei n. 29 de janeiro de 1892 tem todo o official da Armada, devendo, porém, usar os distinctivos de sua classe.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 108 — AVISO DE 4 DE SETEMBRO DE 1899

Declara subsistente a obrigatoriedade de terem sempre a bordo dos navios da esquadra em viagem generos para dous dias, e determina a publicação dos contractos para seu fornecimento em ordem do dia do Quartel-General.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1.^a Secção — Capital Federal, 4 de setembro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Tendo o cirurgião do encouraçado *Aquidaban*, quando em serviço de registro, de 2 para 3 de agosto ultimo, approved, não obstante sua má qualidade, o pão apresentado para o municiamento pelo respectivo fornecedor, assim procedendo por estar em duvida si a bordo existia ou não o genero necessario para substituir o de que se trata, conforme consta da parte que acompanhou vosso officio, n. 380, 2.^a Secção, de 4 do dito mez, declaro-vos, em solução ao mesmo officio, que nenhuma multa póde ser imposta ao alludido fornecedor.

E para que possa ter logar, sem prejuizo das guarnições, a rejeição de generos frescos que não forem de boa qualidade, cumpre a esse Quartel-General declarar subsistente a disposição, em virtude da qual deve sempre haver a bordo dos navios da esquadra bolacha e mais generos de viagem, correspondentes a dous dias.

Sendo feito directamente por bordo o recebimento dos generos de alimentação, cumpre, outrosim, que, d'ora em diante, se publiquem em ordem do dia os contractos para o supprimento desses generos.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 109 — AVISO DE 4 DE SETEMBRO DE 1899

Manda abonar a um mestre do extinto Arsenal de Marinha da Bahia, considerado como vitalício, o ordenado respectivo desde o dia em que foi dispensado do serviço até o dia em que foi aposentado.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — Capital Federal, 4 de setembro de 1899.

Sr. Capitão do porto do Estado da Bahia — Em solução ao vosso offício n. 643, de 10 de agosto proximo preterito, declaro-vos, para os devidos effeitos, que ao mestre do extinto Arsenal de Marinha desse Estado Jeronymo Joaquim de Almeida deve ser pago o ordenado do respectivo logar, desde 1 de março do corrente anno, data em que foi dispensado do serviço, até 7 de junho, em que foi aposentado, porquanto, de accordo com o aviso n. 1059, de 30 de maio ultimo, sendo o mesmo funcionario vitalício na época da extincção do mencionado Arsenal, competia-lhe aquelle ordenado durante o dito periodo.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 110 — AVISO DE 6 DE SETEMBRO DE 1899

Declara que os officiaes das classes annexas da Armada teem direito a reforma em posto superior ao marcado como limite dos respectivos quadros.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — Capital Federal, 6 de setembro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Em solução ao offício n. 419, de 18 de maio do corrente anno, e conformando-me com o parecer da maioria do Conselho Naval, em consulta n. 8167, de 1 do mez passado, declaro-vos, para os devidos effeitos, que, *ex-vi* já das disposições claras e amplas que regulam a reforma voluntaria ou compulsoria dos officiaes das classes annexas da Armada, já da sequencia de precedentes que as reboza, é insubsistente a duvida que apresentastes sobre o direito que teem os mesmos officiaes á reforma em posto superior ao marcado como limite dos respectivos quadros, devendo, porém, usar os distinctivos de suas respectivas classes.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 111 — AVISO DE 9 DE SETEMBRO DE 1899

Manda providenciar sobre a remessa, para o Corpo de Marinheiros Nacionais, de menores das Escolas de aprendizes, cujos commandantes podem acceptar os que tiverem de 16 a 19 annos, para serem alistados naquella corpo.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — Capital Federal, 9 de setembro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior da Armada — Estando o Corpo de Marinheiros Nacionais extraordinariamente reduzido de praças, convem que as Escolas de aprendizes dos Estados remetam para a Capital Federal os que, pela sua robustez physica, ou idade regulamentar, possam ser alistados naquelle corpo, não se preoccupando os commandantes com os desfalques que possam soffrer no seu pessoal as bandas de musica. E já que o regulamento das Escolas constitue um empecilho a que sejam recebidos menores de mais de 16 annos, urge que faças constar aos respectivos commandantes que podem acceptar, não obstante o regulamento, os que tiverem de 16 annos, aos quaes não darão praça, mas conservarão como depositados, afim de serem recolhidos à Capital Federal, cumprindo que para a acceitação sejam submettidos a exame de sanidade e a outros que a lei exija.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 112 — AVISO DE 11 DE SETEMBRO DE 1899

Permitte que os officiaes da Armada, das classes annexas e os engenheiros navaes adiantem por um anno as contribuições para o montepio, que não serão restituídas no caso de demissão ou fallecimento, nem levadas em conta no caso de promoção ou reforma no posto immediato. Si o soldo for em ouro, o adiantamento será na mesma especie ou em seu equivalente, como a restituição do soldo adiantado.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — Capital Federal, 11 de setembro de 1899.

Sr. Contador da Marinha — Em solução á consulta feita por essa Contadoria, em officio n. 309, de 31 de julho do corrente anno, declaro-vos, para os devidos effeitos, que, conformando-me

com o parecer do Conselho Naval, em consulta n. 8234, de 25 do mez passado, resolvi que se observe o seguinte:

Ao official do Corpo da Armada, de Engenheiros Navaes ou das classes annexas, é licito adiantar, por um anno, no maximo, as contribuições mensaes para o montepio, affim de perceber durante esse tempo o soldo integral.

Entretanto, esse adiantamento espontaneo não fica sujeito á restituição, no caso de demissão, perda da patente por sentença, ou fallecimento, nem tampouco será levado em conta no caso de promoção ou de direito á reforma, no posto immediato por ter attingido a 35 annos de serviço.

Isto será declarado no recibo da Contadoria para sciência da parte.

Si o contribuinte perceber o soldo em ouro, o adiantamento deve ser tambem na mesma especie ou em seu equivalente ao cambio do dia.

Da mesma fôrma deve ser feita a restituição do soldo adiantado que haja recebido.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 113 — AVISO DE 11 DE SETEMBRO DE 1899

Declara que menores devem ser recebidos para se alistarem nas
Escolas de aprendizes marinheiros.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2.^a Secção — Capital
Federal. 11 de setembro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Para perfeitada execução do que dispõe o aviso n. 940, de 9 do corrente, e no intuito de evitar reclamações, que venham dificultar a acção do Governo, recommendo-vos que declareis aos commandantes das Escolas de aprendizes marinheiros que só devem acceitar os menores remettidos por seus paes ou tutores, ou mães quando filhos illegítimos, e os orphãos desvalidos, quando enviados pelas autoridades competentes, cumprindo áquelles commandantes providenciar de modo que se mantenha com todo o rigor o regimen das mesmas Escolas.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 114 — AVISO DE 12 DE SETEMBRO DE 1899

Recommenda que os ajustes de contas dos officiaes da Armada e classes annexas, inferiores e outros, sejam feitos, de ora em diante, na Contadoria da Marinha.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — Capital Federal, 12 de setembro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Não tendo sido rigorosamente observadas, como convem, as disposições do aviso n. 402, de 17 de fevereiro de 1897, acerca dos ajustes de contas dos officiaes da Armada, classes annexas, inferiores e outros, resolvi que, de ora em diante, sejam elles feitos na Contadoria da Marinha, quer quando os alludidos officiaes, inferiores e outros, regressarem ou tiverem de seguir para commissões fóra desta Capital, quer nos casos de desembarque de navios ou desligamento de repartições, ainda nesta Capital, devendo para semelhante fim ser apresentadas naquella Contadoria as cadernetas subsidiarias no prazo de 48 horas a contar da data das respectivas nomeações, regresso ou desligamento.

Quindo por urgencia do serviço não possa ser cumprida esta determinação, a repartição a vosso cargo deverá fazer a competente declaração nas referidas cadernetas.

Nos Estados deverá ser observado o aviso n. 402, acima mencionado, com a determinação constante do presente, quanto ao prazo para os citados ajustes de contas.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 115 — AVISO DE 14 DE SETEMBRO DE 1899

Declara que a disposição constante do aviso de 13 de março de 1889, que manda não se conte como de embarque para promoção o tempo de serviço prestado em navios da reserva e que não possam navegar, só deve ter vigor da data do mesmo aviso.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — Capital Federal, 14 de setembro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Em additamento ao aviso n. 287, de 13 de março ultimo, e de accordo com o que informastes, em officio n. 112 de 8 de fevereiro anterior, declaro-vos que a resolução de não se contar como de embarque para effeitos dos arts. 4º paragrapho unico e 5º do regulamento

annexo ao decreto n. 5461, de 12 de novembro de 1873 o tempo de serviço prestado por officiaes da Armada em navios considerados na reserva e em estado de não poderem navegar, só deve ter vigor da data da expedição do supradito aviso de 13 de março, por isso que não pôde haver desigualdade na applicação da lei.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 116 — AVISO DE 15 DE SETEMBRO DE 1899

Manda contar, como de magisterio, para accrescimento periodico de vencimento, a um professor do curso de marinha da Escola Naval, o tempo em que exerceu o cargo de instructor de aspirantes em viagem e na mesma Escola.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — Capital Federal, 15 de setembro de 1899.

Sr. Director da Escola Naval — Em solução a vosso officio n. 22, de 21 do mez findo, e de accordo e no parecer do Conselho Naval, emittido em consulta n. 8252, de 1º do corrente, declaro-vos, para os devidos fins, que em favor do capitão-tenente reformado Alexandre Galdino da Veiga, professor do curso de marinha dessa Escola, podem ser contados, como de magisterio, para accrescimento periodico de vencimentos, os periodos de 16 de dezembro de 1886 a 24 de fevereiro de 1887, em que exerceu o cargo de instructor de aspirantes em viagem e de 25 de fevereiro de 1887 a 16 de março de 1899 em que exerceu o de instructor nesse estabelecimento.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 117 — AVISO DE 15 DE SETEMBRO DE 1899

Manda que o numero de remadores da Praticagem da barra da Victorin, no Estado do Espirito Santo, seja reduzido a seis com o salario mensal de cem mil réis.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1412 — Capital Federal, 15 de setembro de 1899.

Sr. Capitão do porto do Estado do Espirito Santo — De accordo com o parecer do Conselho Naval, emittido em consulta n. 8201, de 25 do mez findo, permitto que seja reduzido a seis o numero

dos remadores da Praticagem da barra da Victoria, em vez de oito como propuzestes em officio n. 2, de 20 de junho ultimo, visto que é o estricitamente necessario ás exigencias do serviço, sem alteração do que está preceituado no art. 2º do regulamento de 13 de março de 1897, podendo-se assim pagar-lhes 100\$ mensaes, conforme pedem.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 118 — AVISO DE 16 DE SETEMBRO DE 1899

Declara que nenhum cirurgião pôde ser promovido sem ter satisfeito a condição de embarque.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 975 — Capital Federal, 16 de setembro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Em solução ao officio n. 354, de 15 de julho do corrente anno, com o qual enviastes o requerimento do cirurgião de 2ª classe, capitão de mar e guerra graduado, Dr. Henrique Ferreira dos Santos Reis, declaro-vos, para os devidos effeitos e conformando-me com o parecer do Conselho Naval em consulta n. 8203, de 14 do mez passado, que, attento o dispositivo claro e expresso do art. 3º § 5º do regulamento annexo ao decreto n. 683, de 23 de agosto de 1890, nenhum cirurgião, qualquer que seja a sua classe, poderá ser promovido sem que haja satisfeito a condição de embarque estatuida na lei reguladora da promoção dos officiaes da Armada.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 119 — AVISO DE 20 DE SETEMBRO DE 1899

Indefere um requerimento em que uma praça do Corpo de Infantaria de Marinha, embarcada em navio de guerra, pede abono de gratificação.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1693 — Capital Federal, 18 de setembro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Em resposta a vosso officio n. 460, de 29 de maio ultimo, transmittindo o requerimento em que o 2º sargento do Corpo de Infantaria de Marinha Alvaro de Souza Lopes, embarcado no encouraçado *Riachuelo*, pede para lhe ser concedida uma gratificação por se achar embarcado em navio de guerra, declaro-vos que, em vista do

decreto n. 478, de 9 de dezembro de 1897, e do aviso de 30 de maio de 1898, que fixaram os vencimentos que hora percebe, não pôde ser deferida a sua petição, por faltar ao Governo competência para augmentar ou fixar vencimentos.

Assim senão, só o Congresso Nacional pôde attender á preensão do requerente.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 120 — AVISO DE 20 DE SETEMBRO DE 1899

Declara que, independentemente do Código do ensino superior, deve ser observado o art. 104 do regulamento da Escola Naval, relativamente aos vencimentos que competem ao substituto da mesma Escola, exercendo cumulativamente outras funções lectivas.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1713 — Capital Federal, 20 de setembro de 1899.

Sr. Director da Escola Naval — Em solução a vosso officio n. 229, de 29 de agosto ultimo, e mantendo o despacho do meu antecessor, relativamente aos vencimentos que competem ao substituto dessa Escola, engenheiro Tito Barreto Galvão, por estar exercendo cumulativamente as funções de lente cathedratice da 2ª cadeira do 3º anno, de substituto na aula auxiliar da mesma cadeira e de professor da 1ª cadeira do 2º anno do curso de machinistas, declaro-vos, para os fins convenientes, que em taes casos deve-se observar o art. 104 do regulamento da Escola; porquanto, as vantagens do Código de ensino superior, a que se refere o art. 234, são unicamente aquellas de que não cogita o dito regulamento.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 121 — AVISO DE 27 DE SETEMBRO DE 1899

Determina que não seja permittido o estabelecimento de cercadas aquem de uma linha que, partindo da Ponta do Cajú, vá terminar na ilha do Engenho, bem assim que taes concessões, relativas a essa zona, não sejam reformadas.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1697 — Capital Federal, 27 de setembro de 1899.

Sr. Capitão do porto da Capital Federal — Declaro-vos, para os devidos fins, que a contar de janeiro vindouro não deveis permittir o estabelecimento de cercadas aquem de uma linha

que partindo da Ponta do Cajú, vá terminar na ilha do Engenho, porquanto, taes cercadas estão contribuindo para a diminuição do fundo do ancoradouro de descarga; cumprindo que, pelo mesmo motivo, providencias de modo a não serem renovadas as concessões das cercadas actualmente existentes naquella zona.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 122— AVISO DE 29 DE SETEMBRO DE 1899

Manda que, aos alumnos da Escola de Machinistas Navaes da Capital Federal, sejam restituídas as quantias correspondentes ao desconto de um dia e meio de vencimentos que, a título de monte-pio, soffreram em seus salarios, na qualidade de aprendizes do Arsenal de Marinha desta Capital.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1511— Capital Federal, 29 de setembro de 1899.

Sr. Contador da Marinha — De accordo com a informação que prestastes em officio n. 396, de 16 do corrente, resolvo que seja feita a restituição da quantia correspondente ao desconto de um dia e meio de vencimento que, a título de montepio, soffreu em seus salarios, nos mezes de março e abril ultimos, como aprendiz de 3ª classe da officina de caldeirheiro de cobre do Arsenal de Marinha desta Capital, o alumno do 1º anno do curso de machinistas da Escola Naval Cezar Seabra Muniz, conforme requerem seu pae Ricardo Barradas Muniz, e bem assim que se restitua aos demais alumnos da mesma Escola a quantia descontada em identicas condições.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 123 — AVISO DE 30 DE SETEMBRO DE 1899

Declara que aos cirurgiões de 1ª classe não deve ser exigida a condição de embarque para a promoção a inspector de saude naval.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1057 — Capital Federal, 30 de setembro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Em additamento ao aviso n. 975, de 16 do corrente, declaro-vos, para os devidos effeitos, que sendo, segundo os arts. 4º e 5º do regulamento annexo ao decreto n. 683, de 23 de agosto de 1890, facul-

tativo ao Governo prover o logar de inspector de saude naval, já por promoção dentre os cirurgiões de 1ª classe, já por pessoa estranha á respectiva corporação, sem dependencia, neste caso, da condição de embarque, não são tambem aquelles obrigados a preencher essa exigencia, para semelhante accesso.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 124 — AVISO DE 4 DE OUTUBRO DE 1899

Declara que é sufficiente um numero de notas boas igual aos dous terços dos juizes presentes para classificação dos candidatos ao magisterio, nos concursos effectuados na Escola Naval.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1544 — Capital Federal, 4 de outubro de 1899.

Sr. Director da Escola Naval — Em solução a vosso officio n. 208, de 21 de julho ultimo, no qual consultaes qual o numero de notas boas necessarias á classificação dos candidatos ao magisterio, nos concursos ali effectuados; declaro-vos, para os devidos effeitos e de accordo com a informação que a respeito prestastes em officio n. 248, de 19 de setembro proximo findo, que é sufficiente um numero de notas boas igual aos dous terços dos juizes presentes ao acto, regulamentarmente habilitados.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 125 — AVISO DE 5 DE OUTUBRO DE 1899

Cede ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o terreno dos fundos do extincto Arsenal de Marinha do Estado de Pernambuco, com o respectivo guindaste, bem assim os moveis eapparelhos de illuminação do mesmo estabelecimento.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1551 — Capital Federal, 5 de outubro de 1899.

Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas — Respondendo a vosso aviso n. 118, de 28 de setembro proximo passado, declaro-vos, para os fins convenientes, que ora providencio no sentido de ser cedido a este Ministerio, para a installação da administração dos Correios de Pernambuco, não só o terreno dos fundos do extincto Arsenal de Marinha do mesmo Estado com o respectivo guindaste, como tambem os moveis e apparelhos de illuminação alli existentes.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 126 — AVISO DE 6 DE OUTUBRO DE 1899

Declara que, aos operarios contractados para servirem no estabelecimento naval de Itaquí, só será abonada a respectiva ajuda de custo, mediante flador idoneo.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1555 — Capital Federal, 6 de outubro de 1899.

Sr. Contador da Marinha — Não havendo seguido para o estabelecimento naval de Itaquí o operario extraordinario do Arsenal de Marinha desta Capital, José Martins Corrêa, contractado para alli servir como operario fundidor de 2ª classe, ora autorizo o inspector do dito Arsenal a contractar Alberto da Fonseca Guimarães, aprendiz de 1ª classe da officina de fundição, para substitui-lo, percebendo os vencimentos de operario de 3ª classe, conforme requereu, ao qual se abonará, na vespera da partida, mediante fiança idonea, a ajuda de custo de 150\$, de que tratou o aviso n. 445, de 16 de março do corrente anno; dando-vos por muito recommendado que a ajuda de custo, no caso de que se trata — operario contractado — só deve ser abonada havendo flador idoneo, para evitar a reproducção do facto a que alludo no principio deste aviso, ficando assim firmada doutrina nesse sentido.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 127 — AVISO DE 6 DE OUTUBRO DE 1899

Declara que deve ser concedida aos contribuintes do fundo de soccorros da Praticagem de Pernambuco a retirada da parte proporcional aos seus vencimentos fixos, com que entraram para o mesmo fundo, de 1º de setembro de 1898 a 30 de junho de 1899, reservando-se os beneficios deste somente para os que voluntariamente quizerem continuar.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1560 — Capital Federal, 6 de outubro de 1899.

Sr. Capitão do porto do Estado de Pernambuco — Em officio n. 13, de 4 de julho do corrente anno, consultastes si podies mandae distribuir pelo pessoal superior da Associação, inclusive o director e o escrevente, a importancia do fundo de soccorros, a contar de 1 de setembro de 1898, quando começou a vigorar o regulamento mudado executar pelo aviso n. 1053, de 13 de julho do mesmo anno, até 30 de junho deste anno e proporcionalmente aos ordenados fixos, áquelles que não querem

contribuir para o referido fundo e pedem restituição do dinheiro para elle entrado.

Tendo, sobre o assumpto, ouvido o Conselho Naval e conformando-me com o seu parecer, emitto em consulta n. 8829, de 5 do mez proximo passado, declaro-vos, para os devidos effeitos, que ante a faculdade outorgada pela lei n. 530, de 30 de dezembro de 1898, deve ser concedida aos contribuintes do fundo de soccorros, pelo citado regulamento de 13 de julho do mesmo anno, a retirada da parte, proporcional aos vencimentos fixos, com que contribuirão para a creação do mesmo fundo de soccorros, reservando-se os beneficios deste somente para os que voluntariamente quizerem continuar.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 128 — AVISO DE 7 DE OUTUBRO DE 1899

Determina que tenha rigorosa execução o art. 611 da ordenança geral para o serviço da Armada.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 128 — Capital Federal, 7 de outubro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Recomendando-vos expedição de ordens afim de que tenha rigorosa execução o art. 611 da ordenança geral para o serviço da Armada, que obriga os commandantes dos navios e respectivos officiaes a fazerem a derrota ou jornal nautico da navegação que os mesmos navios seguirem; devendo essa derrota ser acompanhada do esboço da carta, com a marcação dos pontos e rumos traçados, no caso de navegação de cabotagem.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 129 — AVISO DE 11 DE OUTUBRO DE 1899

Manda que não sejam registradas, nas Capitánias de portos, cartas de machinistas da marinha mercante que não sejam passadas pela autoridade competente.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 129 — Capital Federal, 11 de outubro de 1899 — Circular.

Sr. Capitão do porto do Estado de... — Recommendando-vos a expedição das necessarias ordens no sentido de não serem registradas por essa Repartição cartas de machinistas da marinha mercante, que não estejam devidamente passadas e assign das pela autoridade competente.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 130 — AVISO DE 11 DE OUTUBRO DE 1899

Estabelece o modo por que devem ser cobradas as taxas dos navios que demandam o porto a reboque de outras embarcações, ou que se tenham de fazer ao mar em taes condições.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 130 — Capital Federal, 11 de outubro de 1899.

Sr. Director Ja Praticagem da barra e bahia de Paranaguá, no Estado do Paraná — Respondendo á consulta que fizestes em officio n. 15, de agosto proximo passado, sobre o modo de proceder relativamente ás taxas que devem ser cobradas aos navios que demandam o porto a reboque de outras embarcações ou que se tenham de fazer ao mar em taes condições; declaro-vos, para os devidos effeitos, que, tendo ouvido o Conselho Naval e conformando-me com o seu parecer emitido em consulta n. 8271, de 22 do mez findo, as taxas das embarcações rebocadas devem ser cobradas do modo seguinte:

Quando a embarcação tiver maior calado que o rebocador, pelo calado deste conforme a doutrina estabelecida no art. 100 § 1º do regulamento geral, n. 79, de 23 de dezembro de 1889; quando de menor, pelo seu proprio calado, de accordo com a respectiva tabella, que se acha annexa ao citado regulamento.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 131 — AVISO DE 16 DE OUTUBRO DE 1899

Manda que o estacionario do posto meteorologico da barra do Rio Grande do Sul seja incluido no livro de soccorros do pessoal da mesma barra.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1629 — Capital Federal, 16 de outubro de 1899.

Sr. Commandante da barra do Rio Grande do Sul — Recomendando-vos que mandeis incluir no livro de soccorros do pessoal dessa barra, o 2º estacionario do posto meteorologico, ali estabelecido, visto ter-se verificado que essa inclusão obedece á conveniencia do serviço de pharóes.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 132 — AVISO DE 17 DE OUTUBRO DE 1899

Recommenda a fiel observancia do art. 76, § 2º, do decreto n. 4542 A, de 30 de junho de 1870, devendo-se mencionar sempre nas cargas dos responsaveis os preços dos artigos fornecidos.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1883 — Capital Federal, 17 de outubro de 1899.

Sr. Chefe do Commissariado Geral da Armada -- Sendo de toda a conveniencia que nas cargas dos responsaveis se mencionem sempre os preços dos artigos fornecidos por esse Commissariado, recommendo-vos a fiel observancia do art. 76, § 2º, do decreto n. 4542 A, de 30 de junho de 1870, todas as vezes que se fizer qualquer fornecimento pela Repartição a vosso cargo, cumprindo que nenhum artigo se remetta para os Estados sem indicação do respectivo custo.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 133 — AVISO DE 19 DE OUTUBRO DE 1899

Manda contar a um official, para a reforma, o periodo em que estudou com aproveitamento, na Escola Naval, o 1º anno, como ouvinte.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1126 — Capital Federal, 19 de outubro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Em solução ao officio n. 732, de 22 do mez passado, declaro-vos, para os devidos effeitos, que, conformando-me com o parecer do Conselho Naval em consulta n. 8296, de 10 do corrente mez, resolvi deferir o requerimento em que o 1º tenente reformado Manoel da Silva Pinto pediu que lhe fosse computado para a sua reforma o periodo decorrido de 23 de abril a 3 de dezembro de 1883, em o qual estudou com aproveitamento na Escola Naval o primeiro anno, como ouvinte.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 134 — AVISO DE 23 DE OUTUBRO DE 1899

O cirurgião do Corpo de Saude da Armada, designado para servir em Escola de aprendizes marinheiros, não pôde acceitar emprego estadual ou municipal, sendo-lhe, porém, licito exercer a clinica civil ou desempenhar funções de ordem scientifica ou profissional em estabelecimentos particulares.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2.ª Secção — N. 1130 — Capital Federal, 23 de outubro de 1899.

Sr. Delegado Fiscal do Thesouro Federal no Estado do Maranhão — Acerca da consulta constante de vosso officio n. 12, de 26 de maio ultimo, mandei ouvir o Conselho Naval e conformando-me com o seu parecer, em consulta n. 8288, de 2 do corrente mez, resolvi o seguinte:

1.º O cirurgião effectivo do Corpo de Saude da Armada designado para servir junto ás Escolas de aprendizes marinheiros nos Estados não pôde acceitar e exercer emprego de nomeação estadual ou municipal.

2.º E, porém, licito ao mesmo exercer a clinica civil ou desempenhar funções de ordem scientifica ou profissional, em estabelecimentos particulares sem o caracter official e nomeação de Governo do Estado ou municipio.

3.º Embora o cirurgião tenha, por inadvertencia ou má apreciação, acceitado emprego estadual ou municipal, nem por isso perde seus vencimentos militares; mas deve ser advertido para cessar as funções do dito emprego, sob as penas de insubordinação ou destituição do serviço da Escola.

O que vos declaro para os devidos effeitos.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 135 — AVISO DE 24 DE OUTUBRO DE 1899

Declara que os vapores da Companhia Lloyd Brasileiro não podem tomar outro pratico que não seja o da Associação para a navegação de Paranaguá a Antonina e, assim fazendo, ficam sujeitos ao pagamento da respectiva taxa.

Ministerio dos Negocios da Marinha — Capital Federal, 24 de outubro de 1899.

Sr. Director da Associação da Praticagem da barra e bahia de Paranaguá, no Estado do Paraná — Em solução a vosso officio n. 17, de 18 de agosto ultimo, em que consultaes qual o procedimento que deveis ter relativamente aos vapores da Companhia Lloyd Brasileiro, pelo facto de tomarem um pratico extranho a

essa Associação, para fazer a navegação de Paranaguá a Antonina; declaro-vos, para os devidos fins e de accordo com o parecer do Conselho Naval emitido em consulta n. 8284, de 4 do corrente, que os navios da referida companhia não podem tomar outro pratico que não seja o da Associação, para fazer a navegação de Paranaguá a Antonina, conforme o art. 2º do regulamento annexo ao decreto n. 79, de 23 de dezembro de 1889; e que, no caso de assim fazel-o, perdem as regalias consignadas no n. 4 § 1º do art. 64 e ficam sujeitos ao pagamento da taxa, como manda o art. 65 do regulamento que baixou com o aviso n. 2526, de 6 de novembro de 1890.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

N. 136 — AVISO DE 24 DE OUTUBRO DE 1899

Providencia sobre o caso da falta de official immediato nas Escolas de aprendizes marinheiros para a composição dos conselhos de compras.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1921 — Capital Federal, 24 de outubro de 1899.

Sr. Capitão do porto do Estado de Alagoas — Em solução a vosso officio n. 107, de 29 de setembro ultimo, declaro-vos que o regulamento que baixou com o decreto n. 3258, de 11 de abril do corrente anno, não prevendo o caso da falta do official immediato nas Escolas de aprendizes marinheiros para a composição dos conselhos de compras, resolvi que essa falta se preencha por um official do Exercito da respectiva guarnição, que, para tal fim, deverá ser requisitado pelos presidentes dos ditos conselhos; ficando estes então constituídos pelo capitão do porto, o medico da Escola de aprendizes, o secretario da Capitania e o official da guarnição que for requisitado, conforme o telegramma que vos dirigi a 19 do presente mez, assim concebido:

« Commandante, medico e secretario da Capitania, requisitando um official da guarnição para completar. »

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

N. 137 — AVISO DE 25 DE OUTUBRO DE 1899

Cede ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o prelio que servia de residencia aos ajudantes do extinto Arsenal de Marinha do Estado da Bahia.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1665 — Capital Federal, 25 de outubro de 1899.

Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores — Attendendo ao que solicitastes em aviso n. 147, de 26 de setembro ultimo, resolvo nesta data, ceder a esse Ministerio o prelio que servia de residencia aos ajudantes do extinto Arsenal de Marinha da Bahia, para nelle funcionar a repartição de saude do porto do mesmo Estado, custeada pela União, ora providenciando sobre a entrega do citado edificio.

Saúde e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 138 — AVISO DE 28 DE OUTUBRO DE 1899

Manda excluir oito patrões e 54 remadores do pessoal da praticagem do Estado de Pernambuco, e declara que ao capitão do porto assiste o direito da disciplina, policiamento e fiscalização da Associação, deixando, entretanto, de ser o director, cargo que deverá recahir no pratico-mór.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1695 — Capital Federal, 28 de outubro de 1899.

Sr. Capitão do porto do Estado de Pernambuco — Tendo ouvido o Conselho Naval acerca do memorial apresentado a este Ministerio em nome da Associação da Praticagem desse Estado, pelo Dr. Erminio Coutinho, pedindo — 1º se restituam aos associados da Praticagem que não quizerem continuar a contribuir para o novo fundo de soccorros, as quotas com que entraram — 2º se excluam da Associação os remadores e patrões que passaram a fazer o serviço avulsamente como outr'ora, e 3º se limite o capitão do porto a fiscalizar a Associação no caracter de simples fiscal do Governo e não considerando-se director, cargo que pelo regulamento não lhe compete; declaro-vos para os devidos fins e de accordo com o parecer do mesmo Conselho, emitido em consulta n. 8224, de 6 do corrente, o seguinte:

Que, quanto ao primeiro ponto já se providenciou por aviso n. 1560, de 6 deste mez, no sentido de ser concedida aos contribuintes do fundo de soccorros a retirada da parte proporcional aos seus vencimentos com que concorreram para a criação do mesmo fundo;

Que deveis excluir os oito patrões e cincoenta e quatro remadores do pessoal da referida Praticagem, continuando o serviço a ser feito avulsamente como outr'ora, diante do restabelecimento do art. 1.^o do regulamento de 8 de novembro de 1890;

Que finalmente, ao capitão do porto desse Estado assiste o direito da disciplina, policiamento e fiscalização da Associação como se evidencia dos arts. 14, 15 e 16 do regulamento de 28 de fevereiro de 1854, por ter sido restabelecido o art. 1.^o do mencionado regulamento, deixando, entretanto, de ser o director da Associação da Praticagem desde 19 de junho ultimo, cargo que deverá recahir no pratico-mór como o mais antigo dos praticos.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 139 — AVISO DE 31 DE OUTUBRO DE 1899

Estabelece regra para os fornecimentos de louça e mais objectos pertencentes aos diferentes ranchos e camarotes dos navios da Armada, e dá providencias sobre sua guarda e conservação.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1.^a Secção — N. 1949 — Capital Federal, 31 de outubro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Sendo por demais frequentes os pedidos de louça e mais objectos pertencentes aos diferentes ranchos e camarotes dos navios da Armada, sem que o lapso de tempo entre cada pedido siquer justifique a pouca duração dos mesmos, o que muito sobrecarrega a verba destinada a outras despesas de igual natureza, não havendo, entretanto, disposição alguma que ampare taes fornecimentos, declaro-vos, para os devidos effeitos, que, fóra dos casos de força maior, como sejam os de temporaes, abalroamentos ou outros semelhantes, os artigos acima mencionados só deverão ser fornecidos por occasião do primeiro armamento dos navios.

As louças e utensilios dos camarotes ficarão sob a guarda e responsabilidade dos officiaes que os occuparem, e as louças, roupas e mais artigos dos diferentes ranchos de bordo, sob a dos despenseiros, tudo mediante cautela do commissario.

Os objectos que se inutilisarem, extraviarem ou não forem restituídos opportunamente ao competente responsavel, serão indemnizados, mediante ordem do respectivo commandante, por quem para isso tiver concorrido.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 140 — AVISO DE 31 DE OUTUBRO DE 1899

Nomeia uma comissão para verificar o estado da escripturação do almoxarifado do Arsenal de Marinha da Capital Federal e indicar medidas para simplificar a escripturação.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1920 — Capital Federal, 31 de outubro de 1899.

Sr. Inspector do Arsenal de Marinha da Capital Federal — Tendo o Governo em vista adoptar um systema de escripturação simples, que torne facil a tomada de contas pela repartição competente e conjunctamente habilite os responsaveis a conhecerem de prompto a sua situação em relação ao Thesouro, principalmente no que diz respeito aos almoxarifados dos Arsenaes, resolvi nomear uma comissão composta de um dos ajudantes desse estabelecimento, que designareis, e de dous escripturarios da Contadoria da Marinha, indigitados pelo contador, para verificar o estado em que se acha a escripturação do almoxarifado desse Arsenal, tendo em vista a responsabilidade do almoxarife, e declarar as irregularidades que porventura forem encontradas, propondo as medidas que julgar acertadas, de modo a ficarem igualmente garantidos os interesses da Fazenda Nacional e dos alludidos funcionarios.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

N. 141 — AVISO DE 14 DE NOVEMBRO DE 1899

Manda contar a um machinista para melhoramento de reforma o tempo de carvoeiro e foguista contractado.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1171 — Capital Federal, 4 de novembro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Em solução ao officio n. 459, de 2 de outubro proximo passado, declaro-vos, para os devidos effeitos, que, attendendo ao que requereu o sub-ajudante de machigista Pedro José de Moraes, reformado por decreto de 24 de janeiro de 1898 e conformando-me com o parecer do Conselho Naval, em consulta n. 8302, de 13 do mesmo mez de outubro, resolvi mandar addicionar ao seu tempo de serviço, para melhoramento de sua reforma, o periodo de seis annos, tres mezes e 11 dias, em que serviu a bordo de diversos navios de guerra na qualidade de carvoeiro e foguista contractado.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

N. 142 — AVISO DE 10 DE NOVEMBRO DE 1899

Declara que os marinheiros nacionaes, que passarem para o Corpo de Inferiores, não podem ter baixa deste, salvo incapacidade physica, sem completarem o tempo que eram obrigados no corpo de sua procedencia.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1195 — Capital Federal, 10 de novembro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — O art. 31 do regulamento annexo ao decreto n. 3234, de 17 de março ultimo, estabelece que, em igualdade de circumstancias, terão sempre preferencia para a admissão no Corpo de Inferiores da Armada os individuos que já tenham servido a esta, com boas notas, cabendo essa preferencia aos marinheiros nacionaes, quanto ao quadro dos officiaes marinheiros. Essa disposição benefica do regulamento tem, porém, proporcionado ás praças do Corpo de Marinheiros Nacionaes meio de escusarem-se do serviço, com o subsequente pedido de demissão do Corpo do Inferiores, logo depois de neste admittidos. Convinde providenciar de modo a evitar esses abusos, que tendem a desfalcar o referido Corpo de Marinheiros Nacionaes, com as constantes transferencias de praças para o de inferiores que, tambem, dessa fôrma não aproveita as suas aptidões especiaes; declaro-vos que as praças daquelle corpo que passarem para o de inferiores não poderão ter baixa deste, salvo motivo de incapacidade physica, antes de completarem o tempo de serviço a que eram obrigadas no corpo de sua procedencia, conforme está previsto no art. 78 § 7º do supradito regulamento, para o caso de eliminação do quadro por inaptidão profissional ou por medida disciplinar.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

N. 143 — AVISO DE 11 DE NOVEMBRO DE 1899

Deroga os arts. 58 a 63 do regulamento da Praticagem da barra e da bahia de S. Marcos, no Estado do Maranhão, approvado pelo aviso n. 2935, de 21 de outubro de 1891.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — Capital Federal, 11 de novembro de 1899.

Sr. Director da Praticagem da barra e bahia de S. Marcos no Maranhão — Tendo ouvido o Conselho Naval, ácerca do requerimento da Associação dessa Praticagem, representada pelo seu pratico-mór, pedindo a extincção do montepio creado pelo regulamento que baixou com o aviso n. 2635, de 21 de outubro de 1891, visto ser o mesmo oneroso e desnecessario, por já existir a

caixa de soccorros; declaro-vos, de accordo com o parecer do mesmo Conselho, emittido em consulta n. 8244, de 20 de outubro ultimo, e em solução a vosso officio n. 2, de 2 de maio proximo passado, que, nesta data, resolvo derogar os arts. 58 a 63 do citado regulamento, para que cesse o montepio obrigatorio nelles estabelecido, devendo ser restituído o saldo existente, producto das contribuições para esse montepio, aos associados que as fizeram ou aos seus legitimos herdeiros e continuar, sem alteração, a caixa de soccorros.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

N. 144 — AVISO DE 14 DE NOVEMBRO DE 1899

Declara á Capitania do porto de Santa Catharina como deve proceder em relação ao serviço da Praticagem da barra da Laguna, por haver a superintendencia da Municipalidade daquelle cidade se apossado do mesmo serviço.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — Capital Federal, 14 de novembro de 1899.

Sr. Capitão do porto do Estado de Santa Catharina — Em solução a vosso officio n. 27, de 17 de julho ultimo, e relativamente á reclamação apresentada a este Ministerio por José Fernandes Martins, na qualidade de presidente da Comissão particular nomeada pelo commercio armador da Laguna, para encarregar-se do serviço da praticagem livre das barras e portos das cidades desse Estado, contra o facto de haver a superintendencia da respectiva Municipalidade se apossado daquelle serviço, declaro-vos, de accordo com o parecer do Conselho Naval, emittido em consulta n. 8281, de 20 de outubro ultimo:

1.º Que nenhuma providencia pôde ser tomada pelo Governo sobre o conflicto havido entre a referida superintendencia e armadores da cidade da Laguna, por ser livre aquella praticagem, conforme o art. 1º do regulamento que baixou com o aviso n. 866, de 6 de abril de 1897;

2.º Que ao capitão do porto compete, pelo art 2º, inspecção e fiscalizar o serviço da praticagem e igualmente o da matricula de todo o pessoal, não tendo, porém, ingerencia no que diz respeito á administração particular;

3.º Que, finalmente, a taxa marcada nos arts. 10 e seguintes do mesmo regulamento não pôde ser alterada por quem quer que seja, por isso que está ella approvada pelo decreto n. 79, de 23 de dezembro de 1889, competindo ao capitão do porto, como fiscal que é, fazer respeitar a lei e impôr a devida pena ao transgressor.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

N. 145 — AVISO DE 14 DE NOVEMBRO DE 1899

Releva o excesso do prazo de que trata o art. 50 do regulamento annexo ao decreto n. 2819, de 23 de fevereiro de 1898.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — Capital Federal, 14 de novembro de 1899.

Sr. Presidente da Junta Directora do Montepio Operario do Arsenal de Marinha da Capital Federal — De accordo com a informação constante de vosso officio n. 38, de 31 de outubro ultimo, declaro-vos, para os devidos fins, que nesta data resolvo releva o excesso do prazo de que trata o art. 50 do regulamento annexo ao decreto n. 2819, de 23 de fevereiro de 1898, a fim de ser concedida a Alexandrina Faria da Costa Neves, viuva do operario de 3ª classe da officina de ferreiros e serralheiros do Arsenal de Marinha desta Capital, Francisco de Souza Neves, conforme requereu, a reversão da pensão do referido montepio, a que se julga com direito.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

N. 146 — AVISO DE 16 DE NOVEMBRO DE 1899

Manda abonar em dinheiro á razão de 1\$400 diários as rações que competem ao patrão-mór, patrão de escaleres e remadores da Capitania do porto da Bahia, cessando o municiamto feito pela Escola de aprendizes marinheiros

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — Capital Federal, 16 de novembro de 1899.

Sr. Capitão do porto do Estado de Alagóas — Attendendo ao que expuzestes no officio n. 103, de 28 de setembro ultimo, autorizo-vos a providenciar para que sejam abonadas em dinheiro as rações que competem ao patrão-mór, patrão de escaleres e remadores dessa Capitania, cessando o municiamto feito pela Escola de aprendizes marinheiros.

Semelhante abono, porém, deve-se realizar á razão de 1\$400 diários, valor maximo de cada ração, segundo o orçamento em vigor, e não á razão de 1\$600, sendo que, no caso de haverem sido abonadas etapas, tomando-se por base este ultimo valor, os officiaes que assim as tiverem percebido deverão indemnizar os cofres publicos da differença.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

N. 147 — AVISO DE 18 DE NOVEMBRO DE 1899

Altera e manda que o art. 33 do regulamento da Praticagem das barras do Estado de Sergipe approved pelo aviso n. 687, de 6 de abril de 1893, seja observado de conformidade com o presente.

Ministerio dos Negocios da Marinha — Capital Federal, 18 de novembro de 1899.

Sr. Director da Praticagem das barras do Estado de Sergipe — Tendo ouvido o Conselho Naval, acerca das taxas que devem ser cobradas aos navios à vela, de que tratastes em officio n. 222, de 7 de julho ultimo, declaro-vos, para os devidos fins, ter resolvido, de accordo com o parecer do mesmo Conselho, emittido em consulta n. 8221, de 1 do corrente, alterar e mandar que se observe o art. 33 do regulamento dessa Praticagem pela forma seguinte:

« Os navios à vela pagarão a taxa na razão de 1\$000 por tonelada metrica de arqueação; os vapores 500 e os pertencentes a companhias subvencionadas 250 rs.

Os navios à vela rebocados por vapores subvencionados devem ser considerados como taes para os effeitos do pagamento de taxa estipulada para aquelles. »

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 148 — AVISO DE 20 DE NOVEMBRO DE 1899

Manda contar pelo dobro para o montepio o tempo de campanha prestado pelos officiaes da Armada e classes annexas.

Ministerio dos Negocios da Marinha — Capital Federal, 20 de novembro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Em solução ao officio n. 679, de 2 de setembro do corrente anno, declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar em consulta de 23 do mez passado, resolveu que seja contado aos officiaes da Armada e classes annexas, para os effeitos do decreto n. 885, de 17 de junho de 1892, que estabeleceu regras sobre a contribuição para o montepio respectivo, o tempo de campanha pelo dobro, como se procede em relação á reforma e está em pratica no Exercito.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 149 — AVISO DE 20 DE NOVEMBRO DE 1899

Recommenda ás Capitánias dos portos que sempre que tiverem de lavrar termos de declaração de nacionalidades, para os effeitos do art. 5º do Regulamento da Cabotagem, façam os interessados provar que residiam no Brazil a 15 de novembro de 1889 e não manifestaram o animo de conservar a nacionalidade de origem, affim de serem comprehendidos no dispositivo do art. 69, n. 4, da Constituição deral.

Ministerio dos Negocios da Marinha — Capital Federal, 20 de novembro de 1899.

Sr. Capitão do porto da Capital Federal — Tendo ouvido o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores ácerca da cópia, que vos devolve, do termo de naturalisação do subdito portuguez José da Fonseca Pinto, lavrado na Capitaniado porto do Estado do Pará, em virtude do telegramma que lhe foi dirigido a 23 de fevereiro de 1897, declaro-vos, de accordo com a informação prestada pelo mesmo Ministerio, em aviso n. 1370, de 27 de outubro findo, e em solução a vosso officio n. 45, de 22 de junho ultimo, que o acto daquella Capitania encontra apoio no art. 69, n. 4, da Constituição Federal, devendo, porém, essa e as demais Capitánias de portos, como ora lhes recommendo, providenciar sempre, por occasião de se lavrarem termos de declaração de nacionalidade para os effeitos do art. 5º do Regulamento da Cabotagem, affim de que os interessados, no intuito de serem comprehendidos no dispositivo do referido art. 69, provem que residiam no Brazil a 15 de novembro de 1889 e não manifestaram o animo de conservar a nacionalidade de origem.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 150 — AVISO DE 20 DE NOVEMBRO DE 1899

Declara que, de conformidade com o paragrapho unico do art. 3º do decreto n. 478, de 9 de dezembro de 1897, cabe ao Ministerio da Marinha a regulamentação da pesca.

Ministerio dos Negocios da Marinha — Capital Federal, 20 de novembro de 1899.

Sr. Dr. Prefeito do Districto Federal — Accusando recebido vosso officio n. 838, de 29 de setembro ultimo, em que submetestes por cópia á apreciação deste Ministerio o do inspector das matas maritimas e terrestres, caça e pesca, n. 814, da mesma data, reclamando contra as attribuições conferidas ás Capitánias de portos pelo decreto n. 3334, de 5 de julho ultimo,

em relação á industria da pesca, as quaes, julga só á Municipalidade competirem, declaro-vos, para os devidos fins, que, por aviso circular n. 1345, de 31 de agosto ultimo, foi suspensa temporariamente a execução do citado decreto; cabendo, entretanto, a este Ministerio, de conformidade com o preceituado no paragrapho unico do art. 3º do decreto n. 478, de 9 de dezembro de 1897, a regulamentação da pesca.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

N. 151 — AVISO DE 21 DE NOVEMBRO DE 1899

Autorisa o embarque de praças do Corpo de Marinheiros Nacionais para adquirirem os conhecimentos precisos para exercerem as funções de praticos.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1242 — Capital Federal, 21 de novembro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Em solução ao officio n. 816, de 27 do mez passado, declaro-vos, para os devidos effeitos, que acceito e approvo a proposta do commandante da flotilha de Matto Grosso para embarcarem as praças do Corpo de Marinheiros Nacionais com o fim de adquirirem os conhecimentos precisos para exercerem as funções de praticos, escolhendo-se de preferencia os da companhia daquelle Estado, devendo, porém, o mesmo commandante entender-se com a agencia do Lloyd Brasileiro, de modo que o Governo não venha a pagar passagem de ida e volta dos marinheiros praticantes, os quaes ficarão obrigados a auxiliar os praticos de bordo no serviço de sondagem e, até quando seja indispensavel, no governo do navio.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

N. 152 — AVISO DE 21 DE NOVEMBRO DE 1899

Os aspirantes a guarda-marinha podem ser tratados em quartos reservados a officiaes, quando baixam ao hospital e, no caso de fallecimento, deve o enterro ser correspondente ao official, não se apresentando pessoa competente para delle incumbir-se.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1243 — Capital Federal, 21 de novembro de 1899.

Sr. Director do Hospital de Marinha — Em solução ao officio n. 4673, de 22 de setembro do corrente anno, declaro-vos, para os devidos effeitos, que approvo a pratica seguida nesse Hospital de

dar-se tratamento em quartos reservados para officiaes aos aspirantes a guarda-marinha, que ao mesmo baixam; cumprindo que, no caso de fallecer algum e não se apresentar pessoa competente para tratar do enterro, seja este correspondente ao de official.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

N. 153 — AVISO DE 30 DE NOVEMBRO DE 1899

Declara que não há inconveniente em aceitar officiaes da Armada ao serviço da flotilha do Amazonas, nomeações de inspectores e fiscaes de linhas de navegação subvencionadas pelo Governo, desde que isso não prejudique o mesmo serviço e preceda licença do Governo Federal.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1859 — Capital Federal, 30 de novembro de 1899.

Sr. Capitão do porto do Estado do Amazonas — Inteirado da comunicação, constante de vosso officio n. 21, de 19 de outubro ultimo, de haverdes sido nomeado pelo Governador desse Estado inspector e fiscal de algumas linhas de navegação subvencionadas pelo Governo da União, assim como os capitães-tenentes Raymundo José Ferreira Valle, Arthur Pinheiro Hess e o 1º tenente Roberto Le Cocq de Oliveira, vossos comandados; declaro-vos, para os devidos fins, que não ha inconveniente em aceitar taes nomeações, desde que não seja prejudicado o serviço da flotilha e preceda a acceitação das mesmas a competente licença do Governo Geral.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

N. 154 — AVISO DE 30 DE NOVEMBRO DE 1899

Declara qual o serviço de escripturação que podem desempenhar os aspirantes a commissarios.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1288 — Capital Federal, 30 de novembro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Tenho presente o officio n. 530, de 19 do mez passado, com o qual enviastes o do commandante do encouraçado *Riachuelo*, consultando si os aspirantes a commissarios tem competencia para lançar notas nos livros de soccorros e cadernetas subsidiarias. Em solução,

declaro-vos, para os devidos effeitos e concordando com a informação da Contadoria da Marinha, em officio n. 479, de 20 do corrente, que, embora pelo decreto n. 703, de 30 de agosto de 1890, não seja aos aspirantes a commissarios reservado serviço especial a bordo, não devem elles escripturar livros, inclusive os de soccorros, que são da immediata responsabilidade dos commissarios, salvo a excepção prevista no § 6º do art. 10 do decreto citado, podendo, no entretanto, transcrever para as cadernetas subsidiarias as notas dos livros de soccorros, desde que sejam estas subscriptas pelos commissarios, que assumirão a responsabilidade da sua immediata execução.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 155 — AVISO DE 30 DE NOVEMBRO DE 1899

Permitte o pagamento da differença entre a contribuição feita adiantadamente para o montepio do posto immediatamente superior, quando vigorava a tabella de 2 de janeiro de 1890 e a correspondente ao soldo da tabella de 15 de dezembro de 1894.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1291 — Capital Federal, 30 de novembro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Declaro-vos, para os devidos effeitos, que, segundo declara o Ministerio da Fazenda, em aviso n. 132, de 23 do corrente, o capitão de mar e guerra Miguel Antonio Pastana pôde ser admittido, como pretendeu, a pagar a differença entre a contribuição feita adiantadamente para o montepio do posto immediatamente superior, quando vigorava a tabella annexa ao decreto n. 113 C, de 2 de janeiro de 1890, e a correspondente ao soldo de igual posto pela tabella que acompanha a lei n. 247, de 15 de dezembro de 1894, a partir da data em que ella entrou em execução; devendo-se tornar extensiva esta resolução a todos os officiaes em identicas condições em cujas cadernetas, quando as fizerem as respectivas annotações, cumpre citar o referido aviso, do Ministerio da Fazenda.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 156 — AVISO DE 30 DE NOVEMBRO DE 1899

Declara que os guardiães extranumerarios, que estiverem respondendo a conselho, não podem concorrer com os demais para a passagem para o quadro.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1298 — Capital Federal, 30 de novembro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Em solução á consulta que fizestes em officio n. 858, de 21 do corrente, declaro-vos que os guardiães extranumerarios que estiverem respondendo a conselho, não podem concorrer com os demais para a passagem para o quadro de guardiães do Corpo de Officiaes Marinheiros.

Saude e fraternidade.—*José Pinto da Luz.*

N. 157 — AVISO DE 6 DE DEZEMBRO DE 1899

Manda pagar vencimentos de addido ao Quartel-General a um 1º tenente enquanto respondeu a conselho de guerra, em que foi absolvido, e recommenda que não se pague a mesma gratificação aos officiaes superiores e subalternos que não tenham nas cadernetas as notas relativas a essa situação.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 2123 — Capital Federal, 6 de dezembro de 1899.

Sr. Contador da Marinha — Em referencia a vosso officio n. 157, 2ª Secção, de 18 de novembro ultimo, declaro-vos, para os devidos effeitos, que o 1º tenente Francisco Antonio Pereira tem direito aos vencimentos de addido ao Quartel-General, relativos ao tempo em que esteve sujeito a conselho de guerra, em que foi ultimamente absolvido; cumprimdo, porém, que, de hora em diante, não se pague a gratificação de addido aos officiaes superiores e subalternos desembarcados, que não tiverem nas respectivas cadernetas a nota concernente a esta situação.

Saude e fraternidade.—*José Pinto da Luz.*

N. 158 — AVISO DE 6 DE DEZEMBRO DE 1899

Altera os prazos para apresentação das portarias de licença para tratamento de saúde.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1323 — Capital Federal, 6 de dezembro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Atendendo ao que expuzestes em officio n. 873, 1ª Secção, de 24 do mez passado, relativamente aos prazos estabelecidos pelo aviso n. 436, de 2 de outubro de 1861, para a apresentação das portarias de licença para tratamento de saúde; declaro-vos, para os devidos effeitos, que resolvo alterar o citado aviso, marcando para o mesmo fim os prazos seguintes: dous mezes para o Amazonas e Matto Grosso, 15 dias para a Capital Federal e Estado do Rio, e um mez para os demais Estados

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 159 — AVISO DE 12 DE DEZEMBRO DE 1899

Declara que compete ao Ministerio da Marinha a regulamentação da industria da pesca.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1901 — Capital Federal, 12 de dezembro de 1899.

Sr. Dr. Prefeito do Districto Federal — Em resposta a vosso officio n. 857, de 22 do mez findo, em que ponderastes que a regulamentação da pesca de que trata o paragrapho unico do art. 3º do decreto n. 478, de 9 de dezembro de 1897, deve referir-se á pesca feita em aguas territoriaes da Republica, fóra de seus portos, rios e lagos, ao longo e á distancia de suas costas, por entenderdes que outro não pôde ser o espirito que presidiu a promulgação da lei, declaro-vos, para os devidos fins, que o citado decreto, dispondo sobre o preenchimento dos claros da Armada por sorteio entre os matriculados nas Capitánias de portos, incluindo nesse numero todos os que exercerem a profissão marítima, sem excepção dos pescadores, e simultaneamente autorizando a regulamentar a pesca com o fim de nacionalisá-la e contribuir assim o pessoal nella empregado para o preenchimento dos claros a que me refiro, não pôde de modo algum comprehender sómente os pescadores de barra fóra, os quaes constituem parte insignificante dos que se dedicam a esse ramo de vida, e tanto assim deve ser que, no incluso projecto de Prefeituras Ma-

ritimas do Governo, que pediu ao Congresso a lei supracitada, trata-se da divisão da pesca, cogitando-se do pessoal nella empregado nos portos, rios, etc.

Emquanto, pois, o Poder Legislativo não revogar a autorização concedida ao Executivo para regulamentar essa industria, julgo-me no direito de o fazer, sendo-me, entretanto, agradável conciliar os interesses da Municipalidade com os da União, na parte que diz respeito ao Ministerio a meu cargo.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 160 — AVISO DE 12 DE DEZEMBRO DE 1899

Declara que os direitos á reforma ou jubilação dos officiaes da Armada, que servem de lentes ou substitutos na Escola Naval, são regulados pela legislação em vigor ao tempo em que esse acto se pratica.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1909 — Capital Federal, 12 de dezembro de 1899.

Sr. Presidente do Supremo Tribunal Militar — Tenho a honra de communicar-vos que á consulta desse Tribunal de 6 do mez findo, emittindo parecer ácerca da contagem simultanea do tempo de magisterio para a reforma e jubilação dos officiaes da Armada que servem de lentes cathedromaticos ou substitutos na Escola Naval, o Sr. Presidente da Republica deu em 6 do corrente o despacho seguinte:

« Não me conformo com o parecer. Os direitos á reforma ou jubilação são regulados pela legislação em vigor ao tempo em que este acto se pratica. As disposições anteriores, já reformadas ou revogadas, não constituem direitos adquiridos em favor daquelles que foram nomeados sob a sua vigencia, mas, simples promessa ou mera expectativa jurídica, que não chegou a ter applicação. A este principio devem ser subordinadas as soluções dadas aos casos occurrentes. »

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 161 — AVISO DE 14 DE DEZEMBRO DE 1899

Declara que o official da Armada, enquanto estiver respondendo a conselho de guerra, deve ser considerado em inactividade, não podendo esse tempo ser contado como de embarque.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2.^a Secção — Capital Federal, 14 de dezembro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Declaro-vos para os devidos effeitos, em solução ao officio n. 681, de 2 de setembro do corrente anno, no qual consultastes qual a situação que deve occupar o official que responde a conselho de guerra, quando embarcado, o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Conselho Militar, em consulta de 20 do mez passado, resolveu:

1.^o O official da Armada, enquanto estiver respondendo a conselho de guerra, deve ser considerado em inactividade (situação 3.^a, art. 3.^o do decreto n. 108 A, de 30 de dezembro de 1889).

2.^o Esse tempo não póde ser contado, em caso algum, como de embarque.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

N. 162 — AVISO DE 14 DE DEZEMBRO DE 1899

Dispõe sobre a demissão no Asylo de Invalidos.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2.^a Secção — N. 135 — Capital Federal, 14 de dezembro de 1899.

Sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada — Convindo harmonisar as disposições referentes ao direito de admissão no Asylo de Invalidos, mandei ouvir o Conselho Naval, e conformando-me com o seu parecer em consulta n. 8309, de 24 do mez passado, resolvi que do hora em diante se observe o seguinte:

1.^o Teem direito incondicional ao Asylo:

a) As praças e inferiores de marinha que, em inspecção de saude, forem declarados incapazes, absoluta ou relativamente, por ferimentos ou lesões recebidos em combate, ferimento ou lesão devido a desastre em acto de serviço ou molestia adquirida em acto de serviço (hypotheses do art. 64 letras a, b e c do decreto n. 673, de 21 de agosto de 1890), quer tenha contribuido, quer não, si no acto da baixa declararem por termo que querem se asyлар.

b) As praças ou inferiores declarados incapazes, absoluta ou relativamente, por molestias adquiridas durante o tempo de

serviço ou velhice (hypothese do art. 64 letra d) si, alem de terem contribuido por seis annos, declararem no acto da baixa que querem se internar.

2.º Tem direito condicional ao Asylo:

As praças ou inferiores que, não tendo contribuido pelo tempo completo de seis annos ou não tendo feito contribuição alguma (da qual estão, *ex-vi* da lei n. 477, de 9 de dezembro de 1897, isentas as praças dos corpos de infantaria de marinha e marinheiros nacionaes), forem, em consequencia de molestia adquirida no tempo de serviço ou velhice, declarados no acto da baixa absolutamente incapazes, isto é, si não puderem angariar meios de subsistencia.

Si a incapacidade for relativa, isto é, unicamente para o serviço activo do mar, podendo, no entretanto, angariar meios de vida em terra, não devem ser internados.

3.º Não tem absolutamente direito ao Asylo :

a) Os que alcançarem baixa por conclusão de tempo.

b) Os excluidos ou eliminados em consequencia de condemnação criminal ou disciplinar, embora tenham contribuido por mais de seis annos.

c) Os que se inhabilitarem em consequencia de actos reprovados ou em conflicto por elles provocados.

O que vos declaro para os devidos effeitos.

Saude e fraternidade. — José Pinto da Luz.

N. 163 — AVISO DE 16 DE DEZEMBRO DE 1899

Resolve sobre a concessão de certidões de avisos reservados.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 2157 — Capital Federal, 16 de dezembro de 1899.

Sr. Presidente do Supremo Tribunal Militar — Tenho a honra de comunicar-vos que, á consulta desse Tribunal, de 9 de outubro proximo preterito, emittindo parecer sobre um requerimento em que Theodoro Augusto Ribeiro de Magalhães, advogado de Ricardo Barradas Muniz, pediu certidão de um aviso reservado expedido por este Ministerio á respectiva Contadoria, certidão essa que deixou de ser passada em virtude de disposições legais em vigor, deu o Sr. Presidente da Republica, em 27 do mesmo mez, o seguinte despacho:

« Como parece aos Srs. ministros Miranda Reis e outros. Fazendo prevalecer o preceito legal em vigor, todavia, a solução suggerida neste parecer, ressalva a amplitude do direito de defesa, sujeitando, apenas, a despacho de autoridade competente o pedido da parte interessada. »

Saude e fraternidade. — José Pinto da Luz.

N. 164 — AVISO DE 20 DE DEZEMBRO DE 1899

Recommenda ao Arsenal da Capital que nenhum supprimento se faça sem que constem os preços dos objectos suppridos, afim de figurarem nas cargas dos responsaveis.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1.^a Secção — N. 2167 — Capital Federal, 20 de dezembro de 1899.

Sr. Inspector do Arsenal de Marinha da Capital Federal — Devendo figurar nas cargas dos responsaveis deste Ministerio, tanto a bordo como nos corpos e estabelecimentos de Marinha, os preços de todos os artigos que forem fornecidos, quer aos navios, quer aos referidos corpos e estabelecimentos; recomendo-vos providencias, afim de que nenhum fornecimento se faça por esse Arsenal sem que aos objectos fornecidos acompanhe a indicação dos preços correspondentes.

Saude o fraternidade. — José Pinto da Luz.

N. 165 — AVISO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1899

Permitte que a *The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, Limited*, occupe na parte sul da ilha das Cobras, a titulo de empréstimo, o terreno de marinha que for indispensavel para as construcções ligeiras, necessarias ao inicio de seus trabalhos.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1.^a Secção — N. 1916 — Capital Federal, 21 de dezembro de 1899.

Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas — Sciente do que expuzestes em vosso aviso n. 295, de 20 do corrente, relativamente ás obras de melhoramento do porto desta Capital, de que trata o decreto n. 10.372, de 28 de setembro de 1889, e de que é cessionaria a *The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, Limited*; declaro-vos, para que vos digneis fazer constar á mesma companhia, que este Ministerio permite-lhe occupar na parte sul da ilha das Cobras, a titulo de empréstimo e sem que em tempo algum se julgue legitima possuidora, o terreno de marinha que for indispensavel para fazer as construcções ligeiras, necessarias ao inicio dos respectivos trabalhos, devendo, porém, as mesmas construcções ser demolidas logo que o Governo o exija.

Saude e fraternidade. — José Pinto da Luz.

N. 166 — AVISO DE 30 DE DEZEMBRO DE 1899

Providencia ácerca da aquisição de artigos não comprehendidos nos contractos para fornecimentos ao Commissariado Geral da Armada e que pertencerem aos do Arsenal de Marinha.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 2220
— Capital Federal, 30 de dezembro de 1899.

Sr. Chefe do Commissariado Geral da Armada — Recommen-do-vos que, sempre que tiverdes de adquirir no mercado artigos que não estiverem comprehendidos nos contractos dessa Reparação e pertencerem aos do Arsenal de Marinha, mandeis comprar-os por ajuste, aos fornecedores desse estabelecimento, pelos preços dos respectivos contractos; e, para evitar a compra de objectos que actualmente existam no almoxarifado do dito Arsenal, ora providencio no sentido de serem entregues a esse Commissariado os de que dispuzer o mencionado estabelecimento e não forem indispensaveis ao seu serviço.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

INDICE DAS DECISÕES

DO

MINISTERIO DA GUERRA

Pags.

N. 1 — Aviso de 12 de janeiro de 1899 — Declara que os militares que forem senadores ou deputados federaes ou estaduais não devem exercer cargos nos Ministerios da Guerra e da Marinha enquanto estiverem investidos do mandato legislativo, salvo no caso de guerra ou aquelles em que a honra e a integridade da União estijam empenhadas.	1
N. 2 — Portaria de 19 de janeiro de 1899 — Declara que pôde o commandante de um districto militar nomear conselho de inquirição em virtude de deprecato do conselho de investigação a que responde um official, embora esteja o mesmo commandante arrolado como testemunha.	5
N. 3 — Aviso de 11 de fevereiro de 1899 — Declara que o auditor de guerra do districto federal passa a funcionar junto ao Estado Maior do Exército e quaes as suas attribuições.	5
N. 4 — Aviso de 11 de fevereiro de 1899 — Declara que os officiaes do Exército não podem dar denuncia ou queixa contra seus superiores perante os conselhos de investigação a que respondam, mas somente pelo modo prescripto nos arts. 60, 63 e 66 do regulamento processual criminal.	6
N. 5 — Aviso de 27 de fevereiro de 1899 — Declara que os officiaes do corpo de estado-maior de 2ª classe ficam sob o commando do chefe do Estado-Maior do Exército e qual o serviço de que deverão se encarregar.	8
N. 6 — Aviso de 8 de março de 1899 — Manda pagar aos professores do Collegio Militar demittidos e depois reintegrados os ordenados relativos ao periodo em que estiveram arreadados do magisterio.	
N. 7 — Aviso de 1 de abril de 1899 — Declara que a idade fixada para a matricula nas escolas do Exército é somente para os que iniciam os estudos.	15
N. 8 — Aviso de 4 de abril de 1899 — Declara que aos fornecimentos annunciados pelo conselho de compras da Intendencia da Guerra podem concorrer os donos de fabricas e estabelecimentos de objectos produzidos ou manufacturados no paiz.	16
N. 9 — Aviso de 11 de abril de 1899 — Reduz a dois os quatro logares de officiaes de pharmacia do Hospital Central do Exército e eleva a 160\$ o vencimento inherente a cada um dos ditos logares.	16

	Paga.
N. 10 — Aviso de 13 de abril de 1899 — Declara que os lantes militares das escolas do Exercito, em disponibilidade por serem membros dos Congressos Estaduaes ou Federal, teem direito aos respectivos ordenados no intervallo das sessões.	17
N. 11 — Aviso de 17 de abril de 1899 — Confere provisoriamente aos commandantes de corpos isolados, estacionados em logares distantes das sedes dos districtos militares, as attribuições consignadas nos §§ 1 a 5 do art. 14 do regulamento para os commandos dos districtos militares.	17
N. 12 — Aviso de 24 de abril de 1899 — Declara que os exames feitos na Escola Polytechnica da Bahia devem ser acceitos nas escolas do Exercito	18
N. 13 — Aviso de 15 de maio de 1899 — Declara que os capitães de artilharia que tiverem o curso das tres armas pelo regulamento de 12 de abril de 1890, mas não possuirem o curso tecnico, não podem ser transferidos para o estado-maior da arma	18
N. 14 — Aviso de 15 de maio de 1899 — Supprime os logares de commandante e ajudante da fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção, no Estado do Ceará.	20
N. 15 — Aviso de 16 de maio de 1899 — Declara que os officiaes excedentes dos quadros, com os requisitos exigidos pela lei que regula as promoções, devem ser promovidos por estudos quando não houver officiaes dos ditos quadros que satisfaçam taes requisitos	20
N. 16 — Aviso de 29 de maio de 1899 — Declara que compete ao commandante do 4º districto militar remetter á Contadoria da Guerra as bases para fixação do valor da etapa para as praças da guarnição.	22
N. 17 — Portaria de 30 de maio de 1899 — Declara que os medicos e pharmaceuticos adjuntos do Exercito, quando tiverem necessidade de mudar de localidade por estarem atacados de beri-beri, não teem direito a transporte por conta dos cofres publicos.	22
N. 18 — Portaria de 6 de junho de 1899 — Declara como deve ser feito o ajustamento de contas dos officiaes que forem desligados das guarnições em que estiverem servindo	23
N. 19 — Circular de 6 de junho de 1899 — Declara que nas contas de despeza cumpre mencionar si existe ou não contracto, e no caso affirmativo a data do respectivo termo, do qual se deverá remetter cópia á Contadoria da Guerra.	23
N. 20 — Aviso de 17 de junho de 1899 — Declara o modo de preencher o terço das vagas dos postos de capitães e tenentes das armas de cavallaria e infantaria quando não houver officiaes habilitados com o respectivo curso.	24
N. 21 — Portaria de 19 de junho de 1899 — Declara que os officiaes subalternos postos á disposição dos directores dos arsenaes de guerra devem receber a gratificação de subalterno dos corpos a que pertencerem.	29

N. 22 — Aviso de 22 de junho de 1899 — Declara que a orthographia que se deve adoptar na correspondencia official é a que se ensina nas escolas militares (etymologica)	30
N. 23 — Aviso de 1 de julho de 1899 — Declara que o facto de achar-se em algum dos Estados qualquer official do Exercito por occasião de ser reformado, não lhe dá direito a transporte para a Capital Federal por conta dos cofres publicos.	30
N. 24 — Aviso de 3 de julho de 1899 — Declara que devem ser computadas como um anno completo para a reforma dos officiaes do Exercito e da Armada as fracções de anno excedentes de seis mezes	31
N. 25 — Aviso de 3 de julho de 1899 — Indefero o requerimento de um official do Exercito pedindo trancamento de uma nota existente em seus assentamentos	33
N. 26 — Aviso de 8 de julho de 1899 — Declara que os lentes e professores paisanos das escolas do Exercito que são senadores ou deputados não podem durante o mandato legislativo assumir o exercicio de suas cadeiras ou aulas e devem perceber o ordenado no intervallo das sessões.	35
N. 27 — Aviso de 10 de julho de 1899 — Declara que os officiaes do Exercito que servem nos corpos de policia militarmente organisados nenhum desconto soffrem no seu tempo de serviço	35
N. 28 — Aviso de 17 de julho de 1899 — Sobre a accumulção de commandos de baterias ou companhias	38
N. 29 — Aviso de 27 de julho de 1899 — Declara que o director geral de artilharia não póde nomear inspectores para os corpos e estabelecimentos militares; deve executar por si esse serviço	39
N. 30 — Aviso de 31 de julho de 1899 — Declara onde devem funcionar as juntas de alistamento militar e de revisão e a que repartição compete fornecer-lhes artigos proprios para expediente	39
N. 31 — Aviso de 21 de agosto de 1899 — Sobre a caução que devem fazer os concorrentes aos fornecimentos á Intendencia Geral da Guerra e sobre a imposição de multas quando nenhum pedido houver sido feito ao fornecedor.	40
N. 32 — Aviso de 24 de agosto de 1899 — Declara que havendo recurso de revisão para o Supremo Tribunal Federal, interposto antes da execução da sentença, deve-se aguardar a decisão do Tribunal para então proceder-se a respeito conforme o respectivo accordão	41
N. 33 — Aviso de 25 de agosto de 1899 — Declara que havendo recurso de revisão apresentado antes da execução da sentença que importe exclusão do Exercito, nenhum vencimento se abonará ao réo desde o dia em que se tiver conhecimento official da sentença, aguardando-se a decisão do Supremo Tribunal Federal para então proceder-se de accordo com ella.	42
N. 34 — Aviso de 26 de agosto de 1899 — Declara qual o vencimento que compete a um tenente-coronel honorario do Exercito, preso e submettido a conselho de guerra,	

depois de dispensado do logar de ajudante de porteiro da Repartição de Ajudante-General.	42
N. 35 — Aviso de 28 de agosto de 1899 — Declara que a disposição do art. 45 do decreto n. 3220, de 7 de março deste anno, refere-se a vencimentos das praças que baixam aos hospitaes e não aos dos officiaes do Exercito.	44
N. 36 — Aviso de 28 de agosto de 1899 — Manda pôr á disposição da Municipalidade de Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro, o forte de S. Matheus, para installação de um lazareto destinado a isolamento de doentes de molestias infecto-contagiosas	45
N. 37 — Aviso de 15 de setembro de 1899 — Declara que os commandantes de districtos militares nas requisições de transportes, como nas declarações que tenham de fazer para ajustamento de contas com os officiaes, devem declarar o motivo da viagem.	45
N. 38 — Portaria de 21 de setembro de 1899 — Declara que são de primeira classe as commissões desempenhadas por officiaes do Exercito nos districtos militares.	46
N. 39 — Aviso de 28 de setembro de 1899 — Sobre o abono de fardamento ás praças do Exercito reincluidas de deserção.	46
N. 40 — Aviso de 9 de outubro de 1899 — Declara que os officiaes e praças que tem o curso completo das extinctas escolas praticas do Exercito devem prestar os exames de que tratamos arts. 152 a 188 do regulamento de 18 de abril de 1898	47
N. 41 — Aviso de 18 de outubro de 1899 — Manda que na tabella de fornecimento de artigos de expediente aos corpos do Exercito se faça a observação de que o papel para officios e respectivos envelopes devem ser timbrados.	47
N. 42 — Aviso de 20 de setembro de 1899 — Declara que a alimentação dos medicos de dia aos hospitaes militares deve ser fornecida pelos mesmos hospitaes, independentemente de indemnização.	48
N. 43 — Aviso de 24 de outubro de 1899 — Declara que o julgamento do segundo exame parcial dos alumnos das escolas do Exercito deve ser feito por aula, e não tomando-se conjuntamente as médias de todas as materias estudadas como se faz no primeiro	48
N. 44 — Aviso de 23 de outubro de 1899 — Sobre a licença pedida por um official do Exercito para responder, pela imprensa, a um artigo publicado na <i>Revista Militar</i>	49
N. 45 — Aviso de 25 de outubro de 1899 — Declara que os reformados e aposentados que baixarem aos hospitaes militares devem indemnisar a importancia da despesa feita com o seu tratamento.	50
N. 46 — Aviso de 31 de outubro de 1899 — Declara como deve ser contado o tempo de serviço do pessoal das escolas do Exercito para o abono das gratificações addicionaes	50

N. 47 — Aviso de 3 de novembro de 1899 — Sobre a antiguidade de uma praça promovida ao posto de alferes, tendo anteriormente servido como substituto no Exército.	51
N. 48 — Aviso de 4 de novembro de 1899 — Declara que o alumno militar inhabilitado no segundo exame parcial é obrigado a prestar exame final das materias em que tiver sido inhabilitado, na época das matriculas, prestando os das em que tenha sido habilitado nas épocas regulamentares e não pode ser dispensado da frequencia obrigatoria das respectivas aulas.	51
N. 49 — Aviso de 4 de novembro de 1899 — Declara que os officiaes honorarios do Exército só podem usar espada quando em serviço, ou em actos solemnes.	52
N. 50 — Aviso de 6 de novembro de 1899 — Declara que a hernia da linha alva de que soffre um sargento telegraphista do Exército não o impossibilita de continuar no serviço.	52
N. 51 — Aviso de 22 de novembro de 1899 — Sobre a computação do tempo de serviço dos officiaes e praças que fizeram parte da expedição que operou no interior do Estado da Bahia.	53
N. 52 — Aviso de 6 de dezembro de 1899 — Sobre a accumulação das funcções do cargo de secretario de um corpo com as de ajudante ou com o commando de uma ou mais baterias.	53
N. 53 — Aviso de 12 de dezembro de 1899 — Declara que as promoções de officiaes inferiores, que se realizarem de 1 de janeiro a 1 de março de cada anno, não serão attendidas para as preferencias ás matriculas nas escolas preparatorias do Exército.	54
N. 54 — Aviso de 18 de dezembro de 1899 — Indefere o requerimento em que o professor do Collegio Militar, Heme-terio José dos Santos, pediu que se lhe passasse patente do posto de major.	54
N. 55 — Aviso de 26 de dezembro de 1899 — Declara que os officiaes e praças que tiverem de se matricular ou de fazer exames vagos nas escolas do Exército devem indemnizar a importancia do transporte seu e de suas familias.	57
N. 56 — Aviso de 29 de dezembro de 1899 — Revoga o aviso de 24 de agosto deste anno, sobre a suspensão das sentenças por motivo de recurso de revisão.	57

MINISTERIO DA GUERRA

N. 1 — AVISO DE 12 DE JANEIRO DE 1899

Declara que os militares que forem senadores ou deputados federaes ou estaduais não devem exercer cargos nos Ministerios da Guerra e da Marinha enquanto estiverem investidos do mandato legislativo, salvo no caso de guerra ou aquelles em que a honra e a integridade da União estejam empenhadas.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1899
— N. 85.

Sr. Adjudante General — O Sr. Presidente da Republica, tendo ouvido o Supremo Tribunal Militar, resolveu em 6 do corrente, conformando-se com o parecer do mesmo tribunal, exarado em consulta de 31 de outubro ultimo, ¹ que, sendo altamente incon-

¹ Sr. Presidente da Republica — Mandastes, por aviso do Ministerio da Guerra n. 59, de 16 de setembro do corrente anno, remetter a este tribunal para consultar com o seu parecer, os inclusos papeis em que o inspector geral do serviço sanitario do Exército consulta si, os medicos e pharmaceuticos militares, e inclusive os adjuntos que forem membros dos Congressos Federaes e Estaduaes, considerados em disponibilidade, podem no intervallo das sessões legislativas exercer as funções dos seus respectivos postos.

A consulta ora sujeita ao estudo do tribunal é formulada nos seguintes termos:

1.º Si em face dos arts. 20, 23 e 79 da Constituição Federal e da lei n. 26, de 30 de dezembro de 1891, art. 7º § 1º n. 6, que declaram que os officiaes que forem membros do Congresso Federal, assim como dos Congressos Estaduaes, serão considerados em disponibilidade, podem os medicos e pharmaceuticos, inclusive os adjuntos, exercer, no intervallo das sessões legislativas, as funções de seus respectivos postos.

2.º Si no caso affirmativo de não ser a disponibilidade obrigatoria, mas facultativa, poderão os officiaes que aceitarem funções de seu posto no intervallo das sessões, invocar em seguida, no mesmo intervallo, o direito de escolha entre a disponibilidade e a actividade

veniente que os militares arregimentados ou pertencentes aos corpos especiaes, que forem deputados ou senadores, federaes ou estaduais, por isso que fiam no goso de immuniidades desde que recebem diplomas até a nova eleição, não devem por

temporaria para assim abandonarem, por qualquer pretexto, sempre em prejuizo da disciplina e do serviço, a commissão que pouco antes aceitaram?

3.º Si ainda no caso de não ser obrigatoria a disponibilidade, podem os officiaes membros do Congresso, que desistirem do seu direito á disponibilidade aceitando funcões de seu posto, nos casos de faltas ou de crimes commettidos como militares, invocar em seu favor a disposição do art. 20 da Constituição Federal, com prejuizo da disciplina e até da propria honra do militar.

O consultante é de opinião que os membros do Congresso Federal, uma vez eleitos, ficam inteiramente independentes do Governo e nem podem receber commissões ou empregos remunerados, salvo as excepções consideradas no art. 23 da Constituição, e isso mesmo com licença da respectiva Camara, quando da aceitação resultar privação do exercicio das funcões legislativas, e, nos casos de guerra ou naquelles em que a honra e a integridade da União se acharem empenhadas.

Termina seu juizo com o seguinte conceito:

« A disciplina é uma só, e entre os que se submeterem ao seu regimen não ha e nem pôde haver privilegiados. »

A 3ª secção da Repartição de Adjuntante-General do Exercito, sem pretender doutrinar sobre o facto que precisa ser discutido e resolvido por quem de direito, julga que a opinião do inspector geral do serviço sanitario obedece a um preceito legal que, entretanto, carece de mais ampla orientação para ficar bem claro e definido; assim, sobre o 1º quesito da consulta, julga que os melicos e pharmaceuticos militares e os adjuntos, não podem exercer, no intervallo das sessões legislativas, nenhum cargo inherente aos postos militares, visto que não perdem a qualidade de representantes da Nação, e, como taes podem ser chamados para funcioanarem em sessão extraordinaria da Camara; exceptuando-se, porém, os casos de guerra ou aquelles em que a honra e integridade da União estejam empenhadas.

Quanto ao 2º quesito, julga a mesma secção que, a ser aceita sua opinião, já expunhida no primeiro, não se dará o facto apresentado pelo consultante, unico meio de evitar que a disciplina seja controvertida e interpretada ao sabor de interesses de occasião, desde que o militar, deputado ou senador, seja considerado, no intervallo das sessões, em franca disponibilidade, não podendo, sinão nos casos de guerra, ser nomeado para commissões militares, desapparecerá o facto grave de optarem a seu bel-talante e sempre com prejuizo da disciplina — pela disponibilidade que lhes confere a lei de 30 de dezembro de 1891, isso depois de já haverem no mesmo intervallo aceitado commissões militares.

Quanto ao 3º quesito, julga a mesma secção que, ainda mesmo não sendo obrigatoria a disponibilidade, no caso de haver o interessado della desistido em proveito do exercicio da commissão militar inherente de seu posto, não poderá, em virtude de faltas commettidas no desempenho do dito serviço, ser punido, sem licença da Camara ou Senado, por isso que o art. 20 da Constituição com muita clareza determina: « que os deputados e senadores, desde que tiverem rece-

conveniencia da disciplina e da marcha regular do serviço, exercer cargos nos Ministerios da Guerra e da Marinha enquanto estiverem investidos do seu mandato legislativo, salvo no caso de guerra ou naquelles em que a honra e a integridade da União

bido diploma até a nova eleição, não poderão ser presos nem processados criminalmente, sem licença prévia de sua Camara, salvo caso de flagrancia em crime inafiançavel.» E acrescenta a lei: «Ainda assim, deve o facto ser levado ao conhecimento da Camara para resolver sobre a procedencia da accusação, si o accusado não optar pelo julgamento immediato.»

A referida secção entende mais que a presente consulta deve ser affecta á consideração do Supremo Tribunal Militar, que pôde firmar doutrina sobre o caso vertente, explicando-o de modo tal que não o subordine a sophismas ou má interpretação por parte de quem quer que seja; assim pensa a secção, porque as leis vigentes são em parte omittas a tal respeito, de onde se conclue que muitos outros casos poderão apparecer, si sobre o assumpto não for dada resolução clara e definitiva.

O general ajudante-general do Exercito diz, na informação prestada pela 3ª secção de sua repartição, que: «á vista das prerogativas de que gosam os Srs. senadores e deputados, é inteiramente contraria á disciplina a existencia de officiaes tão privilegiados no serviço do exercito. Em todo o caso os poderes competentes darão decisão sábia á consulta.»

Este tribunal, em parecer de consulta que assignou em 19 de outubro de 1896, por vós mandado ouvil-o, por intermedio do Ministerio da Marinha, em aviso de 12 de agosto do mesmo anno, já teve occasião de manifestar o seu pensamento sobre o assumpto que se prende á presente consulta; de harmonia, pois, com aquelle parecer, o tribunal responde hoje aos quesitos apresentados pelo general inspector geral do serviço sanitario, da seguinte forma:

Ao 1.º Os medicos e pharmaceuticos da Repartição Sanitaria, effectivos e adjuntos, assim como os officiaes combatentes do Exercito e da Armada, membros dos Congressos Federal e Estaduaes, podem, nos intervallos das sessões legislativas, exercer os cargos ou commissões inherentes aos seus postos independentemente de licença das respectivas Camaras, contanto que, dos exercicios desses cargos ou commissões, não resulte privação das funções legislativas, como se conclue do disposto no § 2º do art. 23 da Constituição Federal.

Ao 2.º Determinando a lei n. 26, de 30 de dezembro de 1891, que os officiaes, membros dos Congressos Federal e Estaduaes, sejam considerados em disponibilidade nos intervallos das sessões, é licito a esses officiaes resignar as commissões para as quaes tenham sido nomeados, durante esses intervallos, para continuarem em disponibilidade.

Ao 3.º Á vista do disposto no art. 20 da Constituição, os deputados e senadores, desde que tiverem recebido diploma até a nova eleição, não poderão ser presos, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Camara, salvo caso de flagrancia em crime inafiançavel; e, não fazendo este artigo excepção dos deputados e senadores officiaes do Exercito ou da Armada, que nos intervallos das sessões exercerem cargos ou commissões militares, não poderão elles ser punidos, ainda que por faltas commettidas no serviço, sem prévia licença da sua Camara.

se acham empenhadas, convindo que, nos intervallos das sessões se conservem em disponibilidade, como preceitua a lei de 30 de dezembro de 1891.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

São estas as respostas que o tribunal, baseando-se nos preceitos da nossa Constituição, dá aos quesitos formulados pelo inspector do serviço sanitario do Exército.

Pela simples leitura dellas vê-se quanto a disciplina e a boa marcha do serviço publico podem ser prejudicados com a nomeação de deputados e senadores federaes ou estaduais para cargos militares nos intervallos das sessões.

Para as faltas e delictos attentatorios da disciplina se requer correctivo prompto, desagravo immediato; a punição de taes faltas e delictos incumbe ás autoridades e tribunaes militares, sem mediação nem interferencia estranhas á jurisdicção militar.

As exigencias da disciplina militar não podem, pois, harmonizar-se com as immuniidades parlamentares; ellas são inteiramente incompativeis.

Os militares congressistas devem, portanto, conservar-se fóra da alçada das autoridades superiores militares e afastados do serviço nos intervallos das sessões, como estão enquanto funccionam as respectivas Camaras.

Considerando assim, o Supremo Tribunal Militar é de parecer que, sendo altamente inconveniente que os militares arregimentados ou pertencentes aos corpos especiaes, que forem deputados ou senadores federaes ou estaduais, por isso que ficam no gozo de immuniidades desde que recebem diplomas até nova eleição, não devem, por conveniencia da disciplina e da marcha regular do serviço, exercer cargos nos Ministerios da Guerra e da Marinha enquanto estiverem investidos do seu mandato legislativo, salvo no caso de guerra ou aquelles em que a honra e a integridade da União se achem empenhadas, convindo que, no intervallo das sessões se conservem em disponibilidade como preceitua a lei de 30 de dezembro de 1891.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1898.— *Pereira Pinto.*— *E. Barbosa.*— *R. Galvão.*— *Tadeu Neira.*— *C. Niemeyer.*— *C. Neto.*— *B. Vasques.*— *P. A. de Moura.*— *Mallet.*

Foi voto o Sr. ministro Miranda Reis.

RESOLUÇÃO

Como parece.— 6 de janeiro de 1899.— *CAMPOS SALLES.*— *Mallet.*— *Balthazar.*

N. 2 — PORTARIA DE 19 DE JANEIRO DE 1899.

Declara que pôde o commandante de um districto militar nomear conselho de inquirição em virtude da deprecata do conselho de investigação a que responde um official, embora esteja o mesmo commandante arrolado como testemunha.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1899 — N. 152.

A' Repartição de Ajudante-General — Declare-se ao commandante do 4º districto militar, em resposta ao seu officio n.º 1819, de 31 do mez findo, dirigido a essa Repartição, que não ha inconveniente em ser nomeado pelo mesmo commandante o conselho de inquirição a que se refere, embora esteja elle arrolado como testemunha, visto tratar-se de conselho de inquirição por força de deprecata expedida pelo conselho de investigação a que responde o capitão João Baptista Vellaseo, tanto mais que aquelle conselho não manifestará sua opinião sobre o merito da causa ou sobre qualquer circumstancia, nos termos do disposto no art. 84 do Regulamento Processual Criminal Militar; e bem assim que, quanto ás demais considerações constantes do referido officio, compete á testemunha depor conforme entender e sem quebra da disciplina militar.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 3 — AVISO DE 11 DE FEVEREIRO DE 1899

Declara que o auditor de guerra do districto federal passa a funcionar junto ao Estado Maior do Exercito, e quaes as suas attribuições.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1899 — N. 177.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — O auditor de guerra desta capital consulta em officio n.º 30, de 24 do mez findo, sobre a autoridade perante a qual deverá servir de ora em diante, uma vez que foi posta em execução a lei n.º 403, de 24 de outubro de 1896.

Em solução vos declaro, para os fins convenientes, que, em virtude da citada lei e do regulamento que baixou com o decreto n.º 3189, de 6 de janeiro ultimo, passou o 4º districto militar a ter sua sede nesta capital, ficando sob sua jurisdicção os corpos que estavam sujeitos ao ajudante-general, cujas attribuições,

tendo sido transferidas ao chefe do Estado-Maior do Exército, com excepção das que competem aos commandantes de districto, indicam a necessidade da existencia de um auditor de guerra junto ao mesmo chefe para dirigir e preparar os processos que, por seu intermedio, forem instaurados, como evidentemente se deprehende do espirito e da lettra da referida lei. Ainda mesmo pelas mencionadas attribuições, tendo o chefe do Estado-Maior de fazer nomeação de muitos conselhos, além daquelles a que tiverem de responder os officiaes da repartição a seu cargo, pois que nem todos pertencerão á jurisdicção do commandante do 4º districto, precisará necessariamente de um auditor que não seja o deste districto. A' vista disto, havendo a imprescindivel necessidade de um auditor de guerra junto ao Estado-Maior, necessidade tanto mais crescente quando áquelle funcionario continuará affecto o processo de habilitação ao meio soldo e montepio por ser o dito Estado-Maior incumbido do registro militar do estado civil dos officiaes do Exército, sendo em muitas occasiões ouvido acerca de factos que disserem respeito á justiça militar antes de chegarem á superior instancia, deve o auditor de guerra desta capital ter exercicio junto ao chefe do Estado Maior.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mollet.*

N. 4 — AVISO DE 11 DE FEVEREIRO DE 1899

Declara que os officiaes do Exército não podem dar denuncia ou queixa contra seus superiores perante os conselhos de investigação a que respondam, mas sómente pelo modo prescripto nos arts. 60, 63 e 66 do regulamento processual criminal.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1899.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exército — O major-fiscal do 18º batalhão de infantaria, Alfredo Tavora, consultou a este Ministerio si, quando um commandante de corpo prende e sujeita a conselho de investigação um official por ter praticado graves crimes e quando este, em vez de se defender, accusa áquelle de ter tambem commettido crimes, deve o dito conselho attender a tal accusação e pedir que se nomeiem juizes, na forma do disposto no art. 4º do regulamento processual criminal militar, para tomarem conhecimento desse facto, e si a applicação do art. 6º do dito regulamento só se dá quando do depoimento das testemunhas da accusação resultar criminalidade para o official superior como co-réo do indiciado.

O Sr. Presidente da Republica, tendo ouvido o Supremo Tribunal Militar, resolveu em 10 do corrente, conformando-se com o parecer do mesmo Tribunal, exarado em consulta de 30 do mez

findo¹, que o militar somente pôde proceder judicialmente contra seu superior por queixa ou denuncia, de conformidade com o estabelecido nos arts. 60, 63 e 66 do citado regulamento; e que o dispositivo do art. 6º só se applica quando, reunido um conselho de investigação para formação da culpa do indiciado ou indiciados em facto delictuoso, se reconhecer no andamento do

¹ Sr. Presidente da Republica — Mandastes ouvir a este tribunal, por intermedio do Ministerio da Guerra, em aviso de 14 de dezembro ultimo, sob n. 107, sobre os papeis relativos a consulta que faz o major-fiscal do 18º batalhão de infantaria, Alfredo Tavora, ácerca da verdadeira interpretação a dar-se ao disposto no art. 6º do regulamento processual criminal militar.

São os seguintes os pontos de duvida do major Tavora:

1º, si, quando um commandante prende e sujeita a conselho de investigação um official por ter praticado graves crimes e este official, em vez de defender-se, accusa o commandante de crimes por elle imaginados, e corrobora a accusação com o testemunho de alguns officiaes remissos e transgressores da disciplina, deve o conselho, tomando em consideração taes accusações, pedir a nomeação de juizes na forma do art. 4º para julgar o commandante por accusações graves;

2º, si a applicação do art. 6º só tem logar no caso de que do depoimento das testemunhas de accusação, resulte criminalidade ao official superior, como co-réo do indiciado.

O auditor de guerra desta capital informou a respeito nos seguintes termos:

«As duvidas constantes da consulta formulada pelo major-fiscal do 18º batalhão de infantaria sobre a verdadeira interpretação do art. 6º do regulamento processual criminal militar não prevalecem.

Si esse artigo pudesse ser interpretado de modo a dar logar á hypothese figurada na consulta, teria desaparecido a disciplina militar, e a investigação da verdade por meio dos conselhos de guerra seria um impossivel.

O presidente de um conselho de investigação só suspenderá os seus trabalhos si reconhecer indicios ou criminalidade em algum official de patente superior á dos juizes que compuzerem o dito conselho, afim de que sejam substituidos na forma do art. 4º, si essa criminalidade decorrer do depoimento das testemunhas de accusação, mas nunca por accusações formuladas pelo indiciado, a quem cumpre defender-se. Si o indiciado tiver noticia de algum crime militar praticado pelo seu superior, deverá participar a quem caiba ordenar a formação da culpa nos termos do art. 60 do regulamento citado, ou então formular a sua queixa ou denuncia na forma do art. 63, mas nunca perante o conselho de investigação, que não tem competencia para receber queixas ou denuncias.»

A applicação do dispositivo do art. 6º do regulamento processual criminal militar tem logar somente no caso em que, reunido um conselho de investigação para a formação da culpa de indiciado ou indiciados em algum facto delictuoso, se reconhecer no andamento do processo que sobre um official de patente superior á de um ou mais juizes recaem indicios de criminalidade como co-participante do mesmo facto; torna-se então imprescindivel a substituição desses juizes na forma do disposto no art. 4º, para que possa o summario pro.

processo que sobre um official de patente superior á de um ou mais juizes recahem indícios de criminalidade como participante nesse facto : o que vos declaro para os fins convenientes.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 5 — AVISO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1899

Declara que os officiaes do corpo de estado-maior de 2.^a classe ficam sob o commando do chefe do Estado-Maior do Exército o qual o serviço de que deverão se encarregar.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1899 — N. 298.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército — A' vista do que expondes em officio n. 151, de 17 do corrente, vos declaro que os officiaes do corpo de estado-maior de 2.^a classe devem ficar sob o vosso commando e ser empregados, quando não tiverem commissões, em serviço dessa Repartição, compatíveis com as suas habilitações, visto que pela lei n. 3349, do 20 de outubro de 1887, ficaram aggregados até a extincção do respectivo corpo ao do estado-maior de 1.^a classe, que actualmente constitue o Estado-Maior do Exército.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

seguir em seus termos até o despacho de pronuncia ou não pronuncia de todos os indiciados no mesmo delicto.

A hypothese figurada pelo consultante não póde dar-se.

O militar só póde proceder judicialmente contra seu superior, por queixa ou denuncia, de conformidade com o estabelecido nos arts. 60, 63 e 65 do regulamento processual.

E' quanto o Supremo Tribunal Militar tem a dizer sobre o assumpto, ficando assim dirimidas as duvidas do major do 48.^o batalhão de infantaria o cumprida a vossa ordem.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1899.— *Pereira Pinto.*— *Misanda Reis.*— *E. Baursa.*— *R. Galeão.*— *Tude Neira.*— *C. Niemeyer.*— *C. Neto.*— *F. A. de Moura.*— *J. Thomas Cantuária.*

RESOLUÇÃO

Como parece.— 10 de fevereiro de 1899.— *CAMPOS SALLES.*— *Mallet.*

N. 6 — AVISO DE 8 DE MARÇO DE 1899

Manda pagar aos professores do Collegio Militar demittidos e depois reintegrados os ordenados relativos ao periodo em que estiveram arreadados do magisterio.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 8 de março de 1899 — N. 38.

Sr. Director da Contadoria Geral da Guerra — Tendo o Sr. Presidente da Republica resolvido, em 3 do corrente, conformar-se com o parecer da maioria do Supremo Tribunal Militar, ~~exarado~~ em consulta de 2 de dezembro de 1897¹, sobre os requerimentos em que os professores do Collegio Militar, capitão de fragata Alfredo Augusto de Lima Barros, capitão-tenente João Maximiliano Algernon Sidney Schieffler, major Alexandre Carlos Barreto e 1º tenente da armada Themistocles Nogueira Savio, pedem pagamento de vencimentos referentes ao periodo decorrido da data em que foram demittidos á data em que foram reintegrados, vos declaro que deve-se abonar a esses professores o ordenado inherente aos logares que exercem no dito collegio, correspondente ao periodo em questão, de accordo com o disposto na resolução de 16 de julho de 1897².

Saude e fraternidade — *J. N. de Medeiros Mallet*.

Idêntico ao Collegio Militar.

¹ Sr. Presidente da Republica — Por intermedio do Ministerio da Guerra, em aviso de 1 de outubro ultimo, mandastes a este tribunal, para consultar com o seu parecer, os requerimentos e documentos a elles referentes, nos quaes o capitão de fragata Alfredo Augusto de Lima Barros, o capitão-tenente João Maximiliano Algernon Sidney Schieffler, o major Alexandre Carlos Barreto e o 1º tenente da Armada Themistocles Nogueira Savio, pedem o abono de vencimentos de professores do Collegio Militar relativos aos periodos decorridos da data de suas demissões áquella em que foram reintegrados.

O commando do Collegio Militar, em informação prestada ao general Ministro de Estado da Guerra diz que, tendo este Ministerio communicado, por aviso de 26 de fevereiro de 1894, achar-se detido o peticionario capitão de fragata Lima Barros desde 6 do mesmo mez, por motivos politicos, não foi tirado em folha vencimento algum para o requerente desde 1 do alludido mez até 30 de novembro do anno seguinte.

Demittido o requerente do cargo de professor a 11 de maio de 1894, foi reintegrado por decreto de 25 de novembro do anno seguinte, entrando no exercicio de sua aula, de arithmetica do curso secundario a 2 de dezembro, data em que se começou a tirar-lhe em folha os respectivos honorarios.

Houve, pois, um lapso de tempo, em que o requerente deixou de gozar das vantagens pecuniarias inherentes ao seu cargo vitalicio, lapso de tempo comprehendido em absoluto da data da sua demissão á da sua reintegração no magisterio.

São essas vantagens que o requerente pretende reivindicar por equidade e justiça, não só por não ter o conselho a que respondeu encontrado base para a pena que soffreu, como também por haver sido reintegrado no seu cargo vitalicio.

Effectivamente, continúa o commandante do Collegio Militar, uma vez que o Governo entendeu reintegrar o peticionario, desaggravando-o assim das provações moraes por que passou sem motivo que as determinasse, é razoavel, é logico que o mesmo Governo complete a sua obra de justiça, mandando dar ao supplicante as vantagens pecuniarias que lhe competem como consequencia immediata da sua reintegração, tanto mais quanto existem em casos perfeitamente analogos, em outros Ministerios, aresos reconhecendo o direito que tem o reintegrado de adquirir as vantagens materiaes, de que fôra despojado. O facto de ter o peticionario recebido vantagens pecuniarias inherentes á sua profissão de official de marinha, de modo algum deve servir de embaraço á sua justa pretensão, visto ser perfeitamente legal o exercicio simultaneo de funcções da mesma natureza profissional, segundo a lei n. 42 B, de 2 de junho de 1892.

Informando a petição do capitão-tenente João Maximiliano Algernon Sidney Schieffler que requer pagamento dos vencimentos a que se julga com direito, por ter sido reintegrado no seu cargo de professor, sendo o ordenado a partir de 10 de maio de 1891, em que foi demittido, e as gratificações a contar de 17 de abril do mesmo anno, em que deixaram de lhe ser abonadas por não ter elle podido assumir a regencia das suas aulas por achar-se detido, diz o commandante do Collegio Militar que, achando-se o peticionario no exercicio da sua cadeira, cumulativamente com a regencia da de francez, a 3ª turma do 1º anno do curso secundario, encerrou as suas respectivas aulas a 15 de dezembro de 1893, em virtude do aviso de 13 do mesmo mez, sendo a 28 mandado apresentar por ordem do Ministerio da Guerra ao Quartel General da Marinha, assim de alli prestar serviços, visto estarem encerradas as aulas do collegio.

Mais tarde, a 26 de fevereiro de 1894, foi declarado ao commando do collegio que, por motivos politicos, achava-se detido desde 6 do mesmo mez, até que por decreto de 10 de maio seguinte foi officialmente conhecida a sua demissão do logar de professor.

Reintegrado por decreto de 25 de novembro de 1895, assumiu o peticionario a direcção de sua aula.

Quanto á parte relativa a vencimentos, conclue o commandante do collegio, só a Contadoria Geral da Guerra poderá informar a respeito, attenta a circumstancia de não ter sido o requerente incluído em folha do collegio, desde a data em que se afastou do estabelecimento para prestar serviços ao Ministerio da Marinha.

Sobre o 1º tenente da armada Themistocles Nogueira Savio, informa o commandante do Collegio Militar que esse official, professor desse estabelecimento, foi mandado apresentar ao Quartel-General da Armada, por aviso de 26 de dezembro de 1893; que em 6 de fevereiro de 1894, foi detido por motivos politicos, apresentando-se ao collegio a 3 de abril e a 11 de maio demittido e reintegrado a 24 de novembro de 1895.

No mais, reporta-se á sua informação sobre o capitão de fragata Lima Barros.

Finalmente, o commandante do collegio, informando o requerimento do major Alexandre Carlos Barreto, diz que o peticionario foi demittido do logar de professor a 22 de maio de 1894 e reintegrado como os outros, por decreto de 25 de novembro de 1895, que apresentou-se e reassumiu o exercicio do seu cargo a 3 de março de 1896. Quanto ao direito á percepção de vencimentos, pensa o mesmo commandante que, estando os officiaes do exercito e da armada equiparados por lei em todas as suas vantagens e regalias, e já havendo o Ministerio da Marinha resolvido identica pretensão do capitão-tenente Augusto Guedes de Carvalho, por harmonia de despachos, o requerimento do major Barreto tem todo fundamento e, portanto, o julga no caso de ser deferido.

Em 8 de janeiro de 1896 a 3ª secção da Contadoria Geral da Guerra dá a seguinte informação sobre os requerimentos do capitão de fragata Lima Barros e do 1º tenente Savio : « O 1º tenente Themistocles Nogueira Savio, demittido por decreto de 14 de maio de 1894, esteve em effectivo serviço e recebeu os respectivos vencimentos até a vespera desse dia, tendo anteriormente por despacho no parecer desta secção, de 8 do mesmo mez, havido a gratificação do exercicio, que deixou de receber nos mezes de fevereiro e março anterior, em que esteve detido por motivos politicos ; nenhuma parte dos vencimentos se poderá referir, portanto, a periodo anterior á data da sua demissão.

O capitão de fragata Alfredo Augusto de Lima Barros, demittido por decreto de 12 de maio citado, achando-se preso desde 6 de fevereiro do mesmo anno, por despacho lançado no parecer desta secção, de 13 de fevereiro de 1895, foi pago de todos os vencimentos até 16 de abril de 1894, e do ordenado somente de 17 desse mez até 11 de maio seguinte, vespera do decreto de sua demissão. Foi baseado esse procedimento em que, até 16 de abril, se achavam fechadas as aulas do collegio, e sem exercicio o official poderia receber todos os vencimentos, o que não acontecia a partir de 17, reabertas as aulas ; parte que se poderia referir a periodo anterior á sua demissão, e, portanto, a da gratificação de exercicio de 17 de abril a 11 de maio.

Quanto á pretensão de ambos esses officiaes de haverem os vencimentos do cargo de professor relativos ao periodo decorrido entre os dous actos, demissão e reintegração, cumpre ainda informar que nesse periodo foram os vencimentos dos mesmos professores satisfeitos a outros que os substituiram no desempenho das respectivas funções, empregando-se assim a verba consignada para essa despesa, accrescendo a circumstancia de que os professores do Collegio Militar, que nos termos do respectivo regulamento tem os mesmos direitos e vantagens, de que gosam os seus collegas das escolas militares, de accordo com o art. 289 do regulamento das mesmas escolas, só percebem os seus vencimentos quando em exercicio, e o decreto de 25 de novembro de 1895, revogando os actos de demissão, como parece, deixou de considerar esses actos em vigor, a contar do alludido dia 25 de novembro, e não os tornou nullos, caso em que, suppondo não terem existido, razoavel seria considerar o exercicio ininterrupto. »

Em 10 de fevereiro tambem de 1896 a mesma secção da Contadoria em outra informação sobre os requerimentos do capitão de fragata Lima Barros e 1º tenente Savio diz :

« Ouvida a Directoria Geral dos Negocios da Marinha e a Directoria Geral de Contabilidade da Secretaria de Justiça e Negocios Interiores, a respeito das pretensões do 1º Tenente Themistocles Nogueira Savio e capitão de fragata Alfredo Augusto de Lima Barros, declaram : — a da Marinha : que ha exemplos ali de se haver mandado pagar ao

capitão-tenente Encas Oscar de Faria Ramos e capitão do fragata Francisco Augusto de Paiva Bueno Brandão, demittidos dos logares de professores da Escola Naval a 7 e 11 de maio de 1891, e ultimamente reintegrados nos ditos logares, por exercício findo a importância dos respectivos vencimentos relativos aquelle anno; — a de Justiça e Negocios Interiores: que aos funcionarios reintegrados, ou cujos decretos de demissão foram revogados, tem aquelle Ministerio mandado pagar os vencimentos correspondentes ao periodo em que estiveram privados dos seus cargos, correndo a despeza, quando referente a exercício findo, por conta do respectivo credito do Ministerio da Fazenda, e a relativa a exercício corrente, não havendo sobras na propria verba, pela de —Eventuaes— do mesmo Ministerio da Justiça.

Pelo procedimento daquelles Ministerios, mandando pagar os vencimentos aos professores durante o tempo, em que estiveram privados dos seus cargos, certamente baseado em leis, desaparecerá a questão, que porventura se poderia suscitar, de direito aos requerentes, de haverem tambem os vencimentos de professores nas mesmas condições;

Considerando, portanto, liquido esse direito, pelos aresos existentes, resta considerar-se si pelo Ministerio da Guerra podem os requerentes e todos os outros officiaes nas mesmas condições entrar desde já no gozo dos alludidos vencimentos.

Divide-se em duas partes a despeza a fazer-se, uma relativa a 1891, que pertence a exercício já encerrado, outra relativa ao anno findo, pertencente ao exercício ainda aberto, que poderia ser satisfeita, si houvessem sobras na verba, parágrafo 5º — Instrução militar.

Esta verba, porém, achá-se esgotada e o recurso, de que se serve, neste caso, o Ministerio da Justiça, do soccorrer-se das —Eventuaes—, não poderá ter effeito: 1º, porque esta verba não tem applicação ás despesas previstas nas outras verbas do orçamento; 2º, porque a faculdade concedida pelo art. 13 da lei n. 1177, de 9 de setembro de 1862, de transportar sobras de uma para outras verbas do artigo, foi abolida pelo art. 25 da lei n. 2792, de 20 de outubro de 1897.»

Na informação acima transcripta está lançado o seguinte despacho firmado pelo Ministro da Guerra em 11 de fevereiro de 1896: *Em vista do procedimento dos Ministerios do Interior e da Marinha, pusem-se titulos de divida aos requerentes.*

Uma nota da Secretaria da Guerra appensa á mesma informação diz que os reclamantes não estão em condições identicas aos professores do Ministerio da Justiça, cujas demissões foram revogadas; aquelles, embora demittidos de professores, continuaram a perceber vencimentos pelo exercício de funções outras, correspondentes aos seus postos; ao passo que os outros certamente nenhum vencimento mais houveram pelos cofres federaes até serem reintegrados. Si, porém, o modo de proceder do Ministerio da Justiça for posto em pratica pelo Ministerio da Guerra, parece que aos peticionarios se deverá pagar a differença entre os vencimentos de professor e os que tiveram no exercício de outras funções, durante o periodo decorrido do acto da demissão ao da reintegração, caso não sejam superiores os segundos. Ainda a 3ª secção da Contadoria da Guerra diz o seguinte em 12 de setembro de 1896: « Das informações prestadas pelo Ministerio da Marinha, em virtude do aviso do da Guerra de 25 de fevereiro ultimo, chega-se ao conhecimento de que o capitão do fragata Alfredo Augusto de Lima Barros, capitão-tenente João Maximiliano Algermon Sidney Schieffler e 1º tenente Themistocles Nogueira Savio, durante o periodo em que estiveram privados do exercício das suas funções do magisterio no Collegio Militar, overgeram naquello Ministerio

diversos cargos, cuja remuneração importou em somma muito mais elevada do que si estivessem no effectivo exercicio de professores do referido collegio, exercicio esse que, de accordo com a lei n. 42, de 2 de junho de 1892, seria incompativel com o daquelles cargos no Ministerio da Marinha.

Parece, pois, que aos mencionados officiaes não se poderá satisfazer o pagamento que solicitam.

Esta informação teve, a 1 de outubro de 1896, o seguinte despacho, firmado pelo Ministerio da Guerra: *Em vista das informações não ha que deferir.*

Em 28 de maio ultimo a mesma secção da Contadoria da Guerra, informando novo requerimento do capitão de fragata Lima Barros bem como do 1º tenente Savio, reproduz o que dissera nas informações já transcriptas e termina dizendo que tem sido sempre observado o despacho de 14 de fevereiro de 1896 aos funcionarios deste Ministerio, em condições identicas, abonando-se somente a differença de vencimentos entre aquelles a que teriam direito, si em effectivo serviço, e os que passaram a receber no exercicio de comissões diversas, que não poderiam accumular com o exercicio das funções do magisterio, nos termos da lei reguladora das accumulações, nesse sentido, expedindo-se diversos avisos à Alfandega do Porto Alegre quanto aos professores da Escola Militar naquella Capital.

Por essa informação vê-se que a Contadoria da Guerra tomou como despacho do Ministerio da Guerra, não o que está lançado na informação de 10 de fevereiro de 1896 e assignado por esta autoridade, mas a nota, sem assignatura, appensa à mesma informação, e que nesta consulta está transcripta.

Informando o requerimento do major Alexandre Carlos Barreto, diz a Contadoria Geral da Guerra (3ª secção) que, de accordo com as ordens observadas nos processos da despeza resultante do pagamento de vencimentos aos lentes e professores reintegrados no exercicio de suas funções, ao mesmo major competiria o abono dos vencimentos do professor durante o tempo em que esteve demittido, deduzida da importancia desses vencimentos a da remuneração de cargos exercidos por elle no mesmo periodo, e que feito esse jogo de contas não lhe caberia differença alguma de vencimentos, pois no periodo intermedio da exoneração e reintegração esteve elle no exercicio de cargos que não poderia, de accordo com a lei, accumular, como o de official á disposição do Quartel-General, commandante da fortaleza de Ville-gaignon, ajudante da Escola Militar e commandante do corpo de alumnos, cujos vencimentos importaram em somma superior ás vantagens pecuniarias que lhe competiriam como professor do Collegio Militar.

Referindo-se á allegação do requerente de ter sido despachada favoravelmente uma petição do capitão-tenente Augusto Guedes de Carvalho, professor da Escola Naval, deixa ver que não acha paridade entre o caso do capitão-tenente Carvalho e o do requerente, porque os trabalhos da Escola Naval foram suspensos e os respectivos lentes e professores passaram a prestar serviços da sua profissão e o Collegio Militar continuou a funcionar regularmente; parece á secção que o procedimento que se teve para com esse capitão-tenente não constitue regra geral na Marinha, pois que, enquanto a elle se abona somente o ordenado, a outros como o capitão de fragata Bruno Brandão, e capitão-tenente Faria Ramos, são abonados vencimentos completos do professor.

De um officio dirigido pelo Quartel-General ao Sr. Ministro da Marinha consta:

Que o capitão de fragata Alfredo Augusto de Lima Barros, durante o período comprehendido entre a data em que foi demittido de professor do Collegio Militar até a de sua reintegração, desempenhou as seguintes comissões: addito ao Quartel-General, embarcou no aviso *Trinidade* em 7 de novembro de 1894 e desembarcou por ter sido nomeado redactor da *Revista Maritima*, e sendo a seu pedido exonerado em 14 de julho de 1895, ficou de novo addito á mesma repartição;

Que o capitão-tenente Schieffler achava-se preso e respondendo a conselho de guerra em 8 de fevereiro de 1895, sendo absolvido em 23 de março, apresentou-se em 13 de abril ao Quartel-General e ficou addito. Nomeado a 3 de abril para o lugar de ajudante da Repartição da Carta Maritima, foi em 27 de dezembro do mesmo anno desligado da dita repartição, por ter sido por decreto de 25 de novembro reintegrado no lugar de professor;

Que o 1º tenente Savio auxiliava o serviço da Capitania do porto desta capital, quando foi nomeado em 17 de dezembro de 1894 ajudante da Repartição da Carta Maritima; passou a 27 de janeiro de 1895 a exercer o cargo de secretario e ajudante de ordens do chefe da mesma repartição, da qual foi desligado em 27 de dezembro do mesmo anno por ter sido reintegrado como professor.

De outro officio dirigido pela Contadoria da Marinha ao respectivo Ministerio consta:

Que o capitão de fragata Lima Barros, durante o periodo de 12 de maio de 1894 até 24 de novembro de 1895 recebeu, além do soldo, gratificação, etapa e quantitativo para criado, quando exerceu os logares de redactor da *Revista Maritima* e de addito ao Quartel-General, a importancia de 7:003\$853;

Que o capitão-tenente Schieffler, desde 11 de maio de 1894, data em que foi exonerado de professor do Collegio Militar até a vespéra da sua reintegração, recebeu, além do soldo, a importancia de 8:609\$867, como addito ao Quartel-General e ajudante da Repartição da Carta Maritima;

Que o 1º tenente Savio, no mesmo periodo, recebeu, além do soldo, a gratificação e mais vantagens na importancia de 7:858\$710 por ter exercido os logares de ajudante da Repartição da Carta Maritima e de ajudante de ordens da mesma repartição.

O Supremo Tribunal, tendo estudado acuradamente os documentos que lhe foram presentes e verificando que o capitão de fragata Alfredo Augusto de Lima Barros, capitão-tenente João Maximiliano Algernon Sidney Schieffler, major Alexandre Carlos Barreto e o 1º tenente da armada Themistocles Nogueira Savio estão em condições identicas ás do capitão-tenente Augusto Guedes de Carvalho, que foi demittido do cargo de professor da Escola Naval, como elles o foram dos logares que exerciam no corpo docente do Collegio Militar e, como elles, obteve reintegração do cargo, é de parecer que, de conformidade com a resolução de 16 de julho ultimo, tomada sobre consulta deste tribunal de 5 de outubro de 1896, se abone a esses officiaes o ordenado dos respectivos cargos, correspondente ao periodo decorrido desde as datas das suas demissões até a em que foram reintegrados.

Os ministros Bernardino Vasques, Jacques e Moura:

Considerando que do facto das demissões não resultou aos reclamantes prejuizo pecuniario, porquanto desde as datas das exonerações até a da reintegração receberam dos cofres federaes vencimentos superiores aos que lhes caberiam si estivessem na regencia das suas aulas;

Considerando que as funções por elles desempenhadas durante esse

N. 7 — AVISO DE 1 DE ABRIL DE 1899

Declara que a idade fixada para a matricula nas escolas do Exercito é sómente para os que iniciam os estudos.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 1 de abril de 1899 — N. 145.

Sr. Commandante da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo — Declaro-vos que o soldado do 2º regimento de artilharia Horacio Soares, a quem por aviso de 20 do mez findo se concedeu licença para ali se matricular, deve ser admittido nessa escola, independentemente de idade, por isso que se trata de continuação de estudos e não de nova matricula.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

periodo não são da natureza daquellas, cujo exercicio simultaneo com o de professor deixa de ser considerado accumulção de cargos differentes para a applicação do art. 73 da Constituição, como dispõe a lei n. 42 B, de 2 de junho de 1892;

Considerando que, em virtude do art. 229, do regulamento das escolas militares, os lentes, substitutos e professores só percebem vencimentos quando em exercicio e os membros do magisterio do Collegio Militar nos termos do respectivo regulamento tem os mesmos direitos e vantagens de que gozam aquelles lentes, substitutos e professores;

Considerando que os membros do magisterio das Escolas Militares e do Collegio Militar, actualmente afastados da regencia das suas cadeiras ou aulas, por estarem em exercicio de outras funcções no Ministerio da Guerra, ou em outros, nenhum vencimento, nem gratificação, nem ordenado recebem pelos seus cargos vitalicios, em obediencia ao citado art. 229;

Considerando que os reclamantes não estão nas condições dos docentes dos institutos a cargo do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores que, emquanto fora da regencia das suas cadeiras, não recebem vencimento algum dos cofres da União;

Considerando, finalmente, que não estão tambem no caso do capitão-tenente Augusto Guelles de Carvalho, lente substituto da Escola Naval, porque tendo sido suspensos os trabalhos desta escola, em consequencia da revolta, os membros do magisterio continuaram com direito a percepção do respectivo ordenado, e o Collegio Militar funcioneu regularmente;

São do parecer que a nenhuma indemnização pecuniaria tem direito os requerentes por terem estado privados do exercicio de professores do Collegio Militar desde as datas das suas demissões até a da reintegração; devendo, entretanto, ser-lhes computado esse periodo para a aposentadoria.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1897. — *Pereira Pinto.* — *Miranda Reis.* — *E. Barbosa.* — *Tude Neiva.* — *Ourique Jacques.* — *B. Vasques.* — *C. Neto.* — *F. A. de Moura.* Foi voto o Sr. ministro Ruffno Galvão.

RESOLUÇÃO

Como parece á maioria. — 3 de março de 1899. — *CAMPOS SALLES.* — *Mallet.*

² V. sentença do Supremo Tribunal Federal de 4 de janeiro de 1899 (*Diario Official* de 14 de julho) sobre a reclamação do Dr. Hilario de Gouvêa, lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

N. 8 — AVISO DE 4 DE ABRIL DE 1899

Declara que aos fornecimentos annunciados pelo conselho de compras da Intendencia da Guerra podem concorrer os donos de fabricas e estabelecimentos de objectos produzidos ou manufacturados no paiz.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 4 de abril de 1896 — N. 74.

Sr. Intendente Geral da Guerra — Em resposta ao vosso officio n. 461, de 3 do corrente, vcs declaro que aos fornecimentos annunciados pelo conselho de compras podem concorrer os individuos donos de fabricas e estabelecimentos de objectos produzidos ou manufacturados no paiz, embora não tenham a qualidade de negociantes matriculados e importadores, de accordo com o disposto nos avisos de 5 de maio de 1873 e 4 de fevereiro de 1874, e bem assim que a disposição do § 2º do art. 63 do regulamento dessa Intendencia deve ser considerada como uma condição geral de ser a casa concorrente importadora sem especificação restrictiva.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 9 — AVISO DE 11 DE ABRIL DE 1899

Reduz a dous os quatro logares de officinas de pharmacia do Hospital Central do Exercito e eleva a 160\$ o vencimento inherente a cada um dos ditos logares.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 11 de abril de 1899 — N. 12.

Sr. Director Geral de Saude — Declaro-vos que, em vista das razões que apresentaes em officio n. 227, de 15 do mez findo, ficam reduzidos a dous os quatro logares de officinas de pharmacia do Hospital Central do Exercito, de que trata o paragrapho unico do art. 75 do regulamento que baixou com o decreto n. 3220, de 7 do dito mez, e elevado de 80\$ a 160\$ o vencimento inherente a cada um daquelles logares, comtanto que não haja de futuro reclamação sobre falta de pratico.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 10 — AVISO DE 13 DE ABRIL DE 1899¹

Declara que os lentes militares das escolas do Exército, em disponibilidade por serem membros dos Congressos Estaduaes ou Federal, tem direito aos respectivos ordenados no intervalo das sessões.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 13 de abril de 1899 — N. 46.

Sr. Director da Contadoria Geral da Guerra — Declaro-vos que ao 1º tenente, medico de 4ª classe da Armada, Dr. João Frederico de Almeida Fagundes, lente cathedratice da Escola Militar do Brazil, compete o ordenado inherente a este logar desde 27 de janeiro ultimo, em que passou a ser considerado em disponibilidade em virtude da resolução de 6 do dito mez, tomada sobre consulta do Supreme Tribunal Militar, de 31 de outubro anterior.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 11 — AVISO DE 17 DE ABRIL DE 1899

Confere provisoriamente aos commandantes de corpos isolados, estacionados em logares distantes das sédes dos districtos militares, as attribuições consignadas nos §§ 1 a 5 do art. 14 do regulamento para os commandos dos districtos militares.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 17 de abril de 1899 — N. 741.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército — Em solução ao officio que, sob n. 156, dirigiu ao commandante do 4º districto militar, em 26 de janeiro ultimo, o commandante do 28º batalhão de infantaria, sobre o restabelecimento do commando da guarnição de S. João d'El-Rey, vos declaro, para os devidos effeitos, que, sem crear novas guarnições ou restabelecer as que foram extintas, fica, como medida provisoria, conferido aos commandantes de corpos isolados, estacionados em pontos distantes das sédes dos respectivos districtos militares, o exercicio das funções ou attribuições consignadas nos §§ 1 a 5, do art. 14 do regulamento approvado pelo decreto n. 3199, de 19 de janeiro de 1891, para maior facilidade do serviço, principalmente no que diz respeito a concurrencia para os generos alimenticios das praças, inclusive dietas e forragens para os animaes, até que o Governo trate da concentração das forças do Exército em determinada localidade.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

¹ V. aviso n. 26, de 8 de julho.

N. 12 — AVISO DE 21 DE ABRIL DE 1899

Declara que os exames feitos na Escola Polytechnica da Bahia devem ser acceptos nas escolas do Exercito.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 24 de abril de 1899 — N. 783.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Tendo o commandante do 3º districto militar consultado, em officio n. 1887, de 20 do mez findo, si devem ser acceptos nas Escolas Preparatorias e de Tactica os certificados dos exames de mathematica prestados na Escola Polytechnica da Bahia, como o são os de taes exames feitos nas Escolas Polytechnica, Naval e do Minas da cidade de Ouro Preto, vos declaro, para os fins convenientes, que, por decreto n. 2893, de 9 de maio de 1898, foram concedidos à Escola Polytechnica da Bahia os privilegios e garantias de que goza a Escola Federal congenere, segundo communica o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores em aviso n. 814, de 17 do corrente.

Saude e fraternidade. — J. N. de Medeiros Mallet.

N. 13 — AVISO DE 15 DE MAIO DE 1899

Declara que os capitães de artilharia que tiverem o curso das tres armas pelo regulamento de 12 de abril de 1890, mas não possuirem o curso tecnico, não podem ser transferidos para o estado-maior da arma.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 15 de maio de 1899 — N. 874.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Declaro-vos, para os fins convenientes e em solução á consulta feita pelo 1º tenente do 6º batalhão de artilharia Benicio Felippe de Souza, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar de 10 de abril findo, ¹ resolveu em

¹ Sr. Presidente da Republica — Mandastes remetter por aviso do Ministerio da Guerra, de 24 de janeiro do corrente anno, a este Supremo Tribunal Militar, os papeis juntos, para emittir parecer sobre a seguinte consulta que fez o 1º tenente do 6º batalhão de artilharia Benicio Felippe de Souza: Si tendo um capitão de artilharia o curso das tres armas pelo regulamento de 12 de abril de 1890, está impossibilitado de ser transferido para o estado-maior de artilharia, caso não possua o curso tecnico desta arma.

O coronel commandante do 6º batalhão de artilharia achou procedente a consulta do peticionario.

O general chefe da extincta Repartição de Ajudante General concordou com a opinião do chefe da 3ª secção da mesma repartição e com a do general commandante da Escola Militar do Brazil, expri-

12 do corrente que os capitães de artilharia que tiverem o curso das tres armas pelo regulamento de 12 de abril de 1890, mas não possuirem o curso tecnico, não poderão ser transferidos para o estado-maior dessa arma.

Saude e fraternidade.—*J. N. de Medeiros Mallet.*

mindo-se nos seguintes termos: «Trata-se de definir a situação de um official de artilharia com o curso das tres armas pelo regulamento de 1890, que porventura seja candidato á transferencia para o estado-maior da arma. Ouvindo a respeito o Sr. general commandante da Escola Militar do Brazil, opina elle com a 3ª secção desta repartição negando o direito a essa transferencia pelo facto de não se estudar naquelle curso materias essenciaes ao preparo do official para o desempenho das commissões proprias dos officiaes do estado-maior de artilharia, e sim no curso tecnico, complemento daquelles.

De accordo com taes informações, sujeito-as á consideração de S. Ex. o Sr. Ministro para com seu despacho firmar regra a respeito.»

Uma nota do Ministerio da Guerra, sem assignatura, que acompanhou os papeis, diz :

«E' logico o que se acha acima exposto e o que dizem as informações, mas, a lei não faz a distincção referida, quer na vigencia do regulamento de 1890, quer na do actual de 1895. O art. 6º da lei de 30 de janeiro de 1892 e seus paragraphos, só exigia que o official, para ser transferido para o estado-maior de artilharia, tivesse um anno de effectivo serviço nos batalhões ou regimentos de sua arma e no posto em que se achasse, devendo aquelles que estivessem no dito estado-maior ser promovidos para os batalhões ou regimentos, afim de ficar logo satisfeita aquella exigencia de serviço arregimentado. O art. 14 da lei n. 403, de 24 de outubro de 1895, determina que os *officiaes de artilharia servirão* indistinctamente no estado-maior da arma ou arregimentados, ficando revogado o art. 6º e seus paragraphos da lei n. 39 A, de 30 de janeiro de 1892. Note-se que a lei de 1896 foi promulgada na vigencia do regulamento de 1890, onde se distingue o curso das tres armas e o curso tecnico de artilharia, sem que disso proviesse obice algum para a passagem para o estado-maior de artilharia para aquelles que só tivessem o curso das tres armas.

E' logico que se faça a distincção e se attenda á especialidade dos assumptos que mais propriamente devem ser confiados aos officiaes do estado-maior de artilharia.»

E terminou da seguinte maneira :

«Trata-se, pois, de interpretação da lei em assumpto em que ella é omissa, convindo, por isso, consultar-se o Supremo Tribunal Militar.»

O chefe da secção nada disse a respeito da consulta, julgando conveniente ouvir-se este tribunal, e o director da Secretaria da Guerra limitou-se a pôr o visto.

A citada nota desenvolveu bem a questão, julgando que os officiaes de artilharia com o curso das tres armas não estão habilitados á transferencia para o estado-maior da arma, mas podem habilitar-se fazendo exames vagos, conforme faculta o regulamento vigente no art. 122.

O curso tecnico, complemento das tres armas, como bem disse o general chefe da extincta repartição de Ajudante General, é o que

N. 14 — AVISO DE 15 DE MAIO DE 1899

Supprime os logares de commandante e ajudante da fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção no Estado do Ceará.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 15 de maio de 1899 — N. 867.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Em solução ao officio que vos dirigiu o commandante do 2º districto militar em 22 de abril findo, sob n. 424, vos declaro, para que o façaes constar áquelle commandante, que devem ser supprimidos os logares de commandante e de ajudante da fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção, no Estado do Ceará, ficando apenas um official encarregado da mesma fortaleza, como se acha estabelecido nas demais fortalezas.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 15 — AVISO DE 16 DE MAIO DE 1899

Declara que os officiaes excedentes dos quadros, com os requisitos exigidos pela lei que regula as promoções, devem ser promovidos por estudos quando não houver officiaes dos ditos quadros que satisfaçam taes requisitos.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 16 de maio de 1899 — N. 876.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Tendo o alferes do 1º regimento de cavallaria Emygdio Ribeiro de Araujo consultado si, dado o caso de concluirem os officiaes do primeiro posto excedentes dos quadros o curso de suas armas, devem ser promovidos por estudos ou aguardar a effectividade nos ditos quadros, o Sr. Presidente da Republica, conformando-se como parecer do Supremo Tribunal Militar exarado em consulta de 1

habilitava o capitão de artilharia a ser transferido para o estado-maior da mesma arma.

A' vista do exposto, é o Supremo Tribunal Militar de parecer:

Que os officiaes que tiverem o curso das tres armas sem o respectivo curso tecnico pelo regulamento de 12 de abril de 1890, não podem ser transferidos para o estado-maior de artilharia; assim pousa este tribunal, vós, porém, fareis o que julgardes mais acertado.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1899. — *Pereira Pinto.* — *E. Barbosa.* — *R. Galvão.* — *Tude Neira.* — *B. Vasquez.* — *João Thomaz Cantuaria.* — Foi voto o Sr. ministro Moura.

RESOLUÇÃO

Como parece. — 12 de maio de 1899. — *CA MPOS SALLES.* — *Mallet.*

deste mez, ¹ resolveu em 12 tambem deste mez que os officiaes excedentes dos quadros com o curso da arma e os requisitos exigidos pela lei que regula as promoções, devem ser promovidos por estudos, quando não houver officiaes dos ditos quadros que satisfaçam taes requisitos, pois não só não ha disposição que exclua aquelles de concorrerem com estes para a promoção, mas ainda estão elles em condições identicas ás dos officiaes que por outros motivos que não os de inspecção de saude são aggregados aos corpos do exercito, o que vos declaro para os fins convenientes.

Saude e fraternidade.—*J. N. de Medeiros Mallet.*

¹ Sr. Presidente da Republica — Mandastes, por aviso do Ministerio da Guerra, de 9 de dezembro do anno proximo findo, remetter a este tribunal para consultar com parecer o incluso requerimento e mais papeis em que o alferes do 1º regimento de cavallaria Emygdio Ribeiro de Araujo pede se declare si os officiaes excedentes dos respectivos quadros devem ser promovidos por estudos, não havendo outros a elle pertencentes que satisfaçam tal requisito.

A 3ª secção da Repartição de Ajudante General, informando sobre o assumpto, diz que, si bem não tenha a lei cogitado desse facto tratando especialmente sobre sua legitima doutrina, parece, entretanto, que o raciocinio e a boa logica indicam o caminho a seguir, si é facto que o Governo attendendo a serviços de guerra já promoveu alguns officiaes excedentes do quadro, torna-se intuitivo que outros, embora tambem excedentes do quadro e habilitados com o respectivo curso, a menos que não estejam comprehendidos em algumas das disposições privativas do regulamento de 31 de março de 1851, possam ter promoção ao posto immediato.

Entretanto, sendo o facto previsto na consulta totalmente baldo de orientação segura, julga a secção de boa orientação, si o Governo entender conveniente, seja elle apresentado á consideração do Supremo Tribunal Militar, para dar parecer, definindo o assumpto.

O ajudante general do exercito diz que, achando-se os officiaes excedentes dos quadros e a que se refere a consulta, em perfeita identidade de condições com os que por outros motivos, que não são os de inspecção de saude, ficam aggregados aos respectivos corpos, devem concorrer para a promoção em plena conformidade com o que se acha estabelecido em lei, quanto aos principios de antiguidade e estudos.

Este tribunal, tendo estudado com a maxima attenção a questão ora sujeita á sua apreciação e não encontrando disposição alguma que exclua os officiaes excedentes dos respectivos quadros de concorrerem com seus camaradas do quadro para a promoção e julgando-os em perfeita identidade de condições com os officiaes que por outros motivos, que não os de inspecção de saude, são aggregados aos corpos do exercito, é de parecer que os officiaes excedentes dos respectivos quadros, que tiverem o curso da arma e os requisitos exigidos pela lei que regula as promoções no exercito, devem ser promovidos por estudos, quando não houver outro official do quadro que satisfaça tal requisito.

Rio de Janeiro, 1 de maio de 1899. — *Pereira Pinto.* — *E. Barbosa.* — *R. Galvão.* — *Tudo Neira.* — *C. Neto.* — *B. Vasques.* — *F. A. de Moura.* Foi voto o Sr. ministro Cantuaria.

RESOLUÇÃO

Como parece.— 12 de maio de 1899. — *CAMPOS SALLES.* — *Mallet.*

N. 16 — AVISO DE 29 DE MAIO DE 1899

Declara que compete ao commandante do 4º districto militar remetter á Contadoria da Guerra as bases para fixação do valor da etapa para as praças da guarnição.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 29 de maio de 1899 — N. 961.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Communico-vos que nesta data expeço aviso ao intendente geral da Guerra declarando, em solução ao seu officio n. 871, de 27 do corrente, que cabe ao commandante do 4º districto militar, de accordo com a primeira parte do art. 11 do regulamento approved pelo decreto n. 2213, de 9 de janeiro de 1896, remetter directamente á Contadoria Geral da Guerra os preços das propostas mais vantajosas dos dous ultimos semestres das diversas guarnições de sua jurisdicção, e bem assim os preços correntes nos mercados das mesmas guarnições, dous mezes antes de terminado o semestre, afim de que aquella repartição proceda ao calculo para determinação dos valores das etapas no semestre seguinte, visto ter sido extincta a Repartição de Quartel-Mestre General, que pela ultima parte do referido artigo era incumbida de tal serviço.

Saude e fraternidade — *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 17 — PORTARIA DE 30 DE MAIO DE 1899

Declara que os medicos e pharmaceuticos adjuntos do Exercito, quando tiverem necessidade de mudar de localidade por estarem atacados de beri-beri, não teem direito a transporte por conta dos cofres publicos.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 30 de maio de 1899 — N. 4.

O Sr. Presidente da Republica manda, por esta Secretaria de Estado, declarar ao delegado fiscal do Thesouro Federal no Maranhão, em confirmação ao telegramma de hoje datado, que os medicos e pharmaceuticos adjuntos do exercito, quando tiverem necessidade de mudar de localidade por estarem atacados de beri-beri, não teem direito a transporte por conta dos cofres publicos nos termos das disposições vigentes, devendo este ser sómente dado aos officiaes e praças e suas familias, respeitada a doutrina do aviso de 11 de maio de 1892, dirigido ao ajudante-general e publicado na ordem do dia n. 329, daquelle anno. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 18 — PORTARIA DE 6 DE JUNHO DE 1899

Declara como deve ser feito o ajustamento de contas dos officiaes que forem desligados das guarnições em que estiverem servindo.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 6 de junho de 1899 — N. 5.

O Sr. Presidente da Republica manda, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Sr. delegado fiscal do Thesouro Federal na Parahyba do Norte, em solução ao seu officio n.º 4, de 27 de abril ultimo, que com relação ao ajustamento de contas com os officiaes do exercito desligados da guarnição do dito Estado deve-se proceder da seguinte forma : aos que forem desligados a contar de 16 de cada mez em diante se abonarão a ajuda de custo a que tiverem direito de accordo com a lei, o soldo por adeantamento e vantagens até a vespera do dia em que se fizer tal ajustamento, e aos desligados de 1 a 15, somente ajuda de custo, observando-se a ordem deste Ministerio do se realizar o ajustamento de contas dous dias antes do marcado para a partida dos officiaes. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 19 — CIRCULAR DE 6 DE JUNHO DE 1899

Declara que nas contas de despesa cumpre mencionar si existe ou não contracto, e no caso affirmativo a data do respectivo termo, do qual se deverá remetter cópia á Contadoria da Guerra.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 6 de junho de 1899 — Circular.

Sr. Intendente Geral da Guerra — Para satisfazer as exigencias do Tribunal de Contas, convem que essa Intendencia remetta á Contadoria Geral da Guerra, em duas vias, cópia dos contractos em vigor e dos que forem de futuro celebrados, afim de evitar que as contas das despesas resultantes deixem de ser pagas pelo Ministerio da Fazenda, e bem assim que os contractos mencionem o exercicio financeiro em que vigoram, sendo que a sua duração não póde exceder de 31 de dezembro do anno civil, declarando-se em todas as contas das despesas si teem ou não contracto, e no caso affirmativo, a data do respectivo termo, o que vos declaro para os devidos effeitos.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 20 — AVISO DE 17 DE JUNHO DE 1899

Declara o modo de preencher o terço das vagas dos postos de capitães e tenentes das armas de cavallaria e infantaria quando não houver officiaes habilitados com o respectivo curso.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 17 de junho de 1899
— N. 1070.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Declaro-vos que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 12 do corrente¹ sobre o requerimento em que o alferes do 7º batalhão

¹ Sr. Presidente da Republica — Por intermedio do Ministerio dos Negocios da Guerra, em aviso de 16 de maio ultimo, mandastes a este tribunal, para consultar com seu parecer, o requerimento e papeis a elle referentes, no qual o alferes do 7º batalhão de infantaria João Alvares de Azevedo Costa, allegando ter concluido o curso das tres armas na Escola Militar do Brazil, pede ser promovido ao posto de tenente, ficando aggregados os subalternos que foram promovidos por antiguidade nas vagas por estudos desde 8 de agosto de 1895, e occupando o requerente o logar que lhe compete no quadro dos tenentes no Almanak do Ministerio da Guerra.

A 4ª secção do Estado-Maior do Exercito, depois de dar o transumpto do requerimento do alferes Azevedo Costa e de transcrever os topicos da lei n. 553, de 6 de setembro de 1850, e do decreto n. 1351, de 7 de fevereiro de 1891, relativos ao preenchimento das vagas de capitães e tenentes nas armas de artilharia, cavallaria e infantaria, diz :

« Em face destas disposições a que o requerente deu todo o desenvolvimento para fundamentar com precisão a sua reclamação, nota-se que a lei actual para promoções presuppõe que sempre haja officiaes com o curso das armas para preenchimento das vagas no terço por estudos.

Succedeu, porém, que em consequencia das revoltas que se deram, e assim tambem do augmento dos corpos do exercito em 1894, abriu-se grande numero de vagas, para as quaes foram rareando os officiaes com o curso da arma até que deixaram de existir, principalmente nos postos de alferes de cavallaria e infantaria.

Em taes condições foram no terço, por estudos, contemplados officiaes sem o curso da arma, resultando, como demonstram o quadro e as relações annexas, que desde 7 de fevereiro de 1891 até hoje, 13 de abril ultimo, 31 vagas de tenentes, pertencentes ao dito terço, sendo 11 de cavallaria e 20 de infantaria, foram occupadas por officiaes que não tinham aquelle curso.

Presentemente não existe vaga a ser preenchida pelo requerente, e, como, attendida a sua reclamação, terão de ficar aggregados 31 officiaes para serem as suas vagas preenchidas pelos que tenham estudos, é a secção do parecer que a semelhante respeito seja ouvido o Supremo Tribunal Militar, si assim for julgado necessario. »

O general de divisão chefe do estado-maior, diz tambem ser conveniente ouvir este tribunal.

O Supremo Tribunal Militar, tendo estudado com a devida attenção o assumpto da presente consulta, entende que o paragrapho unico do

de infantaria João Alvares de Azevedo Costa, que concluiu o curso das tres armas na Escola Militar do Brazil, pediu ser promovido ao posto de tenente, ficando aggregados os subalternos

art. 5º do decreto de 7 de fevereiro de 1891 não reserva taxativamente ao principio de estudos o preenchimento do terço das vagas dos postos de capitães e tenentes nas armas de infantaria e cavallaria.

No citado art. 5º estabeleceram o legislador o criterio para as promoções a esses postos, exigindo como condição imprescindivel para o accesso o curso da arma.

Em seguida, porém, querendo attender aos officiaes promovidos aos 1º e 2º postos sem o requisito de estudos, estatuiu uma excepção em favor delles, tão vantajosa que em poucos annos, correndo as cousas regularmente, não haverá mais officiaes sem curso naquelles postos, tal a porcentagem de dous terços para a antiguidade e um terço para estudos.

Accresce que esse terço, dada a falta de candidatos para a promoção por estudos, tem de ser preenchido por antiguidade *ex-vi* da redacção do paragrapho unico do citado art. 5º, que assim está redigido: «Enquanto existirem nas armas de infantaria e cavallaria alferes e tenentes sem o respectivo curso, o preenchimento de dous terços das vagas que se derem naquelles postos *continuará* a ser feito por antiguidade e o outro terço pelos subalternos que *tiverem* o competente curso das armas.»

Ora, o emprego do verbo continuar indica que o legislador quiz que se proseguisse, que não se interrompesse o *modus faciendi* até então em vigor, e este é regulado pela legislação anterior ao decreto de 7 de fevereiro de 1891. Vejamos, portanto, o que se praticava então, para applicar ao caso agora sujeito ao exame deste tribunal.

O regulamento de 31 de março de 1851, expedido para execução da lei n. 585, de 6 de setembro de 1850, vigorou para todos os effectos até a expedição do citado decreto de 7 de fevereiro de 1891.

Dispunha elle no art. 7º: «Serão promovidos aos postos de tenentes ou primeiros tenentes, havendo vagas, os alferes ou segundos tenentes mais antigos que tiverem *concluido* o curso de estudos de seu respectivo corpo ou arma o que, além disto, contarem, pelo menos, dous annos de serviço neste posto.»

Recebo o legislador de que não houvesse numero sufficiente de officiaes com estudos para preencher as vagas que se dessem nas armas de infantaria e cavallaria, accrescentou com louvavel *previsão* uma disposição constituindo a segunda parte desse mesmo artigo aos seguintes termos: «Si não houver numero sufficiente de alferes ou 2ºs tenentes que tenham *completado* o curso de estudos de seu respectivo corpo ou arma para preencher o numero de vagas existentes, durante um anno, poderão ser promovidos ao posto de tenente, excepto para engenharia, estado-maior de 1ª classe e artilharia, os alferes mais antigos que contarem quatro annos de serviço *effectivo* neste posto.»

Igual disposição additou ao art. 8º tratando das promoções ao posto de capitão, com este accrescimo satisfeitas, porém, as habilitações exigidas na condição 4ª, exame pratico de evoluções e manobras, de contabilidade e economia de companhia.

Deante destas terminantes disposições, é claro que o paragrapho unico do art. 5º do decreto de 7 de fevereiro de 1891, mandando na

promovidos por antiguidade nas vagas por estudos e sendo elle collocado no Almanak Militar no logar que lhe coubesse no quadro dos tenentes daquella arma, resolveu em 16 deste mez

falta de alferes e tenentes das armas de infantaria e cavallaria com o curso de estudos de suas respectivas armas, para o accesso ao posto immediato, *continuar* as promoções por antiguidade e estudos na razão de dous terços para aquelle principio e de um terço para os que *tiverem* o competente curso das armas, deve-se, na impossibilidade de preencher esse terço, por não haver quando effectuada a promoção officiaes com estudos, recorrer á disposição anterior que regulava o caso, e esta se encontra na já transcripta segunda parte dos arts. 7º e 8º do regulamento de 31 de março de 1851, de nunca guardar essas vagas para os que forem obtendo o respectivo curso.

Si ainda quizesse, o legislador de 1831 teria redigido o paragrapho unico do art. 5º do decreto de 7 de fevereiro do seguinte modo: «Emquanto existirem nas armas de infantaria e cavallaria alferes e tenentes sem o respectivo curso, o preenchimento dos dous terços das vagas que se derem daquelles postos será feito por antiguidade e o outro terço por estudos.»

Com esta redacção não haveria duvida a respeito, e como a lei não contém palavras de mais ou ociosas, é forçoso convir que os verbos *continuar* e *ter* empregados nos tempos em que se acham no citado paragrapho unico, obrigam a não interromper, a continuar o *modus faciendi* até então observado nas promoções, dando o accesso dentro do terço aos que na occasião tivessem o curso, e não guardar as vagas para os que viessem a ter.

Interpretar deste modo o decreto de 7 de fevereiro seria ir além de suas proprias expressões e, o que mais é, desconhecer que o art. 5º, tendo exigido para as promoções em todas as armas e corpos especiaes o respectivo curso de estudos, alterou essa norma para favorecer o principio de antiguidade com dous terços das vagas, quando para não se afastar da regra geral devia inverter a ordem dando aos estudos a quota maior e á antiguidade a menor.

Assim procedendo completaria o pensamento cardeal expresso no final do art. 5º nas seguintes palavras: «Sendo condição essencial para o accesso o curso da arma.» Reservados os dous terços aos estudos, as promoções dos officiaes com o curso se apressaria, vindo a compulsoria apanhar os officiaes desprovidos de habilitações scientificas antes de caber-lhes o accesso ao posto de capitão. Assim, em pouco tempo o exercito só contaria em seu seio officiaes com estudos attingindo, portanto, o ideal exigido pela tactica moderna que confia inteiramente á sciencia dos chefes a sorte dos combates. Entretanto, forçoso é confessar, este almejado fim não se conseguirá em vista da redacção do paragrapho unico do art. 5º que, destoando da regra geral, constituiu uma excepção cujo resultado será deixar passar pelos dous terços toda a officialidade sem curso, animando com este resultado os vadios ou refractarios aos livros a não procurarem as escolas militares para se habilitarem no exercicio honroso da profissão que abraçaram.

Modificar o decreto de 7 de fevereiro, supprimindo a excepção ao salutar dispositivo do art. 5º, é medida que se impõe á sabedoria dos poderes da Nação.

Emquanto, porém, isto não se der, o remedio é obedecer á lei como ella está escripta e interpretar-a nos pontos obscuros com o auxilio da legislação subsidiaria e não ferir-a a golpes violentos e inespera

indeferir o dito requerimento, por isso que o paragrapho unico do art. 5º do decreto n. 1351, de 7 de fevereiro de 1891, não reserva taxativamente ao principio por estudos o preenchi-

dos, vibrados segundo o interesse de momento, para fazer pairar a duvida ou mesmo obscurecer o acerto com que até hoje diversos Governos tem entendido e executado aquelle decreto. Em vista do exposto este tribunal opina pelo indeferimento da pretensão do requerente, alferes João Alvas de Azevedo Costa. Os ministros Pereira Pinto, Vasques e Moura, deram o seguinte parecer: Regula as promoções no exercito o decreto n. 1351, de 7 de fevereiro de 1891, promulgado pelo Governo Provisorio da Republica.

Diz este decreto:

Art. 5.º O preenchimento das vagas de tenente ou 1º tenente e o do posto de capitão, nas armas combatentes, será feito por ordem de antiguidade, sendo condição imprescindivel para o accesso o curso de arma.

Paragrapho unico. Enquanto existirem nas armas de infantaria e cavallaria alferes e tenentes sem o respectivo curso, o preenchimento de dous terços das vagas que se derem naquelles postos continuará a ser feito por antiguidade e o outro terço pelos subalternos que tiverem o curso da arma.

Vê-se pois que está determinado na lei, taxativamente e de modo claro, o seguinte:

1º, nenhum 2º tenente de artilharia pôde ser promovido sem ter o curso da arma;

2º, enquanto existirem nos quadros das armas de infantaria e cavallaria subalternos sem o respectivo curso, devem ser promovidos alferes e tenentes sem o curso para preencher os dous terços das vagas que se derem nos postos de tenente e capitão;

3º, o terço restante deve ser preenchido por officiaes com o respectivo curso.

Não havendo neste decreto, nem em outro posteriormente expedido, disposição alguma em contrario ao que nelle está expresso e positivamente recommendado, um terço das vagas de capitão e tenente de cavallaria e infantaria, assim como a totalidade das que occorrerem no posto de 1º tenente de artilharia, não podem deixar de ser preenchidas, exclusivamente, por officiaes com o respectivo curso, porque tão terminante é a disposição relativa a todas as vagas de 1º tenente de artilharia, como no terço das de capitão e tenente das outras armas.

E como na artilharia sempre se tem conservado abertas as vagas de 1º tenente, quando não ha officiaes legalmente habilitados para preencher-as, isto é, com o respectivo curso, não ha razão fundada em disposição legal para proceder-se de modo diverso em relação ao terço das vagas que se derem nas armas de cavallaria e infantaria quando houver deligencia de officiaes com o curso para preencher-as.

Não colhe a allegação de ser a artilharia arma scientifica, porque em 1890, isto é, antes de promulgado o ultimo decreto regulando as promoções, o curso das tres armas (artilharia, cavallaria e infantaria) passou a ser um só.

Nada autoriza a preencher por antiguidade o terço destinado na lei a ser preenchido por estudos.

E' certo que na 2ª parte do art. 7º do regulamento de 31 de março de 1851 se providenciava sobre o preenchimento das vagas no

mento do terço das vagas dos postos de capitães e tenentes nas armas de cavallaria e infantaria.

Saudé e fraternidade.— J. N. de Medeiros Mallet.

caso de não haver officiaes com o curso ; porém, a disposição contida nessa parte do art. 7º foi derogada não só pelas leis n. 1012, de 16 de outubro de 1859 (art. 6º), e n. 1004, de 27 de setembro de 1860 (art. 9º), que fixaram em dous terços o numero de vagas a preencher por antiguidade, como pelo decreto do Governo Provisorio de 7 de fevereiro de 1891.

Portanto, recorrer a essa disposição, já derogada, para applical-a na vigencia do decreto regulador actual das promoções, não é admissivel.

A conveniencia de conservar completos os quadros não justifica o preenchimento por antiguidade do terço destinado para a promoção por estudos.

Si podem ficar abertas em sua totalidade as vagas que se dão no posto de 1º tenente de artilharia, porque não pôde tambem ficar por preencher a terça parte apenas das que occorrem nos postos de capitão e tenente de cavallaria e infantaria, quando não houver officiaes legalmente habilitados com o respectivo curso?

O pensamento do legislador foi apenas o preenchimento dos quadros por officiaes com o curso ; isto está claro no final do art. 5º citado : *sendo condição imprescindivel para o acesso o curso da arma.*

Prover por antiguidade o terço reservado na lei para a promoção por estudos, é retardar a realização daquelle *desideratum*. Demais, o art. 7º do regulamento expedido para execução da lei n. 585, de 6 de setembro de 1850, ao qual já nos referimos, dizia :

« Serão promovidos ao posto de tenente ou 1º tenente, havendo vagas, os alferes ou 2ºs tenentes mais antigos que tiverem concluido o curso de estudos do seu respectivo corpo ou arma, e que além disso contarem, pelo menos, dous annos de serviço neste posto.

Si não houver numero sufficiente de alferes ou 2ºs tenentes que tenham completado o curso de estudos do seu respectivo corpo ou arma, para preencher o numero de vagas existentes durante um anno, poderão ser promovidos ao posto de tenente, excepto para engenharia, estado-maior de 1ª classe e artilharia, os alferes mais antigos que contarem quatro annos de serviço effectivo neste posto. »

Si o decreto de 7 de fevereiro de 1891, que regula actualmente as promoções, aproveitou do regulamento da lei de 1850 a primeira parte do art. 7º, e eliminou a segunda, referente á promoção a tenente, nas armas de cavallaria e infantaria quando não houver alferes com o curso respectivo, substituindo-a pela disposição do art. 6º da lei n. 1042, de 14 de setembro de 1859, que manda dispensar as habilitações scientificas para dous terços das vagas que se derem, é obvio que o terço restante não pôde ser dispensado dessas habilitações.

O decreto n. 404, de 27 de junho de 1891, ampliando as disposições do art. 9º do de 7 de fevereiro do mesmo anno, diz :

« Si para o preenchimento das vagas de major a coronel, inclusive, não houver tres officiaes nas condições de serem promovidos por merecimento, a proposta limitar-se-ha a implicar os que estiverem nas condições de o ser, e caso nenhum exista se attenderá somente o principio de antiguidade considerando-se na respectiva escala o

N. 21 — PORTARIA DE 19 DE JUNHO DE 1899

Declara que os officiaes subalternos postos á disposição dos directores dos arsenaes de guerra devem receber a gratificação de subalternos dos corpos a que pertencerem.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 19 de junho de 1899 — N. 27.

O Sr. Presidente da Republica manda, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Sr. delegado fiscal do Thesouro Federal em Porto Alegre, em confirmação ao telegramma desta data, que os 2.^{os} tenentes Elias Coelho Cintra, João Alves Guerra e Ephrem Muniz Farias Lobo, que foram postos á disposição do director do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul, devem receber a gratificação de subalternos dos corpos a que pertencem.

Saude e fraternidade. — J. N. de Melciros Mallet.

acesso dos officiaes promovidos nesta hypothese como si o fossem por merecimento.»

O Governo que expediu este decreto foi o mesmo que promulgou o de 7 de fevereiro: si tivesse intenção de tornar extensiva essa disposição ao caso de faltarem tenentes e alferes de cavallaria e infantaria com o respectivo curso, tel-o-hia consignado no mesmo decreto.

Portanto, applicar ao caso da promoção por estudos este decreto relativo especialmente á promoção aos postos de major a coronel, é irregular.

Nem se pôde applicar arbitrariamente uma disposição legal sobre determinado caso, a um outro, ainda que pareça haver entre elles tal ou qual analogia.

Convem observar que o decreto n. 404, modificando o art. 9.^o do de 7 de fevereiro de 1891, que tem força de lei, foi expedido depois de promulgada a Constituição da Republica.

Pelo mappa e relação annexos ao parecer da 4.^a secção do Estado-Maior do Exército vê-se que desde a promulgação do decreto que actualmente regula as promoções no Exército se deram 130 vagas de tenentes na arma de cavallaria e 300 na de infantaria, sendo preenchidas naquella 98 dessas vagas por antiguidade e 32 por estudos, e nesta 220 por antiguidade e 80 por estudos, consequentemente na cavallaria 11 vagas e na infantaria 20, que cabiam ao principio—por estudos—foram preenchidas por antiguidade por faltarem alferes com o respectivo curso.

Pelos fundamentos por nós emitidos essas 31 vagas nas duas armas deviam ficar abertas como ficaram todas as que se deram no posto de 1.^o tenente de artilharia.

Assim, somos de parecer que os tenentes promovidos a este posto por antiguidade na vigencia do decreto de 7 de fevereiro de 1891 passem a aggregados, até que de direito lhes toque promoção, os onze mais modernos na arma de cavallaria e os vinte nas mesmas condições na de infantaria, sendo promovidos em suas vagas, por ordem

N. 22 — AVISO DE 22 DE JUNHO DE 1899

Declara que a orthographia que se deve adoptar na correspondencia official é a que se ensina nas escolas militares (etymologica)

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 22 de junho de 1899 — N. 1093.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Tendo o 2º tenente do 4º batalhão, addido ao 6º de artilharia de posição, Ricardo de Berrêdo consultado a este Ministerio sobre o systema de orthographia que deve ser adoptado na redacção de documentos officiaes, pretendendo em sua exposição demonstrar a necessidade e vantagens do systema proposto pelo cidadão Miguel Lemos e seguido pela sua seita, o que revela a futilidade de tal duvida e o desconhecimento completo das normas administrativas, que só permittem a orthographia ensinada e correntemente seguida nas escolas militares, sendo que norma diversa é prejudicial á regularidade do serviço e mesmo á disciplina, por provocar discussões inconvenientes em actos officiaes, como o que se deu, aliás, entre o dito official, por occasião de funcionar em um conselho de guerra, e o presidente deste, adverta ao mesmo 2º tenente que foi incorrecto o seu procedimento e que não ha a resolver sobre o assumpto de sua consulta, pelas razões expostas.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 23 — AVISO DE 1 DE JULHO DE 1899

Declara que o facto de achar-se em algum dos Estados qualquer official do Exercito por occasião de ser reformado, não lhe dá direito a transporte para a Capital Federal por conta dos cofres publicos.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 1 de julho de 1899 — N. 1150.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Declaro, para vosso conhecimento e devidos effeitos, que, embora seja a Capital Fe-

de antiguidade, os alferes que adquiriram ultimamente o curso das tres armas, uma vez verificado que satisfazem as outras condições exigidas na lei.

Vós, porém, Sr. Presidente, resolveis o melhor.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1899.—*Pereira Pinto.*—*E. Barbosa.*—*R. Galvão.*—*Tudo Neira.*—*C. Neto.*—*B. Vasques.*

RESOLUÇÃO

Como parece, 16 de junho de 1899.—*CAMPOS SALLES.*—*Mallet.*

deral a residencia dos reformados, comtudo o facto de achar-se qualquer official em algum dos Estados, quando lhe é concedida a reforma, não lhe dá direito a transporte por conta dos cofres publicos para recolher-se á mesma Capital, por isso que a viagem não é feita em objecto de serviço, ficando assim explicado o aviso de 5 de outubro de 1891, dirigido ao então ajudante general do Exercito a respeito do capitão Carlos Delfim de Carvalho.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 24 — AVISO DE 3 DE JULHO DE 1899

Declara que devem ser computadas como um anno completo para a reforma dos officiaes do Exercito e da Armada as fracções de anno excedentes de seis mezes.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 3 de julho de 1899 — N. 96.

De ordem do Sr. Presidente da Republica se declara, por esta Secretaria do Estado, ao Supremo Tribunal Militar, em solução á consulta do mesmo tribunal de 14 de novembro ultimo¹, que o mesmo Sr. Presidente resolveu mandar observar

¹ Este aviso declarou que ao dito capitão, que se achava no Paraná quando foi reformado, devia dar-se transporte para a Capital, si não preferisse ficar alli residindo, em cujo caso deveria solicitar a competente licença.

² Sr. Presidente da Republica — Pelo aviso do Ministerio da Guerra de 20 de outubro proximo findo, sob n. 74, mandastes declarar a este tribunal « que, segundo communicou o Ministerio da Fazenda em aviso n. 112, de 14 do mesmo mez, o Tribunal de Contas, tendo sido submettido á sua apreciação o processo relativo ao meio soldo de D. Honorina Dezusart Moura, viúva do ajudante-machinista guarda-marinha Geraldo Alves de Moura, resolveu que devem ser computadas como um anno completo para a reforma dos officiaes do Exercito e da Armada as fracções de anno excedentes a seis mezes, conforme se verifica do officio daquelle tribunal n. 437, de 2 de agosto ultimo, que por cópia acompanhou o referido aviso ».

O Supremo Tribunal Militar pede venia para fazer algumas ponderações sobre essa resolução tomada pelo Tribunal de Contas.

Por disposições legais anteriores aos decretos ns. 108 A, de 30 de dezembro de 1889, e 193 A, de 30 de janeiro de 1890, disposições que estão em pleno vigor, regulam-se as reformas dos officiaes do Exercito e da Armada, tendo-se em consideração o respectivo tempo de serviço.

De accordo com taes disposições são reformados no mesmo posto, com o soldo por inteiro, os officiaes que se impossibilitam de continuar a servir em consequencia de lesões ou molestias incuraveis, si contarem de 25 a 30 annos de serviço; com o soldo, tambem por inteiro e a graduação do posto immediato, os que contarem de 30

a decisão do Tribunal de Contas determinando que sejam computadas como um anno completo, para a reforma dos officiaes do Exército e Armada, as fracções de anno excedentes de seis mezes, — J. N. de Medeiros Mallet.

35 annos; os que contarem de 35 a 40 annos teem o posto immediato com o soldo por inteiro, e os que não tiverem 25 annos completos, conforme os termos da lei n. 648, de 18 de agosto de 1852, são reformados com a vigesima quinta parte do respectivo soldo por cada anno, nunca sendo o vencimento da reforma menor que a terca parte do soldo, etc.

Consequentemente, para que os officiaes do Exército e da Armada possam ser reformados com o soldo por inteiro, é necessario que tenham 25 annos completos, assim como é imprescindivel para obter reforma com o soldo por inteiro do posto immediato, que hajam completado 35 annos de serviço.

Não ha lei alguma revogando as disposições supra citadas.

Consequentemente, si computar-se como um anno a fracção excedente de seis mezes, si considerar-se, por exemplo, com 25 ou 35 annos completos officiaes que effectivamente tenham apenas 24 ou 34 e mas uma fracção maior de seis mezes, infringir-se-ha a lei, onerando-se o Thesouro.

E' verdade que o Ministro da Marinha, em aviso de 17 de janeiro de 1890, declarou que para a reforma compulsoria só deviam ser despezadas as fracções de tempo menores de seis mezes, o que foi extensivo ao Exército pela resolução de 6 de setembro de 1890, tomada sobre consulta do Conselho Supremo Militar de 25 de agosto do mesmo anno.

Os decretos n. 108 A, de 30 de dezembro de 1889, e n. 193 A, de 30 de janeiro de 1890, que regulam a reforma compulsoria dos officiaes da Armada e do Exército teem em vista a idade desses officiaes, e não o seu tempo de serviço, só referindo-se a este quando estabelecem o abono de uma gratificação proporcional a esse tempo (art. 5º do decreto de 30 de dezembro de 1889 e art. 1º do de 30 de janeiro de 1890).

E' claro, pois, que a doutrina do aviso e resolução citadas é relativa á contagem do tempo para o abono dessa gratificação.

Assim entendeu e praticou o Conselho Supremo Militar ao expedir patentes aos officiaes reformados, por estarem comprehendidos nos decretos referidos; assim tem entendido e executado este Supremo Tribunal.

Pelo modo generico por que está redigida a resolução do Tribunal de Contas, segundo se infere do aviso do Ministerio da Guerra, sob n. 74, a computação do lapso de tempo maior de seis mezes por um anno aproveita não só aos officiaes comprehendidos nos decretos n. 108 A e 193 A, mas tambem aos que se reformam por incapacidade physica, seja qual for o tempo que tenham servido, e até aos que são reformados por máo comportamento habitual.

Pelo que deixa exposto, o Supremo Tribunal Militar entende que se deve computar como um anno, não a fracção excedente de seis mezes, mas a igual a seis mezes ou maior, como determinam o aviso de 17 de janeiro e a resolução do Chefe do Governo Provisorio, de 6 de setembro de 1890, e somente para o effeito do abono da gratificação adicional que cabe aos officiaes reformados, nos termos dos decretos n. 108 A, de 30 de dezembro de 1889, e n. 193 A, de 30 de janeiro de 1890.

N. 25. — AVISO DE 3 DE JULHO DE 1892

Indefere o requerimento de um official do Exército pedindo trancamento de uma nota existente em seus assentamentos.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 3 de julho de 1892.
— N. 1160.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército — Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 14 de novembro de 1893, resolveu, em 26 de junho findo, que a nota de ausente que em seus assentamentos tem o major do 37º batalhão de infantaria, Affonso Pinto de Oli-

São estas as ponderações que o tribunal julgou conveniente apresentar á vossa consideração.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1893. — *Peireira Pinto*. — *Miranda Reis*. — *E. Barbosa*. — *R. Galvão*. — *Tude Neiva*. — *C. Niemeyer*. — *C. Neto*. — *B. Vasquez*. — *F. A. de Moura*.

RESOLUÇÃO

Observe-se a resolução do Tribunal de Contas. — CAMPOS SALLES. — *Mallet*.

Sr. Presidente da Republica — Mandastes pela Secretaria da Guerra, em 15 de setembro ultimo, remetter a este tribunal para consultar com parecer o requerimento em que o major do 7º batalhão de infantaria Affonso Pinto de Oliveira pede que seja trancada a nota de ausente que tem nos seus assentamentos.

O supplicante diz que vem pedir que se lhe mande trancar a referida nota, não só por nunca se ter ausentado, e ao contrario, o batalhão 19º de que era o supplicante o fiscal foi que sem ordem da autoridade competente abandonou o local de sua parada, cidade de S. Luiz de Cáceres no Estado de Matto Grosso, para tomar parte na revolta em Cuyabá, como também por estar comprehendido no decreto n. 83, de 15 de setembro de 1892, que concedeu amnistia a todos quantos directa ou indirectamente envolveram-se naquella revolta.

A 2ª secção da Repartição de Ajudante-General, resumindo o que a respeito da questão existe na fé de officio do supplicante e depois de citar o decreto legislativo que concedeu amnistia aos individuos que tomaram parte nos movimentos revolucionarios dos Estados de Matto Grosso e Rio Grande do Sul, diz que, á vista do que allega o peticionario e da determinação contida no citado decreto, está no caso de ser attendido na presente pretensão, procedendo-se de conformidade com a ordem do dia n. 614, de 30 de março de 1893.

Uma nota da Secretaria da Guerra, appensa a esta informação, diz o seguinte: Como se vê dos papeis, não houve processo; o requerente foi preso e posto em liberdade até deliberação do Governo; mas é elle proprio quem diz estar comprehendido no decreto legislativo que concede amnistia aos que se envolveram na revolta que se deu em Matto Grosso, e, portanto, não pôde ser trancada a nota que consigna em seus assentamentos esse facto, porque o tempo em que esteve afastado do seu batalhão não é computado para effeito algum, como

Guerra — Decisões de 1893

veira, só poderá ser trancada depois que em processo competente se justificar o referido official da accusação que lhe foi feita, quando fiscal do 19º da mesma arma, de conformidade com a resolução de 14 de setembro anterior, tomada sobre consulta daquelle tribunal, de 13 de dezembro de 1897.

Saule e fraternidade.—*J. N. de Medeiros Mallet.*

declara o aviso do Ministerio da Marinha de 27 de janeiro de 1896, expedido sobre consulta do Supremo Tribunal Militar. Com esta opinião concorda o ajudante-general.

Da fé de officio do peticionario, com referencia á nota, cujo trancamento pede, consta o seguinte: Sendo fiscal do 19º batalhão de infantaria, de parada em S. Luiz, de Caceres, passou a ausente sem licença, por ter deixado de seguir com o batalhão para a capital do Estado, em 3 de maio de 1892; em 27 do mesmo mez apresentou-se ao commandante da fronteira da Bolivia, de onde foi mandado apresentar-se ao Quartel General do 7º districto militar, ficando preso no estado-maior do 8º batalhão de infantaria, á ordem do Ministerio da Guerra; em 1º de agosto foi posto em liberdade até ulterior deliberação do Governo e mandado addir ao 2º de artilharia de posição, em consequencia da falta absoluta de officiaes no referido batalhão; transferido posteriormente para o 12º de infantaria ao qual se apresentou em 12 de maio de 1893, foi a 7 de julho addido ao 30º; em 5 de agosto ao 2º de engenharia com a declaração de preso; a 15 de novembro foi mandado pôr em liberdade por ordem do Ministro da Guerra, em attenção a esse dia.

Do estudo dos papeis que instruem o requerimento resulta o seguinte:

O peticionario, sendo fiscal do 19º batalhão, deixou de acompanhar o seu batalhão na marcha que empreendeu em 3 de maio de 1892, de S. Luiz de Caceres para a capital do Estado; apresentou-se em 27 do mesmo mez ao commandante da fronteira da Bolivia, foi por isso preso á ordem do Ministro da Guerra, prisão que motivou a nota cujo trancamento solicita; por semelhante falta não respondeu a processo, como era imprescindivel, ao contrario, por mais de um anno esteve solto, servindo em diversos corpos dos districtos 7º e 6º, sendo definitivamente posto em liberdade em 15 de novembro. Allega o supplicante não haver acompanhado o seu batalhão, por ter este sem ordem da autoridade competente abandonado a sua parada com o fim de fazer parte da revolta na capital.

Evidencia-se do exposto que o supplicante não se envolveu na revolta e por isso não podia ser considerado comprehendido na amnistia de 1892, desde que conservou-se em S. Luiz de Caceres onde nenhum movimento revolucionario se deu, da data da partida do batalhão até a de sua apresentação ao commandante da fronteira da Bolivia.

Este conceito é robustecido pela circumstancia de só ter elle sido definitivamente solto mais de anno depois de sancionada a lei de amnistia, e, portanto, a nota em questão só póde arguil-o do crime de abandono de posto.

Assim, em vista do que dispõe a resolução de consulta de 14 de setembro ultimo, tomada sobre parecer deste tribunal, de 13 de dezembro do anno proximo findo a respeito do requerimento do alferes do 9º regimento de cavallaria Ascendino José Jorge, sómente deve ser levantada a nota cujo trancamento pede o major Affonso Pinto de

N. 26 — AVISO DE 8 DE JULHO DE 1899.

Declara que os leaes e professores paizanos, das escolas do Exército que são senadores ou deputados não podem durante o mandato legislativo assumir o exercicio de suas cadeiras ou aulas e devem perceber o ordenado no intervalo das sessões.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 8 de julho de 1899
— N. 65.

Sr. Director da Contadoria Geral da Guerra — Não podendo reassumir o exercicio do cargo de professor adjunto do Collegio Militar da Capital Federal, durante o tempo em que estiver como deputado á Assembléa Legislativa do Estado de Sergipe o bacharel Laudelino de Oliveira Freire, declaro, para vosso conhecimento e execução, que, no intervalo das sessões deverá ser-lhe abonado o respectivo ordenado.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 27 — AVISO DE 10 DE JULHO DE 1899.

Declara que os officiaes do Exército que servem nos corpos de policia militarmente organizados nenhum desconto soffrem no seu tempo de serviço.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 10 de julho de 1899 — N. 1206.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exército — Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 26 do mez findo¹, relativa ao requerimento em que

Oliveira si cabalmente justificar em processo competente o procedimento de que foi accusado. E' este o parecer do Supremo Tribunal Militar.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1898. — *Pereira Pinto.* — *Miranda Reis.* — *E. Barbosa.* — *R. Galvão.* — *Tude Neiva.* — *C. Neto.* — *B. Vasques.* — *F. A. de Moura.*

RESOLUÇÃO

Como parece. — Capital Federal, 26 de junho de 1899. — *Campos Salles.* — *Mallet.*

¹ Sr. Presidente da Republica — Por intermedio do Ministerio da Guerra, em aviso de 12 de abril ultimo, mandastes remetter a este tribunal, para consultar com seu parecer, o requerimento e papeis a elle

o alferes do 29º batalhão de infantaria, addido ao 24º, Joaquim Luiz Bastos pediu serem collocados no Almanak Militar abaixo de si diversos alferes que serviram em corpos policiaes, resolveu, em 7 do corrente, indeferir o dito requerimento, porquanto não devem soffrer desconto do tempo para effeito algum os officiaes que tenham estado ou estejam em serviço em corpos estaduais

referentes, no qual o alferes do 29º batalhão de infantaria, Joaquim Luiz Bastos pede que, no Almanak Militar do corrente anno, seja collocado acima de diversos alferes que, por terem servido em corpos de policia, devem perder antiguidade de posto, em face do que dispõe o art. 1º das instruções de 21 de fevereiro de 1891 e portaria de 28 de janeiro de 1892.

No requerimento a que allude este aviso o alferes Joaquim Luiz Bastos pede que sejam collocados abaixo d'elle, no Almanak do Ministerio da Guerra, os inferiores, hoje officiaes, constantes da portaria de 4 de janeiro de 1893, descontando-se-lhes o tempo que estiveram e estiverem servindo no regimento policial do Estado do Rio de Janeiro e basea o seu pedido no art. 1º das instruções de 21 de fevereiro de 1891 e na portaria de 28 de janeiro de 1892.

A 4ª secção do Estado-Maior do Exercito informa que, desde 1892, não consta que tenha se realizado perda de antiguidade para promoção em virtude de haverem os officiaes servido em corpos estaduais, talvez pela difficuldade de se reconhecer quaes são as brigadas e corpos policiaes estaduais, cujos regulamentos não exijam que os seus officiaes sejam do Exercito.

Parecendo, porém, concluir a secção, que o artigo das instruções citadas refere-se tão sómente aos corpos policiaes e de bombeiros pertencentes á União, nos quaes os regulamentos determinam os cargos que devem ser occupados por officiaes do Exercito, julga que, para resolver-se a presente pretensão convirá que se esclareça sobre o modo por que deve ser feita a contagem do tempo para a antiguidade na promoção dos officiaes do Exercito, que servem ou já serviram nos corpos de policia estaduais, firmando-se regra em face da citada disposição.

O general de divisão chefe do Estado-Maior do Exercito diz que, por ser o assumpto de summa importancia, pensa que sobre elle convem consultar o Supremo Tribunal Militar.

Este tribunal, em cumprimento ao disposto no aviso de 12 de abril ultimo, passa a dizer o que pensa sobre o assumpto sujeito a consulta.

O requerente reclama contra a collocação de inferiores, hoje officiaes, que serviram e estão servindo no regimento policial do Estado do Rio de Janeiro.

Não ha disposição alguma que mande fazer qualquer desconto no tempo das praças de pret, que servem nos corpos de policia.

Portanto, nada se deve descontar no tempo dos officiaes a que se refere o reclamante emquanto serviram no regimento policial do Rio de Janeiro como praças de pret do Exercito.

Resta examinar si os que depois de promovidos a official do Exercito continuaram a servir naquelle regimento devem soffrer desconto em seu tempo de serviço.

As instruções de 21 de fevereiro de 1891 dizem:

« Art. 1.º Os officiaes arregimentados e os dos corpos especiaes contarão, para todos os effeitos, o tempo decorrido do desempenho de

militarmente organizados, visto que, tendo entrado no exercicio de postos nesses corpos por ordem do Ministerio da Guerra, estão comprehendidos no art. 8º das instruções de 21 de abril de 1891, além de não ser justo ficarem elles prejudicados em sua carreira militar pelo facto de prestarem serviço em tais corpos.

Saude e fraternidade. — J. N. de Medeiros Mallet.

mandato legislativo no Congresso Federal, de missão diplomatica ou reservada no exterior e de cargos nos corpos militares de policia ou de bombeiros que, pelos respectivos regulamentos, devam ser occupados por officiaes do Exercito.

Art. 10. O tempo que o official estiver com parte de doente, o obtido por inspecção de saude e que for gosado, ou passado em tratamento nos hospitaes, ou na propria residencia, e o decurso no desempenho de comissões extranhas ao Ministerio da Guerra, não exceptuadas no presente regulamento, será computado unicamente para a reforma.»

Mas os inferiores, hoje officiaes, aos quaes se refere o reclamante, interromperam o serviço effectivo nas fileiras do Exercito por ordem do Ministerio da Guerra expressa em portaria de 4 de janeiro de 1893, afim de servirem no regimento do Estado do Rio, quando reorganizou-se o mesmo regimento, logo depois da revolta que nella occorreu, e si não voltaram aos seus corpos no Exercito é que não receberam ordem nesse sentido.

Portanto, esses inferiores, hoje officiaes, estão comprehendidos no art. 8º das citadas instruções de 21 de fevereiro, que é do teor seguinte:

«Será contada, para todos os effeitos, ao official arregimentado a interrupção justificada do serviço effectivo de fileira e ao de corpo especial a do exercicio de qualquer commissão, somente quando ordenadas pelo Ministerio da Guerra; não podendo nenhuma outra autoridade determiná-lo, ainda mesmo por conveniencia disciplinar, ou exigencia do serviço, sem prévia permissão do mesmo Ministerio.»

Pelo exposto, o Supremo Tribunal Militar é de parecer que a reclamação do alferes do 40º batalhão de infantaria Joaquim Luiz Bastos carece de fundamento e que os officiaes referidos pelo reclamante e bem como outros, que tenham estado ou estejam em serviço nos corpos estaduais militarmente organizados, não devem soffrer desconto de tempo para effeito algum, visto que entraram no exercicio de postos nestes corpos por ordem do Ministerio da Guerra, e, portanto, estão todos comprehendidos no art. 8º das instruções de 21 de abril de 1891, já citado, que expressamente manda contar para todos os effeitos a interrupção do serviço de fileira, quando ordenado por esse Ministerio.

E convem notar que esses officiaes, interrompendo o seu serviço nas fileiras do Exercito, para servirem nos corpos militares estaduais, não interrompem o exercicio de sua profissão.

Demais, os corpos militares de policia dos Estados podem reforçar o Exercito em certas circumstancias; recentemente ainda corpos do Amazonas, Pará, S. Paulo e Bahia prestaram relevantes serviços, como auxiliares das forças federaes em operações de guerra no interior do ultimo destes Estados, enquanto batalhões estaduais do Rio Grande do Sul guarneciam as fronteiras em substituição dos corpos do Exercito que haviam marchado para o norte da Republica;

N. 28 — AVISO DE 17 DE JULHO DE 1899

Sobre a accumulção de commandos de baterias ou companhias

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 17 de julho de 1899
— N. 1243.

Sr. Chefe de Estado-Maior do Exercito — O capitão do 2º batalhão de artilharia José da Veiga Cabral consulta:

1.º Em face do disposto no aviso de 15 de maio de 1897 e na portaria de 31 de dezembro do mesmo anno, a quem deve ser dado o commando de uma bateria que fica vago — a um official effectivo que já commanda e ainda não accumula ou a um addido?

2.º Si, havendo sómente dous officiaes effectivos para commandar, devem elles commandar todas as baterias, ou deve-se proceder desde logo como no caso especial de que trata o aviso citado?

Em solução a esta consulta, que acompanhou o officio n. 1403, de 19 de dezembro de 1898, do commandante do 7º districto militar, dirigido á extincta Repartição de Ajudante-General, vos declaro, para que o façaes constar áquelle official, que, havendo officiaes que estejam addidos, não em virtude de se demorarem por ordem superior, ou de se acharem em transitio, ou ainda de causas diversas que não sejam por conveniencia do serviço, deve commandar a bateria um desses officiaes, evitando-se em qualquer caso, tanto quanto possível, a accumulção de commandos, a qual perturba a marcha do serviço, como declara o aviso de 15 de maio de 1897; e bem assim que se deve proceder de accordo com a disposição desse aviso, porquanto, existindo officiaes addidos nas alludidas condições, não haverá razão para os officiaes accumularem os commandos de todas as baterias.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

e não é justo que sejam prejudicados em sua carreira militar os officiaes do Exercito pelo facto de prestarem seus serviços nesses corpos.

Entretanto, o tribunal pensa que seria conveniente limitar-se o tempo em que esses officiaes podem ficar afastados das fileiras do Exercito.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1899. — *Pereira Pinto.* — *Miranda Reis.* — *E. Barbosa.* — *R. Galvão.* — *Tude Neiva.* — *C. Neto.* — *B. Vaques.* — *F. A. de Moura.* — Foi voto o Sr. ministro Cantuaria.

RESOLUÇÃO

Com] parece. — 7 de julho de 1899. — *CAMPOS SALLES.* — *Mallet.*

N. 29 — AVISO DE 27 DE JULHO DE 1899

Declara que o director geral de artilharia não pôde nomear inspectores para os corpos e estabelecimentos militares; deve executar por si esse serviço.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 27 de julho de 1899
— N. 55.

Sr. Director Geral de Artilharia — Declaro-vos que não pôde ser approvada a deliberação que tomastes, segundo consta do vosso officio n. 424, de 12 do corrente, de nomear, em vista do disposto no art. 6º do regulamento dessa direcção, diversos officiaes para, em commissão, inspecção corporal arregimentados e estabelecimentos militares, no que se referir á parte technica destes, visto que o referido artigo não autoriza a nomeação de taes commissões inspectoras; dá, sim, ao director geral de artilharia a attribuição de inspecção por si esses serviços, mas não a faculdade de, para elles, nomear inspectores.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 30 — AVISO DE 31 DE JULHO DE 1899

Declara onde devem funcçãoar as juntas de alistamento militar e de revisão e a que repartição compete fornecer-lhes artigos proprios para expediente.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 31 de julho de 1899
— N. 45.

Sr. Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores — Em resposta ao vosso aviso n. 1877, de 26 do corrente, cabe-me declarar-vos que o fornecimento de artigos de expediente ás juntas de alistamento militar e de revisão deve ser feito pela Intendencia Municipal, por conta da qual correrá a respectiva despesa, de accordo com o disposto no art. 19 do regulamento approved pelo decreto n. 5884, de 27 de fevereiro de 1875, e nos avisos de 1 de agosto de 1896, ao presidente da junta de alistamento militar da 12ª Pretoria, e de 30 de setembro de 1897, ao governador do Estado de Pernambuco, e bem assim que, conforme dispõe este aviso, devem funcçãoar as juntas de alistamento nos logares em que derem audiencia os juizes das Pretorias ou em qualquer edificio publico, com excepção das escolas, e a de revisão na sede do municipio, em alguma sala da Intendencia.

Por esta occasião vos envio os 20 exemplares que a este acompanham de cada uma das leis ns. 2546, de 26 de setembro de

1874 e 39 A, de 30 de janeiro de 1892, e dos decretos ns. 5881, de 27 de fevereiro de 1875 e 10.226, de 5 de abril de 1889, deixando de ser remetido igual numero de exemplares do decreto n. 5914, de 1 de maio de 1875, por não existirem disponíveis no archivo desta Secretaria de Estado.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 31 — AVISO DE 21 DE AGOSTO DE 1899

Sobre a caução que devem fazer os concorrentes aos fornecimentos à Intendencia Geral da Guerra e sobre a imposição de multas quando nenhum pedido houver sido feito ao fornecedor.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1899
— N. 252.

Sr. Intendente Geral da Guerra — Sciende do que me communicaes em officio n. 1432, de 1 do corrente, com relação aos negociantes Freire Guimarães & C., que não compareceram a essa Intendencia Geral, para assignar o contracto do fornecimento que se propuzeram a fazer, durante o actual semestre, de mercurio e pedra hume, vos declaro, para os fins convenientes, que deve ser convidado a fornecer esses artigos o proponente immediato em preço, ficando estabelecido, dora em diante, que nenhum proponente se poderá apresentar às concorrências de fornecimentos, quer no conselho de compras, quer na commissão de compras dessa Intendencia, sem que previamente haja depositado nos cofres da Contadoria Geral da Guerra a quantia de 1:000\$, como caução para garantir a assignatura de seu contracto e a fiel execução deste, quantia que reverterá em favor dos cofres publicos, sem prejuizo das multas em que incorrer nos termos do regulamento respectivo e do aviso de 1 de junho de 1898.

Quanto á imposição de multa desde que não se conhece a importancia do fornecimento por não ter sido dirigido pedido algum ao fornecedor, não se póde applicar o disposto no § 4º do art. 65 do dito regulamento.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 32 — AVISO DE 24 DE AGOSTO DE 1899

Declara que havendo recurso de revisão para o Supremo Tribunal Federal, interposto antes da execução da sentença, deve-se aguardar a decisão do Tribunal para então proceder-se a respeito conforme o respectivo accordão.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1899
— N. 1502.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Inteirado do exposto no officio n. 1918, que em 19 de julho ultimo vos dirigiu o commandante do 5º districto militar e ao qual acompanham documentos por onde se verifica ter sido condemnado o alferes do Exercito João Epaminondas de Andrade Jambo, por sentença do Tribunal do Jury da capital do Estado do Paraná, confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça do dito Estado, a 28 annos de prisão simples, como incurso no art. 204, § 2º, combinado com o art. 400 do Codice Penal, e haver o dito alferes interposto recurso de revisão para o Supremo Tribunal Federal, declare a aquelle commandante que tendo sido interposto esse recurso antes da execução da sentença e embora tenha sido passada em julgado em ultima instancia pelos tribunaes estaduais, dever-se-ha aguardar a decisão do referido Supremo Tribunal Federal, em tal recurso, de accordo com as doutrinas do § 16 do art. 72 da Constituição Federal e do art. 259 do Regulamento Processual Criminal Militar.

Saude e fraternidade. — J. N. de Medeiros Mallet.

N. 33 — AVISO DE 25 DE AGOSTO DE 1899

Declara que havendo recurso de revisão apresentado antes da execução da sentença que importe exclusão do Exercito, nenhum vencimento se abonará ao réo desde o dia em que se tiver conhecimento official da sentença, aguardando-se a decisão do Supremo Tribunal Federal para então proceder-se de accordo com ella.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1899
— N 1505.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Declare ao commandante do 5º districto militar, em confirmação do telegramma que ora se lhe dirige, que ao alferes do Exercito João Epaminondas de Andrade Jambo, condemnado por sentença do Tri-

bunal do Jury a 23 annos de prisão, confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, não se deve abonar vencimento algum desde a data em que se teve conhecimento official de tal sentença, aguardando-se a decisão do Supremo Tribunal Federal, no recurso de revisão apresentado antes da execução daquella sentença.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 34 — AVISO DE 26 DE AGOSTO DE 1899

Declara qual o vencimento que compete a um tenente-coronel honorario do Exercito preso e submettido a conselho de guerra depois de dispensado do logar de ajudante de porteiro da Repartição de Ajudante-General.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1899 — N. 100.

Sr. Director da Contadoria Geral da Guerra — Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar exarado em consulta de 21 deste mez, ¹ sobre o requerimento

¹ Sr. Presidente da Republica — Por intermedio do Ministerio da Guerra em aviso n. 100, de 12 de julho proximo findo, mandastes a esse tribunal, para consultar com seu parecer, o requerimento com os papeis a elle referentes, no qual o tenente-coronel honorario do Exercito Carlos Augusto de Souza França pede pagamento de vencimentos a que se julga com direito, relativos ao tempo em que esteve preso para responder a conselho de guerra.

O commandante do 10º batalhão de infantaria, em cujo estado-maior o requerente esteve preso e a 4ª secção da Contadoria Geral da Guerra, firmando-se na resolução de 22 de fevereiro de 1897, opinam pelo deferimento da pretensão.

O aviso do Ministerio da Guerra, de 23 de fevereiro de 1897, dando publicidade á resolução citada pela 4ª Secção da Contadoria Geral da Guerra, diz:

« O Sr. Vice-Presidente da Republica, a quem foi presente o requerimento em que o 2º tenente do 1º regimento de artilharia da Guarda Nacional desta Capital, Henrique Cardoni, reclama contra o acto da Contadoria que lhe nega direito ao pagamento de soldo e etapa, durante o tempo em que esteve preso respondendo a conselho de investigação e de guerra, pelo facto de ser preso depois de dispensado do serviço em que estivera com o regimento á disposição do Ministerio da Guerra, *ex-ri* dos avisos de 3 de novembro de 1871, de 5 de março de 1873 e resolução de 9 de novembro de 1867, tendo ouvido o Supremo Tribunal Militar, de accordo com o seu parecer, exarado em consulta de 8 deste mez, resolveu que ao reclamante compete desde a data da sua prisão até o dia da sentença do mesmo Supremo Tribunal Militar, soldo e etapa, e de então em diante, meio-soldo e etapa, como está estabelecido para os officiaes do Exer-

em que o tenente-coronel honorario do Exercito Carlos Augusto de Souza França pediu pagamento de vencimentos relativos ao tempo em que esteve preso para responder a conselho de guerra; resolveu em 25 do dito mez deferir a referida pretensão, abonando-se-lhe soldo de tenente e a etapa correspondente, sendo o soldo pela tabella de 1890.

Saude e fraternidade.—J. N. de Medeiros Mallet.

cito em condições identicas, por isso que os officiaes da Guarda Nacional, quando á disposição do Ministerio da Guerra, estão sujeitos á disciplina e regulamentos militares, e gosam dos privilegios e regalias dos do Exercito, sendo que o requerente foi preso, processado e condemnado por crime que commettera quando em serviço, pouco importando o facto de haver sido anteriormente dispensado.»

As disposições citadas pela Contadoria não podem revogar o que é expresso em lei, accrescendo ainda que o caso resolvido em 1867 não é identico ao actual, pois tratava-se de um official dispensado do commando de um contingente antes da marcha deste para reunir-se ao Exercito em operações.

O requerente, como official honorario em serviço em uma repartição militar, portanto subordinado ao Ministerio da Guerra, estava sujeito á disciplina e regulamentos militares, gosando dos privilegios e regalias dos officiaes do Exercito, foi preso e processado por se lhe attribuir delicto commettido quando em serviço; a sua prisão realizou-se depois de ser dispensado do logar de ajudante do porteiro na Repartição de Ajudante-General.

Assim, o requerente, como o official a quem se refere a resolução de 22 de fevereiro de 1897, estava em serviço á disposição do Ministerio da Guerra.

Ambos foram presos e processados depois de dispensados dos cargos que exerciam, por delictos praticados quando achavam-se no exercicio desses cargos.

São, pois, identicas as suas condições, e portanto, si ao official referido na resolução citada se mandou pagar soldo e etapa emquanto esteve preso e submettido a conselho, não ha razão para proceder-se de modo differente com relação ao requerente; competindo, porém, o cargo, que elle exercia a official subalterno ou inferior reformado, parece que se lhe deve abonar durante o tempo de sua prisão soldo não superior ao de tenente e a etapa correspondente, sendo o soldo o da tabella de 1890, como dispõe a circular de 19 de janeiro de 1895, e levando-se-lhe em conta a importancia da etapa de praça de pret, que recebeu, em virtude do despacho do Ministerio da Guerra, de 9 de agosto de 1898.

E' este o parecer que o Supremo Tribunal Militar submete á vossa consideração.

Os ministros marechaes Miranda Reis e Tude Neiva e general de divisão Cantuaria, entendem não ser applicavel ao requerente a resolução citada, que refere-se a um official da Guarda Nacional destacado em operações de guerra nesta capital, e que foi processado por delictos praticados no serviço, durante o destacamento.

E' verdade que este official quando foi preso já não estava em serviço, porque havia sido dispensado do destacamento o corpo a que pertencia, mas como se vê dos considerandos da consulta de 8 de fevereiro de 1897, antes de dispensado o destacamento procedeu-se a inquerito sobre o delicto attribuido a esse official.

O peticionario, entretanto, não é official da Guarda Nacional que tivesse estado em serviço, á disposição do Ministerio da Guerra; foi

N. 35 — AVISO DE 28 DE AGOSTO DE 1899

Declara que a disposição do art. 45 do decreto n. 3220, de 7 de março deste anno, refere-se a vencimentos das praças que baixam aos hos-pitaes e não aos dos officiaes do Exercito.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 28 de agosto de [1899 — N. 1538.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — O coronel commandante do 33º batalhão de infantaria, Vicente Ozorio de Paiva, consulta si, em vista do disposto no art. 45 do decreto n. 3220, de 7 de março ultimo, procedeu bem a Delegacia Fiscal do Thesouro Federal em Maceió descontando 4 %, na importancia dos dias em que um official do mesmo batalhão esteve em tratamento na enfermaria militar respectiva.

Em solução a essa consulta, que acompanhou o officio n. 2050, de 30 de maio ultimo, dirigido a essa repartição pelo commandante do 3º districto militar, vos declaro, para os fins convenientes, que a disposição do citado artigo refere-se aos vencimentos das praças que baixarem aos hospitaes, vencimentos cuja importancia tem de ser entregue ao conselho economico dos ditos hospitaes, e não aos dos officiaes, os quaes, neste caso, ficam reduzidos a meio soldo, sujeito ao respectivo imposto.

Saude e fraternidade.—*J. N. de Medeiros Mallet.*

ajudante do porteiro da extincta Repartição de Ajudante-General, nomeado em 4 de abril de 1871, quando voluntario da patria, come missionado no posto de alferes e sob a vigencia do regulamento que baixou com o decreto n. 4156, de 17 de abril de 1868, que no seu art. 48 dispunha : « haverá um ajudante de porteiro, official subalterno, ou alferes reformado », e de cujo cargo foi dispensado, em virtude do aviso de 31 de dezembro de 1897, por não ter o Poder Legislativo consignado verba para pagamento dos officiaes reformados e honorarios empregados na Repartição da Guerra.

Só depois de dispensado daquelles cargos, quando já se achava restituído á condição civil, foi o requerente preso para responder por faltas encontradas no serviço de que tinha estado incumbido e durante o tempo de sua prisão lhe foi mandado pelo Governo abonar, como auxilio, uma unica etapa de praça de pret.

Portanto, são de parecer que o peticionario acha-se comprehendido na disposição do aviso do Ministerio da Guerra, de 30 de junho de 1879, e por consequencia sua pretensão não está no caso de ser deferida.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1899. — *Pereira Pinto.* — *Miranda Reis.* — *E. Barbosa.* — *R. Galvão.* — *C. Niemeyer.* — *C. Neto.* — *B. Vasques.* — *F. A. de Moura.* — *J. T. Cantuaria.* — Foi voto o Sr. ministro Tude Neiva.

RESOLUÇÃO

Como parece. — Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1899. — *CAMPOS SALLES.* — *Mallet.*

N. 36 — AVISO DE 28 DE AGOSTO DE 1899

Manda pôr á disposição da Municipalidade de Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro, o forte de S. Matheus, para instalação de um lazareto destinado a isolamento de doentes de molestias infecto-contagiosas.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1899
— N. 263.

Sr. Intendente Geral da Guerra — Declaro-vos que nesta data expõe aviso ao secretario dos negocios do interior e justica do Estado do Rio de Janeiro communicando-lhe que ~~permittio~~, como medida urgente, a instalação no forte de S. Matheus e ~~barra desta Capital~~ de um lazareto destinado a ~~isolamento dos~~ doentes de molestias infecto-contagiosas, depois de feitos os necessarios reparos, em vista do que expõe em officio de 19 do corrente, podendo o referido forte ficar á disposição da Municipalidade de Cabo Frio, no dito Estado, durante o tempo em que este Ministerio não tiver necessidade de reconstruil-o, pelo que este providenciar sobre a entrega daquelle forte.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 37 — AVISO DE 15 DE SETEMBRO DE 1899

Declara queos commandantes de districtos militares nas requisições de transportes, como nas declarações que tenham de fazer para ajustamento de contas com os officiaes, devem declarar o motivo da viagem.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1899
— N. 1609.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Constituindo um inconveniente para a apreciação da legalidade da despesa o procedimento seguido por alguns commandantes de guarnições e de fronteiras de requisitarem passagens para officiaes e praças sem especificarem o motivo determinante de taes concessões, procedimento esse que se tem generalisado contra o disposto nas circulares de 30 de outubro de 1860 e 2 de abril de 1879, e no aviso de 10 de janeiro de 1861, recommendas em ordem do dia dessa repartição ás autoridades militares, que nas requisições de transporte, assim como nas declarações que tenham de fazer para ajustamento de contas com os officiaes que devem seguir viagem, mencionem sempre o motivo determinante dessa viagem.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 38 — PORTARIA DE 21 DE SETEMBRO DE 1899

Declara que são de primeira classe as commissões desempenhadas por officiaes do Exercito nos districtos militare.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1899
— N. 17.

O Sr. Presidente da Republica manda, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Sr. delegado fiscal do Thesouro Federal na Bahia, que ao alferes do 16º batalhão de infantaria, Augusto Alvaro de Bittencourt Leite, empregado no quartel-general do commando do 3º districto militar como encarregado do embarque e desembarque de officiaes e praças da guarnição do dito Estado, compete o abono de gratificação de estado-maior de 1ª classe, visto fazer parte o mesmo official do pessoal dos quartéis-generaes dos commandos dos districtos militares, mencionado no art. 6º do regulamento respectivo e serem consideradas commissões de estado-maior de 1ª classe as que são exercidas por officiaes nesses districtos. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 39 — AVISO DE 28 DE SETEMBRO DE 1899

Sobre o abono de fardamento ás praças do Exercito reincluidas de deserção.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1899
— N. 321.

Sr. Intendente Geral da Guerra — Em solução á consulta feita pelo capitão do 39º batalhão de infantaria, Gonçalo Corrêa Lima, sobre o modo de interpretar a 13ª observação da tabella n. 1 de distribuição de fardamento, consulta que acompanhou o vosso officio n. 1861, de 14 deste mez, vos declaro, para que o faças constar áquelle capitão, que não tem ella fundamento, estando o assumpto resolvido, porque as praças reincluidas de deserção, enquanto presas para sentenciar só teem direito depois de vencidas, a partir da data da apresentação ou captura, ás peças de fardamento especificadas na dita observação; nenhuma outra lhes competindo no acto da reinclusão, como claramente se deprehende da mesma observação e tem sido praticado pelos corpos.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 40 — AVISO DE 9 DE OUTUBRO DE 1899

Declara que os officiaes e praças que teem o curso completo das extinctas escolas praticas do Exercito devem prestar os exames de que tratam os arts. 132 a 188 do regulamento de 18 de abril de 1898.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1899 — N. 1709.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — O alferes do 6º regimento de cavallaria, Octaviano Jansen Pereira, alumno da Escola Preparatoria e de Tactica do Rio Pardo, consulta si os officiaes e praças que teem o curso completo das extinctas escolas praticas do Exercito devem prestar os exames de que tratam os arts. 182 a 188 do actual regulamento.

Em solução a esta consulta, que acompanhou o officio do commandante daquella escola, n. 1003, de 29 de agosto ultimo, declara ao mesmo commandante que, quaesquer que sejam os exames praticos que tenham os officiaes e praças em questão, não devem ser dispensados de nenhuma das provas praticas exigidas pelo citado regulamento, não só porque nos ultimos tempos era irregular a instrucção dada nas referidas escolas praticas, como porque os exames de que trata o art. 182 teem por fim verificar o grão de aproveitamento dos alumnos nos exercicios praticos.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 41 — AVISO DE 18 DE OUTUBRO DE 1899

Manda que na tabella de fornecimento de artigos de expediente aos corpos do Exercito se faça a observação de que o papel para officios e respectivos enveloppes devem ser timbrados.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1899 — N. 1753.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Manda declarar, em ordem do dia da repartição a vosso cargo, que nas tabellas para o fornecimento de artigos de expediente aos corpos, approvadas pelos decretos ns. 640 e 990, de 9 de agosto e 8 de novembro de 1890, publicadas nas ordens do dia da extincta Repartição de Ajudante-General, ns. 94 e 133, desse anno, deve ser feita a observação de que o papel para officios e respectivos enveloppes serão timbrados.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 42 — AVISO DE 20 DE OUTUBRO DE 1899

Declara que a alimentação dos medicos de dia aos hospitais militares deve ser fornecida pelos mesmos hospitais independentemente de indemnização.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1899 — N. 1773.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Declarae ao commandante do 2º districto militar, para os fins convenientes, que approvo a decisão por elle dada á consulta que fez o director do Hospital Militar do Estado de Pernambuco, para que se forneça, independente de indemnização, pelo dito hospital, alimentação aos medicos e pharmaceuticos de dia ao estabelecimento, segundo consta do seu officio n. 593, de 18 de agosto ultimo, dirigido ao director geral de saude, por isso que essa decisão se acha de pleno accordo com o disposto no art. 48 do regulamento de 7 de março anterior.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 43 — AVISO DE 21 DE OUTUBRO DE 1899

Declara que o julgamento do segundo exame parcial dos alumnos das escolas do Exercito deve ser feito por aula, e não tomando-se conjuntamente as médias de todas as materias estudadas como se faz no primeiro.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1899 — N. 1782.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — O commandante da Escola Preparatoria e de Tactica do Rio Pardo consulta, em telegramma de 5 do corrente, dirigido a este Ministerio, si o julgamento do segundo exame parcial deve ser feito tomando-se conjuntamente, como no primeiro, as médias de todas as materias estudadas, ou julgando-se aula por aula, como se procede na Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo.

Em solução, vos declaro, para que disso tenha conhecimento aquelle commandante, em confirmação ao telegramma que nesta data lhe dirijo, que em tal exame deve-se julgar aula por aula, como se procede na Escola do Realengo, porque tendo de ser adiado para a época das novas matriculas o exame final dos alumnos nelle inhabilitados e importando em desligamento a reprovação nesse exame final, não seria justo nelle adoptar a

apuração conjunta, o que faria com que, sem vantagem para o ensino, fossem adiados para a segunda época os exames finais dos alumnos cuja inhabilitação consistisse na média inferior a tres em uma das quatro ou cinco materias em que estivessem matriculados.

Saude e fraternidade. — J. N. de Medeiros Mallet.

Communicou-se ao intendente geral da guerra.

N. 44 — AVISO DE 23 DE OUTUBRO DE 1899

Sobre a licença pedida por um official do Exercito para responder, pela imprensa, a um artigo publicado na *Revista Militar*.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1899 — N. 1760.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — O tenente-coronel commandante do 24º batalhão de infantaria, Raphael Augusto da Cunha Mattos pede, em requerimento que submettestes á consideração deste Ministerio, permissão para publicar na imprensa artigos em resposta ao que escreveu na *Revista Militar*, sob a epigraphie — *Espirito Militar* — o general de divisão João Vicente Leite de Castro, que, segundo diz aquelle official, não fez mais do que offender os officiaes e praças das armas de infantaria e cavallaria, e tornar infiel e incompleta a historia militar do Brazil.

Em solução, vos declaro, para os devidos effeitos, que o artigo sob o titulo *Espirito Militar*, publicado pelo general João Vicente Leite de Castro, na *Revista Militar*, não pôde ser considerado offensivo ás outras armas combatentes.

O intuito desse general, publicando o seu trabalho, foi evidentemente historiar os feitos da arma de artilharia a que pertencem, sem a preocupação de negar ou mesmo diminuir a importancia real das outras armas do Exercito, que, tambem como aquella, teem tradições gloriosas.

Exemplos analogos são encontrados na litteratura militar das nações europeas e até mesmo particularizando a historia de cada regimento ou batalhão para commemorar seus feitos, que constituem a historia da força armada de cada paiz.

Assim, nego, por inconveniente, permissão ao tenente-coronel commandante do 24º batalhão de infantaria para, nos termos em que a solicita, alimentar discussão com o fim de mostrar a superioridade de uma arma sobre outra.

Entretanto, será muito louvavel que aquelle commandante publique na mencionada *Revista* os seus estudos sobre a historia militar da arma de infantaria, que igualmente tem tradições honrosas de disciplina e valor.

Saude e fraternidade. — J. N. de Medeiros Mallet.

N. 45 — AVISO DE 25 DE OUTUBRO DE 1899

declara que os reformados e aposentados que baixarem nos hospitais militares devem indemnisar a importancia da despesa feita com o seu tratamento.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1899 — N. 30.

Sr. Director Geral de Saude — De posse de vosso officio n. 1167, de 9 do corrente, vos declaro que, quando baixarem aos hospitais militares desta Capital reformados e aposentados, deve-se dar disso immediata communicação á Contadoria Geral da Guerra, para se providenciar de modo a effectuar-se a contribuição devida, descontando-se áquelles a importancia do meio-soldo respectivo, durante o tempo em que estiverem em tratamento, e solicitar-se do Ministerio da Fazenda, quanto a estes, o desconto da metade do ordenado.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 46 — AVISO DE 31 DE OUTUBRO DE 1899

Declara como deve ser contado o tempo de serviço do pessoal das escolas do Exército para o abono das gratificações additionaes.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1899 — N. 270.

Sr. Commandante da Escola Militar do Brazil — Em solução ao officio que me dirigistes em 10 do corrente, sob n. 2781, tratando do modo por que é feita a contagem do tempo de serviço dos membros do magisterio dos estabelecimentos militares de instrucção para a percepção das gratificações additionaes, vos declaro, para os fins convenientes, que a norma a seguir-se é a consignada nas disposições communs ás instituições de ensino superior, approvadas pelo decreto ns. 1159, do 3 de dezembro de 1892, nos decretos ns. 230, de 7 de dezembro de 1894 e 5529, de 17 de janeiro de 1874, art. 231 e outros e avisos do Ministerio da Fazenda, de 20 de janeiro de 1893, 19 de janeiro e 22 de junho de 1897, e 19 de março de 1898, da Justiça e Negocios Interiores, de 27 de julho e 8 de agosto de 1893, 21 de janeiro de 1894, 20 de fevereiro de 1895, 10 de outubro de 1896 e 24 de agosto de 1898, e do da Guerra, de 25 de março e 15 de abril de 1895, 11 de fevereiro de 1896 e 1 de setembro de 1898, devendo ser remetidas á Contadoria Geral da Guerra as alterações detalhadas dos interessados e ficar tudo sujeito ao exame da mesma contadoria.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mallet.*— Communicou-se aos commandantes da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo e do Collegio Militar e ao chefe do estado-maior do Exército, para o fazer constar ao da Escola do Rio Pardo.

N. 47 — AVISO DE 3 DE NOVEMBRO DE 1899

Sobre a antiguidade de uma praça promovida ao posto de alferes, tendo anteriormente servido como substituto no Exercito.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1899 — N. 243.

Sr. Commandante da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo — O alferes do 6º batalhão de infantaria Eduardo Neves, alumno dessa escola, em requerimento que acompanhou o vosso officio n. 181, de 18 de agosto ultimo, consulta si o tempo de serviço que o substituto presta pelo substituido, constitue antiguidade superior á praça que elle verificar posteriormente e si, dado o caso de haver sido o substituto promovido ao posto de alferes, tendo-lhe sido ou não contado o tempo pelo qual se obrigou a servir pelo substituido, fica o mesmo substituto mais antigo na turma da promoção do que os outros; que foram voluntarios ao tempo em que elle terminava aquelle prazo, e promovidos na mesma data.

Em solução a esta consulta, vos declaro, para os fins convenientes, que, em vista da lettra da resolução de 28 de outubro de 1874, o tempo que o substituto contar pelo substituido constitue antiguidade superior á praça que elle depois verificar e assim tambem que, no caso de ter sido o substituto promovido a alferes, contando-se-lhe ou não o tempo pelo qual se viu pelo substituido, fica aquelle mais antigo na turma da promoção do que os outros que foram voluntarios ao tempo em que elle terminava o prazo, e promovidos na mesma data.

Saude e fraternidade. — J. N. de Medeiros Mallet.

N. 48 — AVISO DE 4 DE NOVEMBRO DE 1899

Declara que o alumno militar inhabilitado no segundo exame parcial é obrigado a prestar exame final das materias em que tiver sido inhabilitado, na época das matriculas, prestando os das em que tenha sido habilitado nas épocas regulamentares e não pôde ser dispensado da frequencia obrigatoria das respectivas aulas.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1899 — N. 1831.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Tendo o commandante da Escola Preparatoria e de Tactica do Rio Pardo, em telegramma de 25 do mez findo, consultado si, em vista do disposto no § 4º do art. 160 do respectivo regulamento, os alumnos são obrigados a prestar exame final, na época das matri-

culas, das materias em que foram inhabilitados no segundo exame parcial, e, no caso negativo, si devem elles ser sujeitos á frequencia das aulas respectivas, até o seu encerramento, vos declaro, para que o façaes constar áquelle commandante, que os alumnos são obrigados a prestar exame final, na época das matriculas, das materias em que foram inhabilitados no segundo exame parcial, e sómente dessas materias, porque das outras, isto é, daquellas em que foram julgados habilitados nesse segundo exame parcial, prestam elles exame final na época regulamentar; e que tendo de prestar exame final das materias em que foram inhabilitados no segundo exame parcial, não podem ser dispensados da frequencia obrigatoria das respectivas aulas, principalmente destas em que é maior o seu atrazo, tanto que nellas foram inhabilitados.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 49 — AVISO DE 4 DE NOVEMBRO DE 1899

Declara que os officiaes honorarios do Exercito só podem usar espada quando em serviço, ou em actos solemnes.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1899.

Sr. Secretario dos Negocios da Justiça do Estado de S. Paulo — De posse de vosso officio n. 461, de 3 de junho findo, transmitindo-me o telegramma que vos dirigiu o delegado de policia do Ribeirão Preto, no qual consulta si o official honorario do Exercito pôde andar fardado e armado sem estar em serviço, vos declaro que nenhuma disposição prohibitiva existe relativamente ao uso da farda, e que estabelecendo o decreto n. 1936, de 14 de janeiro de 1895, o uso da espada pelos officiaes do Exercito sómente quando em serviço ou em actos solemnes, com maioria de razão deve esta disposição ser applicada aos officiaes honorarios.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 50 — AVISO DE 6 DE NOVEMBRO DE 1899

Declara que a hernia da linha alva de que soffre um sargento telegraphista do Exercito não o impossibilita de continuar no serviço.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1899 — N. 1838.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Declaro-vos que, de accordo com o que informaes em officio n. 2286, de 3 do corrente, deve continuar a servir no Exercito o sargento telegraphista do

1º batalhão de engenharia Hermann Duarte Cardoso, o qual em inspecção de saúde a que foi submettido em 14 do mez findo, pelo conselho superior de saúde foi julgado soffrer de hernia da linha alva, curavel mediante operação ou contensiva por meio de aparelho apropriado, visto não o impossibilitar essa molestia de ficar no Exercito desde que faça o emprego do competente aparelho ou queira sujeitar-se á operação, a que poderia ser obrigado no caso de previamente declarar-se não offerecer ella gravidade.

Saude e fraternidade.—*J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 51 — AVISO DE 22 DE NOVEMBRO DE 1899

Sobre a computação do tempo de serviço dos officaes e praças que fizeram parte da expedição que operou no interior do Estado da Bahia.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1899 — N. 1931.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Deferindo o requerimento em que o alferes do 4º batalhão de infantaria José de Carvalho Lima pede que seja averbada em seus assentamentos a contagem, pelo dobro, como de campanha, do tempo em que esteve nas operações de guerra em Canudos, no interior do Estado da Bahia, vos declaro, para os fins convenientes, que tal averbação deverá ser feita, sómente para a reforma, nos assentamentos de todos os officaes e praças que alli operaram durante o periodo decorrido do dia da chegada das tropas da expedição Arthur Oscar, respectivamente á Bahia e Aracajú, até 5 de outubro de 1897, data da tomada daquella cidadella.

Saude e fraternidade.—*J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 52 — AVISO DE 6 DE DEZEMBRO DE 1899

Sobre a accumulção das funções do cargo de secretario de um corpo com as de ajudante ou com o commando de uma ou mais baterias.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1899 — N. 2020.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Tendo o 2º tenente do 4º batalhão de artilharia Manfredo Fernandes de Mello consultado, por intermedio do commandante do 1º districto militar,

si pôde o secretario de um corpo accumular, por falta de officiaes, as suas funcções com as de ajudante ou com o commando de uma ou mais baterias, vos declaro, para que o façaes constar áquelle commandante, que, de accordo com a vossa informação, taes accumulações só deverão ser permittidas accidentalmente e por falta absoluta de officiaes, devendo logo ser requisitados officiaes de outros corpos da circumscripção para attender-se a esse serviço.

Saude e fraternidade.—*J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 53 — AVISO DE 12 DE DEZEMBRO DE 1899

Declara que as promoções de officiaes inferiores, que se realizarem de 1 de janeiro a 1 de março de cada anno, não serão attendidas para as preferencias ás matriculas nas escolas preparatorias do Exercito.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1899
— N. 2060.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Declaro-vos que as promoções de inferiores que se derem nos corpos do Exercito, de 1 de janeiro a 1 de março de cada anno, não serão attendidas para as preferencias ás matriculas nas escolas preparatorias e de tactica, em vista do que expõe o commandante da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo, em officio n. 1898, que vos dirigiu em 1 do corrente.

Saude e fraternidade.—*J. N. de Medeiros Mallet.*

N. 54 — AVISO DE 18 DE DEZEMBRO DE 1899

Indefere o requerimento em que o professor do Collegio Militar, He-meterio José dos Santos, pediu que se lhe passasse patente do posto de major.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1899
— N. 176.

O Sr. Presidente da Republica manda, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Supremo Tribunal Militar, para os fins convenientes, que, conformando-se com o parecer do mesmo tri-

bunal, exarado em consulta de 27 do mez findo ¹, resolveu, em 15 do corrente, indeferir o requerimento em que o professor do Collegio Militar desta Capital, Hemeterio José dos Santos, pediu

¹ Sr. Presidente da Republica — Mandastes, em aviso do Ministerio da Guerra, n. 144, de 27 de outubro findo, que este Supremo Tribunal consulte com seu parecer sobre o requerimento do professor do Collegio Militar, Hemeterio José dos Santos, no qual pede ao Sr. Presidente da Republica que lhe mande passar a patente do posto de major, de que se acha investido, ar-vi do decreto n. 2532, de 23 de junho de 1897, afim de, no Thesouro Nacional, pagar o sello e os emolumentos da lei.

Como fundamento desta pretensão, allega o peticionario servir no magisterio do referido collegio desde outubro de 1889, tendo sido graduado no posto de major pelo decreto legislativo n. 1775, de 20 de agosto de 1894, com plena garantia do art. 74 da Constituição da Republica.

O coronel commandante do Collegio, na sua informação, constante do officio n. 1500, de 20 do referido mez de outubro ultimo, com o qual encaminhou a petição do supplicante, diz que os diversos regulamentos, por que se tem regido este instituto, concederam: o de 1889, a graduação de capitão aos professores, de tenente aos adjuntos e de alferes ao professor de musica e mestres; os de 1890 e 1892, estabeleceram o uso das insignias aos empregados do magisterio, de accordo com o estatuido para as escolas militares, e, finalmente, o de 20 de agosto de 1894 determinou que essas insignias seriam de major para os professores, de capitão para os adjuntos e de tenente para os professores de musica e mestres civis.

Terminando sua informação, diz ainda o commandante do Collegio: « O actual regulamento, o de 18 de abril de 1898, não cogita do assumpto; attendendo, porém, que os professores civis deste Collegio, como o peticionario, estão comprehendidos nos considerandos do decreto n. 2532, de 23 de junho de 1897, parece de equidade, sinão de justiça, no caso de ser attendida a presente pretensão. »

A secção de exame da Secretaria da Guerra, que tambem foi ouvida, citando o art. 69 do regulamento que baixou com o decreto n. 1775 A, de 20 de agosto de 1894, que dispõe que os professores, mestres e empregados da administração, que não forem militares, emquanto exercerem quaesquer funções no Collegio, estão sujeitos ao regimen militar, em toda sua plenitude, não só no que diz respeito aos direitos como aos deveres, cada um de accordo com as insignias dos postos que usarem; e no § 1º estabelece que o commandante — nos actos escolares — usará as insignias de coronel, os professores as de major, etc.; a secção de exame pensa que a graduação que o supplicante tem de major, como professor do Collegio Militar, não lhe dá direito á patente, mas, como aos funcionarios civis do Ministerio da Marinha, em virtude do decreto n. 2532, de 23 de julho de 1897, mandaram se passar patentes das honras dos postos que lhes competem, e o supplicante, graduado no posto de major, é vitalicio, acha conveniente ouvir-se o Supremo Tribunal.

Este tribunal vem, pois, dar o seu parecer, que é o seguinte:

Nenhuma disposição se encontra em nossa legislação que favoreça a pretensão do supplicante.

Pelo contrario: tendo o peticionario apenas o uso, nos actos escolares, das insignias do posto de major, por ser professor do Collegio

que se lhe mandasse passar a patente do posto de major, allegando se achar nelle investido, *ex-vi* do decreto n. 2532, de 23 de junho de 1897.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

Militar, art. 69 § 1º, já citados, do regulamento que baixou com o decreto n. 1775 A, de 20 de agosto de 1891, está comprehendido na prohibição do decreto de 13 de março de 1824 e imperial resolução de 12 de agosto, tomada sobre consulta do Conselho Supremo Militar, de 27 de julho, tudo de 1868, que mandou conceder patentes de officiaes honorarios aos individuos assim considerados pelo decreto de 15 de fevereiro do mesmo anno, em attenção aos serviços prestados na guerra do Paraguay, como se tenhã procedido com os officiaes honorarios, creados pela lei n. 23, de 16 de agosto de 1838.

Convem notar que, tendo a segunda parte da mesma consulta opinado que se estendesse a concessão de patentes aos individuos que gosavam de honras de postos militares com o uso de uniformes, pelos empregos que occupavam nas repartições da Guerra e Marinha, só com effeito emquanto os concessionarios exercessem os ditos empregos, ou quando adquirissem direito vitalicio a taes honras, o Governo não se conformou com esse parecer do Conselho Supremo Militar e suscitou a observancia do decreto de 13 de março de 1824, acima referido.

Estas disposições estão em inteiro vigor, pelo menos para o Ministerio da Guerra, porque nenhuma outra foi promulgada, para o caso, que viesse alteral-as.

O decreto n. 2532, de 23 de junho de 1897, pelo seu caracter particular e effeito restrito, que teve, parece só aproveitar, como um favor especial aos empregados civis da administração do Ministerio da Marinha que gosavam honras de postos da Armada, sem direito, até então, ás respectivas patentes.

E' certo que o peticionario é vitalicio no logar de professor do Collegio Militar e, nesse cargo, tem plena garantia da Constituição da Republica, como allega; mas isto não lhe dá direito á patente que deseja e que mesmo é desnecessaria ao peticionario para garantir o uso das insignias do posto de major, para que muito vale o seu diploma de professor, de que dimana este direito.

Os ministros marechaes Rufino Galvão e Tude Neiva, divergindo de seus collegas, deram o seguinte voto:

Não contestamos que na Repartição da Guerra não exista disposição alguma que favoreça a pretensão do requerente, mas, tendo o decreto n. 2532, de 23 de junho de 1897, resolvido que fossem confirmadas, por carta patente, as honras dos postos que competem aos funcionarios civis do Ministerio da Marinha, quando fossem vitalicios, em virtude dos respectivos regulamentos, nos parece muito justo que os funcionarios civis do Ministerio da Guerra, nas mesmas condições daquelles, gosem do mesmo privilegio, porquanto ambos servem nas classes armadas da Nação, os quaes devem ter as mesmas prerogativas.

Não podemos comprehender a razão de ser dessa desigualdade, e assim somos de parecer que se façam extensivas ao Ministerio da Guerra as disposições do citado decreto n. 2532, de 23 de junho de 1897, sendo por consequencia attendido o requerente e todos os civis que se acharem em igualdade de condições.

E' este o parecer que o Supremo Tribunal Militar submette á vossa consideração.

N. 55 — AVISO DE 26 DE DEZEMBRO DE 1899

Declara que os officiaes e praças que tiverem de se matricular ou de fazer exames vagos nas escolas do Exercito devem indemnizar a importancia do transporte seu e de suas familias.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1899 — N. 2134.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Sendo muito frequente o facto de officiaes e praças iniciarem seus estudos nos periodos lectivos e, pouco depois, sob qualquer pretexto, solicitarem trancamento de matricula, ou perderem o anno, quer incorrendo em disposições regulamentares, quer obtendo licença para tratamento de saude, o que acarreta despesas de transporte a este Ministerio, determino que aos officiaes e praças que tenham de se matricular nas escolas militares, salvo os casos em que se tratar de uma primeira matricula ou de trancamento de matricula por exigencias do serviço, se desconte, dentro de cada exercicio, a importancia das despesas feitas com seus transportes, e das pessoas de familia, do logar em que se acharem até a séde da escola, e bem assim aos que tiverem de prestar exames vagos independente de matricula; o que vos declaro para os fins convenientes.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Meleiros Mallet.*

N. 56 — AVISO DE 29 DE DEZEMBRO DE 1899

Revoga o aviso de 24 de agosto deste anno, sobre a suspensão das sentenças por motivo de recurso de revisão. ¹

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1899 — N. 2162.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — Declaro-vos que o Sr. Presidente da Republica, tendo em vista o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 11 do cor-

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1899. — *Pereira Pinto.* — *Elisario Barbosa.* — *R. Galvão.* — *Tude Neiva.* — *B. Vasques.* — *J. Thomas Cantuaria.*

Foram votos os Srs. ministros almirante Coelho Neto e marechal Moura.

RESOLUÇÃO

Como parece. — Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1899. — *CAMPOS SALLES.* — *Mallet.*

¹ Vide o aviso n. 32.

renta,¹ relativa ao requerimento em que o alferes do 14º regimento de cavallaria, João Epaminondas de Andrade Jambo, condemnado por sentença do Tribunal do Jury da capital do Estado do Paraná a 28 annos de prisão simples, reclama contra o disposto no

¹ Sr. Presidente da Republica — Por intermedio do Ministerio da Guerra, em aviso de 28 de novembro ultimo, mandastes a este Tribunal, para consultar com seu parecer, os papeis referentes ao requerimento em que o alferes do 14º regimento de cavallaria João Epaminondas de Andrade Jambo, condemnado por sentença do Jury da capital do Estado do Paraná, confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça do dito Estado, a 28 annos de prisão simples, reclama contra o disposto no aviso de 25 de agosto ultimo, dirigido ao chefe do Estado-Maior do Exercito, determinando que não se lhe abonem vencimentos a partir da data em que se teve conhecimento official da referida sentença, com a allegação de não ter esta sido ainda executada, em razão de haver interposto recurso de revisão para o Supremo Tribunal Federal.

Dos papeis apresentados a este tribunal, vê-se que o alferes do 14º regimento de cavallaria João Epaminondas de Andrade Jambo, tendo sido condemnado pelo Jury da capital do Estado do Paraná a 28 annos de prisão simples, gráo maximo do art. 294, § 2º, combinado com o art. 409 do Código Penal, appellou dessa sentença que foi confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça do Estado e impetrou revisão do processo.

O juiz de direito, á vista da confirmação da sentença, solicitou do commandante do 5º districto militar, em 18 de junho deste anno, a apresentação do réo ao chefe de policia, afim de ter o destino conveniente; o que não se realizou, á vista do aviso do Ministerio da Guerra de 24 de agosto.

Não entrou, portanto, o réo no cumprimento da pena, a que fôra condemnado, e continua na posse de sua patente de alferes.

Em aviso de 25 do mesmo mez de agosto, declarou o Ministerio da Guerra que a este alferes não se deve abonar vencimento algum, desde a data em que se teve conhecimento official da sentença, aguardando-se a decisão do Supremo Tribunal Federal, no recurso de revisão apresentado antes da execução daquella sentença.

El' contra o disposto neste aviso que o peticionario reclama.

Informando a 27 de julho sobre o officio do commandante do 5º districto militar communicando a condemnação do alferes Jambo e remettendo cópia da certidão do pedido de revisão, passada pelo escripturário do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a 4ª secção do estado-maior diz parecer-lhe que á semelhança do que dispõe o art. 235, do Regulamento Processual Criminal Militar, a execução da sentença deve ter logar depois da confirmação do Supremo Tribunal Federal, e portanto o mencionado official tem de conservar-se nas condições em que anteriormente se achava.

O auditor de guerra junto ao estado-maior do Exercito diz:

« O Superior Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por accórdão n. 449, de 4 de julho do corrente anno, confirmou a sentença a que fôra condemnado pelo Jury da capital daquelle Estado o alferes do 14º regimento de cavallaria João Epaminondas de Andrade Jambo, que impetrou revisão do processo pelo Supremo Tribunal Federal.

O recurso de revisão é permittido pela Constituição nos processos

aviso que vos dirigi em 25 de agosto ultimo e que determinou que não se lhe abonem vencimentos a partir da data em que se teve conhecimento official da referida sentença, resolveu, em 22 deste mez, conformar-se com o mesmo parecer e mandar que

findos, podendo eses ser revistos em qualquer tempo (Constituição, art. 81).

Esse recurso, que é voluntario, não suspende a execução da sentença, nem no foro commum, nem no foro militar, como se deprehende (para o foro militar) do art. 259 do Regulamento Processual Criminal Militar.

O argumento de paridade, invocado pela conspicua 4.^a secção, fundado no art. 235 do citado regulamento, não pôde prevalecer, porque esse artigo refere-se á appellação interposta *ex-officio* pelos conselhos de guerra para o Supremo Tribunal Militar.

Esse recurso de appellação, sim, suspende a execução da sentença, mas não o recurso da revisão, que é voluntario e só pôde ser admittido estando o réo preso.

Em taes condições, sou de parecer que a sentença tem de ser cumprida desde já, não obstante o recurso da revista, sujeitando o réo a todas as consequências estatuidas nos regulamentos militares, ficando ainda á disposição da autoridade civil.*

Sobre a reclamação contra o disposto no aviso de 25 de agosto, o general de brigada, então commandante do 5.^o districto militar, diz no officio de 19 de setembro, dirigido ao chefe do Estado-Maior do Exercito:

« Junto vos envio o requerimento em que o alfes João Epaminondas de Andrade Jambo, preso á disposição da justiça civil deste Estado e condemnado por sentença do Superior Tribunal de Justiça a 28 annos de prisão, recorre ao Exm. Sr. Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, Presidente da Republica, da resolução tomada pelo Sr. Ministro e Secretario dos Negocios da Guerra, pela qual declara não assistir ao requerente vencimento algum desde o dia em que foi conhecida a sua sentença. O requerente allega ter appellado da sentença para o Supremo Tribunal Federal e não ter sido por isso destituido do seu posto, facto com que pretende justificar a justiça de sua pretensão.*

« Informando, cabe-me levar ao vosso conhecimento que, em face dos arts. 61 e 62 da Constituição Federal, dos quaes o primeiro diz: « As decisões dos juizes ou tribunaes dos Estados nas materias de sua competencia porão termo aos processos e ás questões, salvo quanto :

« 1.^o, *habeas-corpus*;

2.^o, espolio de estrangeiros, quando a especie não estiver prevista em convenção ou tratado.*

O segundo diz tambem: « As justiças dos Estados não podem intervir em questões submittidas aos tribunaes federaes, nem annullar, alterar ou suspender as suas sentenças ou ordens e reciprocamente a justiça federal não pôde intervir em questões submittidas aos tribunaes dos Estados, nem annullar, alterar ou suspender as decisões ou ordens destes, exceptuados os casos expressamente declarados na Constituição.*

« Os casos são os estabelecidos no art. 59 e seus paragraphos, nos quaes não se acha comprehendido o caso do requerente.

seja o requerente desde já considerado demittido do serviço, excluido do Exercito e entregue á justiça do dito Estado, nos termos do alvará de 23 de abril de 1790, pagando-se-lhe até então os vencimentos que cabem aos officiaes em processo, porquanto o

O art. 81 da Constituição Federal permite a revisão dos processos findos em materia criminal, a qualquer tempo, pelo Supremo Tribunal Federal para reformar ou confirmar a sentença.

Ora, não ficando estabelecido neste ultimo artigo que o recurso de revisão tenha effeito suspensivo e estando estabelecido nos arts. 61 e 62 da mesma Constituição que as decisões dos tribunaes dos Estados, nas materias de sua competencia, porão termo ás questões, etc., etc., e no art. 62 que a justiça federal não pôde intervir nas questões submettidas aos tribunaes dos Estados, segue-se que a appellação, que diz o requerente ter interposto ao Supremo Tribunal Federal, não pôde ter effeito suspensivo da sentença a que fôra condemnado pelo tribunal do Estado.

Assim sendo, acho que ao peticionario não assiste direito de especie alguma aos vencimentos requeridos, bem como que sua não destituição do posto é apenas uma manifestação de benevolencia por parte dos poderes competentes.

A 4ª secção do Estado Maior do Exercito informa que « o art. 259 do Regulamento Processual diz que o cumprimento da sentença ou a imposição da pena começa logo que a sentença for irrevogavel, exclusive o recurso extraordinario da revisão, e por tal motivo parece que tem direito (o requerente) aos vencimentos que competem aos presos para sentenciar, porém, considerando que o requerente não está mais ao serviço do Exercito desde o dia em que foi condemnado a 28 annos de prisão pelo Jury de Curityba e aguarda apenas a revisão que interpoz, julga que não tem direito aos ditos vencimentos, podendo, si assim for julgado acertado, abonar-se-lhe uma etapa de praça de pret.»

O auditor de guerra concorda com esta informação, á vista dos principios de direito que regem a especie.

O general de divisão, chefe do Estado-Maior, informa ao Ministro da Guerra em 7 de novembro nos seguintes termos:

O alferes do 14º regimento de cavallaria João Epaminondas de Andrade Jambo, preso á disposição do foro civil e condemnado por sentença do Supremo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a 28 annos de prisão, em petição junta a estes papeis, dirigida ao Sr. Presidente da Republica, reclama contra o determinado no aviso desse Ministerio de 25 de agosto ultimo, mandando cessar o abono de vencimentos a começar da data em que se houvesse tido conhecimento official daquelle sentença.

Havendo sido interposto o recurso de revisão antes da execução da sentença, determinastes em aviso de 24 daquelle mesmo mez de agosto que, embora ella houvesse sido passada em julgado em ultima instancia pelos tribunaes daquelle Estado, se deveria aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal em tal recurso.

Em virtude de vossa determinação contida neste segundo aviso, o alferes Jambo não foi entregue á justiça do Paraná, para cumprir a sentença a que fôra condemnado, e penso mesmo que independentemente de haver interposto o recurso de revisão, não poderia entrar no cumprimento da pena imposta, antes da formalidade necessaria de

cumprimento da sentença ou a imposição da pena começa logo que aquella for irrevogavel.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

sua exautoração determinada por decreto, visto haver incidido na disposição do art. 76 da Constituição Federal.

Nestas condições, pareça concludente que, antes da destituição de seu posto, já agora dependente da decisão do Supremo Tribunal Federal, o alferes Jambo deverá ser considerado na situação de official preso para sentenciar e, como tal, com direito aos vencimentos que teem os officiaes em circumstancias analogas.

E' o que cumpre informar, salvo melhor juizo.»

A Contadoria Geral da Guerra está de accordo com a informação do chefe do Estado Maior do Exercito.

Este tribunal passa agora a emittir sua opinião sobre o assumpto:

O cumprimento da sentença, ou a imposição da pena, começa logo que a sentença for irrevogavel e esta não pôde deixar de ser executada, nem soffrer interrupção pelo facto de interpor o réo o recurso de revisão do processo.

Este recurso não tem effeito suspensivo, como dizem muito bem o general commandante do 5º districto militar e o auditor de guerra, na sua primeira informação.

Si o condemnado for official do Exercito ou da Armada e a pena a de prisão por mais de dous annos, e este é o caso do alferes Andrade Jambo, é consequencia irremissivel e immediata a perda da respectiva patente para que o réo possa ser recolhido sem demora a prisão civil em execução da sentença.

Entretanto, não se procedeu assim com o alferes em questão.

O Ministro da Guerra, em aviso de 24 de agosto, mandou declarar ao commandante do 5º districto militar que, tendo sido interposto o recurso de revisão antes da execução da sentença e embora tenha esta sido passada em julgado em ultima instancia pelos tribunaes estaduais, dever-se-ha aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal em tal recurso.

Assim, o alferes Andrade Jambo continuou nas condições, em que se achava, ficou aguardando decisão de um tribunal, não obstante já ter sido condemnado.

Tendo sido suspensa, posto que não regularmente, a execução da sentença esse official, ainda de posse de sua patente, tem direito ás vantagens que ella garante e, portanto aos vencimentos que lhe competirem, na situação em que se acha.

Pelo exposto, o Supremo Tribunal Militar é de parecer que o alferes João Epaminondas de Andrade Jambo deve ser desde já demittido do posto e entregue á justiça do Estado do Paraná, afim de cumprir a pena a que foi condemnado pelos tribunaes desse Estado, abonando-se-lhe os vencimentos que cabem aos officiaes em processo, emquanto não se der demissão do posto.— Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1899.— *Pereira Pinto.*— *Miranda Reis.*— *E. Barbosa.*— *Tade Neiva.*— *C. Neto.*— *B. Vasques.*— *F. A. de Moura.*

RESOLUÇÃO

Como parece.— 22 de dezembro de 1899.— CAMPOS SALLES— *Mallet.*

DO

	Pags.
N. 1 — Em 7 de janeiro de 1899 — Declara não ser da competência dos engenheiros fiscaes approvar, ainda que provisoriamente, alterações nas tarifas das Estradas de Ferro.	1
N. 2 — Em 12 de janeiro de 1899 — Declara que a Directoria da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana tem o dever de enviar um quadro demonstrativo do respectivo pessoal á Fiscalização da mesma estrada.	1
N. 3 — Em 13 de janeiro de 1899 — Approva os actos da Directoria dos Correios, tendentes a verificar e reprimir o crime de peculato commetido na agencia do Correio da cidade do Ribeirão Preto, Estado de S. Paulo.	2
N. 4 — Em 19 de janeiro de 1899 — Regula o modo pelo qual devem ser dadas as férias do pessoal da Estrada de Ferro Central do Brazil.	3
N. 5 — Em 20 de janeiro de 1899 — Autoriza a criação na Repartição Geral dos Telegraphos de uma sub-secção, de caracter provisorio, annexa á secção de receita da Contadoria Geral.	3
N. 6 — Em 20 de janeiro de 1899 — Declara caduca a concessão do contracto celebrado com o major Francisco das Chagas Pinto Salles, em 21 de outubro de 1890, para fundação de nucleos agricolas no Estado de S. Paulo.	4
N. 7 — Em 21 de janeiro de 1899 — Nomêa o Dr. Didimo Agapito da Veiga arbitro por parte da Fazenda Nacional e um dos advogados, Drs. José Maria Leitão da Cunha, Affonso Pinto Guimarães e José de Oliveira Coelho, terceiro arbitrador na liquidação de David Saxe de Queirod contra a Fazenda Nacional.	44
N. 8 — Em 25 de janeiro de 1899 — Declara qual o Ministerio competente para conhecer da incompatibilidade entre os cargos de agentes do Correio e de supplente do substituto do juiz seccional.	5
N. 9 — Em 31 de janeiro de 1899 — Autoriza alterações no tempo de trabalho operario nas officinas do Engenho	

	Pags.
de Dentro e nas dos Depósitos, no interior da Estrada de Ferro Central do Brazil.	5
N. 10 — Em 31 de janeiro de 1899 — Sobre a cessão ao Governo do Estado de S. Paulo do proprio nacional denominado « Alojamento de Immigrantes », situado em Campinas, no mesmo Estado.	6
N. 11 — Em 31 de janeiro de 1899 — Sobre a cessão ao Governo do Estado de S. Paulo do proprio nacional denominado « Alojamento de Immigrantes », situado em Campinas, no mesmo Estado.	6
N. 12 — Em 31 de janeiro de 1899 — Declara que as licenças em prorrogação obedecem, para os effeitos do pagamento do sello, aos preceitos observados com relação ás primitivamente concedidas, e de que trata o § 5º da tabella B do regulamento annexo ao decreto n. 2573, de 3 de agosto de 1897.	7
N. 13 — Em 31 de janeiro de 1899 — Declara livre de franquia a correspondencia da Sociedade Nacional de Agricultura.	7
N. 14 — Em 3 de fevereiro de 1899 — Declara qual a autoridade competente não só para examinar a correspondencia dos presos, tanto no acto do recebimento, como no de remessa, mas tambem para encarregar-se do deposito dos fundos e valores, na Capital Federal.	8
N. 15 — Em 3 de fevereiro de 1899 — Approva o contracto lavrado, na Administração dos Correios do Maranhão, com o cidadão Francisco Marques Rodrigues, para arrendamento do predio sito á rua da Estrella, na capital do mesmo Estado, para o serviço do Correio.	8
N. 16 — Em 7 de fevereiro de 1899 — Declara que as licenças em prorrogação obedecem, para os effeitos do pagamento do sello, aos preceitos observados com relação ás primitivamente concedidas, e de que trata o § 5º da tabella B do regulamento annexo ao decreto n. 2573, de 3 de agosto de 1897.	9
N. 17 — Em 9 de fevereiro de 1899 — Declara que não se acham sujeitos ao pagamento de taxa postal os autos de arrecadação dos bens de ausentes, quando remettidos pelas Collectorias, por intermedio do Correio, ás autoridades estaduais.	9
N. 18 — Em 9 de fevereiro de 1899 — Declara que deve ser franqueado o porte, independente de sello, no serviço interno do paiz a todos os volumes da « Revista do Muséo Paulistano » por ella expedidos.	10
N. 19 — Em 18 de fevereiro de 1899 — Sobre a emissão de sellos commemorativos do 4º Centenario do Descobrimento do Brazil.	10
N. 20 — Em 23 de fevereiro de 1899 — Recommenda a manutenção de agente do Correio da villa de Forte, em Goyaz, no respectivo cargo, responsabilizando, por excesso de abuso de poder, ao juiz que demittira aquelle funcionario.	11

	Pags.
N. 21 — Em 23 de fevereiro de 1899 — Concede privilegio de navio de guerra ao navio <i>Pouyer Quartier</i> , da <i>Compagnie Française des Câbles Télégraphiques</i> , destinado ao lançamento, concertos etc., de cabos submarinos.	11
N. 22 — Em 27 de fevereiro de 1899 — Estabelece o modo do pagamento dos saldos provenientes de trafego mutuo ás emprezas que o tiverem com a Estrada de Ferro Central do Brazil.	12
N. 23 — Em 28 de fevereiro de 1899 — Declara que não ha que prover sobre a representação da Directoria dos Correios, relativa á entrega de malas postaes por parte da Companhia de Navegação Fluvial do Baixo S. Francisco.	12
N. 24 — Em 2 de março de 1899 — Declara valido o serviço de arrecadação das rendas da União pelas mulheres delle encarregadas, devendo ellas permanecer nos respectivos cargos e, bem assim, que se acham aptas a ser nomeadas nas vagas que occorrerem.	13
N. 25 — Em 13 de março de 1899 — Recusa a entrega immediata de carta sem caracteristico algum que traduza a sua origem official.	14
N. 26 — Em 15 de março de 1899 — Sobre o ingresso de autoridades judiciarias em repartições postaes, procedendo a diligencias judiciais.	14
N. 27 — Em 15 de março de 1899 — Sobre o ingresso de autoridades judiciarias em repartições postaes, procedendo a diligencias judiciais.	15
N. 28 — Em 18 de março de 1899 — Modifica, provisoriamente, as tarifas de transporte, na Estrada de Ferro Central do Brazil, referentes ao transporte de milho, batata, fructas verdes ou seccas, em conserva, legumes e hortaliças verdes ou seccos, em conservas, ovos, queijos, mel de abelhas e manteiga.	15
N. 29 — Em 29 de março de 1899 — Supprime os logares de agente do Correio das cidades de Rezende e S. Fidelis e os de carteiro das agencias das cidades de Sapucaia e Cantagallo.	16
N. 30 — Em 30 de março de 1899 — Fixa o prazo de 30 dias para pagamento dos sellos na prorrogação de licenças; devendo ser proferido o «cumpra-se» depois de pago o sello.	17
N. 31 — Em 4 de abril de 1899 — Declara ao engenheiro fiscal da Estrada de Ferro Central de Pernambuco que os arrendatarios da mesma Estrada não são obrigados a fornecer trens especiaes para o serviço da fiscalização, por conta do custeio.	17
N. 32 — Portaria de 17 de abril de 1899 — Manda abrir nova concorrência para o arrendamento das estradas de ferro de S. Francisco, no Estado da Bahia, e Sul de Pernambuco e Paulo Afonso, no Estado das Alagoas.	18
N. 33 — Em 5 de abril de 1899 — Presta esclarecimentos á União, situadas no Estado do	

	Paga
Paraná, adquiridas em 1373 para estabelecimento de immigrantes russos-allemaes	19
N. 34 — Em 8 de abril de 1899 — Autoriza a Directoria Geral dos Correios a lavrar o contracto para a realização do serviço de condução de malas, entre esta Capital e Petrópolis, por S. José do Rio Preto, com o cidadão George Sand	20
N. 35 — Em 11 de abril de 1899 — Liberta de qualquer multa as letras hypothecarias que se não acharem sorteadas, devendo ser, portanto, entregues aos destinatarios	20
N. 36 — Em 14 de abril de 1899 — Concede privilegio de navio de guerra aos navios <i>Pouyer Quartier</i> e <i>Contre-Amiral Caubet</i>	21
N. 37 — Em 19 de abril de 1899 — Rejeita o projecto do esta- belecimento de uma linha telegraphica entre esta capi- tal e a cidade de Aracaty.	21
N. 38 — Em 22 de abril de 1899 — Declara livres de porte vo- lumes contendo sementes, destinados á Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de S. Paulo. . .	21
N. 39 — Em 24 de abril de 1899 — Declara livre de porte a cor- respondencia expedida pela Associação do 4º Centenario do Descobrimento do Brazil e, bem assim, a que lhe for endereçada	22
N. 40 — Em 6 de maio de 1899 — Manda classificar na 5ª classe da tarifa n. 3 os tubos de ferro laminado, galvanizado ou não, destinados á condução de agua	22
N. 41 — Em 8 de maio de 1899 — Providencia sobre um accordo entre a Estrada de Ferro Central do Brazil e as demais ferro-vias que mantem trafego mutuo com a mesma estrada, de modo que, de accordo com o horario da- quella, seja regularisado o das differentes estações das mencionadas ferro-vias.	23
N. 42 — Em 9 de maio de 1899 — Concede á « Amazon Tele- graph Company, limited » permissão para assentar cabo aereo em alguns trechos da sua rede telegraphica, sem prejuizo de quizesquer linhas que o Governo pretenda estender nesses mesmos trechos	23
N. 43 — Em 16 de maio de 1899 — Declara dever ser observada a disposição regulamentar sobre o provimento tempo- rario do cargo de thesoureiro dos Correios do Pará, sendo, entretanto, autorizado o administrador a designar empregado de sua confiança para exercel-o, até que seja nomeado um funcionario effectivo	24
N. 44 — Em 19 de maio de 1899 — Approva modificações pro- visorias nas tarifas dos assucars finos, com excepção do de beterraba	24
N. 45 — Em 23 de maio de 1899 — Autoriza a « Compagnie Au- xiliaire de Chemins de fer au Brésil », arrendataria da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, a fazer provisoriamente uma redução de 20 % nas tarifas actuaes da mesma estrada para todos os transportes com-	

	Pags.
prehendidos entre as estações de Taquary, Cachoeira e intermediarias	25
N. 46 — Em 26 de maio de 1899 — Autoriza a emissão de bilhetes de excursão na Estrada de Ferro Central do Brazil, de accordo com as instrucções organisadas pela Directoria da mesma estrada; e quanto ás passagens de suburbios, autoriza, outrosim, sómente as assignaturas, validas dentro do prazo de 35 dias, em grupo de 60 passagens, em qualquer direcção, com abatimento de 25% nos preços actuaes.	25
N. 47 — Em 8 de junho de 1899 — Declara que a União tem direito á cobrança da quantia de \$1:925\$, distribuida em 1896 ao Estado do Piauhv, para o serviço de imigração.	26
N. 48 — Em 17 de junho de 1899 — Autoriza o abatimento de 30% sobre os preços da 7ª classe da tarifa 3, em vigor na Estrada de Ferro Central do Brazil para o transporte de carochos de algodão.	26
N. 49 — Em 30 de junho de 1899 — Isenta de porte a remessa de relatorios, informações e quaesquer documentos dessa natureza, a que se refere a circular n. 3, de 31 de maio findo, ao Museu Commercial de Philadelphia	26
N. 50 — Em 3 de julho de 1899 — Mantendo a decisão do aviso n. 12, de 31 de janeiro de 1893, autoriza, entretanto, a Directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil a providenciar no sentido de se dar por terminado o trabalho das officinas da Locomoção ás 4 1/2 horas da tarde, sómente nos mezes de maio, junho e julho do anno . .	27
N. 51 — Em 6 de julho de 1899 — Trata da gratificação devida ao empregado que substituir outro em seu impedimento temporario, nos casos previstos no art. 56 do regulamento da Estrada de Ferro Central do Brazil. . . .	27
N. 52 — Em 7 de julho de 1899 — Declara que compete á União a renda proveniente do transito pelos Correios da Republica da correspondencia dos das convenções que se utilisarem daquelle serviço de navegação para transporte de suas malas.	28
N. 53 — Em 11 de julho de 1899 — Mantia supprimir os bilhetes singelos de suburbios, na Estrada de Ferro Central do Brazil, entre a cidade de Ouro Preto e a estação Rodrigo Silva, mantidas as assignaturas de 25 passagens de ida e volta, de 1ª e 2ª classes, entre aquelles pontos, validas por um mez	29
N. 54 — Em 19 de julho de 1899 — Autoriza a inclusão na tarifa 6 A da Estrada de Ferro Central do Brazil do gado muar e cavallar, quando a expedição for superior a 100 cabeças	29
N. 55 — Em 26 de julho de 1899 — Autoriza a Directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil a transferir para a 5ª classe da tarifa n. 3 os artefactos classificados na 2ª e 4ª classes da mesma tarifa	30

INDICE DAS DECISÕES

	Pags
N. 56 — Em 31 de julho de 1899 — Modifica a classificação nas tarifas da Estrada de Ferro Central do Brazil de varios generos alimenticios, em favor da lavoura de productos nacionaes expedidos das estações do interior para a da Capital Federal	30
N. 57 — Em 31 de julho de 1899 — Altera o art. 173 das tarifas e condições regulamentares da Estrada de Ferro Central do Brazil	31
N. 58 — Em 4 de agosto de 1899 — Autoriza a redução nos fretos de ferro guza, ferro fundido ou moldado, carvão de pedra e carvão vegetal, os dois primeiros procedentes e os dois ultimos destinados à Usina Esperança, e transportados pela Estrada de Ferro Central do Brazil.	31
N. 59 — Em 4 de agosto de 1899 — Reconhece o direito que assiste á Companhia Metropolitana sobre burgos agricolas	32
N. 60 — Em 19 de agosto de 1899 — Autoriza a redução da taxa dos telegrammas passados por particulares das estações da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana para as da « Sud Ouest Brésiliens », não servidas pelo Telegrapho Nacional, e vice-versa	32
N. 61 — Em 28 de agosto de 1899 — Autoriza a Directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil a estabelecer, como experiencia, uma tarifa especial para o café procedente das estações paulistas e despachado em S. Paulo para esta Capital.	33
N. 62 — Em 29 de agosto de 1899 — Declara-se á Directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil ter este Ministerio resolvido que a Estrada de Ferro do Piau entre provisoriamente no gozo das mesmas vantagens de que usufrue a Estrada de Ferro Leopoldina, nos termos do art. 80 das condições regulamentares.	33
N. 63 — Em 4 de setembro de 1899 — Multa os clavicularios da Repartição Geral dos Correios, Aureliano Martins de Azambuja Meirelles, Antonio Moreira de Oliveira e Silva e Antonio de Souza Martins, em virtude do desfalque pelo qual foram responsabilizados.	34
N. 64 — Em 6 de setembro de 1899 — Declara subsistente a obrigação de transporte de malas postaes, seja qual for o seu conteúdo, por parte dos paquetes.	34
N. 65 — Em 11 de setembro de 1899 — Estabelece a vigencia da autorização contida no art. 23, § 3º, da lei n. 490, de 1897 ; outrossim, considera proprio nacional o trapiche situado á praia da Gambôa, construido em 1872 pela Inspeção Geral das Obras Publicas, destinado para deposito de material telegraphico.	35
N. 66 — Em 11 de setembro de 1899 — Declara não poderem ter curso no Correio os cartões com vista trazendo a inscripção « Bilhete Postal ».	35
N. 67 — Em 12 de setembro de 1899 — Resolve que continuem a vigorar por mais um anno, na Estrada de Ferro de	

	Pags.
Paulo Affonso, as tarifas approvadas provisoriamente pelo aviso de 22 de junho de 1898.	36
N. 68 — Em 15 de setembro de 1899 — Evidencia o direito da União ao proprio nacional destinado a alojamento de imigrantes, situado no municipio de Campinas. . . .	36
N. 69 — Em 16 de setembro de 1899 — Approva provisoriamente a modificação proposta pela Directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil na tarifa do assucar transportado na mesma estrada.	38
N. 70 — Em 19 de setembro de 1899 — Lembra alguns alvitres a seguir o Governo do Ceará sobre a construção de uma linha telegraphica entre as cidades de Aracaty e Fortaleza.	38
N. 71 — Em 21 de setembro de 1899 — Esclarece a duvida proposta por Carlos Alegre, contractante da conclusão do trecho de Carvoracy a Alegrete, do extincto prolongamento da Estrada de Ferro de Porto-Alegre a Uruguayana sobre a intelligencia que deve ser dada á clausula IV do contracto de 31 de janeiro de 1899.	40
N. 72 — Em 14 de outubro de 1899 — Considera insubsistente a regra constante da circular n. 1, de 2 de fevereiro de 1898.	41
N. 73 — Em 19 de outubro de 1899 — Declara ao engenheiro fiscal da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana que a taxa para mercadorias expedidas por vagão completo poderá ser applicada sempre que o volume das mercadorias encher o espaço do vagão e o seu peso não seja inferior a 5.000 kilogrammas.	41
N. 74 — Em 24 de outubro de 1899 — Autoriza o recolhimento e devida substituição das taxas de 200, 100 e 50 réis, impugnadas pela Secretaria Internacional da União Postal Universal.	42
N. 75 — Em 25 de outubro de 1899 — Cede por 50:000\$ a linha telegraphica de contorno da bahia de Guanabara á <i>The Leopoldina Railway Company</i>	42
N. 76 — Em 28 de outubro de 1899 — Declara ainda em vigor a concessão da qual é cessionario o Banco Evolucionista e achar-se suspensa a execução do respectivo contracto.	42
N. 77 — Em 6 de novembro de 1899 — Declara não ser objecto de duvida um direito a aposentadoria no cargo de ajudante comprador da Inspeção das Obras Publicas. . . .	43
N. 78 — Em 10 de novembro de 1899 — Faz estabelecer, como experiencia, na Estrada de Ferro Central do Brazil as assignaturas mensaes do custo de cem mil réis por pessoa, com exclusão do imposto de transito, para as estações de Palmeiras, Rodeio e Mendes, durante a estação calmosa.	44
N. 79 — Em 18 de novembro de 1899 — Approva provisoriamente uma tarifa especial para expedição de bagagens, encomendas e mercadorias, da Estação Central á do Norte e vice-versa, na Estrada de Ferro Central do Brazil, e	

	Pag.
supprime as vantagens do art. 80 das condições regulam- mentares nos pontos situados além da estação do Norte.	45
N. 80 — Em 23 de novembro de 1899 — Autoriza a Associação do 4º Centenario do Descobrimento do Brazil o uso do tele- grapho nacional para a commemoração do dito cente- nario	45
N. 81 — Em 30 de novembro de 1899 — Faz uma redução nos preços dos fretes da madeira transportada pela Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana no percurso que é indicado	46
N. 82 — Em 30 de novembro de 1899 — Declara a incompe- tencia legal da mulher para exercer o cargo de agente de 1ª classe.	46
N. 83 — Em 2 de dezembro de 1899 — Annulla a transferencia provisoria do immovel «Fazenda do Ariró» ao dominio do Estado do Rio de Janeiro.	47
N. 84 — Em 27 de dezembro de 1899 — Crea uma agencia postal na Colonia Guarany, Estado do Rio Grande do Sul.	48
N. 85 — Em 29 de dezembro de 1899 — Autoriza a Directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil a admittir provisó- riamente o abatimento de 10 % nas tarifas do café transportado pela mesma estrada.	48

MINISTERIO DA INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

N. 1 — EM 7 DE JANEIRO DE 1899

Declara não ser da competencia dos Engenheiros fiscaes approvar, ainda que provisoriamente, alterações nas tarifas das Estradas de Ferro.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 1 — Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1899.

Para vosso conhecimento e devidos effeitos, declaro-vos que ficam approvadas as alterações, pedidas pelo arrendatario da Estrada que fiscalisaes, relativas á redução das tarifas das mercadorias de que trata o vosso officio n. 9, de 5 de agosto do anno proximo passado, fazendo-vos sentir não estar na competencia dessa fiscalização approvar, ainda que provisoriamente, alterações nas tarifas da estrada.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Engenheiro Fiscal da Estrada de Ferro Central de Pernambuco.

N. 2 — EM 12 DE JANEIRO DE 1899

Declara que a Directoria da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana tem o dever de enviar um quadro demonstrativo do respectivo pessoal á Fiscalização da mesma estrada.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 1 — Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1899.

Em solução á consulta constante do vosso officio n. 13, de 2 de julho ultimo, relativamente á requisição, que fizestes, de um quadro detalhado do pessoal empregado nos diversos serviços da estrada que fiscalisaes e consequente resposta que vos deu o Director da mesma estrada, declaro-vos, para vosso

conhecimento e fins convenientes, que essa Fiscalisação tem o dever de exigir, assim como a Directoria daquella estrada o de enviar-lhe o quadro demonstrativo do pessoal nella empregado, com discriminação dos respectivos ordenados ou salarios, *ex-vi* do disposto na lettra C, clausula VI e clausula XI do contracto de arrendamento.

Saude e fraternidade — *Severino Vieira*. — Sr. Engenheiro Fiscal da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

N. 3 — EM 13 DE JANEIRO DE 1899

Approva os actos da Directoria dos Correios, tendentes a verificar e reprimir o crime de peculato commettido na agencia do Correio da cidade do Ribeirão Preto, Estado de S. Paulo.

Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — Gabinete — Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1899.

Accuso recebido vosso officio de 10 do corrente, em que me daes contas das diligencias executadas para o fim de verificar e reprimir o crime de peculato praticado na agencia do Correio da cidade de Ribeirão Preto, Estado de S. Paulo, por meio de emissões clandestinas de vales postaes, na importancia de cerca de cem contos de réis.

Sciende do crime, da prisão do agente, realizada a 5 do corrente, e da de Euterpio Borges, effectuada nesta capital, bem como das medidas empregadas para a descoberta dos cumplices do agente e da arrestação dos bens deste, declaro-vos que merecem inteira approvação os vossos ditos actos, tornando-se digno de louvor e zelo de que ainda uma vez daes provas, no desempenho das funcções que vos foram confiadas.

Recommendo-vos que igualmente louveis ao administrador dos Correios de S. Paulo pelo procedimento zeloso e digno que teve, não menos a commissão por elle mandada a agencia do Ribeirão Preto, commissão que se houve com a precisa energia, sob a direcção do contador, que tão bem cumpriu as instrucções recebidas.

Otrosim, agradecereis em nome deste Ministerio, ao chefe de policia do Estado de S. Paulo, a promptidão e solicitude com que attendeu á requisição de prisão preventiva do agente accusado.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director Geral dos Correios.

N. 4 — EM 19 DE JANEIRO DE 1899

Regula o modo pelo qual devem ser dadas as férias do pessoal da Estrada de Ferro Central do Brazil.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 8 — Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1899.

Declaro, para os effeitos necessarios, em solução á materia do vosso officio n. 15, de 7 do corrente que, relativamente ao gozo de ferias do pessoal dessa estrada, deve ser cumprida a disposição do art. 72 do Regulamento approved pelo Decreto n. 2417, de 28 de dezembro de 1896, nos termos facultativos do mesmo artigo, sem direito, em caso algum, a qualquer abono a titulo de gratificação extraordinaria.

Saude e fraternidade — *Severino Vieira*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 5 — EM 20 DE JANEIRO DE 1899

Autoriza a criação na Repartição Geral dos Telegraphos de uma subsecção, de caracter provisorio, annexa á secção de receita da Contadoria Geral.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 12 — Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1899.

Approvando a vossa proposta em officio n. 1141, de 27 de dezembro ultimo, para a criação de uma subsecção annexa á secção de receita da Contadoria Geral, ficaes autorizado a pôr em execução provisoriamente tal medida, uma vez que ella, não acarretando despezas, traz mais de uma vantagem ao serviço interno da Repartição, como significastes.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Ao Sr. Director Geral dos Telegraphos.

N. 6 — EM 20 DE JANEIRO DE 1899

Declara caduca a concessão do contracto celebrado com o major Francisco das Chagas Pinto Salles, em 24 de outubro de 1890, para fundação de nucleos agricolas no Estado de S. Paulo.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 16 — Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1899.

Em resposta ao vosso officio n. 2, de 7 do corrente, relativamente à acção proposta contra esse Estado pelo major Francisco das Chagas Pinto Salles e sua mulher, remetto-vos tres exemplares impressos do contracto celebrado, em 24 de outubro de 1890, com aquelle cidadão, para fundação de nucleos agricolas nesse Estado, cabendo-me acrescentar que, por portaria de 11 de dezembro de 1893, foi declarada caduca a referida concessão, por ter o concessionario, contrariando o disposto na clausula 4ª, deixado de effectuar, dentro do prazo de um anno, contado da data da assignatura do termo, a aquisição do territorio preciso para a fundação do primeiro nucleo.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda do Estado de S. Paulo.

N. 7 — EM 21 DE JANEIRO DE 1899

Nomêa o Dr. Didimo Agapito da Veiga arbitro por parte da Fazenda Nacional e um dos advogados, Drs. José Maria Leitão da Cunha, Affonso Pinto Guimarães e José de Oliveira Coelho, terceiro arbitrador na liquidação de David Saxe de Queirod contra a Fazenda Nacional.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — Gabinete — Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1899.

Tenho presente o vosso officio de 16 do corrente, ao qual acompanhou cópia dos artigos de liquidação de David Saxe de Queirod, contra a Fazenda Nacional, e para satisfazer o que alli solicitaes, indico-vos para arbitro por parte desta o Dr. Didimo Agapito da Veiga, presidente do Tribunal de Contas, e para terceiro arbitrador um dos advogados, Drs. José Maria Leitão da Cunha, Affonso Pinto Guimarães e José de Oliveira Coelho.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Procurador Seccional da Republica.

N. 8 — EM 25 DE JANEIRO DE 1899

Declara qual o Ministerio competente para conhecer da incompatibilidade entre os cargos de agentes do Correio e de supplente do substituto do juiz seccional.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1899.

Em resposta ao vosso officio n. 751/2, de 27 de dezembro ultimo, em que consultastes a este Ministerio si existe incompatibilidade entre os cargos de agente do Correio e de supplente do substituto do juiz seccional, vos declaro que a solução ás consultas dessa natureza cabe mais na competencia do Ministerio da Justiça, a quem se deve dirigir o agente que recebeu daquelle Ministerio a nomeação para o referido logar.

Quanto a este Ministerio, o que lhe importa é que o serviço da agencia seja desempenhado com inteira exacção, devendo o respectivo administrador demittir o agente que, em consequencia do accumulo de funcções differentes, não desempenhar com perfeita exactidão os deveres inherentes a seu cargo.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Ao Sr. Director Geral dos Correios.

N. 9 — EM 31 DE JANEIRO DE 1899

Autoriza alterações no tempo de trabalho operario nas officinas do Engenho de Dentro e nas dos Depositos, no interior da Estrada de Ferro Central do Brazil.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 12 — Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1899.

A' vista do que expuzestes em officio n. 13, de 7 do corrente, autorizo a alteração proposta, com relação ao tempo de trabalho operario nas officinas do Engenho de Dentro dessa Estrada e nas dos Depositos, no interior; a saber: — que a entrada para o trabalho seja ás 6 $\frac{1}{2}$ da manhã com suspensão dos serviços, por $\frac{3}{4}$ de hora, para refeição ás 10 horas, terminando os trabalhos ás 5 da tarde. Como retribuição pelo accrescimo do mesmo trabalho, serão augmentados os respectivos jornaes entre 500 e 800 réis, conforme o que respectivamente perceber cada operario, sem que, entretanto, deste accrescimo possa, em caso algum, resultar excesso das consignações votadas no orçamento em vigor.

Saude e fraternidade. — *Séverino Vieira*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 10 — EM 31 DE JANEIRO DE 1899

Sobre a cessão ao Governo do Estado de S. Paulo do proprio nacional denominado « Alojamento de Immigrantes », situado em Campinas, no mesmo Estado.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria. — 2ª Secção — N. 1 — Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1899.

Não tendo o Congresso Nacional se pronunciado até hoje, sobre a cessão ao Governo desse Estado do proprio nacional denominado « Alojamento de Immigrantes », situado em Campinas, communico-vos, em nome do Sr. Presidente da Republica, que o Governo Federal resolveu declarar sem effeito o acto deste Ministerio, de 6 de março de 1893, que o transferiu a esse Estado, afim de ser entregue ao Ministerio da Fazenda, de accordo com o disposto no art. 27 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, revigorado pelo texto do art. 5º da lei n. 559, de 31 de dezembro ultimo.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Ao Sr. Presidente do Estado de S. Paulo.

N. 11 — EM 31 DE JANEIRO DE 1899

Sobre a cessão ao Governo do Estado de S. Paulo do proprio nacional denominado « Alojamento de Immigrantes » situado em Campinas, no mesmo Estado.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 14 — Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1899.

Em resposta ao vosso aviso n. 302, de 29 do mez proximo passado, communico-vos que, tendo o Congresso Nacional deixado, até hoje, de pronunciar-se sobre a cessão ao Governo do Estado de S. Paulo, do proprio nacional denominado « Alojamento de Immigrantes », situado em Campinas, no mesmo Estado, resolvi, nesta data, declarar sem effeito o acto deste Ministerio, de 6 de março de 1893, que o transferiu áquelle Estado, afim de ser entregue a esse Ministerio, de accordo com o disposto no art. 27 da lei n. 490, de 16 de novembro de 1897, revigorado pelo texto do art. 5º da lei n. 559, de 31 de dezembro ultimo.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Ao Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda.

N. 12 — EM 31 DE JANEIRO DE 1899

Declara que as licenças em prorrogação obedecem, para os effeitos do pagamento do sello, aos preceitos observados com relação ás primitivamente concedidas, e de que trata o § 5º da tabella B do regulamento annexo ao decreto n. 2573, de 3 de agosto de 1897.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 25 — Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1899.

Em solução ao vosso officio n. 6662, de 7 de novembro ultimo, declaro-vos que as licenças em prorrogação obedecem, para os effeitos do pagamento do sello, aos preceitos observados com relação ás primitivamente concedidas e de que trata o § 5º de tabella B do regulamento annexo ao decreto n. 2573, de 3 de agosto de 1897, conforme declarou o Ministerio da Fazenda em aviso de 12 do corrente.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Ao Sr. Director Geral dos Correios.

N. 13 — EM 31 DE JANEIRO DE 1899

Declara livre de franquia a correspondencia da Sociedade Nacional de Agricultura.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 26 — Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1899.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, usando da autorização constante do art. 25 (j) da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, resolve declarar livre de franquia a correspondencia da Sociedade Nacional de Agricultura.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Ao Sr. Director Geral dos Correios.

N. 14 — EM 3 DE FEVEREIRO DE 1899

Declara qual a autoridade competente não só para examinar a correspondencia dos presos, tanto no acto do recebimento, como no de remessa, mas tambem para encarregar-se do deposito dos fundos e valores, na Capital Federal.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 28 — Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1899.

Ouvido o Ministerio da Justiça acerca da consulta que fizestes em officio n. 7462, de 23 do mez findo, relativamente á entrega da correspondencia com valor, destinada a penitenciarios, communica aquelle Ministerio que compete ao Director da Casa de Correção não só examinar a correspondencia dos presos, tanto no acto do recebimento como no da remessa, deixando sómente de ler as cartas destinadas ao Ministerio da Justiça, mas tambem encarregar-se do deposito dos fundos e valores, isto quanto a esta Capital, porquanto nos Estados nenhuma interferencia em tal sentido tem o Governo Federal.

Decorre, pois, do que fica estabelecido que nos Estados devem os administradores postaes proceder de accordo com o que estiver firmado e prescripto nos regulamentos das respectivas prisões, procedendo nos casos de duvida ou omissão, de accordo com a autoridade competente.

Saude e fraternidade.— *Severino Vieira*.— Ao Sr. Director Geral dos Correios.

N. 15 — EM 3 DE FEVEREIRO DE 1899

Approva o contracto lavrado, na Administração dos Correios do Maranhão, com o cidadão Francisco Marques Rodrigues, para arrendamento do predio sito á rua da Estrella, na capital do mesmo Estado, para o serviço do Correio.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 29 — Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1899.

Declaro-vos, em solução ao vosso officio n. 64/3, de 25 do corrente, que approvo o contracto lavrado, na Administração dos Correios do Maranhão, com o cidadão Francisco Marques Rodrigues, para o arrendamento do predio sito á rua da Estrella, na capital do mesmo Estado, afim de servir á respectiva administração postal.

Saude e fraternidade.— *Severino Vieira*.— Ao Sr. Director Geral dos Correios.

N. 16 — EM 7 DE FEVEREIRO DE 1899

Declara que as licenças em prorrogação obedecem, para os effeitos do pagamento do sello, aos preceitos observados com relação ás primitivamente concedidas, e de que trata o § 5º da tabella B do regulamento annexo ao decreto n. 2573, de 3 agosto de 1897.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 32 — Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1899.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que as licenças concedidas em prorrogação obedecem, para os effeitos do pagamento do sello, aos preceitos observados com relação ás primitivamente concedidas e de que trata o § 5º da tabella B do regulamento annexo ao decreto n. 2573, de 3 de agosto de 1897, conforme declarou o Ministerio da Fazenda, em aviso n. 4, de 12 do mez proximo passado.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director Geral dos Telegraphos.

N. 17 — EM 9 DE FEVEREIRO DE 1899

Declara que não se acham sujeitos ao pagamento de taxa postal os autos de arrecadação dos bens de ausentes, quando remettidos pelas Collectorias, por intermedio do Correio, ás autoridades estadoaes.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 34 — Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1899.

Em solução ao vosso officio n. 22/2, de 18 do mez proximo passado, declaro-vos, para os fins convenientes, que os autos de arrecadação dos bens de ausentes, quando remettidos pelas Collectorias, por intermedio do Correio, ás autoridades estadoaes, não estão sujeitos ao pagamento da taxa postal.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira* — Ao Sr. Director Geral dos Correios.

N. 18 — EM 9 DE FEVEREIRO DE 1899

Declara que deve ser franqueado o porte, independente de sello, no serviço interno do paiz a todos os volumes da « Revista do Museu Paulistano » por ella expedidos.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 35 — Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1899.

Declaro-vos, em solução ao officio dessa Directoria, n. 18/2, de 15 do mez proximo findo, que deve ser franqueado o porte, independente de sello, no serviço interno do paiz, a todos os volumes da « Revista do Museu Paulistano » que forem expedidos por aquelle estabelecimento.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira* — Ao Sr. Director Geral dos Correios.

N. 19 — EM 18 DE FEVEREIRO DE 1899

Sobre a emissão de sellos commemorativos do 4º Centenario do Descobrimento do Brazil.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 140 — Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1899.

Em solução ao officio dessa Directoria Geral, n. 171/3, de 30 do mez proximo passado, declaro-vos que, tendo sido concedida, pelo art. 15 da lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898, á Comissão Central do 4º Centenario do Descobrimento do Brazil a emissão de sellos commemorativos a que o Governo Federal dará curso por periodo limitado e fixado de accordo com a mesma, convém que vos entendaes com a referida commissão no intuito de regularisar tudo que for attinente á referida emissão, trazendo opportunamente ao conhecimento deste Ministerio o que ficar estabelecido nesse sentido, para a devida approvação.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director Geral dos Correios.

N. 20 — EM 23 DE FEVEREIRO DE 1899

Recommenda a manutenção de agente do Correio da villa de Forte, em Goyaz, no respectivo cargo, responsabilizando, por excesso de abuso de poder, ao juiz que demittira aquelle funcionario.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria da Industria — 2ª Secção — N. 42 — Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1899.

Sciende do que me communicastes em vosso officio n. 93/3, dº 7 do corrente, com relação ao facto de ter sido exonerado o agente do Correio da villa de Forte, no Estado de Goyaz, pelo juiz adjunto, e nomeado outro pelo mesmo juiz, para substitui-lo, recommendo-vos que providencieis por telegramma para que o administrador dos Correios daquelle Estado mantenha no seu cargo o funcionario legitimamente nomeado, e leve o facto, com as provas que puder colher, ao conhecimento da autoridade judiciaria competente, afim de ser responsabilizado por excesso e abuso de poder o juiz que se arroga o exercicio de attribuições que lhe não competem.

Para melhor guial-o nesta parte, poderá o administrador consultar o procurador seccional no Estado de Goyaz.

Saule e fraternidade.— *Severino Vieira*.— Ao Sr. Director Geral dos Correios.

N. 21 — EM 23 DE FEVEREIRO DE 1899

Conceda privilegio de navio de guerra ao navio *Pouyer Quartier*, da *Compagnie Française des Câbles Télégraphiques*, destinado ao lançamento, concertos, etc., de cabos submarinos.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 24 — Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1899.

Tenho a honra de communicar-vos, para vosso conhecimento e fins precisos, que deferi o requerimento em que a *Compagnie Française des Câbles Télégraphiques* pediu privilegio de navio de guerra para o seu navio *Pouyer Quartier*, destinado ao lançamento, concertos, etc., de cabos submarinos, menos a isenção de direitos, que tambem requereu, e que deve pedir ao Congresso Nacional.

Saude e fraternidade.— *Severino Vieira*.— Sr. Ministro doº Negocios da Fazenda.

N. 22 — EM 27 DE FEVEREIRO DE 1899

Estabelece o modo do pagamento dos saldos provenientes de trafego mutuo ás empresas que o tiverem com a Estrada de Ferro Central do Brazil.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Gabinete — Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1899.

Em solução á consulta contida em vosso officio sob n. 93, de 11 do corrente, declaro-vos, para os precisos effeitos, que, levada a deposito no Thesouro Federal pela thesouraria dessa estrada, conjunctamente com outras importancias ali arrecadadas, a venda proveniente do trafego mutuo, deverá o pagamento dos saldos, ás empresas que os tiverem, ser feito mediante requerimento destas ao Ministerio dos Negocios da Fazenda, comprovando o seu pedido com certificado, em fôrma authentica, passado por essa estrada, no qual seja mencionada a importancia do saldo verificado, bem como as datas dos depositos que estiverem affectos ao seu pagamento.

Declaro-vos mais que, devendo ser mensalmente recolhidas ao Thesouro Federal todas as importancias arrecadadas na via-ferrea sob vossa administração, como já ficou dito, antes mesmo de discriminadas as suas origens e procedencias, é conveniente que esse recolhimento seja feito a titulo de deposito, para se evitar que figure como receita da Estrada o que effectivamente não o é, determinando-se a importancia desta nos balancetes mensaes, que indicarão as datas dos depositos de cujas importancias deverá ser deduzida a receita do mez a que se referir o mesmo balancete ou synopse.

Quanto aos demais crelores pelos referidos depositos, o pagamento será feito pelo modo indicado para as estradas que com essa têm trafego mutuo.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Ao Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 23 — EM 28 DE FEVEREIRO DE 1899

Declara que não ha que prover sobre a representação da Directoria dos Correios, relativa á entrega de malas postaes por parte da Companhia de Navegação Fluvial do Baixo S. Francisco.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 48 — Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1899.

Em solução ao vosso officio n. 560/3, de 27 de setembro ultimo, relativamente á execução do serviço de recepção e entrega de malas postaes por parte da Companhia de Navegação Fluvial do Baixo S. Francisco, declaro-vos que as informações demonstram que não ha que prover sobre a representação dessa Dire-

ctoria Geral, visto não figurar no contracto da Empreza, com os portos de escala, os logares indicados, como assim por não resultar do novo horario, aliás já approved, modificação no serviço de entrega e recebimento de malas.

Saude e fraternidade.— *Severino Vieira*.— Ao Sr. Director Geral dos Correios.

N. 24 — EM 2 DE MARÇO DE 1899

Declara valido o serviço de arrecadação das rendas da União pelas mulheres delle encarregadas, devendo ellas permanecer nos respectivos cargos e, bem assim, que se acham aptas a ser nomeadas⁸ nas vagas que occorrerem.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 55 — Rio de Janeiro, 2 de março de 1899.

Em solução ao officio n. 107/3, de 15 do mez passado, em que ponderastes que o officio que vos foi dirigido sobre o exercicio das senhoras no cargo de agentes do Correio não dá solução á consulta que fizestes em officio anterior sobre si, á vista da declaração do Ministerio da Fazenda, relativa a não poderem as senhoras ser encarregadas da arrecadação das rendas da União, deve ou não ser mantida a disposição regulamentar sobre o caso, vos declaro que nenhuma duvida ha em que as senhoras nomeadas para agencias do Correio devem continuar enquanto bem servirem nos seus cargos, assim como duvida não ha em que, na fórmula do regulamento, ellas continuem aptas para serem nomeadas em vagas que occorrerem.

O art. 9º da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897, autorizando o Ministerio da Fazenda a incumbir da cobrança das rendas internas, em dados casos, os agentes do Correio, não subordinou absolutamente os requisitos para a nomeação de agente pelo regulamento na repartição aos que as leis fiscaes exigem para os exactores das rendas publicas.

A intelligencia da citada disposição é que o Ministerio da Fazenda aproveitaria aquelles agentes onde os encontrasse idoneos para o desempenho da missão fiscal, podendo, em falta disso, ou quando o agente do Correio não tivesse recurso para habilitar-se com a respectiva fiança, escolher pessoa idonea devidamente afiançada.

Esse alvitre fica, pois, livre ao Ministerio onde as agencias forem exercidas por senhoras.

E' esta por igual a intelligencia do art. 3º, n. X, da lei n. 559, de 31 de dezembro do anno findo, que em nada collide com o regulamento dos Correios, cujos dispositivos nesta materia continuam em pleno vigor.

Saude e fraternidade.— *Severino Vieira*.— Ao Sr. Director Geral dos Correios.

N. 25 — EM 13 DE MARÇO DE 1899

Recusa a entrega immediata de carta sem caracteristico algum que traduza a sua origem official.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 39 — Rio de Janeiro, 13 de março de 1899.

Em resposta ao vosso aviso n. 11, de 17 de fevereiro proximo passado, solicitando a entrega ao imperial e real consul da Austria-Hungria, nesta cidade, de uma carta que lhe veio dirigida e a que se refere o aviso da Repartição dos Correios, de 24 de janeiro ultimo, cabe-me declarar-vos, que, não trazendo a carta em questão caracteristico algum que traduza a sua origem official, foi apprehendida, de accordo com o art. 266 do regulamento, por suspeita de conter valor.

A qualidade de consul estrangeiro, do reclamante, não é motivo para dispensa da formalidade da abertura da carta na repartição, para os effeitos do disposto no supracitado artigo, tanto mais quanto outros consules a isso se teem sujeitado, e, como exemplo mais recente, citarei o da França, que pagou a multa estatuida em lei por se ter verificado a existencia de uma cedula de 50 francos em uma carta a elle dirigida.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores.

N. 26 — EM 15 DE MARÇO DE 1899

Sobre o ingresso de autoridades judicarias em repartições postaes, procedendo a diligencias judiciais.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 63 — Rio de Janeiro, 15 de março de 1899.

Em referencia ao officio dessa Directoria Geral, n. 736, de 16 de dezembro ultimo, relativamente ás providencias solicitadas pela Secretaria dos Negocios do Interior e Justiça, sobre o facto de oppôr-se o agente do Correio de Nitheroy a que na sua repartição se procedesse a uma diligencia policial, declaro-vos, para os fins convenientes, que não procedem os argumentos do procurador do Estado do Rio, deduzidos do art. 14 do Regulamento dos Correios, por não se tratar de delicto commettido dentro da repartição postal por empregado dessa repartição ou contra elle, nem os agentes do Correio, baseados nos arts. 13 e 17, § 5º, do mesmo regulamento, por não se tratar de nenhuma das hypotheses previstas nesses dispositivos.

Em casos como o occorrente, deve o juiz competente, para ordenar o feito, requisitar a intervenção dessa Directoria, que expedirá as necessárias ordens á estação que lhe é subordinada para que seja satisfeita a requisição, e quando assim não proceda o juiz processante, cabe ao agente da estação comunicar immediatamente o facto ao seu superior.

Saude e fraternidade.— *Severino Vieira*.— Ao Sr. Director Geral dos Correios.

N. 27 — EM 15 DE MARÇO DE 1899

Sobre o ingresso de autoridades judicarias em repartições postaes, procedendo a diligencias judiciais.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 15 de março de 1899.

Em resposta á solicitação constante do officio n. 333, de 17 de setembro ultimo, da Secretaria dos Negocios do Interior e Justiça, desse Estado, ácerca do facto de oppor-se o agente do Correio de Nictheroy a que na sua repartição se procedesse a uma diligencia judicial, declaro-vos que o referido agente não tinha competencia para permittir-a e procedeu regularmente oppondo-se a sua execução, devendo o juiz competente dirigir-se nesses casos ao chefe da Repartição Federal no Estado, requisitando ordem para ser-lhe franqueado para fim determinado o ingresso na estação ou agencia federal.

Saude e fraternidade.— *Severino Vieira*.— Ao Sr. Presidente do Estado do Rio de Janeiro.

N. 28 — EM 18 DE MARÇO DE 1899

Modifica, provisoriamente, as tarifas de transporte, na Estrada de Ferro Central do Brazil referentes ao transporte de milho, batata, fructas verdes ou seccas, em conserva, legumes e hortaliças verdes ou seccos, em conservas, ovos, queijos, mel de abelhas e manteiga.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Gabinete— Rio de Janeiro, 18 de março de 1899.

Attendendo ás solicitações do Governo do Estado de Minas Geraes e ás que me tem sido feitas competentemente por parte da Sociedade Nacional de Agricultura e ainda tendo em vista auxiliar a industria agricola, cujos productos tiverem de ser

transportados por essa estrada para o mercado desta Capital, e, por igual, consultar as condições de abastecimento desses generos á população consumidora, tenho resolvido modificar provisoriamente, como experiencia, as tarifas referentes aos productos abaixo especificados.

1.º O milho passará a pagar a tarifa fixa de 400 réis (quatro centos réis) por sacco.

2.º A batata passará a ser incluída na classe setima, com o abatimento de trinta por cento (30 %).

Para esta mesma classe, mas com o abatimento de 25 por cento, passarão igualmente:

3.º As fructas verdes, ou seccas, em conservas de assucar ou de qualquer fórma.

4.º Os legumes e hortaliças verdes, ou seccos, em conservas.

5.º Os ovos, queijos, mel de abelhas e manteiga.

Fica entendido que estas modificações prevalecerão unicamente em favor dos productos da industria nacional, quando expedidos das estações do interior para a central.

No ramal de S. Paulo, que, com a Estrada de Ferro Inglesa, dá comunicação para o interior tanto a esta Capital como á cidade de Santos, que é porto marítimo, fica estabelecida a estação de Taubaté como centro, devendo os artigos das classes mencionadas, expedidos desta estação e das que lhe seguirem em direcção á do Norte, gozar dos mesmos favores aqui declarados.

Ficam deste modo respondidos os vossos officios ns. 73 e 164, de 4 de fevereiro ultimo e 3 do corrente.

Saude e fraternidade.— *Severino Vieira*.— Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 29 — EM 29 DE MARÇO DE 1899

Supprime os logares de agente do Correio das cidades de Rezende e S. Fidelis e os de carteiro das agencias das cidades de Sapucaia e Cantagallo.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 73 — Rio de Janeiro, 29 de março de 1899.

Attendendo ao que expuzastes em vosso officio n. 180, de 15 do corrente, vos declaro que approvo a proposta que fizestes para a suppressão dos lugares, actualmente vagos, de ajudantes de agente dos Correios das cidades de Rezeude e S. Fidelis e os de carteiro das agencias das cidades de Sapucaia e Cantagallo.

Saude e fraternidade.— *Severino Vieira*.— Ao Sr. Director Geral dos Correios.

N. 30 — EM 30 DE MARÇO DE 1899

Fixa o prazo de 30 dias para pagamento dos sellos na prorrogação de licenças; devendo ser proferido o «cumpra-se» depois de pago o sello.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 79 — Rio de Janeiro, 30 de março de 1899.

Satisfazendo á vossa consulta em officio n. 189/2, de 20 do corrente, relativamente ao prazo para o pagamento do sello nas prorrogações de licenças, declaro-vos que a lei é omissa neste ponto, devendo por isso vigorar para aquelle pagamento o prazo para o das licenças, isto é, de 30 dias.

Em todo o caso, porém, o empregado não pôde gozar das vantagens da prorrogação sem o «cumpra-se», que não deve ser proferido sem haver sido pago o sello, como determina a mesma lei.

Saude e fraternidade.— *Severino Vieira*.— Ao Sr. Director Geral dos Correios.

N. 31 — EM 4 DE ABRIL DE 1899

Declara ao engenheiro fiscal da Estrada de Ferro Central de Pernambuco que os arrendatarios da mesma Estrada não são obrigados a fornecer trens especiaes para o serviço da fiscalização, por conta do custeio.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 4 — Rio de Janeiro, 4 de abril de 1899.

A' vista do que informastes por officio n. 71, de 12 de dezembro ultimo, relativamente ao pagamento, requerido pelo arrendatario dessa Estrada, de um trem especial que lhe requisitastes para o serviço da respectiva fiscalização, cabe-me declarar, para vosso conhecimento e necessarios effeitos, que, nem o contracto de 12 de abril, nem as instrucções approvadas pelo decreto n. 2985, de 25 de abril de 1898, nem ainda o regulamento que baixou com o decreto n. 1930, de 26 de abril de 1857, obrigam o alludido arrendatario a fornecer aquelles trens por conta do custeio.

Salvo o direito de passagens nos trens de serviço do trafego, ou qualquer outra natureza, e o de exigir a conducção em trolly, quando isso fôr necessario, o exercicio da fiscalização só podera

ser realizado de outro modo mais commodo ao fiscal, mediante accôrdo entre este e o arrendatario, sendo aquelles meios sufficientes para que se faça com a maxima efficacia o serviço de fiscalisação, cujo bom desempenho incumbe ao agente do Governo em proveito tanto do publico como do proprio arrendatario, a quem mais utilizarão os effeitos de uma inspecção criteriosa, assidua e perfeita.

Quanto á importancia de 900\$660, em que é computado o custo do trem especial que requisitastes e vos foi prestado, communico-vos que semelhante calculo não pôde ser acceito, porquanto, no caso vertente, o custo real deve só representar a despeza effectivamente feita, conforme a demonstração que acompanhou o vosso citado officio, não podendo, em caso algum, correr a despeza respectiva por conta dos cofres federaes, visto que, julgando descabida a exigencia do trem especial, cabia ao arrendatario, pelos meios ao seu alcance, appellar antes do fornecimento do trem para o poder superior, ou consultar a este sobre o caso.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Ao Sr. engenheiro fiscal da Estrada de Ferro Central de Pernambuco.

N. 32 — PORTARIA DE 17 DE ABRIL DE 1899

Manda abrir nova concorrência para o arrendamento das estradas de ferro de S. Francisco, no Estado da Bahia, e Sul de Pernambuco e Paulo Afonso, no Estado das Alagoas.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica : Considerando que na concorrência aberta por edital de 30 de outubro de 1897 sómente tres propostas foram apresentadas para o arrendamento da Estrada de Ferro de S. Francisco, no Estado da Bahia ;

Considerando que, dessas propostas, duas não podem ser tomadas em consideração pelo facto de terem os proponentes se afastado das normas do respectivo edital ;

Considerando que a outra proposta, embora preencha formalidades exigidas para a base de um contracto da natureza do de que se trata — 1º, não seria aliás a mais vantajosa á União, comparada com uma das duas primeiramente indicadas, que, embora não devendo ser tomada em consideração, não deixa de offerecer elementos de confronto e estudo para apreciação da proposta apurada ; 2º, não offerece sufficiente garantia aos interesses publicos, no fim do prazo do contracto ;

Considerando, finalmente, em face do expendido, que uma nova concorrência, aproveitando ainda a experiencia e falcultando a apresentação de condições mais vantajosas e precisas e conformes ás vistas do Governo e do Congresso Nacional e mais

assentado e definido criterio para o confronto e julgamento, porá mais a resguardo os interesses da União:

Resolve mandar abrir nova concorrência para o arrendamento da alludida Estrada de S. Francisco e bem assim para a do Sul de Pernambuco, no Estado desse nome, cuja concorrência foi também annullada por portaria de 29 de março de 1898, e para a de Paulo Affonso, no Estado das Alagôas, em relação a qual nenhum licitante anteriormente se apresentou.

Capital Federal, 17 de abril 1899.— *Severino Vieira.*

N. 33 — EM 5 DE ABRIL DE 1899

Presta esclarecimentos ácerca das terras pertencentes á União, situadas no Estado do Paraná, adquiridas em 1878 para estabelecimento de imigrantes russos-allemeães.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria—2ª Secção—N. 53—Rio de Janeiro, 5 de abril de 1899.

Em resposta ao vosso aviso de 10 do mez proximo passado, sob n. 52, solicitando diversos esclarecimentos ácerca das terras pertencentes á União, situadas no Estado do Paraná, adquiridas em 1878, para estabelecimento de imigrantes russos-allemeães, cabe-me informar-vos o seguinte:

As terras adquiridas pelo Governo, em 1878, para o estabelecimento de imigrantes russos-allemeães, são effectivamente as que constam da relação transmittida a esse Ministerio, em aviso n. 76, de 9 de julho de 1889, e de que trata o aviso n. 26, de 24 de dezembro de 1890.

Existindo no archivo da extincta Inspectoria Geral das Terras e Colonisação uma relação das respectivas compras, organizada pelo ex-inspector especial daquella repartição, no Paraná, transmittio-vos uma cópia dessa relação, para o devido estudo e comparação das requisições feitas.

Os dados existentes sobre as medições e demarcações effectuadas para a collocação dos imigrantes foram enviados ao Governo do Paraná, após a extinção da mesma repartição, com o aviso n. 2, de 1 de junho de 1898, por haver passado aos Estados o serviço de colonisação.

Não possui este Ministerio elementos para affirmar si nas referidas terras existem bemfeitorias, quaes são, nem qual o seu valor presentemente, o que sómente poderia ser verificado por uma inspecção local, que igualmente poderia indicar quaes os terrenos que estão empregados em serviços federaes, bem como sobre o destino dos outros.

Cabe mais acrescentar, que pelo Governo Federal não foi o governador do Paraná autorizado a dar applicação áquellas

terras ; que o aviso de 19 de janeiro de 1897, a que alludiu o mesmo governador, é o que consta da cópia junta, e o de 11 de abril de 1891 não existe.

Nada justifica, pois, o acto do governador alienando taes terras, consideradas proprios nacionaes, como si fossem devolutas, cujo dominio passou aos Estados pela Constituição Federal.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda.

N. 34 — EM 8 DE ABRIL DE 1899

Autorisa a Directoria Geral dos Correios a lavrar o contracto para a realisação do serviço de conducção de malas, entre esta Capital e Petropolis, por S. José do Rio Preto, com o cidadão George Sand.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 86 — Rio de Janeiro, 8 de abril de 1899.

Approvada a proposta que fez o cidadão George Sand para a realisação do serviço de conducção de malas entre a Administração dos Correios desta Capital e Petropolis, por S. José do Rio Preto, ficaes autorizado a lavrar o respectivo contracto.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Ao Sr. Director Geral dos Correios.

N. 35 — EM 11 DE ABRIL DE 1899

Liberta de qualquer multa as letras hypothecarias que se não acharem sorteadas, devendo ser, portanto, entregues aos destinatarios.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 8 — Rio de Janeiro, 11 de abril de 1899.

Em solução ao requerimento apresentado a este Ministerio por Souza, Filho & Comp., relativamente a 267 letras hypothecarias que lhes foram remettidas pelo Correio e apprehendidas pela administração do Correio deste districto, para pagamento da multa, em virtude de terem sido as mesmas letras registradas sem valor declarado, assumpto que faz objecto do vosso officio n. 118/2, de 18 de fevereiro ultimo, vos declaro que, não se achando sorteadas as letras em questão, conforme provaram os peticionarios em documento que me encaminhastes com o vosso officio n. 178/2, de 15 do mez passado, devem ellas ser entregues aos destinatarios, independentemente de qualquer multa, de accordo com a doutrina estabelecida no aviso que este Ministerio dirigiu a essa Directoria Geral, em 4 de abril do anno passado, sob n. 136.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Ao Sr. Director Geral dos Correios.

N. 36 — EM 14 DE ABRIL DE 1899

Concede privilegio de navio de guerra aos navios *Pouyer Quartier* e *Contre Amiral Caubet*.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 58 — Rio de Janeiro, 14 de abril de 1899.

Tenho a honra de comunicar-vos, para os convenientes effeitos, que deferi os requerimentos em que a *Compagnie Française des Câbles Télégraphiques* solicitou privilegio de navio de guerra para os seus navios *Pouyer Quartier* e *Contre-Amiral Caubet*, visto ter reconhecido que taes navios estão nas condições de gozarem de tal regalia.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Ao Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda.

N. 37 — EM 19 DE ABRIL DE 1899

Rejeita o projecto do estabelecimento de uma linha telegraphica entre esta capital e a cidade de Aracaty.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 9 — Rio de Janeiro, 19 de abril de 1899.

Confirmando as considerações expeditas no telegramma que vos dirigi hontem, com relação ao projecto do estabelecimento de uma linha telegraphica entre esta capital e a cidade de Aracaty, que não pôde ser levada a effeito, por isso que não cabe dentro da faculdade do § 4º do art. 9º da Constituição, porquanto fere os interesses federaes, espero que vos dignareis, attendendo a estas considerações, de renunciar a semelhante construcção.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Presidente do Estado do Ceará.

N. 38 — EM 22 DE ABRIL DE 1899

Declara livres de porte volumes contendo sementes, destinados á Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publica de São Paulo.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 91 — Rio de Janeiro, 22 de abril de 1899.

Attendendo ao que me solicitou a Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de S. Paulo, no officio sobre que

informastes em o vosso n. 227/2, de 6 do corrente, ficas autorizado a providenciar para que por essa repartição sejam acceitos, livres de porte, volumes contendo sementes, destinados áquella secretaria e que pelo seu tamanho possam ser transportados pelo Correio.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director Geral dos Correios.

N. 39 — EM 24 DE ABRIL DE 1899

Declara livre de porte a correspondencia expedida pela Associação do 4º Centenario do Descobrimento do Brazil e, bem assim, a que lhe for endereçada.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 94 — Rio de Janeiro, 24 de abril de 1899.

Recommendo-vos que, de accordo com o art. 15, n. 3, da lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898, providencieis para que por essa repartição seja acceita, com isenção de porte, a correspondencia expedida pela Associação do 4º Centenario do Descobrimento do Brazil e, bem assim, a que lhe for endereçada.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira* — Sr. Director Geral dos Correios.

N. 40 — EM 6 DE MAIO DE 1899

Manda classificar na 5ª classe da tarifa n. 3 os tubos de ferro laminado, galvanizado ou não, destinados á condução de agua

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 50 — Rio de Janeiro, 6 de maio de 1899.

Declaro, em solução á materia contida no vosso officio n. 269, de 17 do mez findo, que ficas autorizado a classificar na 5ª classe da tarifa n. 3 os tubos de ferro laminado, galvanizado ou não, destinados á condução de agua.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 41 — EM 8 DE MAIO DE 1899

Providencia sobre um accordo entre a Estrada de Ferro Central do Brazil e as demais ferro-vias que mantem trafego mutuo com a mesma estrada, de modo que, de accordo com o horario daquella, seja regularisado o das differentes estações das mencionadas ferro-vias.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 51 — Rio de Janeiro, 8 de maio de 1899.

Convindo promover a regularisação do movimento do serviço entre todas as ferro-vias que mantem trafego mutuo com essa Estrada, autorizo-vos neste sentido a entender-vos com as respectivas Administrações, de modo que, de accordo com o horario da Central do Brazil, seja regulado o das differentes estações das mencionadas ferro-vias.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 42 — EM 9 DE MAIO DE 1899

Concede á « Amazon Telegraph Company, limited » permissão para assentar cabo aereo em alguns trechos da sua rede telegraphica, sem prejuizo de quaesquer linhas que o Governo pretenda estender nesses mesmos trechos.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 99 — Rio de Janeiro, 9 de maio de 1899.

Declaro-vos, para os fins precisos, que deferi o requerimento em que a « Amazon Telegraph Company, limited » pede permissão para assentar cabo aereo em alguns trechos da sua rede telegraphica e que informastes em officios n. 388, de 18 de abril ultimo, observando, porém, que tal concessão é feita sem prejuizo de quaesquer linhas que o Governo de futuro tenha de estender pelos trechos em que se concede á requerente assentar cabo aereo.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director Geral dos Telegraphos.

N. 43— EM 16 DE MAIO DE 1899

Declara dever ser observada a disposição regulamentar sobre o provimento temporario do cargo de thesoureiro dos Correios do Pará, sendo, entretanto, autorizado o administrador a designar empregado de sua confiança para exercel-o, até que seja nomeado um funcionario effectivo.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria, — 2ª Secção — N. 102 — Rio de Janeiro, 16 de maio de 1899.

Com referencia ao telegramma cuja cópia me enviastes com o vosso officio n. 259/2, de 22 do mez passado, e em que o administrador dos Correios do Pará consulta si, sobre o facto de não haver alli quem acceite o cargo de thesoureiro da Administração por causa da fiança para elle exigida pelo Regulamento, pôde o referido cargo ser provido por pessoa idonea, independente de fiança, vos declaro que deve ser mantida a disposição regulamentar para o provimento daquelle cargo; podendo, entretanto, ser autorizado o referido administrador a designar empregado da Repartição, de sua confiança, para exercel-o, até que para o mesmo seja nomeado um funcionario effectivo, de accordo com a lei.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director Geral dos Correios.

N. 44 — EM 19 DE MAIO DE 1899

Approva modificações provisórias nas tarifas dos assucares finos, com excepção do de beterraba.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 55 — Rio de Janeiro, 19 de maio de 1898.

A' vista do que expuzestes em officio n. 315, de 27 de abril ultimo, resolvo approvar provisoriamente a modificação que propuzestes nas tarifas dessa Estrada, de modo que os assucares finos, isto é, todos os refinados crystallizados e não refinados claros sejam classificados na 5ª classe da tarifa n. 3 e na 6ª classe todos os outros, conservando, porem, o de beterraba na 2ª classe da mesma tarifa.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 45 — EM 23 DE MAIO DE 1899

Autoriza a *Compagnie Auxiliaire de Chemins de fer au Brésil*, arrendataria da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, a fazer provisoriamente uma redução de 20 % nas tarifas actuaes da mesma Estrada para todos os transportes comprehendidos entre as Estações de Taquary, Cachoeira e intermediarias

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 10 — Rio de Janeiro, 23 de maio de 1899.

Declaro, em solução á materia contida em vosso officio n. 137, de 16 de abril findo, e á vista de solicitação feita pela *Compagnie Auxiliaire de Chemins de fer au Brésil*, arrendataria da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, que nesta data resolvo autorizar a mesma companhia a fazer provisoriamente uma redução de vinte por cento (20 %) nas tarifas actuaes da mencionada ferro-via, para todos os transportes comprehendidos entre as estações de Taquary a Cachoeira e intermediarias ; o que vos communico para os devidos fins.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Engenheiro-fiscal da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

N. 46 — EM 26 DE MAIO DE 1899

Autoriza a emissão de bilhetes de excursão na Estrada de Ferro Central do Brazil, de accordo com as instrucções organisadas pela Directoria da mesma Estrada ; e quanto ás passagens de suburbios, autoriza, outrosim, sómente as assignaturas, validas dentro do prazo de 35 dias, em grupo de 60 passagens, em qualquer direcção, com abatimento de 25 % nos preços actuaes.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — n. 61 — Rio de Janeiro, 26 de Maio de 1899.

Declaro, em solução á materia contida em vosso officio n. 328, de 2 do corrente, que nesta data resolvo approvar o alvitre, por vós suggerido, da emissão de bilhetes de excursão nessa ferro-via, estabelecidos de accôrdo com as instrucções que acompanharam aquelle officio ; deliberando, outrosim, relativamente ás passagens de suburbios, autorizar sómente as assignaturas, validas dentro do prazo de trinta e cinco dias, em grupo de sessenta passagens, que poderão ser utilizadas em qualquer direcção, dando-se o abatimento de vinte e cinco por cento nos preços actuaes.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 47 — EM 8 DE JUNHO DE 1899

Declara que a União tem direito á cobrança da quantia de 34:925\$, distribuida em 1896 ao Estado do Piahy, para o serviço de imigração.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 78 — Rio de Janeiro, 8 de junho de 1899.

Respondendo ao vosso aviso n. 104, de 15 do mez proximo passado, declaro-vos que a União tem direito á cobrança da quantia de 34:925\$, distribuida em 1896 ao Estado do Piahy, para o serviço de immigração e applicada pelo Governo do mesmo Estado á construcção de um predio á praça Marechal Deodoro, em Theresina.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira* — Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda.

N. 48 — EM 17 DE JUNHO DE 1899

Autoriza o abatimento de 30% sobre os preços da 7ª classe da tarifa 3, em vigor na Estrada de Ferro Central do Brazil para o transporte de caroços de algodão.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Gabinete — Rio de Janeiro, 17 de junho de 1899.

De accôrdo com o que propuzestes em officio n. 473, de 16 do corrente, ficaes autorizado a fazer o abatimento de 30% sobre os preços da 7ª classe da tarifa 3, em vigor nessa Estrada de Ferro, para o transporte de caroços de algodão.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 49 — EM 30 DE JUNHO DE 1899

Isenta de porte a remessa de relatorios, informações e quaesquer documentos dessa natureza, a que se refere a circular n. 3, de 30 de maio findo, ao Museu Commercial de Philadelphia.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 133 — Rio de Janeiro, 30 de junho de 1899.

Em solução ao vosso officio n. 405/2, de 10 do corrente, ficaes autorizado a providenciar para que os relatorios, informações e quaesquer documentos dessa natureza, a que se refere a circular

n.º 3, de 30 de maio findo, quando remettidos ao Museu Commercial de Philadelphia, organisador da Exposição Internacional Commercial, transitarem, livres de porte, pelas repartições postaes.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director Geral dos Correios.

N. 50 — EM 3 DE JULHO DE 1899

Mantendo a decisão do aviso n.º 12, de 31 de janeiro de 1899, autoriza, entretanto, a Directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil a providenciar no sentido de se dar por terminado o trabalho das officinas da Locomoção ás 4 1/2 horas da tarde, sómente nos mezes de maio, junho e julho do anno.

Ministerio da Industria. Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 73 — Rio de Janeiro, 3 de julho de 1899.

Em solução á materia contida em vosso officio n.º 440, de 8 de Junho findo, no qual informastes a respeito do pedido feito a essa Directoria pelos operarios da officina de Locomoção dessa Estrada, solicitando o restabelecimento do numero de horas de trabalho que vigorou durante o anno passado, declaro manter o Aviso n.º 12, de 31 de janeiro ultimo, que consultou principalmente os interesses do serviço da Estrada, conciliando-o com o dos referidos operarios, autorizando-vos, porém, á vista do que verbalmente me expuzestes, a providenciar no sentido de poder se dar por terminado o trabalho das officinas ás 4 1/2 horas da tarde, tão sómente nos mezes de maio, junho e julho do anno.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 51 — EM 6 DE JULHO DE 1899

Trata da gratificação devida ao empregado que substituir outro em seu impedimento temporario, nos casos previstos no art. 56 do regulamento da Estrada de Ferro Central do Brazil.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 77 — Rio de Janeiro, 6 de julho de 1899.

Em solução á materia contida em vosso officio n.º 267, de 14 de abril ultimo, no qual consultaes si á vista do disposto no artigo 57 do regulamento dessa Estrada, que estabelece que todo o empregado que substituir a outro em seu impedimento temporario, nos casos previstos no art. 56, perceberá a gratificação deste,

perdendo a do cargo que exercer effectivamente, si semelhante doutrina tem applicação mesmo quando o empregado substituido, ou porque se ache em commissão, ou porque esteja em serviço publico obrigatorio, não perde a gratificação propria do seu cargo, e si no caso affirmativo, a differença entre as gratificações relativas aos vencimentos do empregado substituto e do empregado substituido deve ser paga pela verba *Eventuales* declaro, que sim, uma vez que a substituição se verifique nas condições do art. 56 do regulamento que baixou com o decreto n. 2417, de 28 de dezembro de 1896, e que a commissão exercida não seja estranha a este Ministerio, porque, neste caso, não tendo o substituido direito à gratificação, será ella devida ao substituto.

Saude e fraternidade — *Severino Vieira*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 52 — EM 7 DE JULHO DE 1899

Declara que compete á União a renda proveniente do transito pelos Correios da Republica da correspondencia dos das convenções que se utilisarem daquelle serviço de navegação para transporte de suas malas.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 127 — Rio Janeiro, 7 de julho de 1899.

No vosso officio n. 251, de 17 de abril ultimo, referindo-vos ao contracto firmado pelo Governo do Estado do Amazonas com A. Fiorita & Comp. para o serviço de navegação entre Manáos e Genova, consultastes a este Ministerio si as importancias das despesas de transito feitas pelos Correios da União Postal, que se aproveitarem daquelle serviço para o transporte de suas malas, pertencem ao Thesouro Federal ou ao daquelle Estado.

Em solução, vos declaro, para os devidos fins, que, á vista dos arts. 3º, n. 2, e 4º, n. 3, da Convenção Postal, e ns. 2º ns. 2 e 7 do regulamento dessa Directoria Geral, invocados no vosso citado officio, é fóra de duvida que á União compete a renda proveniente do transito pelos Correios da Republica da correspondencia dos da Convenção, que se utilisarem daquelle serviço de navegação para o transporte de suas malas.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director Geral dos Correios.

N. 53 — EM 11 DE JULHO DE 1899

Manda supprimir os bilhetes singelos de suburbios, na Estrada de Ferro Central do Brazil, entre a cidade de Ouro Preto e a estação Rodrigo Silva, mantidas as assignaturas de 25 passagens de ida e volta, de 1ª e 2ª classes, entre aquelles pontos, validas por um mez.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 80 — Rio de Janeiro, 11 de julho de 1899.

Ficaes autorisado a supprimir os bilhetes singelos de suburbios entre a cidade de Ouro Preto e a estação de Rodrigo Silva, á vista dos motivos constantes do vosso officio n. 152, de 13 de junho proximo findo, sendo porém mantidas, conforme propuzestes, as assignaturas do 25 passagens de ida e volta, de 1ª e 2ª classes, entre aquelles pontos, validas por um mez, para uso dos moradores da Estação de Rodrigo Silva, que são obrigados a ir diariamente á cidade de Ouro Preto.

Saude e fraternidade — *Severino Vieira*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 54 — EM 19 DE JULHO DE 1899

Autoriza a inclusão na tarifa 6 A da Estrada de Ferro Central do Brazil do gado muar e cavallar, quando a expedição fór superior a 100 cabeças.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 85 — Rio de Janeiro, 9 de julho de 1899.

Declaro, em solução ao assumpto constante dos vossos officios ns. 321 e 520, de 28 de abril ultimo e 4 do corrente, que ficas autorizado a incluir na tarifa n. 6 A o gado muar e cavallar, quando a expedição fór superior a 100 cabeças, por não existirem nas condições regulamentares e tarifas em vigor nessa Estrada clausula alguma que impeça a classificação do mencionado gado na mesma classe que o *vaccum*, devendo por conseguinte cessar em todos os seus effeitos a pena imposta ao conferente a que vos referistes no primeiro daquelles officios, até para o fim de serem restituídas as prestações com que já entrou para os cofres dessa Estrada.

Saude e fraternidade — *Severino Vieira*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 55 — EM 26 DE JULHO DE 1899

Autoriza a Directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil a transferir para a 5ª classe da tarifa n. 3 os artefactos classificados na 2ª e 4ª classes da mesma tarifa.

Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viacão — 1ª Secção — N. 90 — Rio de Janeiro, 25 de julho de 1899.

Ficaes autorizado a transferir para a 5ª classe da tarifa n. 3, dessa Estrada, os artefactos classificados na 2ª e 4ª classes da mesma tarifa, em vista do motivo exposto em vosso officio n. 575, de 15 do corrente, que assim respondo.

Saude e fraternidade.— *Severino Vieira*.— Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 56 — EM 31 DE JULHO DE 1899

Modifica a classificação nas tarifas da Estrada de Ferro Central do Brazil, de varios generos alimenticios, em favor da lavoura de productos nacionaes expedidos das estações do interior para a da Capital Federal.

Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viacão — 1ª Secção — N. 94 — Rio de Janeiro, 31 de julho de 1899.

Attendendo ao que expuzestes em officio n. 570, de 13 do corrente, resolvo approvar as modificações indicadas relativamente á classificação de alguns generos alimenticios nessa Estrada, a saber:

O arroz, as farinhas de milho e de mandioca, o feijão, as raizes alimenticias, taes como mandioca, alpim e outras congeneres, actualmente incluídas na 6ª classe da tarifa n. 3, passarão a ser taxadas pela 7ª classe da mesma tarifa n. 3, com o abatimento de 25 %, já em vigor, para os legumes, fructas, ovos, etc.

Ficará igualmente reduzido a 25 % o abatimento já concedido no frete das batatas.

Taes modificações, porém, prevalecerão unicamente em favor de productos da lavoura nacional, que forem expedidos das estações do interior para a da Capital Federal.

No ramal de S. Paulo, ficará estabelecida a estação de Taubaté como centro, devendo os artigos das classes mencionadas, expedidos dessa estação e das que lhe seguirem em direcção á do Norte, gozar os mesmos abatimentos aqui indicados,

Saude e fraternidade.— *Severino Vieira*.— Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 57 — EM 31 DE JULHO DE 1899

Altera o art. 173 das tarifas e condições regulamentares da Estrada de Ferro Central do Brazil.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 95 — Rio de Janeiro, 31 de julho de 1899.

A' vista do motivo exposto no vosso officio n. 593, de 19 do corrente, resolvo approvar a alteração do art. 173 das tarifas e condições regulamentares dessa Estrada, que ficará assim redigido:

« A falta de cobrança de armazenagem será indemnizada pelo empregado que a tiver commettido, sendo directamente responsabilizados os agentes das estações pelas armazenagens que não forem cobradas por falta de cumprimento dos arts. 170 e 172.

Saude e fraternidade.— *Severino Vieira*.— Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 58 — EM 4 DE AGOSTO DE 1899

Autoriza a redução nos fretes de ferro guza, ferro fundido ou moldado, carvão de pedra e carvão vegetal, os dois primeiros procedentes e os dois ultimos destinados á Usina Esperança, e transportados pela Estrada de Ferro Central do Brazil.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 97 — Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1899.

Em solução ao vosso officio n. 517, de 3 de julho ultimo, em que informastes sobre o pedido que dirigiram a essa Estrada os actuaes proprietarios da Usina Esperança, para abatimento nos fretes do minerio, ferro bruto e em obra, que os mesmo exploram, assim como para o coke, carvão vegetal ou lenha, destinados ao consumo da referida Usina, declaro, para vosso conhecimento e devidos effeitos, que ficam adoptadas as reduções que propuzestes a tal respeito e constam do vosso citado officio, a saber:

40 % para o ferro guza, fabricado na Usina, a exemplo do que se praticava com o minerio de manganez ; vindo a pagar uma tonelada, de Esperança á Capital, o frete de 12\$608, fazendo os interessados a carga e a descarga ;

20 % para o ferro fundido ou moldado, procedente da referida fabrica, pagando 16\$141 por tonelada, de Esperança á Capital, e sendo a carga e descarga feitas pelos interessados ;

40 % para o carvão de pedra e calcários, a exemplo da cal, destinados ao consumo da Usina, pagando cada tonelada frete de 12\$608, de Esperança á Capital, e fazendo os interessados a carga e descarga ; e

40 % para o carvão vegetal para consumo da fabrica, pagando cada tonelada 9\$600 por distancia de 100 kilometros e fazendo os interessados a carga e descarga.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 59 — EM 4 DE AGOSTO DE 1899

Reconhece o direito que assiste á Companhia Metropolitana sobre burgos agricolas.

Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 12 — Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1899.

Allegando a Companhia Metropolitana haver o ex-Governador desse Estado concedido a diversos terras anteriormente medidas e demarcadas pela mesma companhia para execução dos contractos de burgos agricolas, dos quaes é cessionaria, conforme vereis da cópia junta, cabe-me levar ao vosso conhecimento a referida reclamação, á vista do direito que assiste á companhia reclamante.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Governador do Estado de Santa Catharina.

N. 60 — EM 19 DE AGOSTO DE 1899

Autoriza a redução da taxa dos telegrammas passados por particulares das estações da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana para as da Sud Ouest Brésiliens, não servidas pelo Telegrapho Nacional, evicte -versa.

Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viacão — 1ª Secção — N. 20 — Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1899.

A' vista do que informastes em officio n. 137, de 19 de julho ultimo, relativamente á redução na taxa dos telegrammas passados por particulares das estações dessa Estrada para as da Sud Ouest Brésiliens, não servidas pelo Telegrapho Nacional,

e vice-versa, proposta a essa fiscalisação pela respectiva companhia arrendataria em officio n. 175, de 30 de junho do corrente anno, declaro-vos, para os fins convenientes, que fica approvada, nos termos da proposta, a redução na taxa daquelles telegrammas, pertencendo a respectiva receita à estação expedidora.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Engenheiro fiscal da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

N. 61 — EM 28 DE AGOSTO DE 1899

Autoriza a Directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil a estabelecer, como experiencia, uma tarifa especial para o café procedente das estações paulistas e despachado em S. Paulo para esta Capital.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 103 — Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1899.

A' vista do que propuzestes em officio n. 595, de 20 de julho ultimo, autorizo-vos a estabelecer, como experiencia, a seguinte tarifa especial para o café procedente das estações paulistas, despachado em S. Paulo para esta Capital.

De S. Paulo ao Rio, á razão de l\$200 por sacco de 60 kilos.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 62 — EM 29 DE AGOSTO DE 1899

Declarou-se á Directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil ter este Ministerio resolvido que a Estrada de Ferro do Piau entre provisoriamente no gozo das mesmas vantagens de que usufrue a Estrada de Ferro Leopoldina, nos termos do art. 80 das condições regulamentares.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 104 — Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1899.

Conforme propoz essa Directoria por officio n. 594, de 20 de julho ultimo, ficaes autorizado a providenciar de modo que a Estrada de Ferro do Piau entre no gozo das mesmas vantagens de que usufrue a Estrada de Ferro Leopoldina, nos termos do art. 80 das condições regulamentares em vigor, tendo-se em vista

que essas duas linhas tributarias da Central do Brazil fiquem collocadas em identica situação.

Esta e outras medidas que forem adoptadas devem ser de caracter provisorio, até que a experiencia se incumba de demonstrar a sua conveniencia.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 63 — EM 4 DE SETEMBRO DE 1899

Multa os clavicularios da Repartição Geral dos Correios, Aureliano Martins de Azambuja Meirelles, Antonio Moreira de Oliveira e Silva e Antonio de Souza Martins, em virtude do desfalque pelo qual foram responsabilizados.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 114 — Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1899.

Tenho a honra de communicar-vos, para os effeitos precisos, que, á vista do que requereram a esse Ministerio os clavicularios da Repartição Geral dos Correios, Aureliano Martins de Azambuja Meirelles, Antonio Moreira de Oliveira e Silva e Antonio de Souza Martins, concedi ao primeiro que entre para os cofres publicos com a quantia de 10% de seus vencimentos e ao segundo com uma quota igual á somma de prestação descontada áquelle, até que perfaçam a quantia correspondente a dous terços do total do desfalque pelo qual foram responsabilizados, na importancia de 12:500\$000.

Quanto a Souza Martins, indeferi; devendo ser descontada a parte do desfalque que lhe cabe da caução do logar de almoxarife, que exerceu, continuando, entretanto, retido o resto da caução, até definitiva liquidación deste caso.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda.

N. 64 — EM 6 DE SETEMBRO DE 1899

Declara subsistente a obrigação de transporte de malas postaes, seja qual for o seu conteúdo, por parte dos paquetes.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 158 — Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1899.

Respondendo á consulta que fizestes em officio n. 477 / 1ª, de 16 do mez proximo findo, declaro-vos que, firmada para os

paquetes a obrigação de transportarem malas postaes, essa obrigação subsiste, qualquer que seja o conteúdo das mesmas malas; isto posto, se conclue que as encomendas postaes a que se refere o accordo de permuta com Portugal, estão *ipso facto* isentas de pagamento ás companhias que transportarem.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director Geral dos Correios.

N. 65 — EM 11 DE SETEMBRO DE 1899

Estabelece a vigencia da autorização contida no art. 23, § 3º, da lei n. 490, de 1897; outrossim, considera proprio nacional o trapiche situado á praia da Gambôa, construido em 1872 pela Inspeção Geral das Obras Publicas, destinado para deposito de material telegraphico.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — Gabinete — Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1899.

Em resposta ao vosso aviso n. 157, de 11 do mez proximo findo, em solução á consulta que vos fiz no que, sob n. 60, vos expedi em 22 de abril deste anno, permittir-me-heis ponderar-vos que, tendo examinado mais detidamente a questão, chego á convicção da vigencia da autorização contida no art. 23, § 3º, da lei n. 490, de 1897, por força do disposto no art. 37 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, do qual não ha como excluir aquella disposição.

Parece igualmente fóra de duvida que não ha razão para não ser considerado proprio nacional o trapiche situado á praia da Gambôa, construido em 1872 pela Inspeção Geral das Obras Publicas, destinado para deposito de material telegraphico e como tal arrolado entre os proprios nacionaes a cargo do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda.

N. 66 — EM 11 DE SETEMBRO DE 1899

Declara não poderem ter curso no Correio os cartões com vista trazendo a inscripção « Bilhete Postal ».

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 161 — Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1899.

Em resposta ao vosso officio n. 500/2 de 26 do mez proximo passado, expondo a intenção do commercio desta Capital de

introduzir na circulação, por intermedio do Correio, cartões com vistas, conforme os cinco exemplares que me enviastes, declaro-vos que os alludidos cartões não podem ter curso no Correio, não só porque trazem a inscripção « Bilhete Postal », cujo titulo pertence exclusivamente a essa repartição, mas também porque a isso se oppõe igualmente o monopolio da União, *ex-vi* do art. 3º, § 2º, do decreto n. 2230, de 10 de fevereiro de 1896.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director Geral dos Correios.

N. 67 — EM 12 DE SETEMBRO DE 1899

Resolve que continuem a vigorar por mais um anno, na Estrada de Ferro de Paulo Affonso, as tarifas approvadas provisoriamente pelo aviso de 22 de junho de 1898.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 5 — Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1899.

A' vista do que expuzestes em officio n. 62, de 14 de agosto findo, resolve que continuem a vigorar por mais um anno, nessa Estrada, as tarifas approvadas provisoriamente pelo aviso n. 5, de 22 de junho do anno passado, em substituição das que foram mandadas adoptar pelo aviso n. 3, de 21 de agosto de 1895; convingo que, decorrido aquelle periodo, me habiliteis, com uma estatistica comparada entre as duas mencionadas tarifas, a resolver sobre a sua adopção definitiva.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director da Estrada de Ferro de Paulo Affonso.

N. 68 — EM 15 DE SETEMBRO DE 1899

Evidencia o direito da União ao proprio nacional destinado a alojamento de immigrants, situado no municipio de Campinas.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 117 — Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1899.

Por aviso de 14 do mez proximo findo, indicastes qual a resolução deste Ministerio em face dos pretextos allegados pelo Governo de S. Paulo, para a não restituição à União do proprio nacional destinado a alojamento de immigrants, situado no municipio de Campinas.

Cabe-me, em resposta, adduzir algumas considerações que tornam manifesta a insufficiencia dos motivos invocados pelo mesmo Governo como fundamento de sua recusa.

Importa, antes de tudo, notar que a entrega do referido proprio ao Estado foi feita a titulo condicional, e, neste caracter acceita a transferencia, ficou esta dependente de confirmação do Congresso Nacional, conforme textualmente declarava o aviso de 6 de março de 1893.

Mas, ainda mesmo posta à margem a resalva consignada nesse aviso, tal entrega, pelo modo como foi effectuada, não poderia operar *de jure* a transferencia de dominio da União para o Estado, isto por mais de uma razão, segundo passo a expor.

O parographo unico do art. 64 da Constituição Federal dispõe: « Os proprios nacionaes, que não forem necessarios para serviços da União, passarão ao dominio dos Estados em cujo territorio estiverem situados. » E', pois, evidente que a transferencia está subordinada sempre à condição de não serem necessarios para os serviços da União os proprios que tiverem de ser transferidos.

Na execução do preceito constitucional ha, porém, duas cousas a distinguir: em primeiro logar, qual a autoridade competente para verificar e declarar que este ou aquelle proprio não é necessario para serviços da União; e, depois, qual a natureza dos serviços a que se refere a Constituição Federal.

Até aqui o que está consagrado é que somente os poderes Legislativo e Executivo, na sua acção conjuncta de collaboradores da lei, são competentes para verificar os casos de transferencia e autorizar a pela mesma lei. Um exemplo bem concludente de tal pratica está no art. 6º, n. 3, da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894, onde se dispõe sobre transferencia de varias hospedarias de imigrantes aos Estados.

Sob o ponto de vista dos serviços, em especie, não ha razão para excluir delles os que se relacionam com credito e a divida publica nacional, caso em que nenhum proprio, por mais insignificante que seja o seu valor, deixará de ser, ao primeiro lance de olhos, necessario para o serviço da União.

Na hypothese vertente, o que difficulta a solução é o incidente de se haver feito a transferencia de facto, quando o proprio em questão trazia onus ao Thesouro, e, bem assim, o das despesas que elle custou ao Estado. Entretanto, a resalva expressa feita no final do aviso de 6 de março de 1893 não deixa a Administração de S. Paulo em condições de aproveitar todas as vantagens de boa fé para se indemnizar de todas aquellas despesas uma vez que não seja confirmada pelo poder competente, o Legislativo, a transferencia de facto.

Antes dessa confirmação, parece fóra de duvida que o proprio póde ser reivindicado, intentada a acção competente perante o Poder Judiciario, si o Governo de S. Paulo recusar-se a restituil-o, como se mostra disposto a fazer pelos termos de seu officio a que alludistes.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Ministro do Estado dos Negocios da Fazenda.

N. 69 — EM 16 DE SETEMBRO DE 1899

Approva provisoriamente a modificação proposta pela Directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil na tarifa do assucar transportado na mesma estrada.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 109 — Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1899.

Em solução á materia de vosso officio n. 760, de 14 do corrente, resolvo approvar provisoriamente a seguinte modificação que propuzestes na tarifa de assucar: 5ª classe da tarifa n. 3 — Refinados de 1ª e 2ª sortes (como está actualmente); 6ª classe da tarifa n. 3 — Refinados de 3ª sorte e não refinados de qualquer qualidade, será concedido um abatimento de 30 % na 6ª classe aos mascavos escuros (mel)

Nas expedições das estações desta Capital para o Norte vigorará a seguinte tarifa especial:

Para o assucar de qualquer qualidade, 6ª classe da tarifa n. 3, será feito o abatimento de 30 %, correspondente ao frete de 1\$440 por sacco.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 70 — EM 19 DE SETEMBRO DE 1899

Lembra alguns alvitres a seguir o Governo do Ceará sobre a construção de uma linha telegraphica entre as cidades de Aracaty e Fortaleza.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 17 — Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1899.

Com o intuito de demonstrar a filiação constitucional do acto em virtude do qual o Governo desse Estado ordenou a construção de uma linha telegraphica entre as cidades de Aracaty e Fortaleza, desenvolvestes em vosso officio de 1 de maio ultimo uma serie de argumentos, que este Ministerio, sem quebra do acatamento que vossas opiniões lhe merecem, julga necessario contestar, por destoarem elles, em seu alcance juridico, da genuina interpretação do texto do art. 29, § 4ª, da nossa lei fundamental.

A Constituição da Republica, afirmando o direito de estabelecer os Estados linhas telegraphicas entre os diversos pontos de seus territorios e entre esses e os de outros Estados, re-

stringiu ao mesmo tempo o uso de tal prerrogativa aos pontos não servidos ainda por linhas federaes.

Quiz assim o legislador prover de fórma que, munido cada Estado do arbitrio de dotar de meios rapidos de communicacão os nucleos de população disseminados por seu territorio e de vincular-os aos outros Estados, ficassem, entretanto, respeitados os interesses da União quanto á exploração das linhas por ella mantidas, garantia que não poderia existir com a concorrência dos Governos locaes no mesmo ramo de serviço.

Si esse não foi o escopo do legislador constituinte, como então explicar a faculdade, assegurada á União pelo disposto no já citado § 4º do art. 9º, de desapropriar as linhas telegraphicas estabelecidas pelos Estados, no caso de ser esta medida aconselhada pelo interesse geral?

Não é razoavel suppor que tal desapropriação se entenda com as linhas estadoaes concurrentes, porventura creadas, pois fóra mister admittir a hypothese de ter o Congresso Federal de avocar para si o serviço suplementar superfluo, que, em lugar de engendrar beneficios, produziria como consequencias unicas a duplicação das despesas e a concomitante dispersão de rendas, sem o menor proveito para as populações.

Não se póde, portanto, deixar de comprehender como sendo destinadas a ligar pontos dos respectivos territorios ainda não servidos por linhas federaes, as linhas telegraphicas attribuidas á iniciativa dos Estados e subordinadas á condição eventual de serem desapropriadas pela União.

Dominado por esse modo de pensar, no qual já se havia inspirado o telegramma que tive a honra de vos dirigir, declarando que o Ministerio a meu cargo considerava prejudicial aos interesses federaes a linha que pretendeis construir entre essa Capital e a cidade de Aracaty, mas, por outro lado influenciado pelo desejo de contribuir para a prosperidade do Ceará, favorecendo, para esse fim e tanto quanto couber em minha competência, a acção tutelar dos poderes locaes, submetto a vosso esclarecido exame e decisão, como providencia conciliadora de interesses, o alvitre de adoptar-se o regimen do trafego mutuo nas linhas telegraphicas da União e nas do Estado, o que dará em resultado a continuidade do serviço, poupando a esse Governo as despesas de construcção e custeamento da linha de ligação entre Aracaty e Fortaleza, ou noutra alternativa, o Governo Federal aceitará, como solução, a medida indicada em vosso officio, isto é, a adjudicação de toda a linha dos sertões do Estado, sem outra compensação a não ser a que propuzestes—modicidade das taxas addicionaes.

Saude e fraternidade.—*Severino Vieira*.—Sr. Presidente do Estado do Ceará.

N. 71 — EM 21 DE SETEMBRO DE 1899

Esclarece a duvida proposta por Carlos Alegre, contractante da conclusão do trecho de Carvoracy a Alegrete, do extincto prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana sobre a intelligencia que deve ser dada á clausula IV do contracto de 31 de janeiro de 1899.

Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viacão — 1ª Secção — N. 22 — Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1899.

Resolvendo a consulta que vos fez Carlos Alegre, contractante da conclusão do trecho de Carvoracy a Alegrete e do trafego da linha entre Alegrete e Uruguayana, do extincto prolongamento da Estrada de Ferro Central de Porto Alegre a Uruguayana, consulta que submettestes á consideração deste Ministerio por officio n. 163, de 11 de julho ultimo, sobre a intelligencia que se deve dar á clausula IV do contracto de 31 de janeiro deste anno, no sentido de ser apurado si tem ou não o mesmo contractante direito á indemnisação da obra definitiva, cuja conclusão exceder o prazo de 31 de janeiro de 1900, cabe-me esclarecer-vos, para os necessarios effeitos, que o Governo não alienou o direito nem podia forrar-se ao dever de velar pela segurança do trafego. Por isso, verificada em qualquer tempo a desvantagem da obra provisoria, subsiste para o Governo o direito de mandar substitui-la. Sômente ha a distinguir dous casos: quando a obra provisoria, executada pelo Governo, tenha sido entregue ao concessionario, a indemnisação definitiva será feita nos termos da clausula IV; quando, porém, no prazo de um anno para a conclusão das obras, a passagem provisoria não tiver sido executada pelo concessionario, de accordo com o Governo, representado pelo seu fiscal, verificando-se a necessidade da obra definitiva, não será justo, neste caso, descontar-se na indemnização ao concessionario o custo da obra provisoria, porque assim viria recahir nelle sômente o prejuizo da despeza com esse trabalho, que a juizo do Governo teria sido erradamente considerado sufficiente para o fim a que se destinava.

Para evitar este caso, convém que essa fiscalisação, sempre que tiver duvida a respeito da sufficiencia da obra provisoria, determine a sua execução definitiva, não sendo a sua terminação executada no prazo fatal de um anno.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Ao Sr. Engenheiro Fiscal da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

N. 72 — EM 14 DE OUTUBRO DE 1899

Considera insubsistente a regra constante da circular n. 1, de 2 de fevereiro de 1898.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — Circular — N. 1 — Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1899.

Com relação ao assumpto de que trata a circular deste Ministerio n. 1, de 2 de fevereiro de 1898, convém declarar, para vosso conhecimento e necesarios effeitos na parte referente aos empregados das estradas de ferro, que a doutrina da mesma circular não pôde ser mantida deante do principio de direito: *leges posteriores tempore anteriores derogant*.

Desde que a lei de 15 de dezembro de 1897 fez cessar o favor que o decreto de 26 de julho de 1890 concedeu áquelles empregados, dando-lhes o direito de aposentação, esse favor deixou de existir para todos os empregados que não se achassem no gozo effectivo d'elle pela expedição do respectivo titulo de aposentadoria, com a mesma igualdade constitucional com que não pôde ser mais invocado da data da lei que o aboliu em diante. E' doutrina corrente que mera expectativa de direito não constitue direito adquirido, assim como que só em favor deste prevalece e é verdadeiro o principio de que a lei não tem effeito retroactivo.

Pelas considerações expostas, portanto, resolvo considerar insubsistente a regra constante da alludida circular de 2 de fevereiro do anno proximo passado.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Srs. Directores das Estradas de Ferro.

N. 73 — EM 19 DE OUTUBRO DE 1899

Declara ao engenheiro fiscal da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayna que a taxa para mercadorias expedidas por wagon completo poderá ser applicada sempre que o volume das mercadorias encher o espaço do wagon e o seu peso não seja inferior a 5.000 kilogrammas.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 26 — Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1899.

Attendendo ao que requereu a companhia arrendataria da estrada que fiscalisae e de accordo com o que propuzestes no vosso officio n. 196, de 19 de agosto ultimo, declaro-vos que a taxa para mercadorias expedidas por wagon completo poderá ser applicada sempre que o volume das mercadorias encher o espaço do wagone o seu peso não seja inferior a 5.000 kilogrammas.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Engenheiro fiscal da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

N. 74 — EM 24 DE OUTUBRO DE 1899

Autoriza o recolhimento e devida substituição das taxas de 200, 100 e 50 réis, impugnadas pela Secretaria Internacional da União Postal Universal.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 193 — Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1899.

Ficaes autorizado a recolher as taxas de 200, 100 e 50 réis, impugnadas pela Secretaria Internacional da União Postal Universal, e bem assim a substituil-as por outras, de accordo com o § 1º do art. VI do regulamento para a execução da Convenção principal de Washington.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director Geral dos Correios.

N. 75 — EM 25 DE OUTUBRO DE 1899

Cede por 50:000\$ a linha telegraphica de contorno da bahia de Guanabara a *The Leopoldina Railway Company*.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 195 — Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1899.

Inteirado do que expuzestes em officio n. 958, de 7 do corrente mez, declaro que approvo vosso acto, cedendo a *The Leopoldina Railway Company*, mediante a indemnização de 50:000\$, a linha telegraphica de contorno da bahia de Guanabara, construida por occasião da revolta de setembro de 1893.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director Geral dos Correios.

N. 76 — EM 28 DE OUTUBRO DE 1899

Declara ainda em vigor a concessão da qual é cessionario o Banco Evolucionista e achar-se suspensa a execução do respectivo contracto.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 134 — Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1899.

Em resposta ao vosso aviso n. 167, de 9 do mez proximo pasado, relativamente á concessão de terras devolutas, feita em 14 de outubro de 1890 ao engenheiro Ricardo Alfredo Medina, para fundação de nucleos coloniaes ás margens do rio Tieté, em

S. Paulo, cabe-me declarar-vos que a alludida concessão, da qual é cessionario o Banco Evolucionista, ainda está em vigor, continuando, porém, suspensa a execução do respectivo contracto, por dependerem de solução deste Ministerio os seus requerimentos sobre o proseguimento dos trabalhos ou sobre a revisão ou rescisão do mesmo contracto.

Junto vos remetto um exemplar impresso do referido contracto.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda.

N. 77 — EM 6 DE NOVEMBRO DE 1899

Declara não ser objecto de duvida um direito a aposentadoria no cargo de ajudante comprador da Inspeção das Obras Publicas.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Contabilidade — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1899.

Não pôde ser objecto de duvida o direito que tem o major Pedro Augusto Tavares a ser aposentado no cargo de ajudante comprador da Inspeção das Obras Publicas, que exerceu desde 21 de fevereiro de 1876, a despeito de tel-o exercido interinamente até 9 de maio de 1890, época em que foi apostillado o seu titulo de funcionario interino por haver sido incluído o cargo no quadro da organização daquella Repartição, operada em virtude do decreto n. 364, de 26 de abril de 1890. Funda-se o direito do referido funcionario nos requisitos e precisas disposições da lei. O art. 47 do decreto citado de 26 de abril de 1890, que deu regulamento á Inspeção Geral das Obras Publicas da Capital Federal, confere a todos os empregados dessa repartição, que se inhabilitarem para os serviços do cargo, direito á aposentadoria, regulando-se esta pelas disposições applicadas aos empregados da Estrada de Ferro Central do Brazil. Ora, na época em que tal disposição foi formulada, o direito á aposentadoria dos empregados da Estrada de Ferro Central do Brazil regulava-se pelo decreto do Governo Provisorio n. 221, de 26 de fevereiro de 1890. Este acto conferia no art. 30 aos empregados que houvessem servido como meros auxiliares direito á contagem de tempo, desde que obtivessem titulo definitivo de nomeação. O direito de aposentadoria que tem o major Pedro Tavares, como o de todos os empregados da Inspectoria das Obras Publicas, apoia-se nesse preceito tão claro do art. 47 do decreto de 26 de abril de 1890, que nenhuma disposição posterior alterou, nem podia alterar, desde que não ha por onde desconhecer que constitue elle um caso comprehendido na disposição do art. 9º do decreto legislativo n. 117, de 4 de

novembro de 1892. Uma vez que o major Tavares obteve em 9 de maio de 1890 o seu titulo definitivo do emprego de ajudante do comprador da Inspectoria das Obras Publicas, que foi contemplado no quadro dos empregados com o ordenado de 1:600\$ e a gratificação de 800\$, não se lhe pôde recusar a aposentadoria em face do preceito do art. 47 do decreto de 20 de abril, combinado com o do art. 3º do decreto de 26 de fevereiro, ambos de 1890. Durante a modalidade da aposentadoria, regula-se ella pelo art. 74 do decreto n. 2417, de 28 de dezembro de 1898, isto é, deveria ser concedida com o ordenado proporcional ao tempo do exercicio calculado em tantas trigesimas partes quantos os annos de exercicio, nos termos do art. 4º, § 1º, do decreto legislativo n. 117, de 4 de novembro de 1892, que a disposição citada do decreto 2417 manda observar. Diante destas ponderações, parece que não deve ser recusada pelo Ministerio a vosso cargo a expedição do titulo de inactividade do major Pedro Augusto Tavares, o que, além do mais, importaria julgar esse Ministerio da legalidade da aposentadoria, actualmente da exclusiva competência do Tribunal de Contas, segundo o estatuido na letra c do n. 2, do § 2º do art. 2º do decreto legislativo n. 392, de 8 de outubro de 1896.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda.

N. 78 — EM 10 DE NOVEMBRO DE 1899

Faz estabelecer, como experiencia, na Estrada de Ferro Central do Brazil as assignaturas mensaes do custo de cem mil réis por pessoa, com exclusão do imposto de transito, para as estações de Palmeiras, Rodeio e Mendes, durante a estação calmosa.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 117 — Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1899.

Em solução á materia constante do vosso officio n. 943, de 6 do corrente, no qual propuzestes que, como experiencia, fossem estabelecidas nessa estrada assignaturas mensaes do custo de cem mil réis (100\$000) por pessoa, com exclusão do imposto de transito para as estações de Palmeiras, Rodeio e Mendes, durante a estação calmosa, declaro que resolvo autorizar semelhante providencia em character provisorio.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 79— EM 18 DE NOVEMBRO DE 1899

Approva provisoriamente uma tarifa especial para expedição de bagagens, encomendas e mercadorias, da Estação Central á do Norte e vice-versa, na Estrada de Ferro Central do Brazil, e supprime as vantagens do art. 89 das condições regulamentares nos pontos situados além da estação do Norte.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 118 — Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1899.

Em solução á materia constante do vosso officio n. 947, de 6 do corrente, no qual propuzestes uma tarifa especial para a expedição de bagagens, encomendas e mercadorias, da Estação Central para a do Norte e vice-versa, de accordo com o projecto que organizastes e acompanhou o citado officio, bem como a suppressão das vantagens do art. 89 das condições regulamentares aos pontos situados além da estação do Norte, declaro que resolvo autorizar semelhante providencia em caracter provisorio.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 80 — EM 23 DE NOVEMBRO DE 1899

Autoriza a Associação do 4º Centenario do Descobrimento do Brazil o uso do telegrapho nacional para a commemoração do dito centenario.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — Gabinete — Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1899.

Tendo a Associação do 4º Centenario do Descobrimento do Brazil direito ao uso do telegrapho nacional, para a commemoração do dito centenario, como serviço publico, segundo determina o art. 15, n. 3, da lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898, autorizo-vos a receber e expedir os telegrammas que, em nome della e para o referido fim, vos forem apresentados em toda a extensão do territorio nacional.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director Geral dos Telegraphos.

N. 81 — EM 30 DE NOVEMBRO DE 1899

Faz uma redução nos preços dos fretes da madeira transportada pela Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana no percurso que é indicado.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 28 — Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1899.

A' vista do que informastes por officio n. 216, de 24 de outubro ultimo, fica a companhia arrendataria da estrada que fiscalisaeis autorizada a reduzir o preço dos fretes da madeira que transportar, conforme requereu, com o fim de favorecer a sahida desse producto da região serrana, a saber :

5 %, quando o percurso attingir 100 kilometros ;

10 %, quando o percurso elevar-se a 200 kilometros ;

15 %, quando o percurso for de 300 kilometros em diante.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Engenheiro fiscal da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

N. 82 — EM 30 DE NOVEMBRO DE 1899

Declara a incompetencia legal da mulher para exercer o cargo de agente de 1ª classe.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 213 — Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1899.

Respondendo á consulta que fizestes em o officio n. 612/3, de 27 de outubro ultimo, relativamente á proposta feita pelo ajudante postal da Barra do Pirahy, de sua mulher para o cargo de ajudante da referida agencia, declaro-vos que no caso não cabe a interpretação ampliativa.

Si o regulamento dos Correios taxativamente admittiu os serviços de senhoras nas agencias de 3ª e 4ª classes, excluiu-lhes por isso mesmo a competencia para serem de 1ª e 2ª classes.

Não importa indagar as razões deste dispositivo e o seu valor no direito a constituir-se.

Ao executor da lei só cabe conhecê-la e cumpril-a com o maximo respeito.

Desde que o ajudante de um agente de 1ª classe é o substituto legal deste, claro é que não pôde ser ajudante quem não tiver os requisitos legaes para ser agente de 1ª classe ; e estes requisitos a lei negou-os á mulher.

A doutrina, portanto, não suffraga a proposta do agente da Barra do Pirahy.

Depois, o cargo de ajudante presuppõe o accumulo de serviços que não podem ser desempenhados pelo agente; ora, a mulher casada, pelos deveres de sua nobre missão já é auxiliar do marido nos encargos domesticos e estes lhe devem pesar tanto mais quanto maiores forem as occupaões do marido em serviços que não digam respeito aos arranjos do lar.

Si por um lado, da concorrência da obrigação conjugal, que corre á mulher, de auxiliar o marido nos serviços da familia, com a de ajudal-o no desempenho do publico serviço resultam as probabilidades da preterição de um desses serviços, que não será, de certo, o domestico, por outro lado parece muito natural que a affeição mutuamente commum e sempre presumivel entre conjuges, além da participação directa do marido nos pro-veitos resultantes dessa preterição, o impeça de notar e corrigir os effeitos em detrimento do serviço publico.

Sem dar, entretanto, maior apreço a estas considerações, é evidente que a proposta não pôde ser acceita, por contraria á lettra e espirito do regulamento postal em vigor.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director Geral dos Correios.

N. 83 — EM 2 DE DEZEMBRO DE 1899

Annulla a transferencia provisoria do immovel «Fazenda do Ariré» ao dominio do Estado do Rio de Janeiro.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 26 — Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1899.

Não tendo o Congresso Nacional se pronunciado, até hoje, sobre a transferencia a esse Estado da Fazenda do Ariró, situada no municipio de Angra dos Reis, e, bem assim, não tendo esse Estado necessidade do referido immovel para qualquer serviço, como se evidencia da concorrência aberta para o seu arrendamento, declaro-vos, de ordem do Sr. Presidente da Republica, que fica annullada a transferencia, feita provisoriamente ao dominio desse Estado, do mesmo immovel, pelo aviso n. 4, de 19 de janeiro de 1895, o qual, de conformidade com o disposto no art. 27 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, deve ser devolvido ao Ministerio da Fazenda.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Presidente do Estado do Rio de Janeiro.

N. 84 — EM 27 DE DEZEMBRO DE 1899

Crêa uma agencia postal na Colonia Guarany, Estado do Rio Grande do Sul.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 27 — Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1899.

Tenho a honra de communicar-vos, em resposta ao vosso officio de 26 de agosto, que foi autorizada a criação de uma agencia do Correio na colonia Guarany, como pedem os seus moradores.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Presidente do Estado do Rio Grande do Sul.

N. 85 — EM 29 DE DEZEMBRO DE 1899

autoriza a Directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil a admittir provisoriamente o abatimento de 10 % nas tarifas do café transportado pela mesma estrada.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Gabinete — Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1899.

Convindo, em beneficio da lavoura e do commercio, auxiliar o transporte do café, autorizo-vos a admittir provisoriamente e a titulo de experiencia o abatimento de dez por cento (10 %) nas respectivas tarifas dessa estrada.

Saude e fraternidade. — *Severino Vieira*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

INDICE DAS DECISÕES

DO

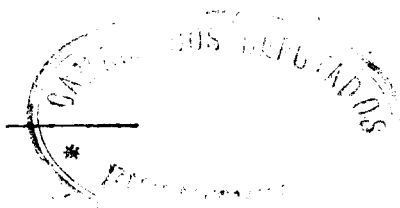
MINISTERIO DA FAZENDA

Págs.

N. 1 — Em 10 de janeiro de 1899 — Determina como devem ser confeccionados os mappas para a estatística da importação directa	1
N. 2 — Em 16 de janeiro de 1899 — Da instrucções para a execução do disposto no art. 9º da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898	1
N. 3 — Em 1 de fevereiro de 1899 — Altera a circular n. 2, de 16 de janeiro ultimo, relativamente aos prazos para o pagamento do sello das patentes da Guarda Nacional.	2
N. 4 — Em 6 de fevereiro de 1899 — Da instrucções para a organização dos mappas de estatística aduaneira	2
N. 5 — Em 15 de fevereiro de 1899 — As taxas de capatazias, armazenagem, estatística e expedientes devem ser cobradas integralmente em papel	3
N. 6 — Em 18 de fevereiro de 1899 — Declara como devem ser discriminadas nos balanços as despesas effectuadas por conta dos diversos ministerios.	4
N. 7 — Em 7 de março de 1899 — Determina como devem ser escripturadas as importancias cobradas pelo registro para a venda de fumo e bebidas	4
N. 8 — Em 20 de março de 1899 — Sómente na falta do Procurador Seccional, seus ajudantes e solicitadores, poderão os exactores federaes intervir nos actos judiciaes relativos a bens vagos, de defuntos e ausentes	5
N. 9 — Em 1 de abril de 1899 — Recommenda ás Delegacias Fiscaes que requisitem com urgencia, dos Ministerios competentes, o augmento dos creditos que reconhecerem ser insufficientes	5
N. 10 — Em 7 de abril de 1899 — Os empregados deste Ministerio em exercicio de logares de commissão devem, quando licenciados, perceber o ordenado dos seus cargos effectivos.	6
N. 11 — Em 12 de abril de 1899 — Manda observar rigorosamente o disposto no decreto n. 2807, de 31 de janeiro de 1898, relativamente a processos de recursos encaminhados ao Thesouro	6
N. 12 — Em 8 de maio de 1899 — Determina o modo como devem ser feitas as guias com que os officiaes da Guarda Nacional recolhem os direitos de suas patentes.	7

	Pag ^a .
N. 13 — Em 8 de maio de 1899 — Declara em pleno vigor a circular n. 2, de 16 de janeiro ultimo, sobre prazos para pagamento do sello das patentes da Guarda Nacional.	7
N. 14 — Em 10 de maio de 1899 — Determina que os pedidos de isenção de direitos feitos por emprezas, companhias, instituições e particulares, sejam acompanhados de uma relação dos objectos despachados no anno anterior pelas partes interessadas.	7
N. 15 — Em 24 de maio de 1899 — Determina que os despachos ou guias de mercadorias para consumo e navegadas por cabotagem devem conter a conveniente especificação e satisfazer os dizeres dos artigos da nomenclatura a que se refere a circular n. 1, de 10 de janeiro do corrente anno.	8
N. 16 — Em 27 de maio de 1899 — Declara que as peças de qualquer metal, importadas especialmente para concerto de locomotivas e <i>tenders</i> respectivos, devem ser classificadas para o pagamento dos direitos no art. 1009 da tarifa em vigor.	9
N. 17 — Em 31 de maio de 1899 — Declara que os empregados das Caixas Economicas e Montes de Soccorr, não estão sujeitos ao imposto sobre subsidio e vencimentos e revoga a circular n. 16, de 23 de março do anno passado.	9
N. 18 — Em 13 de junho de 1899 — Dispõe como devem ser feitos os despachos de exportação, por cabotagem, de generos estrangeiros já despachados para consumo, quando contenhão os volumes multiplicidade de mercadorias.	10
N. 19 — Em 21 de junho de 1899 — Inclue na tabella F da <i>Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendos</i> o artigo — batatas alimenticias, inglezas e semelhantes.	10
N. 20 — Em 26 de junho de 1899 — Não se tratando de bens immoveis, o imposto de transmissão deve ser arrecadado pela repartição fiscal do logar em que fór lavrada a escriptura de transferencia do dominio.	11
N. 21 — Em 13 de julho de 1899 — Explica o modo de proceder relativamente ás cadernetas das Caixas Economicas dadas em fiança.	11
N. 22 — Em 31 de julho de 1899 — As casas commerciaes autorizadas a emitir vales-ouro, não estão sujeitas por taes operações ao deposito de que trata o art. 19 da lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898.	12
N. 23 — Em 5 de agosto de 1899 — As casas commerciaes que compram e vendem cambias, para satisfazerem as necessidades do commercio a que se dedicam, estão isentas do deposito de que trata o art. 19 da lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898.	12
N. 24 — Em 23 de agosto de 1899 — Resolve sobre o exercicio de funções remuneradas, fóra das horas do expediente, pelos empregados de Fazenda em instituições particulares e casas commerciaes.	12
N. 25 — Em 28 de agosto de 1899 — As petições dos empregados das Alfandegas não podem ser enviadas ao Thesouro sem a audiencia dos respectivos inspectores.	13

N. 26 — Em 5 de setembro de 1899 — Os pedidos de restituição de direitos devem ser dirigidos pelo interessado ou seu legitimo representante á repartição que os cobrou . . .	13
N. 27 — Em 25 de setembro de 1899 — O pessoal empregado em serviço marítimo das Alfandegas está sujeito á matricula nas respectivas Capitánias de portos. . . .	14
N. 28 — Em 25 de setembro de 1899 — Recommenda que nas informações sobre o estabelecimento, augmento, redução e suspensão de consignações dos officiaes do Exercito, se mencionem os descontos que os mesmos soffrem	14
N. 29 — Em 30 de setembro de 1899 — Os termos de inspecção de saúde dos funcionarios que solicitam aposentadoria ou reforma não devem ser acceitos sem a declaração expressa de que o inspecionado está invalido . . .	15
N. 30 — Em 17 de outubro de 1899 — As requisições de levantamento de bens vagos, de defuntos e ausentes, não podem ser satisfeitas, sem que os juizes locais provejam que na arrecadação deu-se a assistencia dos Procuradores da Republica	15
N. 31 — Em 17 de outubro de 1899 — Revoga a circular n. 11, de 5 de fevereiro de 1897, relativamente a despacho de armas e munições.	16
N. 32 — Em 19 de outubro de 1899 — Os fiscaes dos impostos de consumo podem se dedicar a quaesquer trabalhos particulares em estabelecimentos não sujeitos a sua fiscalização, desde que taes trabalhos não absorvam o tempo necessario ao exercicio de suas funções	16
N. 33 — Em 10 de novembro de 1899 — Declara que é indispensavel a apprehensão da mercadoria nos casos de que trata o art. 37 do Regulamento do imposto de consumo do fumo, n. 3214, de 21 de fevereiro de 1899. . .	17
N. 34 — Em 25 de novembro de 1899 — Dá instrucções para a cobrança das dividas activas da União . . .	17
N. 35 — Em 1 de dezembro de 1899 — Annulla a circular n. 45, de 30 de novembro de 1895	17
N. 36 — Em 21 de dezembro de 1899 — Declara a escala deve ser seguida para o abono do montepio a que que tem direito os membros das familias dos militares	19
N. 37 — Em 29 de dezembro de 1899 — Manda observar rigorosamente a circular n. 45, de 9 de agosto de 1897, sobre processos de recursos	19



MINISTERIO DA FAZENDA

N. 1 — EM 10 DE JANEIRO DE 1899

Determina como devem ser confeccionados os mappas para a estatistica da importação directa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1899.

Determino aos Srs. Chefes das Repartições aduaneiras que na confecção dos mappas para a estatistica da importação directa, que deverão enviar á Alfandega do Rio de Janeiro, á vista do disposto no art. 54, § 4º, da lei n. 560, de 31 de dezembro do anno proximo findo, façam observar a nomenclatura organizada pelo inspector da referida Alfandega, de accordo com a *Tarifa* em vigor e da qual lhes será opportunamente remetido um exemplar. — *Joaquim Murtinho*.

N. 2 — EM 16 DE JANEIRO DE 1899

Dá instrucções para a execução do disposto no art. 9º da lei n. 560 de 31 de dezembro de 1898.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1899.

Declaro aos Srs. Chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio que, na execução do disposto no art. 9º da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, devem ser observadas as seguintes instrucções:

1ª, o sello das patentes da Guarda Nacional será cobrado mediante guia, em duplicata, em que se especifiquem o nome e o posto do nomeado, e bem assim a data e o numero do *Diário Official*, em que vier publicada a nomeação;

2ª, as guias, a que se refere o numero antecedente, poderão ser assignadas e apresentadas por qualquer pessoa, independente de procuração ou autorização do interessado;

3ª, uma das vias da guia apresentada será entregue á parte, depois de lançada em ambas a verba de pagamento do sello ;

4ª, os prazos marcados no referido art. 9º para o recebimento do imposto serão contados da data em que for publicada a nomeação no *Diario Official*. — *Joaquim Murtinho*.

N. 3 — EM 1 DE FEVEREIRO DE 1899

Altera a circular n. 2, de 13 de janeiro ultimo, relativamente aos prazos para o pagamento do sello das patentes da Guarda Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1899.

Attendendo á requisição constante do aviso do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, n. 1150, de 19 de janeiro ultimo, declaro aos Srs. Chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio que os prazos marcados pelo art. 9º da lei n. 560, de 31 de dezembro do anno proximo findo, para o pagamento do sello das patentes da Guarda Nacional, deverão ser contados da data dos editaes que os respectivos commandos superiores fizerem publicar nos termos do aviso-circular daquelle Ministerio, de 13 do mez proximo passado; ficando assim alterado o que a respeito dispõe a circular n. 2, expedida aos mesmos Srs. Chefes em 16 do citado mez de janeiro. — *Joaquim Murtinho*.

N. 4 — EM 6 DE FEVEREIRO DE 1899

Dá instrucções para a organização dos mappas de estatistica aduaneira.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1899.

Recommendo aos Srs. Chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio que na organização dos mappas de estatistica aduaneira, cujo serviço fica centralizado na Alfandega da Capital Federal pela lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, art. 54, n. 4, observem as seguintes

INSTRUÇÕES

1.º O serviço da estatística de importação directa, effectuada do corrente anno em diante nas Alfandegas e Mesas de Rendas, será feito fóra das horas do expediente pelos empregados a quem, debaixo de carga, forem distribuidos os respectivos despachos pelo inspector ou administrador.

2.ª Por despacho de importação directa para consumo, de importação livre de direitos e de mercadorias em transitio, reexportação e baldeação, que for apurado para a estatística, de conformidade com a nomenclatura approvada pela circular n. 1, de 10 de janeiro do corrente anno, receberá o empregado respectivo a remuneração de oitenta réis.

3.ª Os empregados que forem incumbidos do apanhamento dos despachos deverão organizar os respectivos mappas de accordo com os modelos adoptados; tambem fóra das horas do expediente, só lhes sendo abonada aquella remuneração depois que forem os mesmos mappas apresentados ao inspector ou administrador.

4.ª Os mappas de que trata o numero antecedente serão organizados mensalmente, devendo as Alfandegas e Mesas de Rendas remetter-lhes, com toda a brevidade, á Alfandega da Capital Federal.

5.ª A renda da taxa de estatística continuará a ser escripturada no proprio titulo de receita, devendo ser, porém, enviada á Directoria de Contabilidade do Thesouro, no principio de cada mez, uma demonstração da arrecadação effectuada no mez anterior, para que, á vista da mesma, seja autorizado o pagamento da despesa de que trata o n. 2 destas instruções, a qual será escripturada sob o titulo « Lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, art. 54, n. 4 ».

6.ª Além dos mappas mensaes a que se refere o n. 4, enviarão as Alfandegas e Mesas de Rendas, logo no principio do anno, um mappa geral da importação directa para consumo, sum de importação livre de direitos e um dito de importação de generos em transitio, reexportação e baldeação realizadas durante o anno anterior. Estes mappas serão organizados pelos mesmos empregados e da apresentação delles ficará dependente o abono da remuneração correspondente ao ultimo mez do exercicio. — *Joaquim Murtinho.*

N: 5 — EM 15 DE FEVEREIRO DE 1899

As taxas de capatazias, armazenagem, estatística e expediente devem ser cobradas integralmente em papel.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1899.

Tendo algumas Alfandegas entendido que a cobrança do imposto de 10 % em ouro recahe tambem sobre as taxas de

capatazias e outras, declaro aos Srs. delegados fiscaes nos Estados, em confirmação ao telegramma desta data, para que o façam constar aos inspectores das Alfandegas, que as taxas de capatazias, armazenagem, estatística e expediente devem ser cobradas integralmente em papel. — *Joaquim Murtinho.*

N. 6 — EM 18 DE FEVEREIRO DE 1899

Declara como devem ser discriminadas nos balanços as despesas effectuadas por conta dos diversos ministerios.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1899.

Tendo a Directoria de Contabilidade do Thesouro Federal trazido ao meu conhecimento que a falta de ordem e uniformidade, de que se resentem os balanços remettidos pelas Repartições de Fazenda nos Estados, difficulta a organização dos trabalhos que incumbem á mesma Directoria, recommendo aos Srs. delegados fiscaes que, na confecção de taes balanços, façam discriminar as despesas, effectuadas por conta dos diversos Ministerios, de accordo com as tabellas explicativas da proposta de orçamento de cada um delles, observadas, porém, as alterações que porventura tenham sido determinadas pela respectiva lei. — *Joaquim Murtinho.*

N. 7 — EM 7 DE MARÇO DE 1899

Determina como devem ser escripturadas as importancias cobradas pelo registro para a venda de fumo e bebidas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 7 de março de 1899.

Declaro aos Srs. Chefes das Repartições fiscaes, para seu conhecimento e devidos efeitos, que as importancias cobradas pelo registro para a venda do fumo e bebidas devem ser escripturadas como renda de consumo, e não como renda eventual, conforme o determina a circular n. 40, de 10 de agosto de 1898, a qual fica alterada nesta parte; não podendo, porém, ser incluídas no calculo para o abono da quota de 5 %, a que tem direito os fiscaes dos referidos impostos; pelo que cumpre aos Srs. Chefes mandar proceder á correção dos respectivos balanços nessa conformidade. — *Joaquim Murtinho.*

N. 8 — EM 20 DE MARÇO DE 1899

Sómente na falta do Procurador Seccional, seus ajudantes e sollicitadores, poderão os exactores federaes intervir nos actos judiciaes relativos a bens vagos, e defuntos e ausentes.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 20 de março de 1899.

Em solução á consulta constante do officio que dirigistes em 30 de dezembro do anno proximo findo á Directoria das Rendas Publicas relativamente á vossa competencia em assistir e officiar nas arrecadações de bens vagos, de defuntos e ausentes assim como em *todas* as acções, justificações e reclamações que a respeito desses bens sejam levantadas em Juizo, declaro-vos, de ordem do Sr. Ministro, para os devidos effeitos, que, em vista do disposto no art. 127, § 1º, da parte primeira da Consolidação das Leis referentes á Justiça Federal, approvada pelo decreto n. 3084, de 5 de novembro do anno citado, a intervenção dos exactores federaes nos Estados em acções daquella natureza só póde ter logar dada a falta do Procurador, Seccional, seus ajudantes e sollicitadores; e recommendo-vos que providencieis no sentido de ser recolhido aos cofres da União tudo o que se apurár ou arrecadar, proveniente de bens vagos, de defuntos e ausentes. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Collector das Rendas Federaes em Nitheroy.

N. 9 — EM 1 DE ABRIL DE 1899

Recommenda ás Delegacias Fiscaes que requisitem com urgencia dos Ministerios compstentes o augmento dos creditos que reconhecerem ser insufficientes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 1 de abril de 1899.

Tendo o Sr. Ministro da Guerra reclamado, em 25 de fevereiro ultimo, contra a pratica irregularmente adoptada pelas Delegacias Fiscaes nos Estados de só depois de esgotados os creditos para as despezas do Ministerio a seu cargo requisitarem o necessario augmento — o que dá logar á suspensão de pagamento das mesmas despezas — recommendo aos Srs. Chefes daquellas Repartições a observancia do disposto no art. 2º do decreto n. 2884, de 1 de fevereiro de 1862, no intuito de evitar a continuação da irregularidade apontada. — *Joaquim Martinho.*

N. 10 — EM 7 DE ABRIL DE 1899.

Os empregados deste Ministerio em exercicio de logares de comissão devem, quando licenciados, perceber o ordenado dos seus cargos effectivos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 7 de abril de 1899.

Em solução á consulta feita pela Directoria da Contabilidade do Thesouro Federal, em representação de 26 de janeiro ultimo, declaro aos Srs. Chefes das Repartições de Fazenda, para seu conhecimento e devidos effectos, que os empregados deste Ministerio em exercicio de logares de comissão, como os delegados fiscaes e inspectores das Alfandegas, deverão, quando licenciados, perceber o ordenado dos seus cargos effectivos, á vista do que claramente dispõe a decisão n. 450, de 18 de outubro de 1866.— *Joaquim Murtinho.*

N. 11 — EM 12 DE ABRIL DE 1899

Manda observar rigorosamente o disposto no decreto n. 2807 de 31 de janeiro de 1898, relativamente a processos de recursos encaminhados ao Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 12 de abril de 1899.

Tendo verificado que, apesar das reiteradas ordens expedidas por este Ministerio, continuam a ser encaminhados ao Thesouro processos e recursos deficientemente estudados e não resolvidos, quer por parte das Alfandegas recorridas, quer das Delegacias Fiscaes nos Estados, que as mais das vezes limitam seu papel ao de simples intermediarias na remessa dos alludidos processos, chamo a attenção dos Srs. Chefes das mesmas Repartições para o disposto no decreto n. 2807, de 31 de janeiro do anno proximo findo, recommendando-lhes a sua rigorosa observancia.— *Joaquim Murtinho.*

N. 12 — EM 8 DE MAIO DE 1899

Determina o modo como devam ser feitas as guias com que as officiaes da Guarda Nacional recolhem os direitos de suas patentes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 8 de maio de 1899.

Satisfazendo á requisição feita pelo Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores, em aviso n. 1510, de 10 de abril proximo findo, recommendo aos Srs. Chefes das Repartições Fiscaes da União que providenciem afim de que as guias com que os officiaes da Guarda Nacional recolhem os direitos de suas patentes sejam escriptas em papel timbrado das ditas Repartições ou, na falta deste, marcado com o respectivo carimbo, no intuito de dar a esses documentos toda a autenticidade. — *Joaquim Murtinho.*

N. 13 — EM 8 DE MAIO DE 1899

Declara em pleno vigor a circular n. 2, de 16 de janeiro ultimo, sobre prazos para pagamento do sello das patentes da Guarda Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 8 de maio de 1899.

Attendendo ao que sollicitou o Sr. Ministro da Justiça em aviso n. 1570, de 18 de abril proximo findo, declaro aos Srs. Chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio que fica em pleno vigor, desta data em diante, a circular n. 2, de 16 de janeiro ultimo, dispondo que os prazos para pagamento do sello das patentes da Guarda Nacional sejam contados da data da publicação do decreto no *Diario Official*, revogadas assim as circulares posteriores que modificaram aquella. — *Joaquim Murtinho.*

N. 14 — EM 10 DE MAIO DE 1899

Determina que os pedidos de isenção de direitos feitos por empresas, companhias, instituições e particulares, sejam acompanhados de uma relação dos objectos despachados no anno anterior pelas partes interessadas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 10 de maio de 1899.

Afim de facilitar o serviço de informação das concessões de despacho livre de direitos, a que tem jús determinadas empresas, companhias, instituições e particulares, em virtude das

respectivas disposições das leis aduaneiras, determino aos Srs. Chefes das Repartições fiscaes que façam acompanhar os pedidos de isenção de direitos de uma relação fornecida pelas Alfandegas dos objectos despachados no anno anterior pelas partes interessadas, formalidade esta sem a qual nenhuma requisição poderá ser attendida por este Ministerio. — *Joaquim Murtinho.*

N. 15 — EM 24 DE MAIO DE 1899

Determina que os despachos ou guias de mercadorias para consumo e navegadas por cabotagem devem conter a conveniente especificação e satisfazer os dizeres dos artigos da nomenclatura a que se refere a circular n. 1, de 10 de janeiro do corrente anno.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 24 de maio de 1899.

Tendo em attenção as considerações expendidas pelo Inspector de Fazenda Manoel Jansen Muller, em seu relatorio, referente á inspecção a que procedeu nas repartições fiscaes de Santa Catharina, e convindo cessar a pratica irregular de declarações vagas de fazendas, mercadorias, artigos de armario, etc., nos despachos ou guias de mercadorias despachadas para consumo e navegadas por cabotagem, pratica que difficulta a fiscalização e não permite a necessaria exactidão e methodo na organização dos miappas estatísticos, recommendo aos Srs. Chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio, e especialmente aos Srs. inspectores de Alfandegas e administradores de Mesas de Rendas, que, tendo em vista o que já foi determinado na circular n. 47, de 14 de dezembro de 1892, providenciem para que aquelles despachos ou guias contenham a conveniente especificação e satisfaçam os dizeres dos artigos da nomenclatura a que se refere a circular n. 1, de 10 de janeiro do corrente anno.

Os despachos apresentados em desacordo com a referida nomenclatura não deverão ser accetidos e, no caso de exportação, verificada differença entre o conteúdo declarado e o existente nos volumes, punivel com a multa estatuida no decreto n. 3294, de 22 do corrente, cumpre que, a bem dos interesses fiscaes, se tomem todas as providencias que as circumstancias aconselharem. — *Joaquim Murtinho.*

N. 16 — EM 27 DE MAIO DE 1899

Declara que as peças de qualquer metal, importadas especialmente para concerto de locomotivas e *tenders* respectivos, devem ser classificadas para o pagamento dos direitos no art. 1009 da tarifa em vigor.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 27 de maio de 1899.

Declaro aos Srs. Delegados Fiscaes do Thesouro Federal nos Estados, para que o façam constar aos inspectores das Alfandegas, que as peças de qualquer metal, importadas especialmente para concerto de locomotivas e *tenders* respectivos, devem ser classificadas para o pagamento dos mesmos direitos a que estão sujeitas as ditas locomotivas e *tenders* pelo art. 1009 da tarifa em vigor; visto não ter applicação ao caso o disposto nas notas 135ª e 140ª da referida tarifa. — Joaquim Murtinho.

N. 17 — EM 31 DE MAIO DE 1899

Declara que os empregados das Caixas Economicas e Montes de Soccorro não estão sujeitos ao imposto sobre subsidio e vencimentos e revoga a circular n. 16, de 23 de março do anno passado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 31 de maio de 1899.

Declaro aos Srs. Chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio, para seu conhecimento e devidos effeitos, que os empregados das Caixas Economicas e Montes de Soccorro não estão sujeitos ao imposto sobre subsidio e vencimentos, de que trata o decreto n. 2775, de 29 de dezembro de 1897, visto serem essas instituições repartições autonomas, cujo pessoal não é pago pelos cofres publicos; ficando assim revogada a circular deste Ministerio, n. 16, de 23 de março do anno proximo passado. — Joaquim Murtinho.

N. 18 — EM 13 DE JUNHO DE 1899

Dispõe como devem ser feitos os despachos de exportação, por cabotagem, de generos estrangeiros já despachados para consumo, quando contenham os volumes multiplicidade de mercadorias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 13 de junho de 1899.

Em additamento á circular n. 32, de 24 de maio ultimo, expedida sobre o serviço de exportação, por cabotagem, de generos estrangeiros, já despachados para consumo, declaro aos Srs. Chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio, especialmente aos Srs. inspectores de Alfandegas e Administradores de Mesas de Rendas, que, no caso de conterem os volumes multiplicidade de mercadorias que dificulte a organização do despacho, poderá ser dispensada a especificação pelos dizeres da *Nomenclatura* elaborada pelo inspector da Alfandega do Rio de Janeiro para a estatística da importação directa e approvada pela circular n. 1, de 10 de janeiro do corrente anno, comtanto que o exportador exhiba com o despacho, collada á 1ª via deste, uma cópia da factura, competentemente assignada, a qual, rubricada no acto da distribuição do despacho, ficará sendo parte integrante deste e servirá na conferencia e embarque do volume ou volumes. Na 2ª via, além das declarações exigidas na regra 5ª do art. 568 da *Consolidação das Leis das Alfandegas*, se fará menção de ter sido exhibida a alludida cópia. — *Joaquim Murtinho*.

N. 19 — EM 21 DE JUNHO DE 1899

Inclue na tabella F da *Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas* o artigo — batatas alimenticias, inglezas e semelhantes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 21 de junho de 1899.

Declaro aos Srs. Chefes das Repartições aduaneiras, para seu conhecimento e devidos effeitos, que fica desta data em deante ampliada a tabella F annexa á *Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas* para o fim de ser nella incluído o artigo — batatas alimenticias, inglezas e semelhantes — mercadoria essa que, por ser de facil exame e fiscalização e sujeita a uma só taxa na tarifa, póde ser importada nas Mesas de Rendas de primeira ordem. — *Joaquim Murtinho*.

N. 20 — EM 26 DE JUNHO DE 1899

~~Não se tratando de bens immoveis, o imposto de transmissão deve ser~~
arrecadado pela repartição fiscal do ~~logar em que for lavrada a~~
escriptura de transferencia do dominio.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 26 de junho de 1899.

Em resposta ao vosso officio de 28 de abril ultimo, em que solicitaes autorização para o pagamento da porcentagem, a que vos julgaes com direito, sobre o imposto de transmissão da propriedade, cobrado nesta Capital, pela venda do ~~patrimônio~~ *Competidor*, pertencente à Companhia de Navegação S. João da Barra e Campos, pelo preço de 32:000\$, declaro-vos, de accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 9 do corrente mez, que o facto de ser nessa cidade a séde daquella companhia não vos dá direito algum a essa porcentagem, porquanto sómente quando se trata de bens immoveis é que o imposto de transmissão deve ser pago no lugar da situação dellas, e não nos outros casos, como no vertente, em que tal imposto ~~deve~~ ser arrecadado pela repartição fiscal do lugar onde é lavrada a escriptura, o que fica a vontade das partes, nos termos do art. 29 do regulamento de 31 de março de 1874 e art. 55 do de 19 de janeiro de 1898. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Collector das Rendas Federaes de S. João da Barra.

N. 21 — EM 13 DE JULHO DE 1899

Explica o modo de proceder relativamente ás cadernetas das Caixas Economicas dadas em fiança.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 13 de julho de 1899.

No intuito de evitar que os depositantes das Caixas Economicas continuem a ficar impossibilitados, não só de receber os juros, mas tambem de augmentar os capitaes das cadernetas dadas em fiança a uma repartição ou a um estabelecimento de credito, recommendo aos Srs. delegados fiscaes e Conselhos das Caixas Economicas que providenciem para que sejam abertas e entregues a esses depositantes segundas vias de taes cadernetas, em cada uma das quaes deverá figurar a quantia depositada na primeira, com a declaração de não poder ser retirada, por estar caucionada, e de se abonar sómente os respectivos juros. — *Joaquim Murtinho*.

N. 22 — EM 31 DE JULHO DE 1899

As casas commerciaes autorizadas a emittir vales-ouro não estão sujeitas por taes operações ao deposito de que trata o art. 19 da lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 31 de julho de 1899.

Declaro aos Srs. delegados fiscaes, nos Estados, para seu conhecimento e devidos effeitos, que as casas commerciaes autorizadas a emittir vales-ouro para pagamento de direitos de importação nas Alfandegas não estão sujeitas, por taes operações, ao deposito de que trata o art. 19 da lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898. — *Joaquim Murtinho.*

N. 23 — EM 5 DE AGOSTO DE 1899

As casas commerciaes que compram e vendem cambiaes, para satisfazerem as necessidades do commercio a que se dedicam, estão isentas do deposito de que trata o art. 19 da lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1899.

Declaro aos Srs. delegados fiscaes nos Estados, para seu conhecimento e devidos effeitos, que as casas commerciaes que compram ou vendem cambiaes para satisfazerem as necessidades do commercio a que se dedicam não se acham comprehendidas na disposição do art. 19 da lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898, e estão, portanto, isentas do deposito de cem contos de réis, de que trata o mesmo artigo. — *Joaquim Murtinho.*

N. 24 — EM 23 DE AGOSTO DE 1899

Resolve sobre o exercicio de funções remuneradas, fóra das horas do expediente, pelos empregados de Fazenda em instituições particulares e casas commerciaes.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1899.

Em resposta aos vossos officios ns. 22 e 24, de 7 de junho ultimo, em que consultaes si os empregados de Fazenda podem exercer, fóra das horas do expediente, funções remuneradas

em instituições que não são repartições publicas, taes como a Associação dos Praticos e a Companhia de Melhoramentos do Maranhão, e bem assim occupar-se de serviços em casas commerciaes, declaro-vos, para os devidos effeitos e de accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 3 do corrente mez, que, no primeiro caso, pôde ser concedida a necessaria permissão, uma vez que a Associação e Companhia, de que se trata, nenhuma dependencia tenham da repartição, e, no segundo, que aos referidos empregados, quer pertençam ás Delegacias, quer ás Alfandegas, é prohibido o desempenho daquelles serviços. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal no Maranhão.

N. 25 — EM 28 DE AGOSTO DE 1899

As petições dos empregados das Alfandegas não podem ser enviadas ao Thesouro sem a audiencia dos respectivos Inspectores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1899.

Determino aos Srs. delegados fiscaes, nos Estados, que não enviem ao Thesouro petições dos empregados das Alfandegas sem a audiencia dos respectivos inspectores. — *Joaquim Martinho.*

N. 26 — EM 5 DE SETEMBRO DE 1899

Os pedidos de restituição de direitos devem ser dirigidos pelo interessado ou seu legitimo representante á repartição que os cobrou.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1899.

Sr. Secretario da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de S. Paulo — Em resposta ao vosso officio n. 1223, de 29 da agosto ultimo, em que solicitaes deste Ministerio as necessarias ordens para que seja restituida ao colono José Zinistein a importancia de 72\$914, de direitos que pagou na Alfandega de Santos por uma machina de fazer manteiga, cabe-me declarar-vos que, de accordo com a legislação vigente, os pedidos de restituição de direitos devem ser dirigidos pelo interessado ou seu legitimo representante á repartição que os cobrou.

Saude e fraternidade. — *Joaquim Martinho.*

N. 27 — EM 25 DE SETEMBRO DE 1899

O pessoal empregado em serviço marítimo das Alfandegas está sujeito à matrícula nas respectivas Capitánias de portos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1899.

Tendo o Ministerio da Marinha, em aviso n. 857, de 25 de maio ultimo, solicitado providencias no sentido de ser sujeito à matrícula na Capitania do porto de Sergipe o pessoal marítimo da Alfandega daquelle Estado, e tendo-se suscitado duvidas a respeito por parte do inspector da mesma Alfandega, declaro aos Srs. Chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio que todo o pessoal empregado em serviço marítimo das mesmas Repartições está sujeito à matrícula nas respectivas Capitánias de portos, nos termos do art. 64 do decreto n. 447, de 19 de maio de 1846. — *Joaquim Murtinho.*

N. 28 — EM 25 DE SETEMBRO DE 1899

Recommenda que nas informações sobre o estabelecimento, augmento, redução e suspensão de consignações dos officiaes do Exercito, se mencionem os descontos que os mesmos soffrem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1899.

Attendendo ao que requisita o Ministerio da Guerra, em aviso n. 502, de 31 de agosto ultimo, recommendo aos Srs. delegados fiscaes nos Estados que, de conformidade com os ns. 3 e 4 do art. 13 das instrucções que acompanham o decreto n. 946 A, de 1 de novembro de 1890, mencionem nas informações sobre o estabelecimento, augmento, redução e suspensão de consignações dos officiaes do Exercito, os descontos que os mesmos soffrem, afim de se poder resolver acerca de suas pretensões. — *Joaquim Murtinho.*

N. 29 — EM 30 DE SETEMBRO DE 1899

Os termos de inspecção de saúde dos funcionarios que solicitam aposentadoria ou reforma não devem ser acceitos sem a declaração expressa de que o inspecionado está invalido.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1899.

No intuito de evitar o inconveniente de serem constantemente submettidos a dous e, ás vezes, mais exames de validez os funcionarios que solicitam aposentadoria ou reforma, por não satisfazerem os respectivos termos as exigencias da lei, recommendo aos Srs. delegados fiscaes nos Estados que não aceitem taes documentos sem que nelles se declare expressamente que o inspecionado está invalido, como exige o art. 75 da Constituição Federal. — *Joaquim Murtinho*.

N. 30 — EM 17 DE OUTUBRO DE 1899

As requisições de levantamento de bens vagos, de defuntos e ausentes, não podem ser satisfeitas, sem que os juizes locais provem que na arrecadação deu-se a assistencia dos Procuradores da Republica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1899.

Attendendo ao que solicita o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, em aviso n. 2136, de 28 de agosto ultimo, recommendo aos Srs. Delegados Fiscaes nos Estados que não satisfaçam requisições de levantamento de bens vagos, de defuntos e ausentes, sem que os juizes locais provem que na respectiva arrecadação deu-se a assistencia dos Procuradores da Republica, como exige o art. 127 do decreto n. 3084, de 5 de novembro do anno proximo passado. — *Joaquim Murtinho*.

N. 31 — EM 17 DE OUTUBRO DE 1899

Revoga a circular n. 11, de 5 de fevereiro de 1897, relativamente a despacho de armas e munições.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1899.

Declaro aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados, para seu conhecimento e devidos effeitos, que, havendo cessado, conforme consta do aviso do Ministerio da Guerra, n. 492, de 28 de agosto ultimo, os motivos que determinaram a expedição da circular deste Ministerio, n. 11, de 5 de fevereiro de 1897, mandando que os inspectores das Alfandegas não permittissem o despacho de armas e munições sem prévia audiencia dos commandantes dos respectivos districtos militares, fica revogada a mesma circular. — *Joãoquim Martins*.

N. 32 — EM 19 DE OUTUBRO DE 1899

Os fiscaes dos impostos de consumo podem se dedicar a quaesquer trabalhos particulares em estabelecimentos não sujeitos a sua fiscalização, desde que taes trabalhos não absorvam o tempo necessario ao exercicio de suas funções.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1899.

Em resposta ao officio n. 27, de 10 de junho ultimo, que trouxe ao conhecimento do Sr. Ministro o acto dessa Delegacia permittindo que os fiscaes dos impostos de consumo se encarreguem de escriptas de agencias de vapores ou bancarias, declaro-vos, de accordo com o despacho do mesmo Sr. Ministro, de 20 do mez proximo findo, que não ha inconveniente em que os ditos fiscaes se dediquem a quaesquer trabalhos particulares em estabelecimentos não sujeitos á sua fiscalização, desde que taes trabalhos não absorvam o tempo necessario ao exercicio de suas funções. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal no Maranhão.

N. 33 — EM 10 DE NOVEMBRO DE 1899

Declara que é indispensavel a apprehensão da mercadoria nos casos de que trata o art. 37 do Regulamento do imposto de consumo do fumo, n. 3214, de 21 de fevereiro de 1899.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1899.

Sendo indispensavel a apprehensão da mercadoria nos casos de que trata o art. 37 do Regulamento annexo ao decreto n. 3214, de 21 de fevereiro do corrente anno, recommendo aos Srs. delegados fiscaes que chamem a attenção dos fiscaes dos impostos de consumo para a terminante disposição daquelle artigo, exigindo a sua fiel execução.— *Joaquim Murlinho.*

N. 34 — EM 25 DE NOVEMBRO DE 1899

Dá instrucções para a cobrança das dividas activas da União.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1899.

Declaro aos Srs. exactores federaes no Estado do Rio de Janeiro que, sendo necessario dar incremento á cobrança das dividas activas da União nesse Estado, resolvi que, quando a referida cobrança tiver de ser feita fóra da séde do Juizo Seccional, sejam observadas até ulterior deliberação as seguintes instrucções, organisadas de accordo com as que acompanharam o aviso do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, n. 1861, de 6 de julho ultimo:

I. Quando o devedor ou responsavel não residir na séde do Juizo Seccional, mas em outro termo da Secção, o juz federal fará remetter directamente ao exactor ou agente fiscal respectivo o mandado executivo para que promova a citação e penhora;

II. Para esse fim o juiz seccional, por si ou por indicação do exactor ou agente, nomeará um ou mais officiaes de justiça que exerçam taes funções na localidade;

III. Ao exactor federal cumpre fiscalizar o modo por que estes officiaes fazem o serviço de que são incumbidos, representando ao juiz seccional contra as irregularidades ou omissões que, porventura, se verifiquem;

IV. Uma vez intimado, o devedor ou responsavel deverá no prazo que lhe for assignado comparecer na Exactoria ou Agencia Fiscal para pagar o seu debito ou apresentar a defesa de que

trata o art. 10 do Regulamento approved pelo decreto n. 9885, de 29 de fevereiro de 1888 ;

V. No primeiro caso, isto é, si o devedor satisfizer o seu debito, o exactor ou agente receberá tambem as custas do Juizo e remettel-as-ha pelo Correio a este, juntamente com uma das duas guias, que deverão ter acompanhado o mandado, competentemente averbada, afim de dar-se baixa na execução ;

VI. No segundo caso, apresentada a defesa, o exactor, juntando-a ao mandado, deverá envial-a ao juiz seccional para ser decidida de accordo com o regulamento citado ;

VII. Si o réo não comparecer dentro das 24 horas que lhe serão assignadas, seguir-se-ha a penhora, devendo o respectivo auto ser remettido ao Juizo da execução, afim de ser processada julgada de conformidade com as leis vigentes ;

VIII. Os exactores ou agentes fiscaes são obrigados a prestar ao juiz e ao procurador da Secção os esclarecimentos e informações que lhes forem pedidos com relação ao serviço da cobrança das dividas activas da União, e bem assim a devolver pontualmente os mandados que tiverem sido cumpridos e aquelles que não o tiverem sido, com a declaração nestes dos motivos por que deixaram de ser executados ;

IX. Os officiaes de justiça, além dos salarios e emolumentos a que toem direito pelo Regimento de custas, perceberão, como os demais funcionarios do Juizo, a porcentagem que lhes assegura o art. 175 da 1ª parte da *Consolidação*, approved pelo decreto n. 3084, de 5 de novembro de 1898 (1 %). — *Joaquim Murtinho*.

N. 35 — EM 1 DE DEZEMBRO DE 1899

Annulla a circular n. 45, de 30 de novembro de 1895.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1899.

Declaro aos Srs. Chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio, para os devidos effeitos, que, tendo em consideração o accordão do Supremo Tribunal Federal, de 19 de agosto do corrente anno, pelo qual foi confirmada a sentença proferida contra a Fazenda Nacional, na acção proposta pelo Dr. Antonio Coelho Rodrigues, para o fim de lhe serem pagos os vencimentos de lente jubilado da Faculdade de Direito do Recife, suspensos de accordo com a circular n. 45, de 30 de novembro de 1895, durante o tempo em que teve assento no Senado Federal, como representante do Estado do Piahy, resolvi annullar a mesma circular e a de 5 de abril, a que ella se refere, visto que, nos termos do alludido accordão, a doutrina nellas estabelecida não encontra apoio, nem no art. 73 da Constituição, nem na lei n. 44 B, de 2 de junho de 1892. — *Joaquim Murtinho*.

N. 36 — EM 21 DE DEZEMBRO DE 1899

Declara a escala que deve ser seguida para o abono do montepio a que teem direito os membros das familias dos militares.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1899.

Declaro aos Srs. delegados fiscaes nos Estados que, conforme foi decidido sobre consulta da Directoria da Contabilidade do Thesouro Federal, em representação de 13 de novembro ultimo, o abono do montepio a que teem direito os membros das familias dos militares, de conformidade com a lei n. 632, de 6 do mesmo mez, deve ser feito de accordo com a seguinte escala:

- 1º, ás viúvas ;
 - 2º, ás filhas solteiras ou viúvas e aos filhos legitimados ou legitimados ;
 - 3º, ás filhas casadas e aos netos, orphãos de pae e mãe ;
 - 4º, ás mães, quer sejam viúvas, quer solteiras ;
 - 5º, ás irmãs solteiras ;
 - 6º, ás irmãs viúvas. — *Joaquim Murtinho.*
-

N. 37 — EM 29 DE DEZEMBRO DE 1899

Manda observar rigorosamente a circular n. 45, de 9 de agosto de 1897, sobre processos de recursos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1899.

Tendo chegado ao meu conhecimento que as Delegacias Fiscaes nos Estados encaminham frequentemente ao Thesouro processos de recursos não organizados, na conformidade do disposto na circular deste Ministerio n. 45, de 9 de agosto de 1897, recomendo aos Srs. Chefes dessas Repartições e aos inspectores das Alfandegas a rigorosa observancia da mesma circular, para facilidade do exame das questões debatidas nos ditos processos. — *Joaquim Murtinho.*
